

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO
ESPAÇO – PPGeo

LAÉCIO DA SILVA DUTRA

MERCADO PÚBLICO: função, forma e transformação do espaço urbano na região
Itaqui - Bacanga, São Luís (MA).

São Luís - MA

2017

LAÉCIO DA SILVA DUTRA

MERCADO PÚBLICO: função, forma e transformação do espaço urbano na região
Itaqui - Bacanga, São Luís (MA).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmica do espaço urbano e rural

Orientadora: Prof. Dr.^a Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha

São Luís - MA

2017

Dutra, Laécio da Silva.

Mercado público: função, forma e transformação do espaço urbano na região Itaqui - Bacanga, São Luís (MA) / Laécio da Silva Dutra – São Luís, 2017.

250 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha.

1. Mercados públicos. 2. Função e forma. 3. Transformação. 4. Condições urbanas. 5. Itaqui-Bacanga / São Luís (MA). I. Título.

CDU 339.175(812.1)

LAÉCIO DA SILVA DUTRA

MERCADO PÚBLICO: função, forma e transformação do espaço urbano na região
Itaqui - Bacanga, São Luís (MA).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha

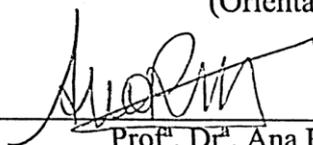
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

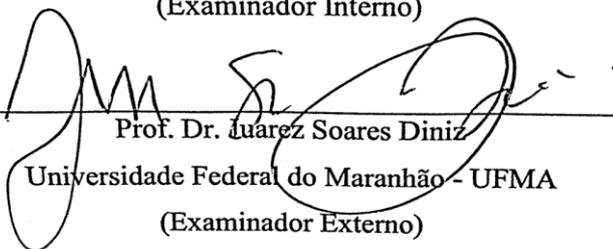
(Orientadora)



Prof^ª. Dr^ª. Ana Rosa Marques

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

(Examinador Interno)



Prof. Dr. Luarez Soares Diniz

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

(Examinador Externo)

Aprovada em: 18 de dezembro de 2017

Dedico, à Bernarda da Silva Dutra, minha mãe, principal incentivadora em minha carreira, em meus estudos, em minha vida. Acima de tudo a Deus, por fazer parte da fortaleza em mim existente. “O coração do homem dispõe o seu caminho, mas da parte do Senhor está dirigir os seus passos”. (Provérbios, 16: 9).

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus. A toda minha família, meu pai *in memoriam* José Joaquim Pereira Dutra por toda sua fortaleza e a minha mãe Bernarda da Silva Dutra, maior desbravadora, companheira; aos irmãos Joel, Ana Cléia, Joelson, Luís Fernando sendo meu alicerce, em especial a irmã Ana Cristina, pelos direcionamentos, ideias. A todos meus sobrinhos, de forma especial a Layssa participando como integrante na coleta de dados. A Clarice, pelos compartilhamentos de conversas e a Ana Júlia, que esteve presente cotidianamente, deixando os dias de escritas mais prazerosos.

Trago os agradecimentos, a minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Hermeneilce Wasti Aires Cunha, que se dispôs em muitos momentos, nos encontros na universidade, grupo de estudos, por email, telefone, fazendo análises, correções, críticas, dando poder de autonomia. Além das disciplinas ministradas e no estágio.

Ao Prof. Dr. Juarez Diniz, grande profissional, sendo companheiro indubitavelmente importante na jornada geográfica, professor desde graduação, vem contribuindo a consolidar-me enquanto pessoa e profissional, ajudando-me dos passos iniciais aos finais dessa pesquisa.

A Prof^ª. Dr^ª. Regina Pereira, tendo meu primeiro contato no mestrado, sendo uma educadora dotada de conhecimento e de uma forma diferenciada em saber lidar com as pessoas. Durante suas aulas no mestrado sempre muito prestativa, atenciosa.

A Prof^ª. Dr^ª. Ana Rosa Marques, por compor a banca examinadora de defesa, proporcionando ao trabalho excelentes contribuições.

Ao Prof. Dr. Fernando Bezerra sempre apto a ajudar, dando forças, indicando direcionamentos na elaboração dos mapas. Prof. Dr. Sampaio Carneiro pelos questionamentos e contatos que somaram no amadurecimento do trabalho. Prof. Dr. Cláudio Castro, primeiro que ministrou aula, na primeira turma do mestrado, inesquecível, aulas recheadas de discussões, e por este proporcionar-me muita confiança. Prof. Dr. Antônio José Ferreira por presentear-me com sua obra, muito contribuiu. Ao Prof. Dr. Francisco Clébio Lopes pelas suas nobres pontuações em seminário.

Estendo os agradecimentos a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que ajudaram direta e indiretamente com seus vastos conhecimentos e experiências, tanto nas disciplinas ministradas como em conversas informais, reuniões.

Ao Prof. Me. Deusdédit Carneiro por ser precursor e indicar ricas leituras sobre os mercados públicos. Prof. Dr. Frederico Burnett, pela parceria em dispor diversos materiais

sobre bairros. A Prof^a. Dr^a. Adenilde Nascimento e a Me. Amanda Teles, por serem parceiras na etapa de análise dos alimentos.

A 1^a Turma do Mestrado em Geografia do Maranhão PPGeo / UEMA 2015.2. Amigos e Geógrafos, ressaltado de forma branda a Marinalva, Gissely, Ronaldo, Jucinaldo, Kadja, Alexssandra, por serem prestativos as diversas indagações, assim como todo meu apreço a Edilana, Lilian, Karla, Danilo e Marcos. Todos de alguma maneira contribuíram.

Agradecimento especial a Nana, por companheirismo, pela forma inteligente e singela de conversar e ao mesmo tempo transparente, sempre ajudou a encorajar os desafios que foram lançados, e, sobretudo, por seu profissionalismo enquanto secretária da PPGeo.

Aos profissionais e amigos de todas as horas: Ana Tereza e Ricardo pela logística e assessoria técnica. Dinho por apresentar os lugares de estudo e acompanhar os trabalhos de campo. Jacenilde, Tereza Cristina, Mirian, ambas compunham equipe de coleta de dados. Juan e Jacilmara, contribuindo na elaboração de desenhos técnicos. Audivan por ajudar em variadas situações. Valkíria na análise da ABNT e correção ortográfica, além de questionamentos iniciais. A Leonardo dando orientação necessária na parte estatística.

Aos meus velhos amigos por acreditarem em meus objetivos sempre, mesmo alguns distantes, mas que subsidiaram a realização desta: Danielson, Wellington, Renato, Érika, Silmara, Sulamizia, Eulina, Cleyd, Maria Claudia, Mayara, Bille Jean, Antônia Suely, Antonio Carlos, Kerson, Gabriel, Benedita.

As instituições e grupos de pesquisa UFF-RJ, Universidade Federal Fluminense/Rio de Janeiro, por ter proporcionado uma experiência única em projeto, enquanto mestrando. Ao GEURB-Grupo de Estudos Urbanos/UEMA. Ao LATESE-Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos/UEMA. A UFMA e Arquivo Público do MA.

As associações ACIB-Associação Comunitária do Itaqui-Bacanga e aos moradores da região. Associação dos feirantes dos mercados públicos dos bairros Anjo da Guarda e da Vila Embratel (AFEIVE) e aos órgãos SEMAPA, SEMUS, SEMURH, SAGRIMA, SAF.

Em especial as instituições UEMA-Universidade Estadual do Maranhão e a FAPEMA-Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento do Maranhão, ambas parceiras na concessão de bolsa de pesquisa durante os 2 anos de desenvolvimento dessa. Essas instituições foram extremamente importantes.

Por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço e aos trabalhadores dos mercados públicos da área de estudo.

Trago a todos os meus sinceros e incalculáveis agradecimentos.

“O estado de saúde de uma população varia não só em função de fatores individuais - biológicos, culturais e econômicos - mas também em função de fatores sociais e ambientais. À influência do sexo, da idade, dos comportamentos e estilos de vida, do rendimento, da ocupação, das condições de vida e de trabalho, junta-se, em interação (...) ou seja, os resultados em saúde dependem de quem se é e do lugar onde se vive.” (Christovam Barcellos, 2008, p.193).

RESUMO

O trabalho faz uma análise de como o estudo do mercado é relevante para a ciência geográfica, podendo considerar que essa se preocupa com as questões relacionadas aos elementos do espaço urbano, compreendidas por meio dos centros citadinos, ou em suas áreas periféricas. Com o crescimento acelerado da cidade, essa cada vez mais, apresenta-se recheada de complexidade, atrelada assim a diversos problemas urbanos, que interferem diretamente no modo de vida da sociedade. Diante dessa questão, destaca-se o Mercado Público: função, forma e transformação do espaço urbano, na região Itaqui - Bacanga, São Luís (MA). Onde teve como objetivo geral analisar os mercados públicos dos bairros de urbanização popular, Anjo da Guarda e Vila Embratel, em seus aspectos sociais e estruturais, assim como suas transformações. O método de abordagem utilizado foi o dialético, pois através desse é possível compreender o espaço citadino, que possui diversas inter-relações, entre sociedade, espaço físico e espaço construído. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos foram observações sistemáticas, aplicações de formulários com perguntas semiestruturadas junto aos trabalhadores, check list e análise microbiológica de alimentos no Laboratório de Microbiologia, do Departamento de Tecnologia Química, do Programa de Controle de Qualidade de Alimentos e Água, do PCQA/ UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Pode-se considerar como resultados, que o processo de urbanização acelerado impulsionou a formação da área de estudo, agregando populações que passaram a necessitar de elementos de infraestrutura. Os mercados públicos, atualmente, encontram-se em condições infraestruturais e higiênico-sanitárias insalubres; devido às aglomerações e falta de planejamento, formaram-se assim ainda em seus arredores, territorialidades, que junto a esses mercados expandiram-se, ausentes de políticas públicas direcionadas para melhoria dessas condições urbanas, logo, conclui-se que os mercados públicos da região Itaqui-Bacanga, necessitam de políticas e projetos concretos que viabilizem reestruturação.

Palavras - chave: Mercados Públicos; Função e Forma; Transformação; Condições Urbanas; Itaqui - Bacanga, São Luís - MA.

ABSTRACT

This work analyzes the way in which the study of the market is relevant to geographic science, considering that it is concerned with the issues related to the elements of urban space, understood through the city centers, or in its peripheral areas. With the accelerated growth of the city, this is increasingly filled with complexity, tied to various urban problems that directly interfere with the way of life of society. In view of this issue, the Public Market: function, form and transformation the urban space, in the region Itaquí - Bacanga, São Luís (MA), stands out. The main objective of this study was to analyze the public markets of popular urbanization neighborhoods, Guardian Angel and Embratel Village, in their social and structural aspects, as well as their transformations. The method of approach used is the dialectic, because through this it is possible to understand the city space, which has several interrelations between society, physical space and built space. The methodological procedures developed were systematic observations, applications of forms with semi-structured questions with the workers, check list and microbiological analysis of foods in the Laboratory of Microbiology, Department of Chemical Technology, Food and Water Quality Control Program, PCQA / UFMA - Federal University of Maranhão. It can be considered as results, that the process of accelerated urbanization boosted the formation of the study area, adding populations that started to need elements of infrastructure. The Public markets are now in unhealthy infrastructural and hygienic-sanitary conditions; due to the agglomerations and lack of planning, territorialities were formed in the vicinity, which, together with these markets, expanded, absent from public policies aimed at improving these urban conditions. Thus, it was concluded that the public markets of the region Itaquí-Bacanga, need concrete policies and projects that allow for the restructuring.

Keywords: Public Markets; Function and Form; transformations; Urban Conditions; Itaquí - Bacanga, São Luís - MA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização do município de São Luís - MA.....	24
Figura 2. Mapa de localização da região do Itaqui - Bacanga.....	27
Figura 3. Mapa dos bairros que possuem mercados públicos no Itaqui - Bacanga	29
Figura 4. Dimensões do IBEU	36
Figura 5. Mapa da área de concentração dos mercados públicos em São Luís.....	52
Figura 6. Mapa da Região do Itaqui-Bacanga: Instituições.....	60
Figura 7. Planta do bairro Vila Embratel	66
Figura 8. Ocupação atual do Mercado da Praia Grande	73
Figura 9. Mapa dos mercados públicos de grande porte de São Luís	78
Figura 10. Mapa dos mercados públicos de médio porte de São Luís	79
Figura 11. Mapa dos mercados públicos de pequeno porte de São Luís.....	80
Figura 12. Mapa de localização do mercado Anjo da Guarda	85
Figura 13. Mapa de medidas de dimensões do mercado Anjo da Guarda.....	86
Figura 14. Mapa de localização do mercado Vila Embratel	90
Figura 15. Mapa de medidas de dimensões do mercado Vila Embratel.....	91
Figura 16. Mapa dos municípios do Maranhão de proveniência dos feirantes	99
Figura 17. Mapa de abrangência dos bairros de frequentadores nos mercados	111
Figura 18. Mapa de localização dos supermercados na região do Itaqui-Bacanga	114
Figura 19. Croqui do mercado Anjo da Guarda com expansão.....	125
Figura 20. Croqui do mercado Vila Embratel com expansão.....	126
Figura 21. Mapa da dinâmica espacial do mercado Anjo da Guarda	147
Figura 22. Mapa da dinâmica espacial do mercado Vila Embratel	148
Figura 23. Croqui de uso e ocupação do mercado Anjo da Guarda	150
Figura 24. Croqui de uso e ocupação do mercado Vila Embratel	151
Figura 25. Modelo de Determinação Social da Saúde proposto por Dahgren e Whitehead..	153
Figura 26. Mapa de indicador de pessoas em extrema pobreza	155
Figura 27. Mapa de indicador de domicílios urbanos sem esgotamento sanitário	156
Figura 28. Mapa de deslocamento para compra de mercadorias.....	170
Figura 29. Mapa dos municípios que compõem a cadeia produtiva de hortifruticultura no Maranhão, fevereiro/2017	176
Figura 30. Mapa dos pontos de coletas de hortaliças: cheiro verde e alface.....	182

Figura 31. Fase I – Preparo das amostras e diluições	183
Figura 32. Fase II – Teste presuntivo para determinação do Número Mais Provável de colônias <i>Staphylococcus</i> sp	184
Figura 33. Fase III – Prova confirmativa para a estimativa do Número Mais Provável de Coliformes a 45°C (NMP/ml).....	185
Figura 34. Fase IV – Identificação bioquímica de <i>Escherichia coli</i>	187
Figura 35. <i>Staphylococcus</i> em Colônias – Amostras da 1ª Quinzena	189
Figura 36. <i>Staphylococcus</i> em Colônias – Amostras da 2ª Quinzena	190
Figura 37. Identificação de <i>Escherichia Coli</i> em Colônias – Amostras da 1ª quinzena	195
Figura 38. Identificação de <i>Escherichia Coli</i> em Colônias – Amostras da 2ª quinzena	196
Figura 39. Planta baixa parte superior do projeto 2011 mercado Anjo da Guarda	209
Figura 40. Planta baixa parte térreo do projeto 2011 mercado Anjo da Guarda	210
Figura 41. Fachada frontal do projeto 2011 mercado Anjo da Guarda	211
Figura 42. Fachada frontal do projeto 2015 mercado Anjo da Guarda	218

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Anexo da ACIB no bairro do Anjo da Guarda.....	26
Foto 2. Imagem aérea do mercado Anjo da Guarda e seu entorno.....	42
Foto 3. Imagem aérea do mercado Vila Embratel e seu entorno.....	43
Foto 4. Praça 7 Palmeiras	64
Foto 5. Teatro Itapicuruáiba	65
Foto 6. Mercado da Praia Grande.....	72
Foto 7. Mercado Central.....	74
Foto 8. Incêndio no Mercado Central.....	75
Foto 9. Entrada principal do mercado	83
Foto 10. Visão panorâmica do mercado	84
Foto 11. Associação dos trabalhadores	87
Foto 12. Parte interna da associação.....	88
Foto 13. Entrada do mercado.....	88
Foto 14. Placa de inauguração.....	89
Foto 15. Associação – AFEIVE	92
Foto 16. Parte interna da associação.....	92
Foto 17. Supermercado Carone	115
Foto 18. Supermercado Mateus.....	115
Foto 19. Construção sobre o mercado	121
Foto 20. Exposição de produtos	121
Foto 21. Barraca, lona, carro de mão.....	122
Foto 22. Produtos em caixotes.....	122
Foto 23. Frutas e hortaliças à venda	123
Foto 24. Ambiente insalubre	123
Foto 25. Feira na rua do bairro da Vila Embratel.....	128
Foto 26. Terreno cedido para construção de outro mercado no bairro Vila Embratel	129
Foto 27. Banheiros.....	131
Foto 28. Parte interna do boxe.....	131
Foto 29. Boxes sem uso.....	131
Foto 30. Materiais diversos perto de gêneros alimentícios	132
Foto 31. Containers	132

Foto 32. Vestimenta (avental)	133
Foto 33. Estrutura dos banheiros	133
Foto 34. Carne próximo ao banheiro	134
Foto 35. Carne em situação insalubre	134
Foto 36. Alimentos protegidos com lona	135
Foto 37. Estabelecimentos comerciais.....	135
Foto 38. Lixeira	136
Foto 39. Depósito	136
Foto 40. Boxes Limpos, carnes em refrigerador	137
Foto 41. Trabalhadores com vestimenta e limpos.....	137
Foto 42. Telhado danificado.....	141
Foto 43. Lixos despejados em local inadequado	141
Foto 44. Lixos despejados em local inadequado	141
Foto 45. Venda de peixe próximo a lixos – M1 AG.....	143
Foto 46. Escoamento parte externa – M1 AG	144
Foto 47. Venda de Produtos parte externa – M2 VE.....	144
Foto 48. Venda de Produtos parte externa – M1 AG	145
Foto 49. Venda de Produtos parte externa/ Trabalhos diversos – M1 AG.....	146
Foto 50. Alimentos sobre bandejas, limpo	159
Foto 51. Alimentos sobre piso, sujo	160
Foto 52. Limpeza feita por trabalhadores locais.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Bairros da região do Itaqui - Bacanga	25
Quadro 2. Diagnóstico social da região do Itaqui - Bacanga / indicadores.....	63
Quadro 3. Mercados Públicos de Gestão da SEMAPA	77
Quadro 4. Exerce outra atividade / Recebe algum tipo de auxílio	106
Quadro 5. Bairros de onde emergem clientes.....	110
Quadro 6. Das condições de infraestrutura. Mercado Anjo da Guarda.....	138
Quadro 7. Das condições de infraestrutura. Mercado Vila Embratel.....	139
Quadro 8. Das condições higiênico - sanitárias. Mercado Anjo da Guarda.....	161
Quadro 9. Das condições higiênico - sanitárias. Mercado Vila Embratel.....	162
Quadro 10. Como sabem que os alimentos estão em boas condições.....	172
Quadro 11. Protegem os alimentos.....	174
Quadro 12. Alimentos mais comercializados	178
Quadro 13. Gestão pública municipal diante dos mercados públicos	203
Quadro 14. Gestão pública estadual diante dos mercados públicos	207
Quadro 15. Parcerias para execução do projeto de revitalização mercado Anjo da Guarda.	216
Quadro 16. Objetivos e metas do projeto de revitalização mercado Anjo da Guarda	217

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição dos trabalhadores por sexo	95
Gráfico 2. Nível de escolaridade	96
Gráfico 3. Proveniências mais frequentes	97
Gráfico 4. Grupo étnico	100
Gráfico 5. Faixa etária	101
Gráfico 6. Bairro que reside	101
Gráfico 7. Tempo que reside no bairro	102
Gráfico 8. Motivo de trabalhar no mercado	103
Gráfico 9. Participação em sindicato, associação. Paga algum tipo de taxa	104
Gráfico 10. Tempo que trabalha no mercado. Dias da semana	105
Gráfico 11. Renda mensal com recursos do trabalho	108
Gráfico 12. Dependentes da renda.....	108
Gráfico 13. Existência de deslocamento de venda para outro local	109
Gráfico 14. Forma de aumentar a renda	112
Gráfico 15. Clientela já deixou de comprar no mercado. A que é atribuído à mudança.....	113
Gráfico 16. Pontos positivos e negativos de trabalhar no mercado.....	117
Gráfico 17. Sugestões de melhorias	118
Gráfico 18. Perspectiva da estrutura do local de trabalho	140
Gráfico 19. Por que ocupar a parte externa do mercado	142
Gráfico 20. Como é percebido a limpeza e a disposição de equipamentos e utensílios.....	145
Gráfico 21. Avaliação da limpeza do mercado.....	163
Gráfico 22. Adquirição de alguma doença atribuída ao local de trabalho/mercado.....	164
Gráfico 23. Possui carteira de saúde.....	167
Gráfico 24. Ação em conjunto de mobilização para organização/limpeza do mercado.....	167
Gráfico 25. Origem do produto	168
Gráfico 26. Frequência da chegada dos produtos.....	171
Gráfico 27. Avaliação da limpeza da mercadoria.....	172
Gráfico 28. Forma de estocar a mercadoria.....	173
Gráfico 29. Alface crespa – <i>Staphylococcus</i> UFC/g	191
Gráfico 30. Cheiro verde – <i>Staphylococcus</i> UFC/g	191
Gráfico 31. Alface crespa – Teste Coliformes a 45°C.....	193

Gráfico 32. Cheiro verde – Teste Coliformes a 45° C.....	193
Gráfico 33. Alface crespa, total de amostra em percentagem com presença de <i>E. coli</i>	197
Gráfico 34. Cheiro verde, total de amostra em percentagem com presença de <i>E. coli</i>	197

LISTA DE SIGLAS

ACIB - Associação Comunitária do Itaqui-Bacanga
AFEIVE - Associação de Feirantes da Vila Embratel
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BB - Banco do Brasil
BCT - Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia
CEASA/MA - Central de Abastecimento do Maranhão
CE - Ceará
CETRAP - Comissão Executiva de Transferência de Populações
COMAB - Companhia Maranhense de Abastecimento
COMDES - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar
COHORTIFRUT - Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros do Maranhão
COOFEC - Cooperativa dos Feirantes da Cidade Operária
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DFAM - Departamento de Feiras e Mercados
DPHAP - Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico
DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável
DSS - Determinantes Sociais da Saúde
DTA - Doença Transmitida por Alimentos
EC - Escherichia Coli
EMAP - Empresa Maranhense de Administração Portuária
EMB - Eosina Azul de Metileno
EPI - Equipamentos de Proteção Individual
FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão
FLV - Frutas, Legumes e Verduras
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNC - Fundação Municipal de Cultura
GEURB - Grupo de Estudos de Estudos Urbanos
IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE-MA - Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos
IMPUR - Instituto Municipal de Paisagem Urbana
INCID - Instituto das Cidades
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LATESE - Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos
LITE - Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias para Educação
M1AG - Mercado Anjo da Guarda
M2VE - Mercado Vila Embratel
MA - Maranhão
MR - Methyl Red
NaCl - Cloreto de Sódio
NMP- Número Mais Provável
NTI - Núcleo de Tecnologia de Informação
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCQA - Programa de Controle de Qualidade e Alimentos e Água
PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PM - Polícia Militar
PMSL - Prefeitura Municipal de São Luís
PNAE - Nacional de Alimentação Escolar
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
QGIS - Quantum de Sistema de Informação Geográfica
RDC - Resolução da Diretoria Colegiada
SAF - Secretaria Estadual de Agricultura Familiar
SAGRIMA - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão
SP - São Paulo
SCA - Superintendência de Comercialização e Abastecimento
SECID - Secretaria das Cidades
SECTI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
SEMAPA - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
SEMCAS - Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

SEMOSP - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
SEMPAB - Secretaria municipal de Produção e Abastecimento
SEMSA - Secretaria Municipal de Segurança Alimentar
SEMURH - Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação
SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde
SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINDUSCON/MA - Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão
SIM - Sulfito, Indol e Motilidade
SINFRA - Secretaria de Estado da Infraestrutura
SMTT - Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes
SUPEC - Superintendência de Comercialização
TSA - Agar Triptona de Soja
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFC - Unidades Formadoras de Colônias
UFF/RJ - Universidade Federal Fluminense/Rio de Janeiro
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
VISA - Vigilância Sanitária
VM/VP - Vermelho de Metila / Vogel Proskauer

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos casos notificados de zika por Distritos	164
Tabela 2. Distribuição dos casos notificados de zika nos 20 bairros de maior frequência....	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
METODOLOGIA	35
CAPÍTULO 1 - A CIDADE E SEUS ELEMENTOS GEOGRÁFICOS	45
1.1 Uma discussão sobre a cidade e seus mercados	46
1.2 O mercado como elemento geográfico no espaço urbano.....	49
1.3 Histórico de ocupação da região Itaqui - Bacanga	56
1.4 Bairros de urbanização popular em São Luís: Anjo da Guarda e Vila Embratel	61
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SURGIMENTO DOS MERCADOS	67
2.1 A existência dos mercados no processo de crescimento das cidades	68
2.2 Uma conexão entre mercados e feiras	81
2.3 Históricos dos mercados da área de estudo	83
CAPÍTULO 3 - O MERCADO E SUA FUNCIONALIDADE, SOB O PERFIL SOCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS FEIRANTES	94
3.1 Perfil social.....	95
3.2 Condições de trabalho	103
3.3 Percepção do trabalhador sobre sua atividade econômica.....	109
CAPÍTULO 4 - CONDIÇÕES INFRAESTRUTURAIS COMO REPRESENTATIVAS DAS FORMAS DOS MERCADOS	119
4.1 As formas dos mercados Anjo da Guarda e Vila Embratel.....	120
4.2 Percepção dos feirantes sobre as condições de infraestrutura dos mercados	140
CAPÍTULO 5 - AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO - SANITÁRIAS E INDICADORES SOCIAIS REVELADORES DA REAL SAÚDE DO LUGAR	152
5.1 Como os indicadores sociais influenciam nas condições higiênico-sanitárias	153
5.2 Percepção dos feirantes sobre as condições higiênico-sanitárias dos mercados	163
5.3 Avaliação das condições higiênico-sanitárias, quanto aos aspectos microbiológico dos alimentos comercializados no mercado Anjo da Guarda	175
5.4 A administração pública diante da gestão dos mercados	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS	226
APÊNDICES	235
ANEXOS	242

INTRODUÇÃO



Fotografia em arte, mercado Anjo da Guarda em 02. 04. 2017

“O mercado é um lugar de troca, de circulação e a facilidade de acesso viário para o abastecimento, que mantém sua função viva, implica uma estratégia espacial. Quando essa tática deixa de funcionar, torna-se impossível manter a função no lugar”. (Silvana Pintaudi, 2006, p.13)

Atualmente, pode-se afirmar que o espaço é organizado ou modificado na sociedade, segundo interesses do grande capital. Vê-se então, que o espaço geográfico reflete ou reproduz a sociedade que nele vive, e principalmente as relações que se estabelecem para com as pessoas na sociedade na busca de sua subsistência, com desejo de melhores condições de vida. “Os geógrafos a partir da década de 1970, adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma. O espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1995, p.26), dessa maneira se concebe a necessidade de análise do espaço como categoria de estudo.

Junto ao espaço, é relevante considerar outros conceitos de análise da Geografia como o território, paisagem, região e o lugar; todos esses compõem unidades do espaço geográfico que podem ser submetidos a análises, referindo a estes: cidades, bairros, elementos estruturais (escolas, comércios, indústrias, mercados, feiras, avenidas), a própria natureza, metrópoles, dentre outros. Sendo que essas unidades precisam estar interligadas a determinados fenômenos, sejam eles, sociais, econômicos ou ambientais, possuindo características prevalentes de um desses ou ainda aparecerem de forma concomitante.

Para Santos (2008) o espaço geográfico é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares. Este é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. Forma, função, estrutura, processo e totalidade são considerados categorias importantes na análise geográfica do espaço (SANTOS, 2005), ele é formado pela imaterialidade da dinâmica social e pela materialidade das infraestruturas do espaço (HARVEY, 1980).

Na presente pesquisa Mercado Público: função, forma e transformação do espaço urbano na região Itaqui-Bacanga, São Luís (MA), foram utilizadas as categorias espaço, lugar, junto à conceituação territorialidade, na compreensão dos aspectos sociais, destacando a função dos mercados, assim como suas transformações; fez-se uso das condições urbanas, para análises da estrutura dos mercados, por meio de levantamento das condições infraestruturais destrinchando suas formas, assim também das condições higiênico-sanitárias, por meio desses aspectos fez-se uma discussão, em torno de como se encontram esses elementos inseridos no espaço urbano na região Itaqui-Bacanga.

Segundo dados da Prefeitura de São Luís (2014), a capital maranhense (Figura 1), possuem 15 macrorregionais divididas em 51 microrregionais, totalizando uma quantia de 420 bairros.

A área de estudo é a macrorregional¹ Itaqui-Bacanga, composta pelas microrregionais do Anjo da Guarda, Vila Embratel, Vila Ariri, Vila Bacanga e Vila Maranhão (ACIB, 2007).

As microrregionais são regiões compostas por bairros, que possuem um ou mais bairros de maior destaque demográfico, social ou econômico, e que exerçam fortes influências socioeconômicas junto aos demais de seu entorno. A macrorregional escolhida caracteriza-se por ser uma área onde preponderam bairros com problemas de periferização², ou seja, bairros que apresentam alto adensamento populacional, desigualdade, população de baixa renda e sérios problemas de infraestrutura, tais como saneamento, precariedade de moradias e de elementos estruturais urbanos, dado destaque aqui aos mercados públicos.

Ressalva-se, que fez uso da denominação região, quando se refere a grande área de estudo. Assim, a macrorregional termo adotado pela prefeitura para Itaqui-Bacanga, foi designado de região, enquanto as áreas de abrangência dos bairros que são chamados de microrregional do Anjo da Guarda e microrregional da Vila Embratel, ambas foram denominadas de bairros, termo utilizado pelo IBGE. Essas questões foram definidas, devido existirem alguns conflitos regionais em suas espacialidades, de cunho político, no que tange às abrangências dessas áreas.

A região Itaqui-Bacanga possui 47 bairros (Quadro 1), destes possuem cinco bairros que exercem influências sobre os demais, como o Anjo da Guarda, Vila Ariri, Vila Bacanga, Vila Embratel e Vila Maranhão. Sendo que em apenas três bairros há mercados, um no Anjo da Guarda dois na Vila Bacanga (1 na Vila Bacanga e 1 na Vila Isabel) e um na Vila Embratel, onde totalizam quatro mercados no Itaqui-Bacanga. A Vila Ariri apesar de ser um bairro com uma aglomeração de pessoas considerável, não possui mercado, apenas feira.

¹ Estas divisões e suas nomenclaturas: Macrorregional, Microrregional, foram estabelecidas de acordo com a Prefeitura Municipal de São Luís - Fundação Municipal de Cultura – FUNC. Doc. Edital N° 09/2014 - PMSL/FUNC. Seleção de Propostas para Apoio, com Programação Artística, aos Arraias Juninos dos Bairros de São Luís – MA. Acessado em 04/ 10/ 2015, Disponível em <http://www.saoluis.ma.gov.br/>.

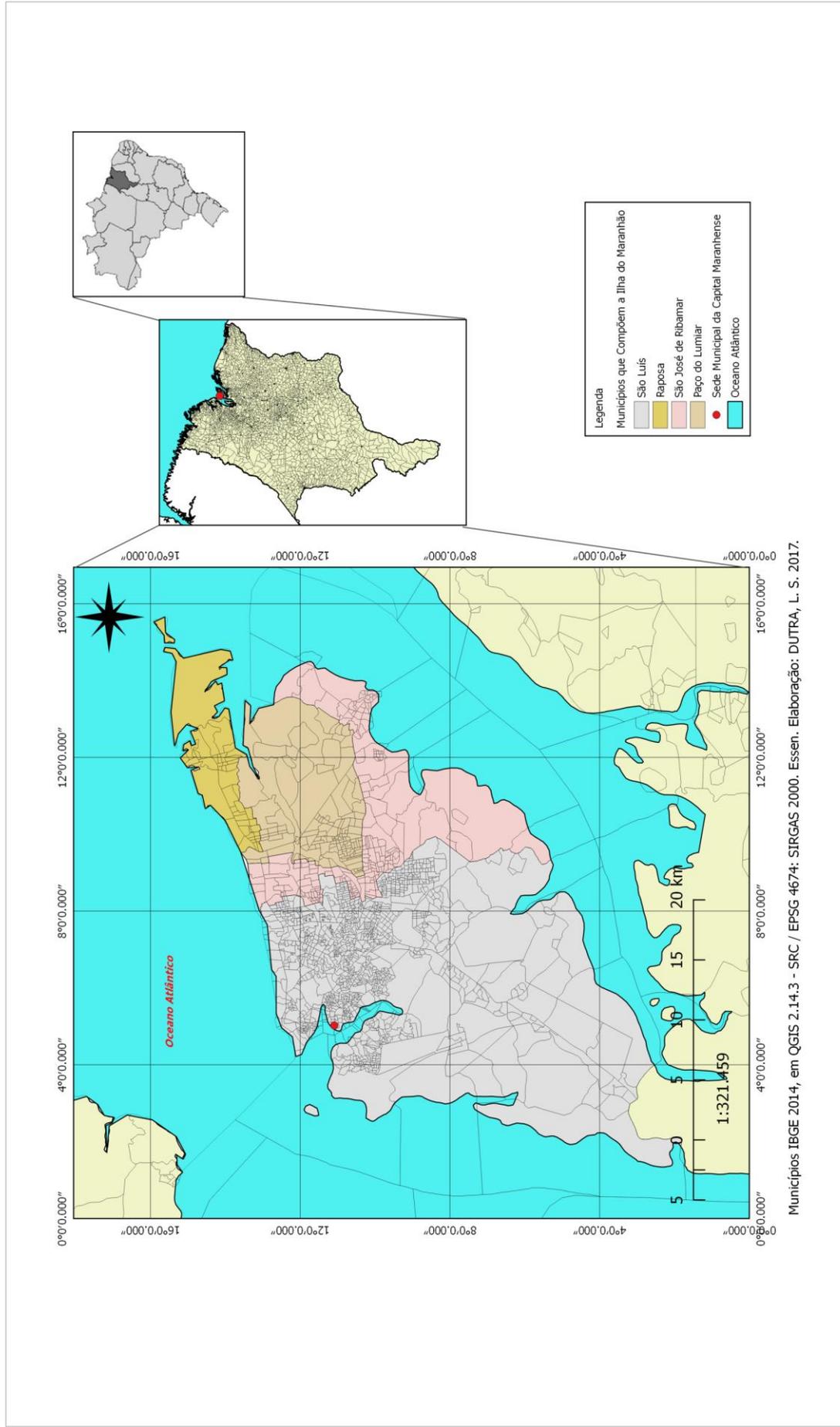
² (REBOUÇAS, 2011), O processo de periferização (assim como o de segregação – exceto a auto-segregação – ou de favelização) se espacializa na forma de uma intensa utilização do espaço para alocação de residências no geral erguidas através da autoconstrução e fora dos parâmetros urbanísticos, escassez e precariedade de serviços urbanos básicos e de intervenções do poder público.

REBOUÇAS, Fádía. Impacto Espacial, Periferização e Habitabilidade em Pirajá: Implicações Socioespaciais da Produção do Espaço Urbano de Salvador - BA. www.ufpe.br/revistageografia. Revista de Geografia (UFPE) V. 28, No. 2, 2011.

(CASTELLS, 2000, p. 85), denomina hiperurbanização, as quais incluem processos como periferização, favelização e segregação.

CASTELLS, M. A questão urbana. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (Coleção Pensamento Crítico, v.48).

Figura 1. Mapa de localização do município de São Luís - MA



Quadro 1. Bairros da região do Itaquí-Bacanga

DIVISÕES / MACRO-MICRO	QUANTIDADE DE MICRORREGIONAIS POR MACRORREGIONAL	MICRORREGIONAL	QUANTIDADE DE BAIRROS POR MICRORREGIONAL	BAIRROS
Macrorregional - Itaquí-Bacanga	5	Anjo da Guarda	6	Alto da Vitória, Anjo da Guarda, Fumacê, Gancharia, Itaquí, Vila Verde.
		Vila Ariri	10	Alto da Esperança, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II, Residencial Ana Jansen, São Raimundo, Tamancão, Vila Ariri, Vila Nova, Vila São Luís, Vila São Mateus.
		Vila Bacanga	7	Jambeiro, Sa Viana, Vila Bacanga, Vila Cerâmica, Vila Dom Luís, Vila Isabel, Vila Real.
		Vila Embratel	13	América do Norte, Argola e Tambor, Cidade Nova, Gapara, Residencial Paraíso, Residencial Primavera, Residencial, Resende, São Benedito, Vila da Paz, Vila Embratel I, Vila Embratel II, Vila São João, Vila São João da Boa Vista, Vila Zagueiro.
		Vila Maranhão	11	Vila Maranhão, Taim, Rio dos Cachorros, Cajueiro, Porto Grande, Vila Conceição, Vila São Benedito, Limoeiro, Parnaçu, Jardim São Joaquim, Vila Tiradentes.

Fonte: ACIB (2007); Prefeitura de São Luís (2014), adaptado por DUTRA, L. S. 2017.

O quadro 1 ora apresentado, foi embasado em documentos encontrados na Prefeitura de São Luís e ACIB-Associação Comunitária do Itaqui-Bacanga (Foto 1). Essa instituição em pesquisa intitulada: Em busca de uma melhor qualidade de vida, espaço da memória – 2007, considera a Vila Maranhão (composta por 11 bairros) como microrregional da área Itaqui-Bacanga, identificando a macrorregional do Itaqui-Bacanga com 5 microrregionais como já fora apresentado, já a prefeitura identifica a microrregional Vila Maranhão como parte da Macrorregional Maracanã-Estiva.

A associação comunitária é organizada e possui prédio próprio, localizado o anexo maior no bairro Anjo da Guarda. Em 2004 obteve sua qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP³, emitida pelo Ministério da Justiça. Para a secretária executiva da associação, essa tem como finalidade estatutária “Promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável do Itaqui-Bacanga, promover a integração entre o setor privado, sociedade civil organizada e o governo”, assim a missão é buscar o desenvolvimento através de ações sociais, promovendo a qualidade de vida dos moradores da região. (Segue mapa de localização da região Itaqui-Bacanga na figura 2).

Foto 1. Anexo da ACIB no bairro do Anjo da Guarda

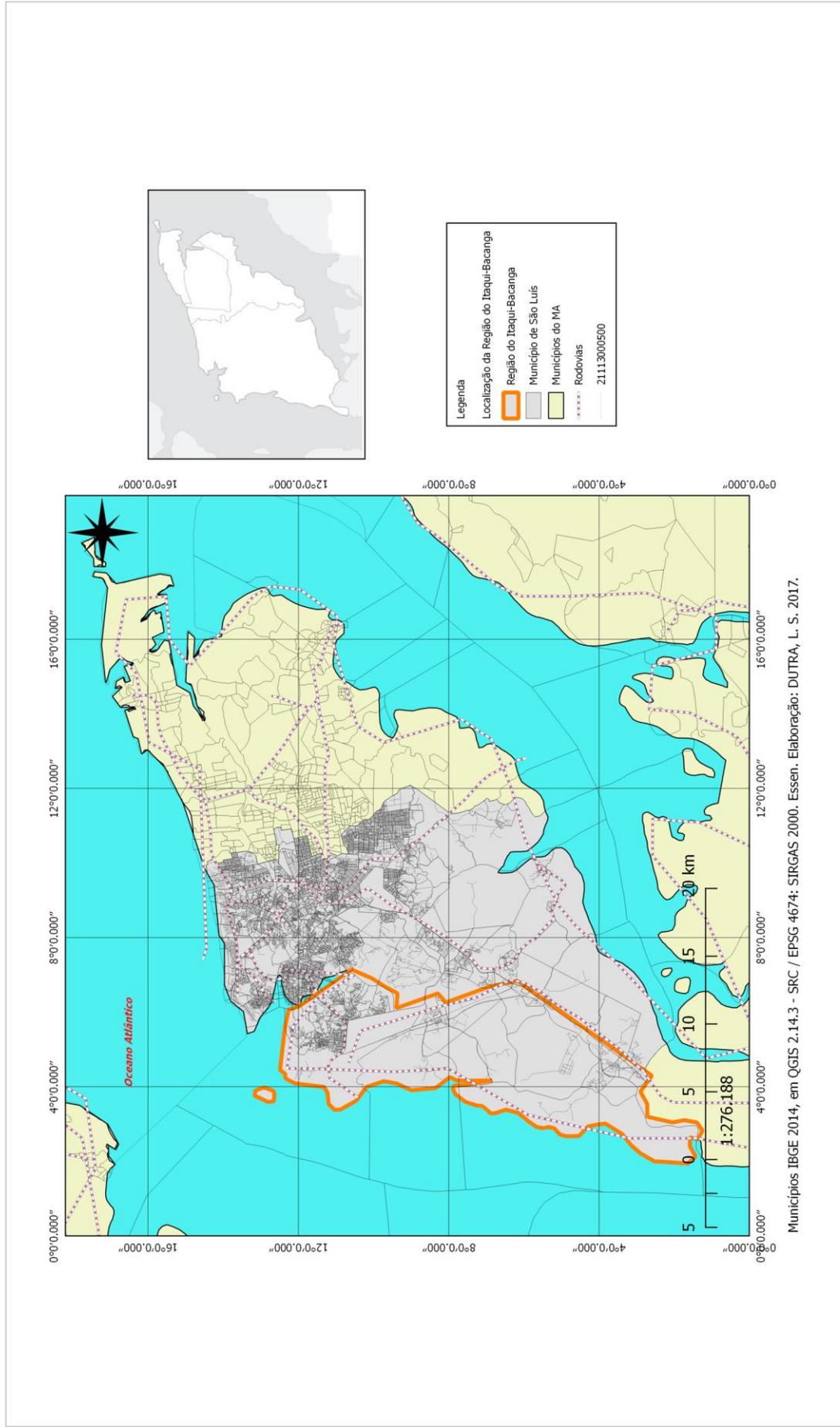


Fonte: DUTRA, L. S. 2017

³ OSCIP é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos.

CASALE, Tatiana Maria Ometto. As organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP e o terceiro setor. Direito administrativo brasileiro, 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p.358.

Figura 2. Mapa de localização da região do Itaqui - Bacanga



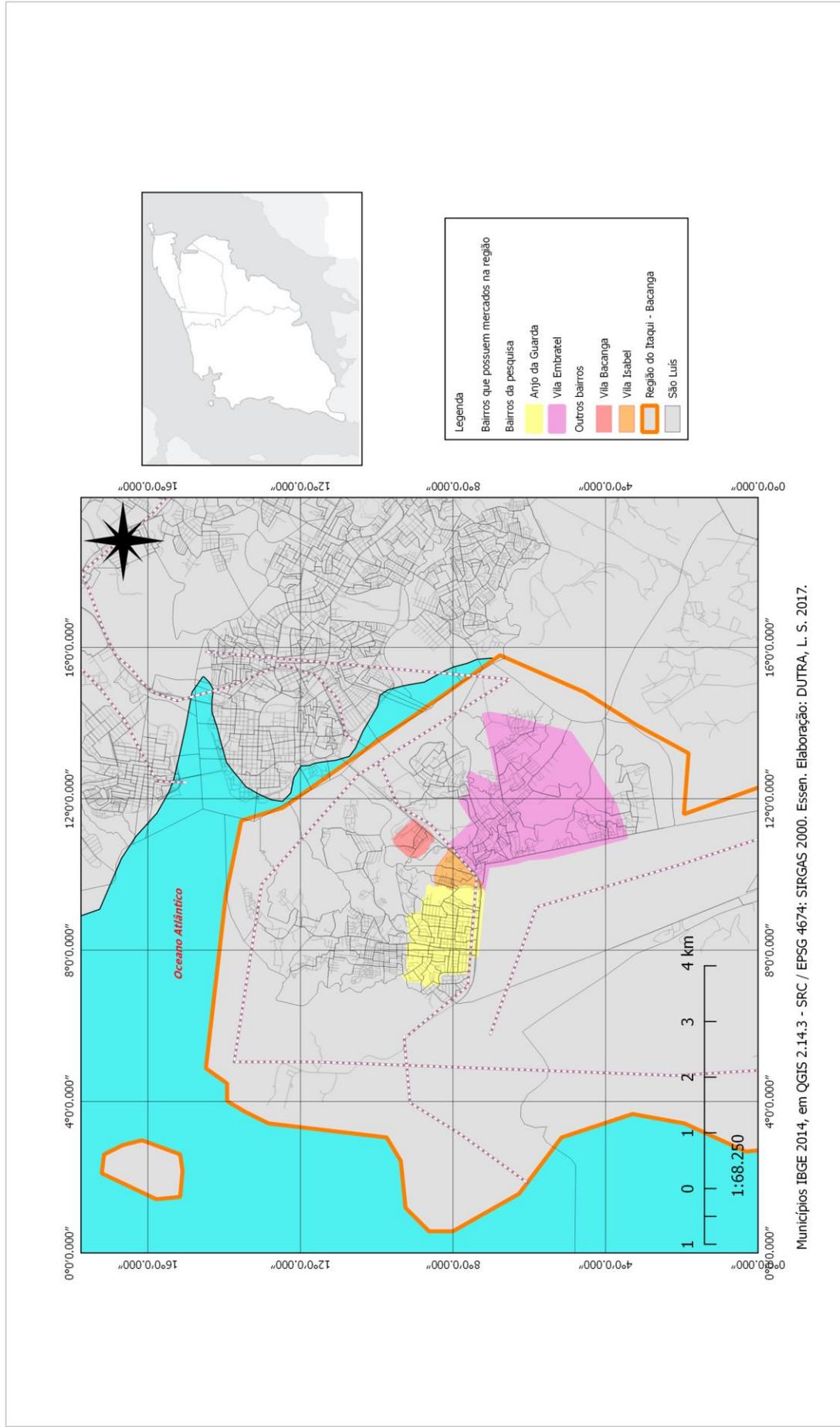
Nessa perspectiva, compreende-se a importância da pesquisa na região Itaqui-Bacanga, com ênfase nos bairros do Anjo da Guarda e Vila Embratel, ambos possuem o elemento mercado e são os maiores em extensão territorial e de ocupação mais antiga da região. Esses bairros exercem maior influência sobre os demais, desse modo, levou-se em consideração que os mercados do Anjo da Guarda e da Vila Embratel, são lugares de uso das populações de diversos territórios do Itaqui-Bacanga. A respeito das áreas Vila Ariri e Vila Maranhão não possuem mercados, apenas feiras, assim sendo, não foram abordadas. Optou-se somente pelas duas áreas aqui já mencionadas, não fazendo parte do âmbito da presente pesquisa, mesmo possuindo mercados a área da Vila Bacanga e a Vila Isabel. (Ver figura 3).

A escolha do local de estudo, foi simultaneamente, devido a presença de mercados nesses bairros, e por esses possuírem mercados “auto-suficientes” dentro de suas espacialidades, possuindo um potencial de abastecimento de mercadorias diversas que não se limita a suprir somente com as necessidades de seu principal bairro, mas ultrapassa as fronteiras deste, isso porque acaba sendo um abastecedor de outros bairros que encontram-se aos entornos; outro aspecto a considerar foi devido aos mercados estarem em espaços de contextos sociais caracterizado predominantemente por população de baixa renda. Praticamente todos os bairros do Itaqui-Bacanga passam por problemas de periferização, processo que se encontra em ascensão. Desse modo, nota-se a precarização e ausência de serviços públicos urbanos⁴; isso desperta interesse maior, em entender de forma peculiar os elementos estruturais que compõem à infraestrutura urbana desses bairros de São Luís.

Apresenta-se nesta, as principais características dos mercados públicos, em seus aspectos sociais e estruturais, ou seja, funções e suas formas, que estão inseridos em bairros da área da periferia dos bairros de urbanização popular de São Luís, levando a um comparativo desses elementos urbanos, demonstrando como se apresentam atualmente, assim como destrinchando suas transformações.

⁴ Lopes Meirelles (2008) e Gasparini (2010) definem serviço de utilidade pública os que o Poder Público, reconhecendo sua utilidade para os indivíduos componentes da sociedade, presta diretamente ou por delegação a quem deles quiser utilizar-se, mediante remuneração. Para Alex Abiko (2011) são exemplos desta modalidade os serviços de transporte coletivo, fornecimento de energia elétrica, distribuição de água, coleta de lixo, gás, varrição, gestão de mercados públicos, telefone e vários outros. Na categoria dos serviços de utilidade pública, encontram-se os serviços públicos urbanos, que são dotados de equipamentos urbanos, sendo estes últimos edifícios, instalações pontuais; dessa forma, escolas, hospitais, postos policiais, centros comunitários, mercados públicos, dessa forma, estes equipamentos compõem os serviços públicos urbanos. LOPES MEIRELLES, Hely (2008). Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Malheiros Editores. GASPARINI, Diogenes (2010). Direito Administrativo. São Paulo, Editora Saraiva. ABIKO, Alex (2011). Serviços Públicos Urbanos. São Paulo. Texto Técnico - Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil. Outubro, 2011. Disponível em: http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_010.pdf. Acessado em 15.08. 2017 às 22:00 h.

Figura 3. Mapa de identificação dos bairros que possuem mercados públicos na região do Itaquí-Bacanga



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Notabiliza-se, que não é porque os mercados estão localizados em áreas da periferia dos bairros de urbanização popular da capital, que não possam ser vistos com interesse de aplicabilidade de políticas públicas visando o planejamento urbano, pelo contrário, essas áreas são consideradas como necessárias de imediatas políticas que tenham como principal foco o planejamento do território, ou seja, urbanismo para a periferia, urbanismo para quem compõe a cidade. A negação da urbanização é negação do direito à cidade aos pobres. Diante de tal afirmação, pode-se fazer uma reflexão sobre as necessidades do cidadão na cidade. “A reflexão teórica se vê obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas da cidade, bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 105). Considera-se que usufruir inteiramente da cidade, (DELIJAICOV, 2014) é uma possibilidade para poucos, dada à redistribuição dos territórios que formou as periferias e ressignificou os espaços urbanos pelo mercado imobiliário⁵.

Do objeto de estudo, aborda-se o processo de surgimento do elemento mercado⁶ no espaço urbano, enfatizando sua importância para a Geografia (urbana e da saúde); o processo histórico e pontuando de como ele está interligado com a feira.

Ao estudar mercados públicos, tem-se que fazer uso do conteúdo histórico, além de levantamento de como foram e são usados; a forma que se estabeleceram nos territórios e conseqüentemente, delineando suas significâncias atribuídas a estes, por parte de seus usuários e trabalhadores. Conceituar mercado e diferenciá-lo de feira, notoriamente pode não ser uma tarefa fácil, isso porque estão intrinsecamente relacionados, ora diretamente, ora indiretamente, seja dentro do espaço urbano ou rural; contribuindo para fatos na construção e formação do espaço geográfico.

A escolha desse objeto é consolidada a partir das leituras bibliográficas sobre mercados, que proporcionaram ampliar o olhar através de autores já consagrados, notando-os como lugares e espaços de produção e reprodução da cidade, possuindo em seu cerne tanto aspectos sociais quanto estruturais.

⁵O mercado imobiliário pode ser caracterizado por gerar o desenvolvimento do espaço urbano das cidades e possibilitar qualidade de vida para a sociedade. Nas cidades pode proporcionar crescimento da economia local ou regional, devido ao grande volume de emprego direto ou indireto gerado por seus serviços agregados, como, por exemplo, incorporação imobiliária, corretagem, publicidade e sistema financeiro habitacional. MATOS, D.; BARTKIW, P. N. Introdução ao Mercado Imobiliário - Curso Técnico em Transações Imobiliárias. E-TEC Brasil, 2013.

⁶ A palavra mercado, proveniente do latim *mercatus*, significa “lugar de venda de gêneros alimentícios e outras [mercadorias] 3”, ou seja, lugar de trato, de compra e venda ou de troca. O encontro e o contato direto entre vendedores, compradores, transeuntes, viajantes permite um mútuo jogo de trocas, pois a troca pressupõe a conversa para que o negócio seja efetivado (VARGAS, 2001). VARGAS, Heliana Comin. Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001. 336 p.

O mercado tem sua significância econômica identificada por meio dos trabalhadores locais, chamados de feirantes⁷ que têm neste lugar, sua principal fonte de renda. Constitui também lugar de sociabilidades, aproximando pessoas e fortalecendo laços de afeto entre usuários e trabalhadores. Ressalva-se como premissa que consumidores são os que muitos se beneficiam com os mercados, pois podem encontrar nestes, alimentos a preços mais acessíveis, entretanto, esse estudo não teve foco nos consumidores.

A pesquisa se faz ainda pertinente porque pressupõe aumentar a compreensão socioespacial de determinados elementos dos espaços urbanos inseridos na cidade com vulnerabilidade urbana, isto é, elementos dos bairros que passam por problemas estruturais (saneamento, saúde, moradia...), carências de serviços públicos, como exemplo, os mercados públicos, pontos de abastecimentos onde muitos dos inseridos na rede urbana da capital, apresentam-se em condições não favoráveis sob ótica tanto da estrutura quanto da saúde.

Para Mott (2000), tanto as feiras como os mercados brasileiros seguiram o modelo dominante em Portugal, servindo como centros de abastecimentos. Espera-se a partir daí, entendê-los como referências para compreensão dos mercados como abastecedores, os quais propiciam um maior aglomerado populacional em determinadas regiões geográficas. Os mercados acompanham e ajudam a construir a história das cidades e da sociedade.

Estudar mercados, outrora entrepostos comerciais, é perscrutar parte da história e o cotidiano de um lugar. Torna-se imprescindível destacar, que esses lugares são formados de histórias de vidas, justificando o foco nos sujeitos sociais que os compõem; também estão formados de mudanças espaciais físicas ou simbólicas, isso interfere que as estratégias são transformadas no território de maneira a se adequarem ao contexto, visando à sobrevivência dos negócios mantendo parte de uma sociedade, moldando-se de acordo com interesses. (MOTT, 2000).

Acredita-se que a sobrevivência da população, por meio dos mercados públicos, que estão no espaço geográfico, têm o papel de suprir as necessidades básicas, entre elas à alimentação, e para que ela seja salutar devem existir boas condições infraestruturais e higiênico-sanitárias, por isso, a importância de enfatizar a necessidade de buscar informações a respeito desses lugares muito presentes no espaço urbano.

Segundo Barcellos (2008) as desigualdades sociais são umas das graves consequências do modelo econômico excludente, estas são apontadas como desencadeadoras de outras

⁷ Muitas são as denominações encontradas para os trabalhadores que desempenham atividades no mercado, tais como mercador, merceiro, peixeiro, verdureiro, hortifrutigranjeiros, feirante. Diante das diversas, na presente pesquisa optou-se em chamá-los de feirantes, pois esta é a denominação que assim eles se identificam.

desigualdades, que se refletem na distinção de acesso aos serviços em boas condições urbanas para e entre grupos sociais, tais como o ambiente, condições de vida e saúde, que formam uma tríade indissociável de fatores com múltiplas e complexas interações; a mediação entre estes se dá pelas relações que esses grupos estabelecem com seu território, por isso, a Geografia da Saúde⁸ também se faz necessária.

Nessa perspectiva, o interesse pela temática se iniciou após término de uma pesquisa já desenvolvida quando graduando, enquanto Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/UFMA, com temática: Análise e Avaliação de Políticas Públicas Voltadas para o Planejamento Urbano: Primeira Etapa do PAC⁹, no Bairro da Vila Palmeira, em São Luís-MA; esta indicou que o bairro apresentava problemas de infraestrutura, sobretudo, no mercado, a partir daí, surgiu à necessidade de perceber se assim como nesse, os mercados de outros bairros de São Luís, passavam pelos mesmos problemas.

A vinculação com a linha de pesquisa, dinâmica do espaço: urbano e rural é devido já possuir como conhecimento prévio, que o processo de ocupação de São Luís, foi ensejado pelo interesse em busca de melhores condições de vida, impulsionado pela própria modernização do campo, atrelada aos grandes empreendimentos presentes na cidade; sendo justamente essas condições, que irão contribuir como causa da saída do homem do interior do Estado do Maranhão para a capital, podendo evidenciar, que os bairros Anjo da Guarda e Vila Embratel, passaram por esse processo.

A experiência no Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE/UEMA), vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, onde a partir dessa vivência, obteve-se a oportunidade de conhecer, visitar e estudar cidades das mesorregiões do Maranhão, 42 municípios, com pesquisa de âmbito urbanístico, analisando processos de crescimento das cidades, contribuindo para interesse no objeto.

O trabalho traz contribuições para o Grupo de Estudos Urbanos (GEURB / UEMA), vinculado ao Curso de Geografia, pois diante das discussões de pesquisas na área da Geografia Urbana e Geografia da Saúde, traz novas temáticas e assuntos já levantados, diante de novos olhares a serem discutidas dentro do grupo de estudo, somando ao diálogo com diversos pesquisadores, proporcionando obtenção do aumento de interesse em estudar questões relacionadas à ausência de planejamento urbano.

⁸ A Geografia da Saúde visa contribuir na análise do espaço, BARCELLOS, C. (2008) considerando suas dinâmicas, na ampliação de conhecimento sobre o habitat, na caracterização de ambientes degradados que podem propiciar eclosão de epidemias e otimizar processos de prevenção e combate à problemas de saúde. BARCELLOS, Christovam. Organizador. A geografia e o contexto dos problemas de saúde / Rio de Janeiro: ABRASCO: ICIT: EPSJV, 2008. 384 p. : il. ; 23 cm. – (Saúde Movimento; n. 6).

⁹ Programa de Aceleração de Crescimento, lançado em 2007 pelo Governo Federal.

A importância se faz acima de tudo, para área de conhecimento da Geografia, pois esta se interessa pela questão do planejamento urbano e de programas sociais, pois ambos evidenciam e tem como intuito amenizar a questão da exclusão social. Almejando ainda, a intenção de levar a toda sociedade, o foco da atual configuração do resultado deste, para direcionar futuras ações.

A pesquisa foi subsidiada por publicações tais como: Dialogando Sobre Uso e Ocupação do Solo Maranhense: Questões Urbanas e Características Ambientais. (ENTENDA – 1º Entenda Encontro Nacional Sobre Tendências e Desafios Ambientais. “Territorializando o Debate”); A Importância da Análise do Espaço Geográfico: A Cidade, Enquanto Território Urbano Onerado de Elementos Geográficos. (ENG – Encontro Nacional dos Geógrafos); Destrinchando os Caminhos da Metodologia para Estudo Geográfico, na região do Itaqui - Bacanga, Localizado na Cidade de São Luís-MA. (I Seminário Nacional de Pesquisas e Estudos Sobre as Cidades, Espaços, Atores e Dinâmicas do Nordeste do Brasil); As Condições Urbanas do Mercado Público do Bairro Anjo da Guarda, Área da Periferia de São Luís - MA. (I seminário Norte e Nordeste: Saúde e Ambiente. Interdisciplinaridade em foco).

Foi também subsidiada pela experiência no projeto: Capacitação Técnica e Elaboração de Minuta de Planos Municipais de Saneamento Básico de Municípios do Estado do Maranhão; desencadeado pela UFF-RJ, Universidade Federal Fluminense/Rio de Janeiro e FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. O projeto compreendeu o desenvolvimento da atividade em 116 municípios. Na primeira fase atuando como Técnico de Mobilização Social, foram desenvolvidas atividades como levantamento de dados; elaboração de relatórios técnicos; reuniões públicas; elaboração e capacitação, através de minicursos e oficinas, do comitê de coordenação e executivo, com temáticas voltadas a eixos do saneamento básico a exemplo abastecimento de água, esgotamento, manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e mobilização social. Durante vivência no projeto, obteve-se experiência enquanto Técnico de Mobilização Social, que fora de suma importância para desenvolvimento desta pesquisa, proporcionando um olhar social sobre os objetos de estudo da mesma.

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral analisar os mercados públicos dos bairros de urbanização popular, Anjo da Guarda e Vila Embratel, em seus aspectos sociais e estruturais, assim como suas transformações. E objetivos específicos: Traçar histórico dos mercados, com suas respectivas localizações e identificação de formações de territorialidades em seus entornos; Identificar a contribuição socioeconômica dos mercados, para a população; Caracterizar as condições urbanas de infraestrutura dos mercados; Levantar as condições higiênico-sanitárias dos lugares. Diante da discussão dos mercados públicos nos bairros de

urbanização popular, seriam estes mercados, moldes das desigualdades sociais presentes na cidade de São Luís; que foram estas iniciadas no processo de surgimento e crescimento desta? Assim sendo, o mercado público é um elemento revelador da real cidade?

As discussões abordadas que sanaram os objetivos e indagações da pesquisa estão nos capítulos assim descritos:

No capítulo 1, enfatiza a cidade e seus elementos geográficos, apresentando no item 1.1 discussão sobre a cidade e seus mercados; no subitem 1.2 o mercado como elemento geográfico no espaço urbano; 1.2.1 o mercado designado como lugar; 1.3 histórico de ocupação da região Itaqui-Bacanga; e no 1.4 os bairros de urbanização popular em São Luís: Anjo da Guarda e Vila Embratel;

O capítulo 2, relata a contextualização histórica do surgimento dos mercados; no item 2.1 a existência dos mercados no processo de crescimento das cidades; no 2.2 descreve uma conexão entre mercados e feiras; em 2.3 históricos dos mercados da área de estudo;

Já o capítulo 3, dos aspectos sociais, o mercado e sua funcionalidade, sob o perfil socioeconômico e condições de trabalho dos feirantes; no item 3.1 perfil social; 3.2 as condições trabalhistas e no 3.3 sobre a percepção do feirante diante de sua atividade;

Com relação ao capítulo 4 retrata das condições infraestruturais como representativas das formas dos mercados; no 4.1 as formas dos mercados Anjo da Guarda e Vila Embratel, e em 4.2 o olhar dos feirantes sobre essas condições de infraestrutura;

No capítulo 5, das condições higiênico-sanitárias e indicadores sociais como reveladores da real saúde do lugar; em item 5.1 percebe-se de como indicadores sociais influenciam nas condições higiênico-sanitárias; em 5.2 percepção dos feirantes sobre as condições higiênico-sanitárias dos mercados, no 5.3 avaliação quanto aos aspectos microbiológicos dos alimentos comercializados no mercado Anjo da Guarda. Já no item 5.4 faz-se um apanhado da administração pública ao que concerne a gestão dos mercados.

Assim contextualiza-se o processo de historização da formação dos mercados, tendo interesse em explicar o processo de como se encontra a condição urbana atual desses locais nos bairros supracitados, descrevendo como emergiu a necessidade destes, relatando a existência do processo de manutenção e estado de conservação. Fez-se compreender ainda no decorrer do desenvolvimento da investigação, sobre a dinâmica do entorno destes elementos, ou seja, perceber a formação de territorialidades em seus arredores junto de outras implicações.

METODOLOGIA

O método de abordagem compreende procedimentos gerais utilizados na investigação de fenômenos. Refere-se assim como método geral, o método dialético. Andrade (2010), sobre esse, afirma que não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da mesma forma, é importante observar que:

A dialética, como ciência das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano, possui três leis, amplamente conhecidas, por aqueles que tem um mínimo de familiaridade com o marxismo. (...) 1. A transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; 2. A unidade e interpenetração dos contrários, e 3. A negação da negação. (SPÓSITO, 2004, p.45).

Segundo Gil (2008), no método dialético, há certos princípios a serem considerados, como o princípio da unidade e luta de contrários; onde os fenômenos mostram aspectos contraditórios, sendo ora unidos e formando a indissolúvel unidade das oposições; como a exemplo da região do Itaqui-Bacanga, compostas por seus bairros nas áreas da periferia.

Pondera-se que o método dialético é contrário ao conhecimento rígido, pois tudo é visto em constante mudança, sempre há algo surgindo, que nasce e há de se desenvolver, sempre existe algo que se desconstitui, se transformando (ANDRADE, 2010). Ainda sobre o método dialético para Spósito (2004), este é o que surge pela refutação das opiniões do senso comum, enviando à contradição, para chegar por fim à verdade, fruto de uma racionalidade, criticidade; pode-se então previamente considerar que a geografia crítica¹⁰, sob perspectiva da geografia urbana, possui teor de complexidade, isso por seus estudos serem predominante na cidade, por isso, reafirma-se que a metodologia utilizada mais adequada foi à dialética, afinal, através dessa é possível compreender o espaço citadino, com suas diversas inter-relações, entre sociedade, espaço físico e espaço construído.

O método dialético aponta para uma forte característica: a de totalidade. Oliveira (1990) considera que a pesquisa geográfica deve ser feita mediante reflexão, buscando a origem do problema, crítica e colocar o objeto do conhecimento, em um ponto de crise, para inserir o objeto no contexto do qual é parte integrante. A interpretação dos dados deve ser absolutamente verdadeira em relação ao campo teórico e da realidade.

¹⁰ A Geografia Crítica, que faz uso em suas análises do materialismo histórico, os embasamentos teóricos dessa, posicionam-se por uma transformação da realidade social. Para Moraes (2007): Os geógrafos críticos apontam a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista. Desvendando as máscaras sociais contidas.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. 21. ed., São Paulo: Annablume, 2007.

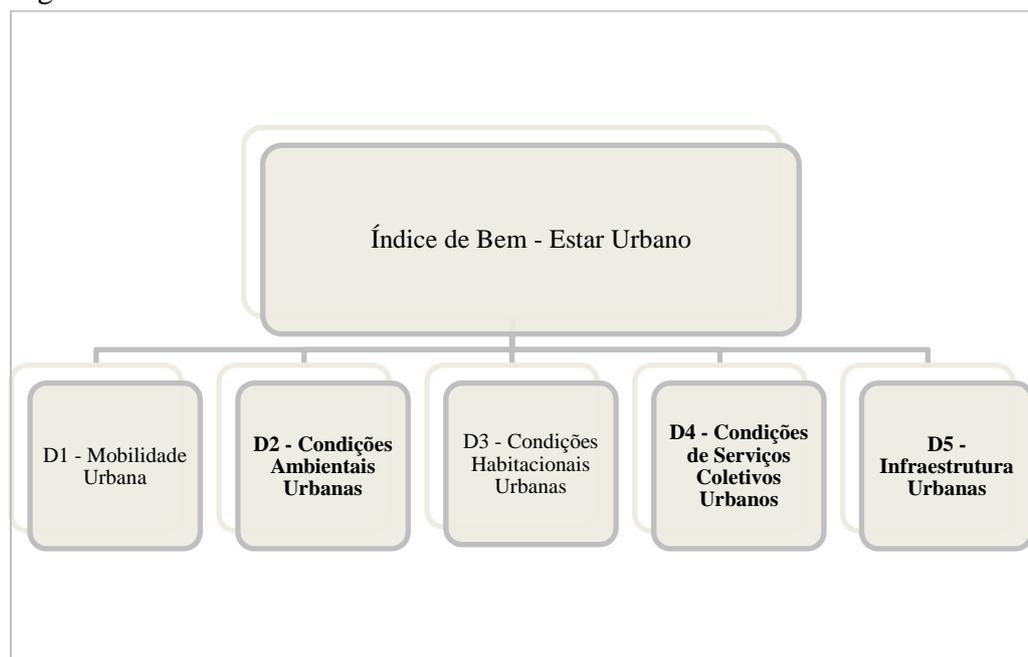
A metodologia da dialética se destaca, pois leva em consideração o movimento dos elementos, fatos, objetos, em constante transformação e inter-relação do todo. A análise crítica, totalizante, necessita da crise na reflexão do pesquisador para alinhar a teoria e a realidade. A grande contribuição do método dialético é a busca pelo conhecimento que multiplica a visão receptiva do pesquisador, somando para o desenvolvimento de uma prática articulada entre o pensar e o fazer. (DAVID, 2002).

Para Soja (1993) a dialética torna-se cada vez mais espacializada, com demandas na mudança fundamental sobre o espaço, tempo e ser; assim, tem-se a pretensão de espacializar a narrativa histórica; que é associar a extensão temporal uma Geografia humana crítica permanente. Isso nos leva a materialidade espacializada, sendo essa, o reconhecimento de que a espacialidade é o socialmente produzido. (SOJA, 1993). “A espacialidade não pode ser completamente separada dos espaços físicos e psicológicos. Os processos físicos e biológicos afetam a sociedade”. (SOJA, 1993. p.148).

Para uma melhor compreensão dos mercados públicos, definiu-se dimensões de análise das condições urbanas. Essas se referem ao conceito definido das condições de infraestrutura e as condições higiênico-sanitárias.

Da definição das Condições Urbanas, foi levado em consideração sobre análise do IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano), caracterizando o termo, Condições Urbanas, através das dimensões D2; D4; D5. Sendo que o IBEU possui 5 dimensões (Figura 4).

Figura. 4. Dimensões do IBEU



Fonte: Ribeiro; Ribeiro, 2013.

Os indicadores que compõem as 5 dimensões do IBEU foram construídos com base no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que tem como base o espaço social territorialmente construído. Ressalva-se, que o trabalho utilizou das dimensões supracitadas, sem o intuito de contabilizar como o IBEU é comumente utilizado, com variação de 0 a 1. O objetivo foi utilizar da base conceitual de 3 dimensões, sendo elas: D2 – Condições Ambientais Urbanas, D4 – Condições de Serviços Coletivos Urbanos e D5 – Infraestrutura Urbanas. Essas dimensões ajudaram na delimitação de seleção de itens que foram utilizados na diferenciação de condições de infraestrutura e condições higiênico-sanitárias. É importante observar mesmo que o IBEU, seja utilizado para análises de moradias, sendo à moradia Elemento Físico do Urbano, essa pesquisa não trata de domicílio, mas de um espaço de trabalho, o mercado público, sendo esse um Elemento Físico do Urbano, logo, coube às adaptações ora estabelecidas. A descrição utilizada foi dentro de interpretação do IBEU Local, pois este propicia a comparações em âmbito de escala menor, ou seja, a relação direta entre as áreas de ponderação¹¹ (mercados nos bairros), em uma escala que permita a avaliação interna das condições urbanas de vida ou de elementos.

Na D2 – (Condições Ambientais Urbanas), verifica a arborização do entorno, esgoto a céu aberto no entorno do elemento, e situações relacionadas à saúde do ambiente.

D4 – (Condições de Serviços Coletivos Urbanos) - o atendimento adequado de água, esgoto e a coleta adequada de lixo.

D5 – (Infraestrutura Urbanas) - pavimentação, iluminação pública, calçamento, meio fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros, no geral, está muito associado às condições de estrutura físicas (telhados, paredes, rebocos, pisos).

Assim, as Condições Urbanas são análises do espaço urbano, relacionadas à dimensão de infraestrutura, em seus aspectos estruturais físicos do lugar, e da dimensão higiênico-sanitárias, em seus aspectos relacionados à mercadoria, proliferação ou não de microrganismos; seja em situações de análises dessas dimensões de maneira individual ou em conjunto, quer seja de domicílio ou algum outro elemento do urbano de utilização do sujeito social, podendo ser essas condições positivas ou negativas para este.

¹¹A área de ponderação é constituída por um conjunto de setores censitários, apresentando “relativa homogeneidade demográfica e social; sempre que possível continuidade espacial; e, contiguidade municipal [...]”. Por este motivo, a utilização da área de ponderação como correspondente à ideia de bairro se aproxima da concepção sociológica que o bairro representa como espaço social” (RIBEIRO; RIBEIRO, p.7, 2013). RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Índice de Bem-Estar Urbano IBEU. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, 2013.

Especificadamente sobre as condições higiênico-sanitárias¹², destaca-se que tanto os alimentos, como pessoas e estrutura física estão incluídos na análise dessas questões, isso porque o ambiente influencia diretamente nas condições higiênico-sanitárias de alimentos expostos, ou ainda guardados em locais inadequados, pois as superfícies onde ficam apoiados, assim como os utensílios empregados na manipulação junto às mãos dos feirantes também podem ser veículos de contaminantes. Indivíduos que manipulam alimentos podem do mesmo modo representar fonte potencial de contaminação e proliferação de enteroparasitas, apesar de estarem, na maior parte, na condição de assintomáticos (SOARES; CANTOS, 2005).

Dos procedimentos metodológicos, esses não se apresentam exclusivos entre si (LAKATOS; MARCONI, 1996). Dessa forma, para análise e desenvolvimento da pesquisa levou-se em consideração procedimentos como o histórico, comparativo e estatístico; segundo Lakatos e Marconi (1996) estes métodos são muitos utilizados nas ciências sociais e humanas.

A pesquisa no Itaquí-Bacanga, área dotada de bairros, que constituem moldagens do espaço urbano, das construções, de fatos e fenômenos, junto aos seus elementos (recheados de informações, história, pessoas), pressupõe que em consequência dessa multiplicidade de questões dentro do território urbano, do bairro em consonância com seus elementos, aqui o mercado, que estes vários métodos de procedimentos¹³ se enquadram de forma indispensável para compreensão de parte da representação da espacialidade geográfica da região.

De acordo com Andrade (2010), o procedimento metodológico histórico consiste em investigar os processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje; é importante pesquisar as raízes para compreender sua natureza e função. Já o comparativo é usado com propósito de verificar semelhanças e divergências, que viabilizam explicações e conclusões, chegando neste ponto a comparar tanto a área central da cidade, com a periférica, e mais precisamente enfatizar os mercados públicos.

Para caracterizar o contexto histórico no qual os mercados surgiram, ou seja, de como se deu a instalação dos mercados nos bairros, se pesquisou por meio de entrevistas e meio documental, além de consulta em órgãos competentes; como por meio de entrevistas

¹² As condições higiênico-sanitárias requerem cuidados básicos, como singelamente lavar as mãos, pois a higienização inadequada das mãos pode permitir a presença de patógenos.

SOARES, B.; CANTOS, G. A. Qualidade parasitológica e condições higiênico-sanitárias de hortaliças comercializadas na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 8, n. 4, dez. 2005.

¹³ Métodos de procedimentos, também chamados de secundários, constituem etapas mais concretas da pesquisa, explicando objetos menos abstratos. Relacionam-se, portanto, especificadamente com as fases da pesquisa e não com o plano geral dela. Constituem etapas mais concretas da investigação, proporcionando meios técnicos para garantir objetividade e a precisão no estudo dos fatos. Não são exclusivos entre si.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia de trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 4 ed. São Paulo: Altas, 1998.

direcionadas aos gerentes de ambos os mercados, através do formulário 1 – intitulado: Histórico, Regularização e Gestão (APÊNDICE A).

Houve pesquisa bibliográfica como levantamento de documentação indireta e direta. A documentação indireta se refere à pesquisa em revistas, livros, dissertações, artigos e sites especializados. E a documentação direta abrange a observação direta intensiva e extensiva.

A direta intensiva baseou-se em técnicas de observação e entrevistas, sendo sistemática, pois levou em conta estruturação; assim como participante, pois o pesquisador cooperou diante dos fatos observados, existindo assim, realizações de observações espontâneas e sistemáticas. E a direta extensiva baseou-se na aplicação de formulários, medidas de opiniões e atitudes, que foram importantes na coleta de dados de campo.

O estudo possui caráter quantitativo, utilizando-se do procedimento metodológico estatístico; na medida em que foram feitas mensurações, tais como realização de entrevistas e aplicações de 70 formulários com trabalhadores destes locais, que desenvolvem suas atividades na parte interna do mercado, como também com alguns que trabalham aos arredores, possuindo pontos de boxes nos mercados.

O procedimento estatístico fundamenta-se na utilização das probabilidades. Através desse foi permitido comprovar as relações dos fenômenos entre si e obter generalizações, ocorrência ou significado. Por meio desse método de procedimento aplicou-se questionários voltados para os feirantes. (Formulário 2 intitulado: Questões socioeconômicas e condições urbanas dos mercados, APÊNDICE B)

Os formulários foram preenchidos, sob Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A). Por meio da aplicação destes, foram levantados dados com a quantidade amostral em um universo de 35 trabalhadores em cada mercado público, totalizando 70 trabalhadores entrevistados, correspondendo a 35 trabalhadores no Mercado Anjo da Guarda (M1AG)¹⁴ e 35 trabalhadores no Mercado Vila Embratel (M2VE), respectivamente tendo em seu total nos mercados, 70 e 51 trabalhadores que executam atividade na parte interna¹⁵. Os gráficos elaborados estão representados em total numérico de percentual 100%.

Soma-se também o viés de caráter qualitativo, pois teve como objetivo interpretar a conjuntura do fenômeno investigado em suas várias dimensões, assim como também analisar relatos verbais dos sujeitos observados.

¹⁴ Para que o desempenho da pesquisa torne-se mais compreensiva e didática, evitando repetição de termos, foi colocada a denominação alfanumérica para cada mercado, sendo o Mercado do Anjo da Guarda denominado M1AG e o Mercado da Vila Embratel o M2VE.

¹⁵ Através da visita de campo e check list fez um levantamento da quantidade de feirantes que trabalham na parte interna do mercado, trabalhando assim na presente pesquisa, com 35 trabalhadores de cada mercado, representando 50% do M1AG e 68% do M2VE. (ver modelo de check list em APÊNDICE E).

Foi feito ainda levantamento de informações em órgãos públicos municipais, responsáveis pela manutenção e conservação dos mercados como a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) e Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), assim também em secretarias estaduais, como a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (SAF) e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (SAGRIMA); foi desenvolvido entrevistas em todos os órgãos mencionados, por meio do formulário 3, intitulado: A administração pública na gestão dos mercados. (APÊNDICE C) com responsáveis por estes setores¹⁶, mas primeiro houve encaminhamento de ofício (APÊNDICE D).

Para análise das condições urbanas (infraestruturais e higiênico-sanitárias), foi utilizado o método de Listagem (Check List¹⁷), desempenhado como metodologia de procedimento, sendo indicado em avaliações preliminares, tendo como vantagem o emprego imediato para análises de impactos, sendo de fácil compreensão. Para Moreira (1985) a listagem de controle foi o primeiro método de avaliação de impactos ambientais a ser idealizado, em virtude principalmente, de sua facilidade de aplicação.

Em vista, a utilização do procedimento metodológico supracitado, pode ser considerado instrumento prático de ser utilizado em estudos de impactos ambientais (SÁNCHEZ, 2006), o qual indica os elementos ou fatores ambientais potencialmente afetados por ações ou projetos relacionados a algum empreendimento. Dentre a perspectiva do procedimento mencionado foram observados, in loco, como trabalhadores condicionaram suas atividades laborais; como consiste a organização do trabalho e em quais condições estas são desenvolvidas, principalmente no tocante as condições das ferramentas de trabalho.

O método Check List (APÊNDICE E) serviu para uma descrição geral do mercado, de suas condições urbanas, condições estas de infraestrutura e higiênico-sanitárias, sendo que já foi previamente elaborado, baseado na legislação urbanística e de saúde da cidade, sendo os documentos que serviram de suporte: Plano Diretor de São Luís, Regulamento Geral e Código Sanitário das Feiras e Mercados de São Luís/2008¹⁸ e a Lei de Vigilância Sanitária¹⁹ 3.546, 05

¹⁶ Evidencia-se que os nomes dos profissionais que contribuíram na catalogação de informações não foram mencionados por presar pela privacidade destes.

¹⁷ Check list consiste, segundo LOPES, W. S.; VALDERI, D. L.; SHIVA, P. (2000), no vislumbamento e na listagem de consequências, quando se considera o potencial transformador do ambiente físico, biótico e antrópico, de causas conhecidas, ou atividades impactantes. Ainda para estes, as questões do checklist, levam-se em consideração, por exemplo, a natureza das atividades, que são previamente respondidas por pesquisa em campo, levantando informações básicas, acerca de determinada atividade. Trazendo estrutura e consistência a juntar e classificar informações.

FAÇANHA, A. C. et al (2015), o check list ou verificação, constitui-se como referência para fins de análises de problemas provocados pela expansão urbana

¹⁸ Disponível em formato digital no órgão da SAGRIMA.

de agosto de 1996. Destaca-se que estes documentos também conduziram no suporte para elaboração dos formulários que foram direcionados aos trabalhadores dos mercados. Tais documentos legais serviram de base para estruturar a pesquisa no que se refere ao arcabouço jurídico vigente, dando direcionamento para entender os mercados públicos da cidade.

Para uma melhor compreensão, foi feita análise microbiológica de alimentos, através de coletas de hortaliças, alface crespa e cheiro verde.

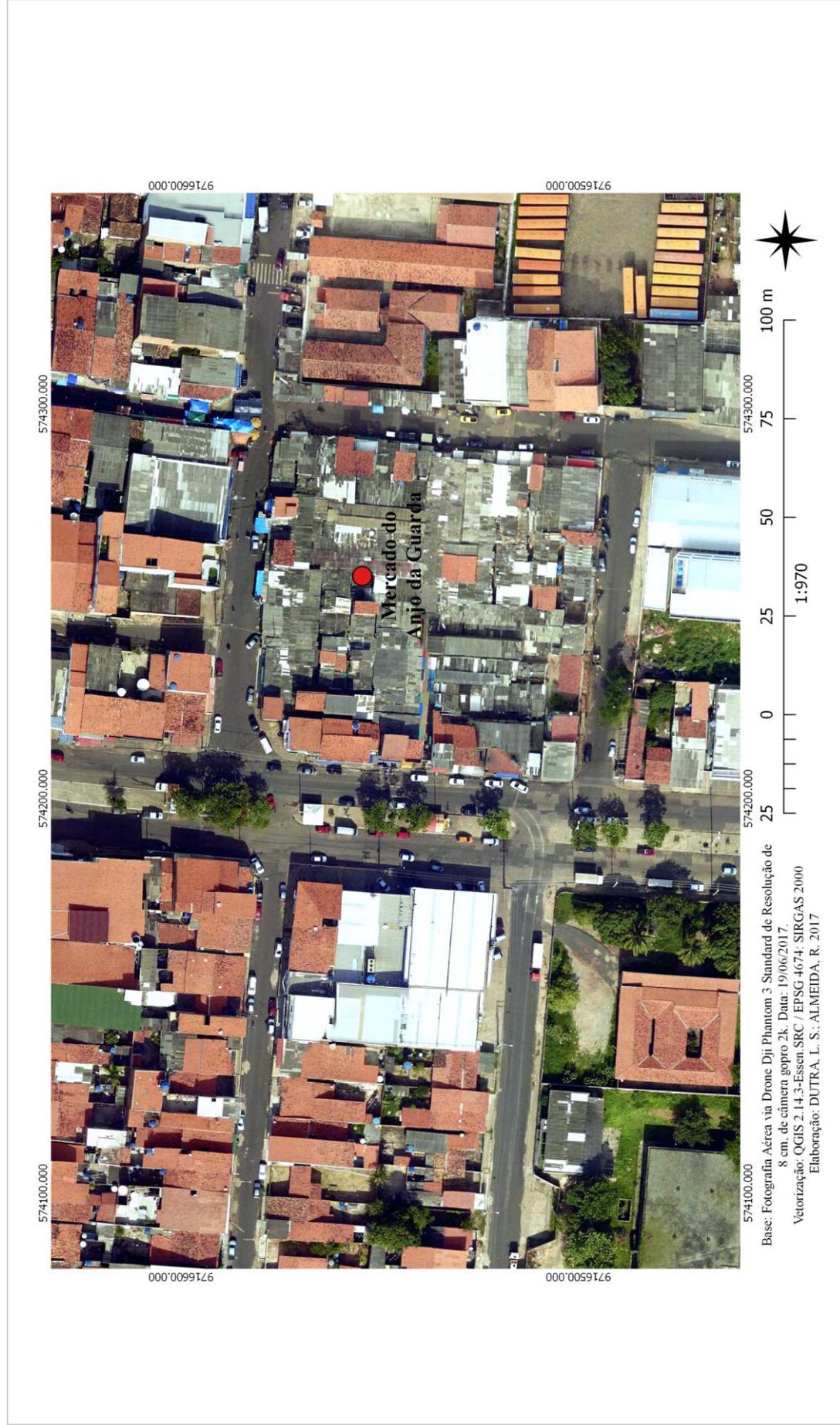
Em agosto de 2017, foram coletadas 20 amostras sendo 10 de alface crespa e 10 de cheiro verde, comercializados por feirantes no Mercado do Anjo da Guarda. Após aquisição das amostras de alimentos, estas foram colocadas em sacolas, identificadas e acondicionadas em caixa isotérmica, e imediatamente encaminhadas ao Laboratório de Microbiologia, do Programa de Controle de Qualidade de Alimentos e Água (PCQA) do Pavilhão Tecnológico do Departamento de Tecnologia Química da Universidade Federal do Maranhão, que assim foram analisadas em laboratório junto a técnicos especialistas na área de alimentos, sendo todas as fases acompanhadas. Ressalta-se que estes produtos são de cultura de agricultura familiar e estão presentes consideravelmente em mercados, feiras.

Para mapear a localização dos mercados e a formação de territorialidades em seus arredores, foi utilizado software QGIS 2.14.3 - Essen, de cunho temático sobre o uso e ocupação do solo urbano, identificando possíveis diferenças de áreas mais organizadas ou áreas mais adensadas, assim como nas suas partes externas. Para análises de imagens e para obtenção de outras informações cartográficas, foram utilizadas as ferramentas Map View e Google Earth Pro, assim como cartas de imagens geoespaciais disponíveis em institutos como o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e SECID - Secretaria das Cidades. A escolha do software QGIS foi devido ser um programa livre.

O registro de fotografias do lugar e fotografias aéreas (Fotos 2 e 3), foram feitas respectivamente, por máquina digital câmera semiprofissional Canon 8 mp e Drone Dji Phantom 3 Standard de Resolução de 8 cm, de câmera gopro 2k; ambos contribuíram para melhor descrição do espaço urbano.

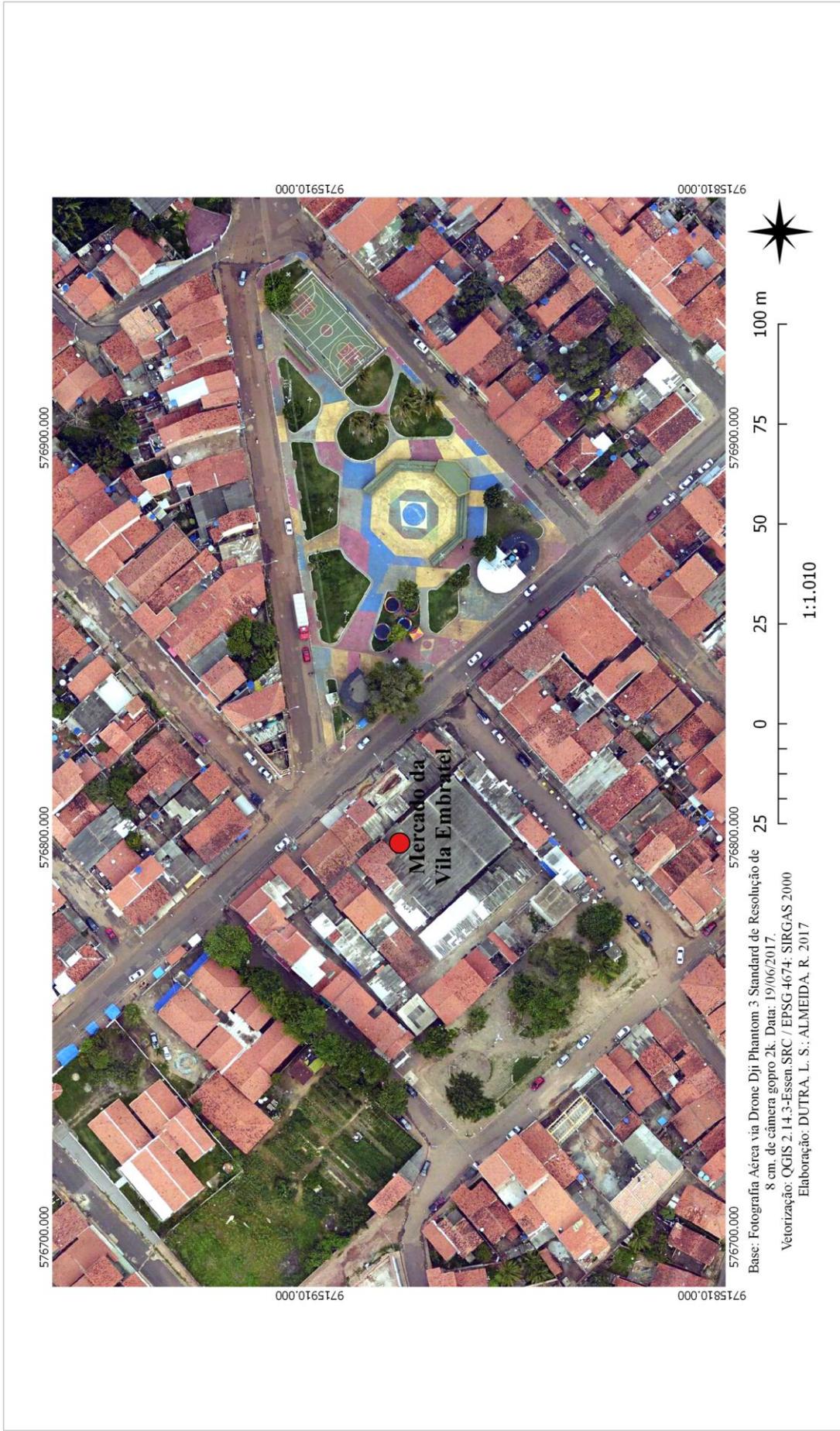
¹⁹ Sancionada e decretada pela prefeita Conceição Andrade em agosto de 1996. Lei Nº 3.546, de 05 de Agosto de 1996, São Luís - MA. Dispõe Sobre a Vigilância Sanitária no Município de São Luís, e Dá Outras Providências; acessado em 12 / 11 /2015.
Disponível em <https://camara-municipal-de-sao-luis.jusbrasil.com.br/legislacao/581175/lei-3546-96>.

Foto 2. Imagem aérea do mercado Anjo da Guarda e seu entorno



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Foto 3. Imagem aérea do mercado Vila Embratel e seu entorno



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Na identificação da contribuição socioeconômica destes lugares para a população, as informações foram catalogadas também por meio de aplicação direta de formulários, em partes de trabalhadores que exercem atividades na parte interna do mercado e em seus arredores, acentuando as condições de trabalho, dando ênfase se trabalhadores organizam-se para melhorar esses lugares através de algum tipo de mobilização comunitária.

Foram visitados órgãos como secretarias algumas já mencionadas, e ainda Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), Instituto das Cidades (INCID), Instituto Municipal de Paisagem Urbana (IMPUR) e seus diversos setores, nas próprias Associações dos mercados e arquivo público. Também foi consultado a ACIB, com suporte do assistente administrativo da instituição, para levantamento de planta ou fotografias antigas do mercado público. Devido não ser encontrado, elaboraram-se croquis²⁰ para dá dimensão mais apurada dos mercados, a priori feito desenho manual em folha de papel milimetrado formato A2= 420 x 594 mm – Divisão 400 x 500 mm, unidade margem de 1 cm, após esse procedimento, fotografado e vetorizado em Corel Draw Graphics Suite 2017 com linhas guias.

Em relação a algumas dificuldades, foram à ausência de trabalhos com temáticas semelhantes na área, ou seja, ausência de referências dos mercados no Itaqui-Bacanga; ausência de documentos como plantas e mapas dos mercados; falta de disposição por parte do funcionalismo público, de algumas secretarias de gestão pública, a exemplo, disponibilidade de equipe técnica em dispor de informações, muitas vezes negando a liberação de documentos, tornando-se a burocracia um empecilho.

²⁰ Se o sentido comum da palavra “croqui” se refere a esboço, ou desenho prévio e experimental que antecede a versão final de uma expressão gráfica, em cartografia um croqui deixou de ser apenas isso: um croqui cartográfico pode ser um produto final, pois com esse nome identificamos, por exemplo, a expressão visual presente na publicidade de um empreendimento imobiliário, com sua localização e as relações que estabelece com seu bairro e com sua cidade.

De forma canônica, nas práticas cartográficas formais, designava-se croqui o esboço num fundo de mapa, considerando os lugares e a escala, resultante de traços experimentais e rápidos que expressam os conhecimentos prévios e o que está sendo observado no terreno, de modo a perceber e refletir sobre relações encontradas, procedimentos esses que são úteis para a produção de um mapa final.

Nesse sentido, diferente do croqui, o mapa é tido como a expressão gráfica que contém informações geográficas dispostas com mais precisão segundo a localização, a extensão, a proporção e a hierarquização dos fenômenos e de acordo com uma linguagem que obedece de forma mais rigorosa a gramática cartográfica.

Brunet, R. (1967): *Le croquis de Géographie régionale et économique*. Paris, SEDES, 2ª Ed.

Dorel, G. (1998): «Cartes et croquis en géographie», *Bulletin de Liaison des Professeurs d'Histoire-Géographie de l'Académie de Reims*, n° 16.

Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/299045.dicionário de geografia digital](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/299045.dicionário%20de%20geografia%20digital) acessado em 11. agosto de 2017.

CAPÍTULO 1

A CIDADE E SEUS ELEMENTOS GEOGRÁFICOS



Imagem em arte, vista aérea de parte do bairro Anjo da Guarda, registrada por drone. em 06. 08. 2017

1.1 Uma discussão sobre a cidade e seus mercados

O urbano é o local privilegiado de aplicação de excedentes que objetivam a acumulação do capital, esse vai em direção aonde a acumulação pode oferecer campo para expandir-se, proporcionando como consequência a expansão das contradições e conflitos presentes na vida cotidiana da cidade, na divisão do trabalho, segurança, educação, na dinâmica comercial, em infraestrutura, e, sobretudo, dos diversos elementos fixos das cidades: escolas, ruas, praças, saneamento, mercados, hospitais. Deduz assim, que o capital influencia diretamente nas condições urbanísticas e sociais do espaço urbano. Nesse sentido busca-se compreender as problemáticas sociais emergidas pela desigualdade, contudo, para alcance de tal pretensão, abordam-se as categorias espaço e território.

De acordo com Carlos (1996) encontrar uma definição única para espaço ou mesmo para território é tarefa árdua, pois, cada categoria possui diferentes acepções, variáveis elementos de forma que toda e qualquer definição não é imutável, fixa, eterna; são flexíveis e permitem mudanças. Demonstrando que os conceitos têm divergentes significados, historicamente definidos, que foram criados e recriados, pois quando são colocados em suspensão e passam por campo crítico, as definições ora estabelecidas, podem passar por maleabilidades e consequentemente mudanças; como ocorreu com o espaço e território. Santos (1978) destaca que o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares. Ainda na concepção de Santos é possível perceber que

o espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução (SANTOS, 1978, p. 171).

Nessa obra, verifica-se a diferenciação entre território e espaço. Ainda para o mesmo autor supracitado “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; que pode ser imutável em seus limites, apresentando mudanças ao longo da história. O território antecede o espaço. Ele é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. É importante notar que ao compreender o território apenas como área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, estar-se

desconsiderando diferentes formas de focar o seu uso, as quais não dignificam a sua compreensão em totalidade.

Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, podendo ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Santos (1994) elege as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais que devem ser consideradas na análise geográfica do espaço. Este constitui a categoria principal e auxilia na compreensão do território. O espaço, dessa maneira, é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade. De acordo com Santos (2008), a forma é o aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos, ou seja, as formas espaciais; já a função é a atividade desempenhada pelo objeto criado; a estrutura-social-natural é definida historicamente. Formas e funções são criadas e instituídas, variam no tempo e assumem as características de cada grupo social, constituindo uma concepção histórica e relacional de Geografia e do espaço; já o território é palco da proliferação do capital, espaço apropriado pelos agentes do capital através da divisão social do trabalho.

Ainda para Santos (2008) os elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. Esses elementos, por sua vez, são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Os homens são componentes do espaço, em sua qualidade de fornecedores de trabalho. As firmas têm como função a produção de bens, serviços. As infraestruturas são o trabalho humano materializado e espacializado na forma de casas, plantações, caminhos etc. destarte, os elementos do espaço são variáveis.

O conceito de espaço geográfico proposto por Santos (1994) se conecta melhor aos afazeres da análise científica, na medida em que pode ser desdobrado em categorias analíticas, tais como paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho e formas-conteúdos. Já o conceito de território pressupõe uma forma de apropriação do espaço a partir de relações de poder. Nesse sentido, é um conceito-chave para a geografia crítica que parte de uma circunscrição do espaço social a partir da problemática de caráter político, permitindo assim análises mais sofisticadas dos processos de territorialização no espaço.

A produção do espaço urbano revela-se do ponto de vista da produção espacial em dois momentos: 1 – o espaço produzido se torna mercadoria que se assenta na expansão da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza, articulando-se à necessidade da

habitação e da construção morfológica da cidade, 2 – realização do capital no movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro redefine o sentido de espaço que assume também a condição de produto imobiliário, tornando-se matéria prima onde lhe é atribuído valor capital em potencial (CARLOS, 2015). Considera-se assim que o espaço urbano participa do processo de acumulação; o setor financeiro apropria-se do espaço como lugar possível de realização do investimento produtivo, ao mesmo tempo, que o setor imobiliário reproduz o espaço enquanto mercadoria consumível.

Nessas situações da reprodução do capital, o Estado é indispensável e, dependendo de sua atitude, pode proporcionar revalorização/desvalorização de territórios, com isso, expulsar ou atrair população. Evidencia-se que devido a condições socioeconômicas, o centro pode torna-se mais atrativo e ao mesmo tempo gerador de uma explosão, no qual, conseqüentemente devido à ausência ou dificuldades destas condições, acontecerá movimento de expulsão de habitantes em direção à periferia. Acrescenta-se, a grande massa nas áreas periféricas oriundas de outros lugares, por também não terem as condições mencionadas. Para Carlos, (2007, p.20)

A cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) diz respeito à produção do homem e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, evidenciando a vida na cidade.

A cidade é vista como projeção da sociedade no espaço, sendo ao mesmo tempo, um ponto de partida indispensável. Castells (2000) destaca que embora se deva ir além do empirismo da discussão geográfica, corre o enorme risco de imaginar o espaço como uma página em branco. Para ele o espaço é um produto material relacionado com outros elementos, entre outros, os homens que entram, eles próprios, em determinadas relações sociais, que conferem ao espaço (e outros elementos da combinação) uma forma, função e significação social. Nessa perspectiva, é possível perceber que,

No plano de vida cotidiana, a segregação urbana vai revelando essas estratégias; uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar os atos da vida, o habitar, o lazer enquanto situações vividas, o que revela, no nível da vida cotidiana, os conflitos do mundo moderno. Com extensão da propriedade que atravessa a história da civilização, o espaço atinge sua potência abstrata. Nos dias atuais, a lógica das políticas urbanas aprofunda a segregação através do direcionamento dos investimentos e da construção da infraestrutura, o que provoca valorizações diferenciadas nos lugares da cidade. (CARLOS, 2015, p.17).

Com isso os lugares em territórios, que estão no espaço se justapõem influenciando situações de conflitos que se mostram em seus diversos fragmentos. Diante da discussão, é evidente que a autora, levanta o papel da produção do espaço no processo de acumulação e reprodução da sociedade capitalista. Atualmente esta usa o termo de metageografia, que tem como pressuposto pensar o espaço como produção social e histórica. Para Carlos (2015) a metageografia, trata-se em afirmar de como a Geografia é preocupada com os problemas de seu tempo, dando renovação a reflexão sobre desigualdade, atualizando as formas de alienação e comportando a necessidade de uma crítica profunda ao estado e a sua política, onde o poder se exerce através do espaço, enquanto dominação política.

Assim, reflete-se uma projeção dos elementos inseridos na discussão colocada, evidenciando a relação entre elementos e o mercado no contexto estrutural e social da cidade.

1.2 O mercado como elemento geográfico no espaço urbano

De acordo com Clark (1991), a cidade é uma unidade de análise constituída por conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço. No mapeamento e especificação de determinados índices, que os padrões urbanos podem ser identificados, destaca-se os mercados e feiras.

As cidades com elementos desenvolvidos podem ser consideradas como ambientes interessantes para morar, enquanto as que possuem elementos fracos podem ser amorfas, monótonas, descaracterizadas. Apreende-se de como a estrutura desses elementos podem interferir no desenvolvimento da cidade, interferindo no olhar das pessoas para com as mesmas, seja dos moradores locais, ou de visitantes. Clark (1991, p.40) afirma

Uma quadra de mercado, por exemplo, não é somente uma área distintamente visual na cidade, mas também um nó, um lugar de encontro de caminhos, um conjunto de margens e a localização de marcos urbanos. A classe e o caráter dos elementos presentes são por si mesmos, claramente, um fator de construção de imagem.

Diante de tal afirmação, levando-se a considerar uma quadra de mercado, há de ser composta por mercados, sendo esse, elemento físico, estrutural, ou marco. Concebe-se o elemento ora citado como pertinente ao estudo da cidade, não sendo apenas algo visual, mas um lugar de encontro, logo, possui assim, vidas, construções de histórias, identidades. O mercado é de interesse, por ser bastante abrangente e por conectar-se a estudos da Sociologia, Antropologia, Biologia, e, sobretudo, a Ciência Geográfica, estando este elemento presente

em diferentes cidades; sendo pertinente, porque praticamente grande parte da população frequenta ou já frequentou um mercado.

O estudo geográfico na cidade se preocupa com as questões relacionadas aos elementos dentro do espaço urbano, compreendidas por meio dos centros citadinos, ou em suas áreas periféricas, as quais sofrem ou não com a periferização (problemas sociais, infraestrutura, saneamento).

Como a exemplo dos que passam por esses problemas, tem-se os bairros da periferia de urbanização popular²¹ (bairros populosos, favelas), sendo este território de estudo. Nesse território é notória a desigualdade, sendo que esta se iniciou ocasionada pela formação aleatória durante processo de ocupação, que se agravou devido ao desinteresse de gestores, técnicos ou até mesmo pelo desconhecimento de suas reais obrigações, ou ainda, pela ausência de dados que direcionem os rumos do planejamento nos bairros populosos. Isso causa sérios impactos ao espaço, visto que a estrutura organizacional do território fica totalmente desordenada, obras são executadas de qualquer maneira, não existindo um controle sobre as possibilidades de uso e ocupação do solo urbano.

Com a criação do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 2001, novas diretrizes foram instituídas e as regulamentações sobre a política urbana, relacionados não somente ao planejamento urbano, mas também à gestão urbana, criando novas perspectivas sobre o desenvolvimento do espaço urbano. Para Corrêa, (1993, p. 5):

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Para Villaça (2001) este espaço denominado urbano, na verdade é o espaço intra-urbano, uma vez que está relacionado à movimentação diária de pessoas, é o ambiente interno das cidades e que tem relação direta com a localização dos elementos que a constitui. De acordo com o mesmo autor é possível considerar que o espaço intra-urbano

²¹ Há, na verdade, duas “periferias”, como nos ensina Roberto Lobato Corrêa (1993): aquela com urbanização de status e aquela com urbanização popular. Nas periferias de urbanização popular, a paisagem construída, resultante do “padrão periférico” de ocupação, produz um quadro de degradação ambiental evidente – embora não elimine, em muitos casos, as “belezas naturais” das paisagens originais e crie, nos locais mais consolidados, referenciais arquitetônicos e culturais que proporciona certos interesses. CORRÊA, R. L. O espaço urbano, 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993. 94 p.

[...] é estruturado pelas condições de deslocamentos do ser humano, seja como portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho, – seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamentos casa-compras, casa-lazer, escola, etc. (VILLAÇA, 2001, p. 20)

No olhar de Silveira *et al* (2014), a existência das diversas contradições da cidade evidenciam as fragmentações espaciais, provocadas pelos interesses individuais e coletivos, particularmente relacionados à apropriação seletiva da terra. Ainda para os autores

Essa dinâmica espacial, fruto da histórica produção socioeconômica que estabelece hierarquias e controle de indivíduos e territórios, no entanto, tem orientado e definido padrões diferenciados de consumo e habitabilidade urbana. Quanto a isso, ainda se observam nas cidades brasileiras a persistência do acentuado abismo social e a criticidade físico espacial. Tais aspectos, seus desdobramentos e consequências para a vida urbana, indicam o quão inadequadas são as cidades desde a sua origem, com expressivo acúmulo do déficit de infraestrutura. (SILVEIRA *et al*; 2014. p. 32)

Essa habitabilidade urbana traz diferenciações de uso e ocupação do espaço urbano, assim como de diferenciações de infraestruturas, como é percebido na diferenciação de presença de elementos. O mercado público é um elemento que ainda predomina no espaço urbano, e a capital ludovicense não é diferente, predominando em sua área dos bairros urbanos, a presença de mercados públicos (Figura 5).

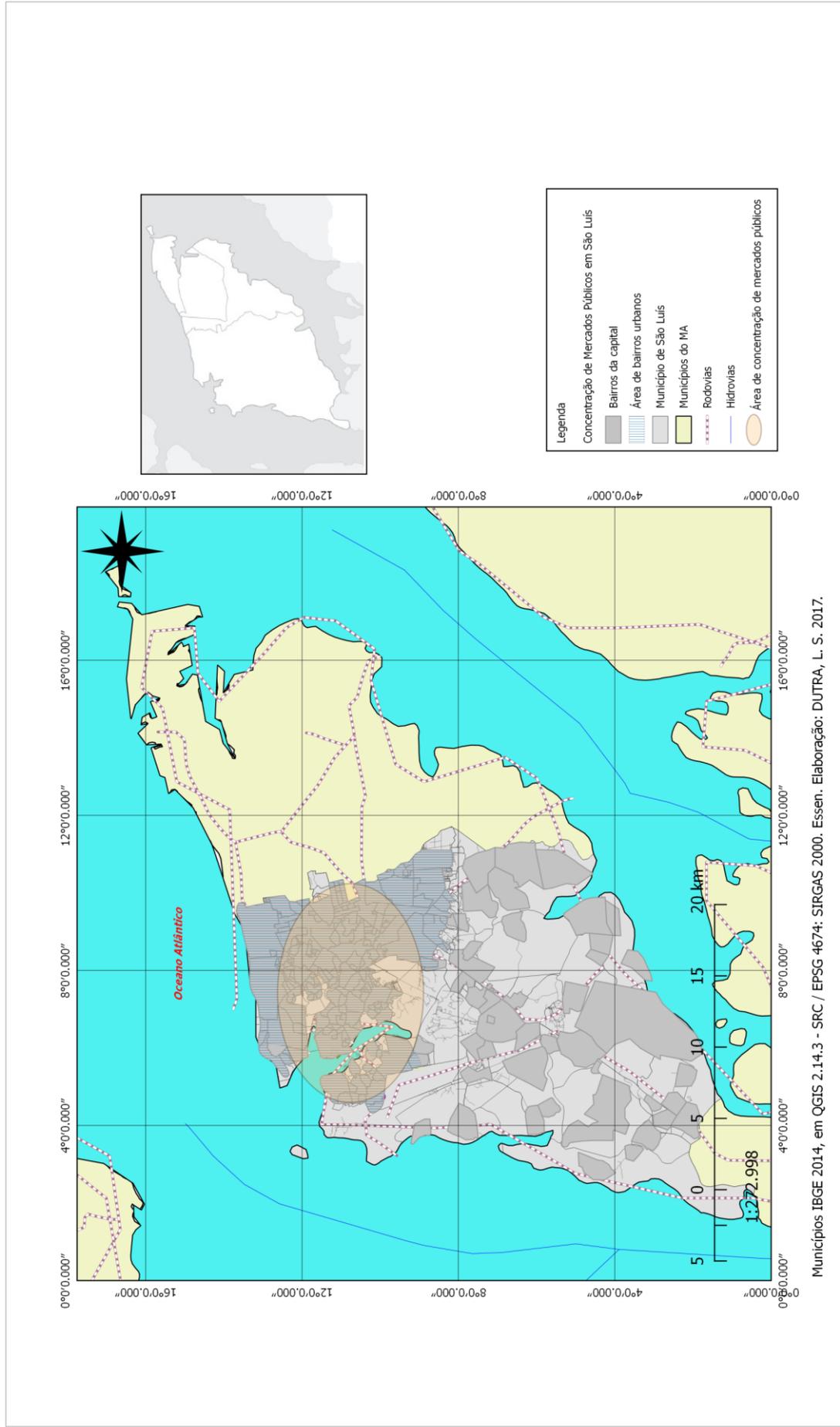
Os elementos da forma material da cidade se apresentam em dispor e produzir em espaços diferentes, representações de identificações que transformam parte de sua população. E ao mesmo tempo em que o espaço é suprido de elementos urbanos, estes não permanecem muitas vezes equipados de manutenção.

Sobrelevar-se que as transformações aqui chamadas são as que o espaço urbano vai sofrendo, em consequência das condições socioeconômicas da população que nele habita, usufrui. As transformações que o espaço e seus elementos passam, são de interferência direta dessas condições socioeconômicas do indivíduo, interferindo no âmbito da estrutura física de sua região e espacialidades, como, sobretudo, da própria condição de saúde, assim sendo uma espécie de mutualidade.

A condição de saúde de uma população é espelhada nos fatores composicionais, relacionados diversos (idade, sexo, ocupação, escolaridade, hábitos, práticas de exercícios físicos), condições de vida, condições de trabalho, oportunidades de serviços e aparatos públicos e privados, capital social, entre outros (BARCELOS, 2008).

A situação socioeconômica emerge direta ou indiretamente no modo de vida do agente social com o espaço geográfico, não como uma espécie de determinismo, mas de probabilidades.

Figura 5. Mapa da área de concentração dos mercados públicos em São Luís



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Nesse aspecto, toda a ausência de serviços e infraestrutura, como de planejamento para a cidade e suas unidades, os bairros, influenciam no desenvolvimento humano diretamente na sua forma de viver, em sua saúde tanto mental como física. Na saúde do ambiente, a ausência de planejamento interfere na formação de uma informalidade, tanto no mercado econômico, quanto na estruturação físico-espacial²², como construção de casas, escolas, mercados; essa situação pode ser exemplificada tanto para cidades contemporâneas, como para as mais antigas. Boyer (1994) destaca que essas questões influenciaram a saúde urbana, tanto em tempos passados como nas cidades mais recentes.

A carência de higiene, organização, qualidade de vida, saneamento básico e a precária infraestrutura (falta ou inadequação de estacionamentos e de sanitários públicos), aliada ao desinteresse do poder público municipal são detectados em estudos comuns realizados em feiras e mercados em regiões do Brasil, no Maranhão e na capital maranhense. Somam-se a estas questões, a exposição de trabalhadores a variações climáticas, longa jornada de trabalho, ausência de dispositivos e mecanismos básicos de proteção, entre outros múltiplos fatores de risco para a saúde, detectados em feiras e mercados. Poucos são trabalhadores com cuidados de higiene para evitar contágio por bactérias, com pouca ou sem nenhuma noção de contaminação microbiológica. É fundamental observar que:

(...) as noções acerca da contaminação na feira têm pouca interferência de conhecimentos técnico-científicos, ressaltante da baixa escolaridade dos sujeitos e da falta de ações educativas, principalmente, quanto à noção de contaminação microbiológica. Nas conversas informais com os feirantes, o tema da contaminação não aparecia; apenas quando questionados, o assunto era tratado por eles e, ainda assim, nem todos se sentiam à vontade para falar, talvez porque fosse difícil descrever algo que não existe na sua realidade imediata, nas reflexões cotidianas, e permanece na invisibilidade. (...) para muitos trabalhadores das feiras e mercados, acreditam que a lavagem e o cozimento são os processos mais importantes para limpeza dos alimentos. Por isso, as práticas de higiene inadequadas observadas nestes ambientes, parecem não importar tanto aos trabalhadores [feirantes], colocando assim, como a sujeira destes lugares, fossem algo normal. Assim, a limpeza dos alimentos deve ocorrer em casa, ambiente familiar, limpo, “conhecido”, ordenado. (...). (ALMEIDA; PENA; 2011, p.117-121, grifo nosso).

²² O termo estruturação físico-espacial, também pode ser entendido como a estrutura da forma física no território urbano. No curso dos processos da sociedade, a estrutura dita a função que se realiza através da forma “*sem as formas a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria*” (SANTOS, M. 1985, pp. 2 e 50-1) dessa maneira a metodologia arranjada dispõe a possibilidade de identificar, por meio da análise da forma urbana, a dialética estabelecida entre os fluxos e os fixos, assim a estrutura e os fatos serão assim revelados.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

A estrutura forma física, está ligada a forma urbana. A arquitetura consagrou o uso do termo forma urbana como meio de descrever a estrutura espacial da cidade. Tal descrição tem como ponto de partida o estudo morfológico dos elementos arquitetônicos que, articulados entre si, compõem a paisagem urbana (LAMAS, 2000).

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

Para que o mercado tenha boas condições higiênico-sanitárias é necessário ter uma administração eficiente, feita por gestores, feirantes; e essa condição é de interesse da Geografia, visto que esta se vale com os problemas vividos pelas sociedades, sobretudo, aquelas excluídas pelo sistema, ou seja, por parte da sociedade que se encontra nas áreas periféricas com carência de vários serviços.

1.2.1 O mercado designado como lugar

Ao analisar o mercado, compreende-se que ele participa da vida comunitária da população local. Diante disso, considera-se que sua função social vai além de funções econômicas, pois essas estão emparelhadas com os arranjos socioculturais.

Araújo e Barbosa (2004) sobre feiras e mercados, ressalta que esses adquiriram significância grande que ultrapassa seu papel comercial, configurando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades do espaço geográfico agrupam-se estabelecendo laços de sociabilidade.

Assim, parte do espaço urbano configurado no território, é o lugar, pois neste é evidente a análise embasada na vivência, na construção de identidades culturais, como diz Berque (2004) uma relação de marca e matriz, refletindo vida coletiva e social, exercendo, concepções sociais, culturais e espaciais. Para Santos (1994, p.97)

Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar.

A compreensão do lugar no movimento das contradições exige entendê-lo pautado nos seus pares dialéticos: o interno e o externo; novo e velho; local e global. O interno abarca variáveis que estão presentes no lugar, “aquilo que aparece como local”, e o externo constitui-se o que está fora do lugar e se apresenta como uma escala de ação maior. Contudo, os lugares têm variáveis internas e externas, sendo que o externo ao se inserir no lugar se internaliza. (HESPANHOL; MOREIRA, 2007).

O mercado é percebido neste trabalho como lugar de contato, das relações sociais e comerciais, vivência de relações de coletividade²³, sendo analisado, sobretudo, na perspectiva

²³A coletividade é um aspecto presente nos espaços da sociedade, principalmente em bairros de urbanização popular; lugares de uso comum quando não estruturados tornam-se presentes problemáticas sociais, e consequentemente evidencia realidades. A obra O Cortiço, Aluísio Azevedo (2002) escrita no século XIX, revela por meio de elementos do espaço urbano, de como estes são intrigantes na discussão da desigualdade social.

de seus aspectos sociais e estruturais (condições de infraestrutura e higiênico-sanitários), respectivamente função e forma, destrinchando também as transformações do mercado.

No mercado há diferentes representações que se deram por meio de suas transformações materiais e simbólicas; há o encontro entre rural e urbano, através de contatos diretos entre pessoas das diferentes realidades, experiências, condições sociais.

Para Braudel (1985) na sua forma elementar, os mercados públicos existem até hoje e por meio de suas feiras ou de edifícios cobertos, ainda reconstituem-se nas nossas cidades como sinais de desordens, confusões, gritos, odores violentos e o frescor dos seus produtos.

A localização física estática, as atividades, significados e o espírito do lugar compõem a sua identidade. “Quanto mais profundamente se está dentro de um lugar mais forte a identidade com ele” (FERREIRA, 2002, p. 48).

O lugar contempla em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história, se constituindo, enquanto movimento da vida. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tenha usos e sentidos em si. A realidade do mundo moderno reproduz em diferentes níveis, sem com isso, eliminar as particularidades do lugar, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida, formas de apropriação expressando sua função social, desejos (CARLOS, 1993).

Ao mesmo tempo em que se apresenta como realidade sensível correspondendo ao uso, a uma prática social vivida, o lugar contém uma multiplicidade de relações. Neste contexto o lugar revela a especificidade da produção espacial global, tem um conteúdo social e só pode ser entendido nessa globalidade que se justifica pela divisão espacial do trabalho criando uma hierarquia espacial que se manifesta na desigualdade e se configura enquanto existência real em função das relações de interdependência com o todo, fundamentada na indissociação dos fenômenos sociais. Carlos, (2007, p.22)

O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. Mas se a ordem próxima não se anula com a enunciação do mundial, recoloca o problema numa outra dimensão, neste caso o lugar enquanto construção social abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço.

Desse modo o lugar não seria definido apenas pela escala, mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada na divisão espacial do trabalho. Pode-se pensar ele

definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão (espacial) do trabalho, determinado pela totalidade espacial.

No contexto atual, a sociedade depara-se com um conjunto de acontecimentos que ultrapassam as fronteiras do local, pois são eventos globais, mas sua repercussão se materializa no lugar. Aliás, o lugar é o depositário final dos eventos (SANTOS, 1994).

Assim, no item seguinte apresenta-se a contextualização da formação da área do objeto de estudo e suas nuances decorrentes da ocupação.

1.3 Histórico de ocupação da região Itaqui - Bacanga

É retratado que o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1999, p.51).

Ainda para Santos (2008) quando o processo de urbanização²⁴ alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo; desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 1950, teve-se primeiro uma urbanização aglomerada, com o crescimento populacional em núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, posteriormente, o estágio de cidades médias. É seguido desse momento que aceleram as relações de construção do espaço urbano.

Para Conceição (2007) na década de 1950, ocorreram em São Luís sucessivos incêndios nos bairros proletários como Goiabal, Lira, Belira, Madre de Deus, Macaúba e adjacências. De acordo com os jornais da época (Jornal do Povo e O Combate), havia um plano do Governo Estadual que pretendia destruir as casas daqueles que representariam a base do movimento grevista de 1951 que embalava a capital maranhense naquele momento. Os

²⁴ Santos (2008) O processo de urbanização tem altos e baixos. Veio pra melhorar a qualidade de da população e diminuir as distâncias, mas acabou tornando-se uma questão complexa, pois trouxe grandes problemas. A urbanização está ligada ao processo de industrialização. A criação de uma indústria, fábrica ou empresa, principalmente de grande porte, tende a atrair à região onde se instalou um alto número de pessoas. Ela gera empregos diretos e indiretos, fazendo com que novos imóveis e prestadores de serviços se instalem aos seus arredores. A partir dos anos 1940-1950 a industrialização não pode ser entendida apenas como a criação de atividades industriais, mas também como um processo social complexo.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

A urbanização difere do urbanismo, pois este último é considerado como uma ciência que nasceu no final do século XIX, para a organização e intervenção no espaço urbano, como prática das transformações necessárias à realidade caótica das condições de habitação e salubridade em que viviam os habitantes de grandes cidades européias, na época da revolução industrial. (BONNET CORRERA, 1989).

BONET CORREA, Antonio, Las Claves del Urbanismo, Ariel: Barcelona, 1989.

incêndios não se ativeram apenas aos anos 1950, mas adentraram os anos 1960. Assim, o incêndio que ocorreu no dia 14 de outubro de 1968, destruiu 78 casas palafitadas da Salina do Goiabal na Madre de Deus, deixando desabrigadas mais de 100 famílias.

Com o referido fato, foram deslocadas populações para o núcleo²⁵ Itaqui-Bacanga que começou a ser formado no final da década de 1960, quando famílias do Goiabal, vitimadas pelo incêndio, foram transferidas para outra margem do Rio Bacanga, originando o bairro Anjo da Guarda, algumas foram transferidas com ajuda da CETRAP²⁶. Nesse mesmo período, as obras do porto haviam sido iniciadas e uma construção que ficaria conhecida com a barragem do Bacanga ligaria a região com o núcleo urbano da capital.

Nesse contexto, o processo histórico de urbanização de São Luís, também no período de 1970, houve grande crescimento. Esta recebeu uma quantidade expressiva de populações oriundas do interior do Estado, a procura de melhores condições de vida, logo, a cidade começou a expandir-se sem planejamento e de forma desordenada. A mobilidade, sustentabilidade e inclusão social não foram consideradas pelas autoridades, governantes e gestores, nem tão pouco, pelos empreendedores que se instalavam à época na mesma.

Entre os projetos de ordenação territorial destacaram-se os empreendimentos da CVRD e Alumar, os quais investiram aproximadamente US\$ 4,9 bilhões que requereram 892 km da Estrada de Ferro Carajás (77% do maranhão), a ampliação da oferta de energia através da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a instalação de dois portos especializados que exigiram melhorias no porto do Itaqui e, com efeito, 21 municípios ao longo dessa ferrovia ficaram sob a influência direta do primeiro que, como o segundo, teve relevada sua posição no mercado internacional de minério de ferro e alumínio, respectivamente. (FERREIRA, 2008, p. 234)

Entre os empreendimentos, alguns proporcionaram aumento de divisas para o governo estadual, no entanto, pode-se considerar nitidamente, aumento de problemas ambientais localizados em algumas cidades maranhenses, como a própria São Luís, o que gerou problemas maiores de posse e uso do solo, gerando aglomeradas subnormais (áreas periféricas

²⁵ De acordo pelo ICE-MA (Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão), a região do Itaqui – Bacanga possui duas grandes áreas, a de Expansão (onde existe os grandes empreendimentos como Vale, Porto do Itaqui, região considerada parte da área rural da ilha do MA) e área Núcleo (onde possui um aglomerado de bairros urbanos, sendo essa a área específica da presente pesquisa, é nela que encontra-se os bairros Anjo da Guarda e Vila Embratel).

²⁶ A CETRAP (Comissão Executiva de Transferência de Populações) se responsabilizou em transferir os moradores das palafitas e bairros próximos à construção da Barragem do Bacanga. Onde hoje é conhecido como bairro do Anjo da Guarda no passado era um aglomerado de sítios denominados de Itapicuraíba, de onde vários moradores foram retirados de forma brusca para outras localidades na mesma área para que o governo assentasse os transferidos. Para alguns moradores do bairro Salina do Goiabal, os incêndios não foram meros acidentes, mas um jeito que as autoridades encontraram para retirar as palafitas que estavam localizadas aos arredores do Centro Histórico, com o objetivo de iniciar as obras de urbanização de São Luís.

Disponível em (<http://www.grupogrita.org.br/o-grita/anjo-da-guarda/>). Acessado em 06 de fevereiro de 2017.

ou favelas) desencadeando assim pontos não favoráveis para a urbanização (FERREIRA, 2008).

O processo de crescimento e modernização de São Luís não propiciou uma cidade homogênea, mas, a construção da metrópole fragmentada. Esse aspecto se reforça em seu percurso de ocupação de eixos aleatórios, tanto de habitação quanto de elementos dentro desses bairros, como os mercados, que em São Luís passam por problemas de infraestrutura.

Segundo Burnett (2012), o crescimento da cidade ocorreu em função dos grandes setores que moviam a economia, inicialmente este se restringiu ao Centro e posteriormente seguiu em direção ao interior, como ocorreu com o desenvolvimento do bairro Anil devido à instalação do setor fabril durante a industrialização. Esse crescimento, além do Centro da cidade, possibilitou o surgimento de bairros ao longo e aos arredores dos pólos fabris, caracterizando assim, aparecimento de áreas de ocupação desordenada, espontânea, com sérias dificuldades de infraestrutura necessária para moradia. A cidade cresceu, e continua a expandir-se estabelecendo uma hierarquia com algumas áreas sendo valorizadas em detrimento de outras.

Com o crescimento de São Luís surgiram os bairros populosos, possuindo infraestrutura precária, como exemplo, Divineia, João de Deus, Coroadinho, Vila Luizão, Vila Palmeira, Anjo da Guarda, Vila Embratel. Em contrapartida, atualmente passa a existir na capital ludovicense bairros modernos como Calhau, Ponta D'Areia, Renascença que possuem melhor infraestrutura, saneamento, proximidades com elementos e equipamentos urbanos como hospitais, escolas, setores comerciais (supermercados, restaurantes...), dentre outros.

O êxodo rural impulsionado pela busca de melhores condições de vida ocasionou um desordenado crescimento populacional que já se refletia no Brasil, como também em São Luís. Assim, no final dos anos sessenta e por toda década de setenta, a capital maranhense adquiriu um traçado urbano. No contexto dos grandes projetos industriais estava inserida a capital, o Governo Estadual procurou implantar na área hoje denominada Itaqui-Bacanga dois projetos: um urbanístico, no qual a Cidade Industrial fazia parte e outro industrial, o Distrito Industrial; logo, em tempos mais a frente, a região Itaqui-Bacanga, esteve relacionada com a necessidade de habitações para os trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, atualmente chamada de VALE S.A presente na região. Ressalva-se, que além da questão ocupacional, toda infraestrutura e instalação de serviços voltados para a empresa nessa região, surgiram com o advento da construção da Estrada de Ferro Carajás em 1982.

A região Itaqui-Bacanga possui grande importância e potencial econômico, pois além da VALE localizado na área em questão, se faz presente ainda outras várias instituições, tanto

de âmbito público quanto privado (Figura 6), como exemplos, Porto do Itaqui, EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária), Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão, do grupo Alcoa), assim como a UFMA (Universidade Federal do Maranhão). É uma das regiões mais populosas do Município de São Luís, segundo um estudo de diagnóstico da EMAP em parceria com o ICE-MA (Instituto e Cidadania Empresarial do Maranhão), consideram que a população está estimada em 134.764 habitantes (2012), considerando assim que este corresponde a aproximadamente 10% da população da capital, cuja está por volta de mais de 1.000.000 de habitantes (IBGE, 2014). Atualmente a população do Itaqui-Bacanga já é estimada em mais de 150 mil habitantes.

Contudo, a transferência de populações para São Luís foi estimulada pelos órgãos governamentais com a finalidade de ser o pólo mantenedor de mão-de-obra para projetos que viriam compor a região. Com o passar dos anos foram se agrupando a bairros novas aglomerações habitacionais, levando este local a ter sua forma desordenada, como a exemplo a área Itaqui-Bacanga. Os bairros ficaram sem realização de projetos, sem benefícios urbanísticos. Isso demonstra que as pessoas foram deslocadas para tal, enfrentando vários problemas, devido principalmente à falta de infraestrutura.

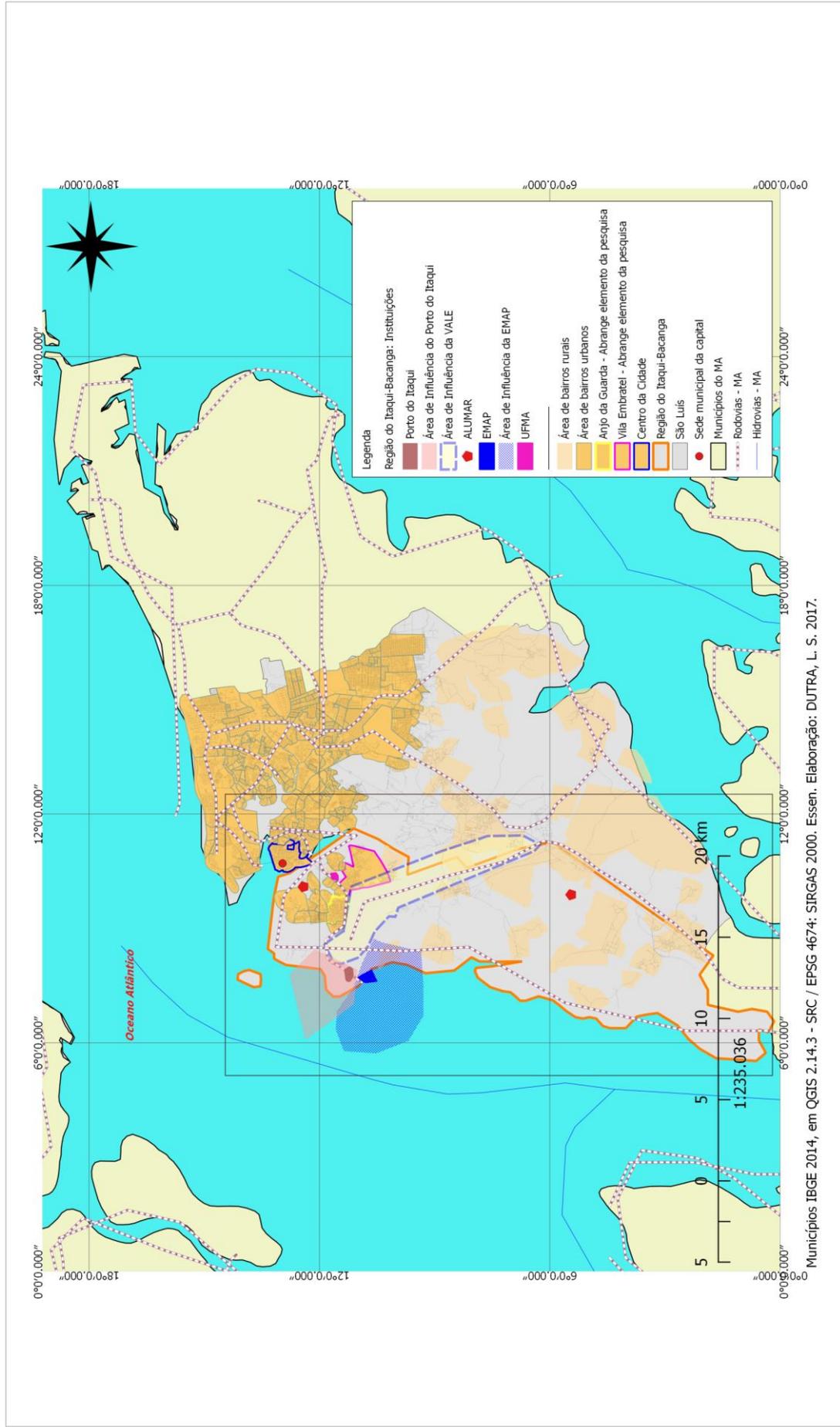
O crescimento das cidades sem condições mínimas de infraestrutura levam a mesma ao caos. A ausência dessas aceleram danos ambientais, quer seja no espaço rural, ou espaço urbano.

Entende-se como infraestrutura elementos que tendem a fornecer para a sociedade qualidade de vida a partir de melhorias diversas. A produção de bens e serviços da sociedade está pautada na infraestrutura, em consonância com o meio ambiente de modo a possuir uma integração entre meio natural e alterações humanas. Bens e serviços como saneamento básico, transporte, telecomunicação, indústrias, e que tem como principal objetivo, o crescimento econômico das cidades. (FARIAS FILHO, 2013, p. 227).

A infraestrutura na cidade, nos bairros é de importância magna, para que os mesmos possam se desenvolver de forma menos desigual, contribuindo para que a cidade obtenha uma boa qualidade, interferindo diretamente na qualidade de vida da população.

Drenagem, esgotamento sanitário, limpeza e manutenção diária em logradouros, feiras e mercados, coleta de lixo, coleta seletiva, construção de abatedouros, construção de aterros sanitários, rede de distribuição de água tratada, implantação de leis ambientais, urbanísticas e higiênico-sanitárias, entre outros são exemplos de elementos infraestruturais de uma cidade, com a ausência desses serviços, provoca-se uma desordem nas cidades, emergindo problemas para boa parte da população.

Figura 6. Mapa da região do Itaquí-Bacanga: instituições



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

1.4 Bairros de urbanização popular em São Luís: Anjo da Guarda e Vila Embratel

Os bairros Anjo da Guarda e Vila Embratel e seus mercados estão na área da periferia da capital, as extensões territoriais dos bairros, correspondem aproximadamente em área, no primeiro 2.000.703 m², enquanto no segundo 5.736.465 m². Para Serpa (2002), o termo “periferia” explicita via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das cidades, não se entende necessariamente, como periféricas. O termo periferia²⁷ absorveu uma conotação geográfica, redefinindo-se, dessa forma, “periferia” hoje, significa também áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente, com esses problemas, o local da reprodução socioespacial da população predominante de baixa renda.

Para Diniz (1999) alguns bairros de São Luís, foram crescendo e sendo construídas suas primeiras moradias na base do improvisado, através do processo de autoconstrução, procedimento esse comum em espaços periféricos ocupados por população de baixa renda. A própria comunidade atua em parceria na construção de suas casas, utilizando diversos tipos de materiais, tais como, restos de material de construção, lonas. De modo igual, se fez construções de outras estruturas no espaço urbano, da periferia de urbanização popular, como o mercado; evidencia-se que mercados públicos da periferia da cidade de São Luís como o do João Paulo, Cidade Operária, Cohab, tem grande notoriedade.

Esses territórios possuem irregularidade das vias de circulação, tamanho e forma dos lotes e/ou, carência de serviços públicos essenciais (coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, iluminação pública), porém, esses problemas não predominam na totalidade do bairro, pois existe também uma quantidade de pessoas que vivem com disponibilidade desses serviços. No entanto, o que predomina nesses locais é a necessidade de melhores serviços de elementos de infraestrutura, e os mercados públicos que se encontram nesses espaços apresentam-se em condições urbanas desagradáveis, ao que se refere à infraestrutura e saúde.

Segundo Diniz (2007) o crescimento populacional desordenado trouxe problemas de habitação, saúde, segurança e favoreceram o surgimento de ocupações irregulares, palafitas e favelas, problemas esses que têm evoluído consideravelmente, à medida que a cidade cresce. Desse modo, muitas são as áreas que precisam de serviços em seus elementos da cidade dos

²⁷ De acordo com Aldo Paviani (1994), as periferias urbanas diferenciam-se do resto da cidade pela precariedade da configuração espacial. Através da consolidação de loteamentos clandestinos, imprime-se, no espaço urbano, um processo social maior, de exclusão. A moradia, por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial.

PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: Santos, M. & Souza, M. A. A. (orgs.). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

problemas mencionados, além de ser de utilidade para as populações, são estes serviços ligados aos elementos que valorizam alguns territórios em detrimento de outros. Santos (2004) destaca que é a partir desses elementos que se poderá definir uma situação periférica ou de “marginalização geográfica”. Ele considera que os elementos dentro do espaço tem um papel de definição em sua caracterização. Para Santos, (2008, p.96):

As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso.

Considera-se que a conceituação da área de estudo, foi de bairros das áreas da periferia de São Luís, periferia no sentido de urbanização popular, como já supracitado. Para Corrêa (1993), do sentido pejorativo do termo periferia, estes bairros “fisicamente periféricos”²⁸ não são mais percebidos como localizados na periferia urbana, afinal, os bairros de status não são socialmente periféricos. Para o autor a progressiva urbanização da favela, advém da ação dos próprios moradores ou da sua capacidade de pressão sobre as instâncias governamentais, para implementação de alguma infraestrutura, ou de melhorias de seus indicadores. O quadro 2, através dos indicadores da área da pesquisa, revelam aspectos referentes a situação.

Sobreleva-se, que São Luís em boa parte precisa de serviços de infraestrutura, principalmente serviços básicos de saneamento, como de acesso à rede coletora de esgotos, que é menor que a área com acesso ao abastecimento de água da rede geral. É frequente muitos bairros da cidade ficarem dias sem água, ou então, dia sim outro não com abastecimento. A realidade da falta desses serviços é praticamente em toda São Luís, porém a população que mais sofre são as que estão em regiões menos favorecidas pelas políticas públicas, diante disso, acabam existindo um embate social entre classes.

Tornam-se assim os espaços públicos com presença de lugares para o embate dos diferentes interesses, pois a modernidade urbana maximiza o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados: os primeiros formatam de sua maneira os espaços da vida pública; os demais se recusam ou são impedido-incapazes de participar desta coreografia, e recriam à sua maneira a vida cotidiana, apropriando-se dos espaços públicos, ali instaurando, ainda que muitas vezes precária e brevemente, uma territorialidade alheia ao projeto dominante. (MASCARENHAS, 1991).

²⁸ Resumo do livro O Espaço Urbano, de Roberto Lobato Corrêa (Editora Ática, Série Princípios, 3ª. Edição, nº. 174), 1995. p.1-16.

Quadro 2. Diagnóstico social da região do Itaqui - Bacanga / indicadores

Diagnóstico Social Itaqui - Bacanga/ indicadores	População		condições de moradia						Pobreza			
	Homem	Mulher	Total	Domicílio particular permanente	Aglomerados subnormais	sem rede água	sem coleta	sem rede esgotamento	Pessoas em extrema pobreza	Domicílios em extrema pobreza	Bolsa Família	Mortalidade infantil
Bairros												
Anjo da Guarda	11.786	13.140	24.926	6.248	19.321	303	180	2.930	1.524	353	2.643	9
Vila Embratel	12.201	13.307	25.508	6.578	23.180	2.082	511	3.929	1.595	401	2.655	9
Área Itaqui - Bacanga	65.826	68.938	134.764	34.190	62.073	9.530	5371	21567	12.087	3.011	15.730	41

Fonte: <http://www.nossasaoluis.org.br/itaqui>. Dados IBGE 2010, projecção 2012. Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão, adaptado por DUTRA, L. S. 2017.

Sublinhar-se que em 1970 foi implantada a torre da empresa Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL), na área do Itaqui-Bacanga, com essa implantação construíram-se cinco prédios entre os quais havia os residenciais, que foram se constituindo como uma vila, gerando assim, o nome de um dos primeiros bairros da área, Vila Embratel. Na época, houve eleição para escolha do nome, feita no atual prédio da UFMA.

De acordo com Pinto (2012) o bairro Vila Embratel surgiu no dia 01 de fevereiro de 1978 com o remanejamento, pela UFMA, de antigos moradores do atual bairro Sá Viana e de outros de áreas externas ao Itaqui-Bacanga, região onde se situa o bairro em questão. A ACIB (2007) pela necessidade de fazer prédios a UFMA retirou as pessoas e deu material para a construção das casas de material de taipa, em uma nova área de 9 hectares aos remanejados. Antes da Vila Embratel só existiam os sítios do Justino, Piancó, Carneiras, Novo, São Francisco, São Benedito. Os moradores fizeram um cadastro que receberam da UFMA, que planou a então Vila Embratel e a dividiu em quadras. A Vila era a avenida central e nas quadras ao redor as pessoas faziam roça de arroz e macaxeira. As ocupações também ocorreram da Rua 2 até a feirinha e do colégio Professor Ferreira ao Riacho Doce. A ocupação se deu de forma desorganizada e vagarosamente.

O bairro é composto por duas praças, a primeira e maior, Praça Sete Palmeiras (Foto 4) e a Praça Primeiro de Maio. No bairro também são encontrados diversos campos de futebol – campo Bijangão, antes com o nome Manecão e o Piçarrão. (Figura 7. Planta do bairro Vila Embratel elaborado em 1989).

Foto 4 . Praça 7 Palmeiras



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Com relação ao Anjo da Guarda, a cultura religiosa é forte e fervorosa. Duas entidades religiosas são destaques na comunidade, a Igreja Católica e a Assembleia de Deus. Seus atos

religiosos não se resumem a cultos e orações, sendo as festividades marco dessas instituições. O teatro Itapicuraíba (Foto 5) e o grupo Grita, são exemplos de resistência cultural e de repercussão artística local e nacional.

Foto 5 . Teatro Itapicuraíba

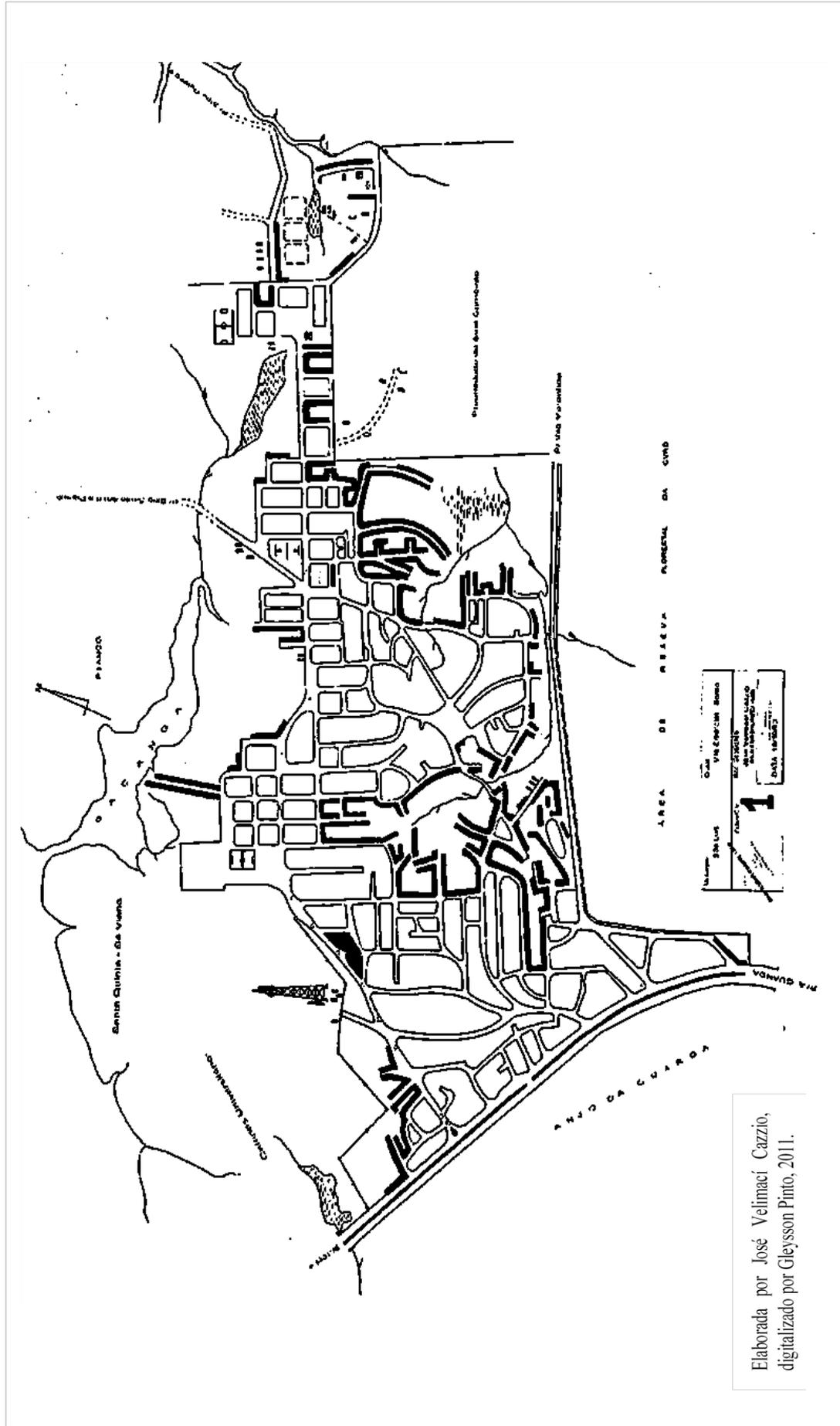


Fonte: DUTRA, L. S. 2017

As atividades econômicas do Itaqui-Bacanga, na década de 1970 a 1980 nos bairros Vila Ariri, Bacanga, Sá Viana, Vila Isabel, eram muito comuns às pessoas desempenharem atividades em pequenos comércios, pesca, venda de carvão, sendo que alguns moradores trabalhavam como operários, domésticas, pedreiros. Na Vila Embratel predominava população que vivia da pesca, plantação e do trabalho fora; hoje a maioria trabalha fora do Itaqui-Bacanga ou vive do comércio. No Anjo da Guarda as antigas atividades financeiras também eram a pesca, lavoura e vendas na feira de todo tipo de alimentos; aumentavam a renda dessas pessoas, que quase não utilizavam qualquer tipo de transporte para ir ao centro da cidade (ACIB, 2007).

Hodiernamente a situação mudou, porém, grande parte da população ainda é considerada de baixa renda. Apesar de terem uma vida economicamente ativa dentro de seu bairro, muitos trabalham fora executando diversos tipos de atividades, seja na indústria, construção civil, no comércio formal ou informal. O comércio local, sua rede de estabelecimentos (lojas, casa lotérica, bancos, bares), escolas públicas e privadas, postos de saúde, hospitais, indústria etc, mantém o movimento financeiro do bairro, contribuindo para seus moradores. Estes impulsionaram o seu crescimento, tornando o local, referência para as áreas adjacentes, logo, muitos tiveram interesse de residir nestes espaços ou construir empreendimentos comerciais e de serviços.

Figura 7. Planta baixa do bairro da Vila Embratel



Elaborada por José Velimaci Cazzio,
digitalizado por Gleysson Pinto, 2011.

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SURGIMENTO DOS MERCADOS

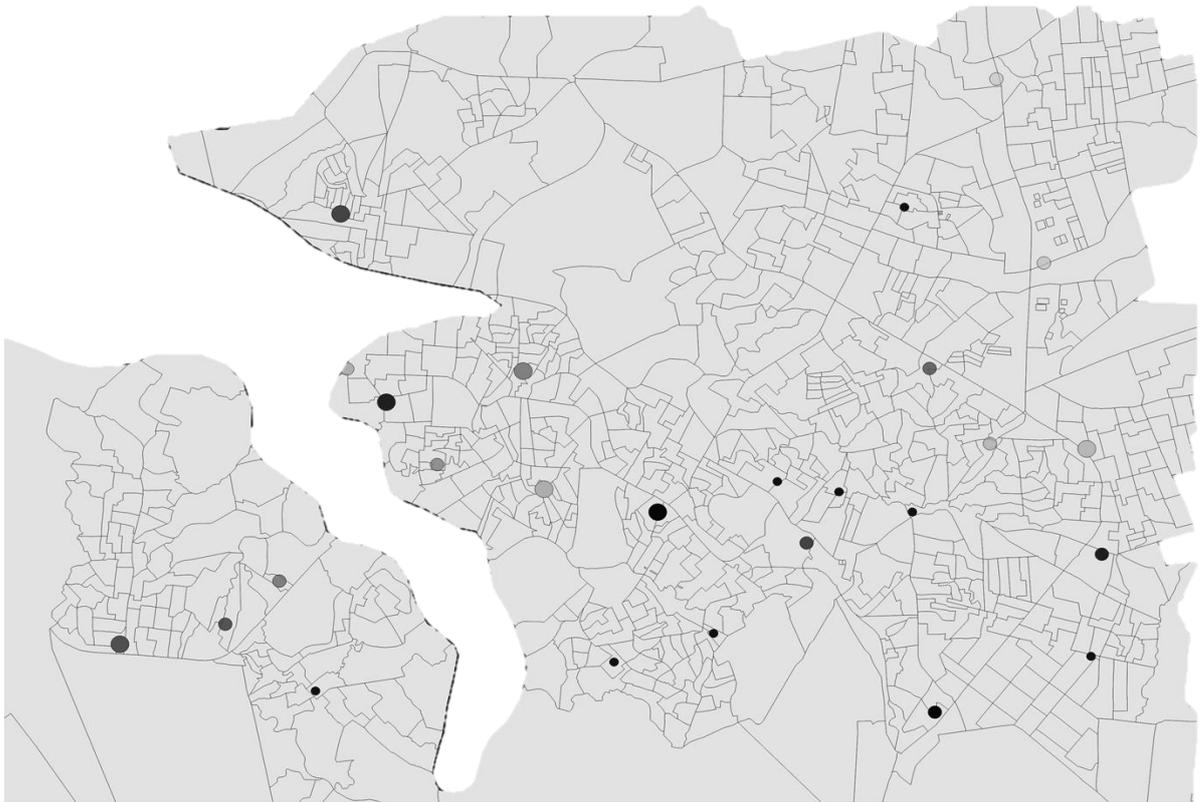


Imagem em arte, malha urbana da capital, sobreposto por QGIS 2.14. 3, em 12. 09. 2017

2.1 A existência dos mercados no processo de crescimento das cidades

De acordo com Ferretti (2000) estudos voltados sobre feiras e mercados já possuem em quantidades há muito tempo; existindo pesquisas sobre mercados africanos, feiras latino-americanas, mercados camponeses da Ásia, como também de feiras e mercados da Europa, existentes desde Idade Média.

Nas cidades antigas sempre houve existência de um edifício onde funcionava ou ainda funciona o mercado local de abastecimento de produtos destinados ao comércio retalhista dos moradores locais e redondezas, podendo funcionar diariamente ou em dias específicos, geralmente tendo um dia de maior concentração de comerciantes provenientes de áreas circunvizinhas. Existiu um padrão dos mercados medievais no século XIV, comum em Portugal, de onde os colonizadores trouxeram o modelo para o Brasil. O mercado possui esta forma de organização físico-estrutural no Brasil, a partir de contatos com os colonos, partindo-se primeiramente os hábitos de feiras. No período colonial registra-se a presença de algumas poucas feiras regionais especializadas no comércio de bovinos, como a antiga feira de Capoame, que posteriormente foi substituída pela feira de Santana, e a feira dos Burros de Sorocaba-SP, (MOTT, 1976).

Observa-se que nos mercados brasileiros, a grande maioria das pessoas que vão e estão no mesmo, tem como propósito comprar e vender, sendo secundária sua função de lazer e interação social, todavia, tais lugares podem ser utilizados esporadicamente com ambos objetivos. Acredita-se que diante de tal compreensão, exista uma parcela de pessoas que veem os mercados tradicionais, sobretudo, os localizados nas cidades históricas ou cidades com mercados dotados de infraestrutura, como verdadeiros lugares de turismo, distração, trazendo ao frequentador certa comodidade. (FERRETI, 2000).

Segundo Pintaudi (2006) os mercados públicos constituem-se em uma das primeiras formas que marcam a separação homem/natureza, ou seja, do momento em que o homem deixa de produzir sua própria existência, anunciando outros ritmos para o tempo/espço social, através da troca de produtos. Ainda para esta, a presença do mercado público na cidade ou em seus arredores, quando existentes, seja de maneira temporária ou perene, nunca foi questionada como local de abastecimento de produtos, enquanto, em diferentes sociedades, configurou o costume de ali se concretizar as trocas indispensáveis à reprodução da vida. O questionamento dessa forma surge, justamente, quando ela passa a se desfazer, quando chega aos limites de sua existência enquanto forma (incluída sua estrutura e função) reconhecida e apropriada socialmente para a reprodução da sociedade. Quando esse costume sofre uma

ruptura com a presença de outras formas de abastecimento, mais modernas, surgem como possibilidades à transformação do mercado público, que passa a ser apropriado como lugar “tradicional”, onde se pretende produzir uma identidade para a sociedade, ou então o desaparecimento dessa forma da paisagem urbana e, conseqüentemente, do imaginário.

A escolha do mercado público como tema da análise em questão, reafirma o procedimento metodológico histórico como necessário no estudo das formas produzidas que não advém de qualquer nostalgia referente a este lugar, mas da necessidade de compreender, uma forma que só “permaneceu no tempo” metamorfoseado. Para Pintaudi, (2006, p.4)

O mercado público é forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas. Todas as culturas adotaram essa forma de troca de produtos e o fato de se realizar esporadicamente, periodicamente ou de maneira perene e com local apropriado para esse fim, dependia das mercadorias que ali se trocavam e da necessidade de se realizar a troca com certa frequência, do deslocamento possível nos diferentes momentos históricos e da importância que o local representava para o abastecimento da cidade e da sua região de abrangência. Em Roma, no fórum do imperador Trajano, funcionou um mercado, a partir de 113 d.C, que dispunha de 150 lojas, distribuídas em cinco andares. Roma tinha então, aproximadamente, um milhão de habitantes e era o centro do império que naquele momento se encontrava com a sua maior extensão.

Muitos dos mercados tiveram sua gênese nas feiras que terminaram perpetuando e se materializando em construções, porque a reprodução da vida na cidade e/ou região necessitava de um contínuo suprimento de víveres. A partir do século XIX, momento em que as comunicações a maiores distâncias se tornam mais corriqueiras, através de ferrovias, os locais de vendas sofrem alterações significativas através da centralização do capital privado, principalmente. Até então, nas cidades, os mercados eram os locais importantes para o abastecimento de toda a sorte de produtos, já que concentravam espacialmente a atividade, além do que, significavam momentos de trocas não materiais (simbólicas)²⁹ que ‘abasteciam’ outras esferas da vida em sociedade.

De acordo com Pintaudi (2006), as cidades medievais no Ocidente, de modo geral, não dispunham de lugar fixo para as atividades de troca de produtos, que eram desenvolvidas em todas as ruas e praças. O andar pelas ruas era dificultado porque comerciantes dispunham seus

²⁹ Para Servilha (2008) os mercado e feiras, como espaços livres e públicos, são aqueles, entre outros, onde as dinâmicas sociais e culturais fluem de forma espontânea e intensa, principalmente pelo grande fluxo de pessoas e atividades diárias. Observa-se que diante de tal explanação, as relações e participação popular extrapolam as barreiras econômicas, passando a se ter momentos de vivência, sociabilidades entre as pessoas, ou seja, trocas não materiais, que trazem uma simbologia de bem estar, aprendizagem, histórias e experiências de vida. SERVILHA, Mateus de Moraes. *As Relações de Trocas Materiais e Simbólicas No Mercado Municipal de Araçuaí – MG. Viçosa, Minas Gerais, 2008.* Disponível em <http://locus.ufv.br/handle/123456789/4086>, acessado em 14.08.2017 às 10:45 h.

produtos de troca, os artesãos colocavam suas bancadas de trabalho, enfim, as atividades profissionais geralmente não se desenvolviam dentro das moradias que eram pequenas e sem iluminação. Com o tempo, foi se ilustrando uma divisão das atividades; sendo que ainda para Pintaudi (2006), pesquisadores apontam os açougueiros como sendo os primeiros a serem isolados dos demais, porque suas atividades poluíam muito o ambiente, com detritos e mau cheiro. Separaram-se dos sapateiros que eram os artesãos que aproveitavam o couro do animal para as suas confecções. A concentração de especialidades artesanais em determinadas ruas da cidade, pode ser constatada, ainda hoje, em várias cidades europeias que mantêm na toponímia de ruas do seu núcleo antigo as diferentes atividades exercidas no local.

Conforme Arizaga e Bolumburu (1990), a atividade de açougueiro provocava muito transtorno na malha urbana (mau cheiro e sujeira) e precisavam ser afastados. Ao final do século XV, com o desenvolvimento que as cidades europeias vão atingindo, são construídos matadouros e pórticos públicos. A partir daí o mercado, em um ponto fixo, vai se configurar como lugar, sendo que nesse período este vai se tornar um local importante, contudo, realizando-se parte das transações comerciais. (MASCARENHAS, 1991).

Pintaudi (2006) destaca que o mercado público foi, desde os primórdios do capitalismo, uma forma de centralizar o comércio num determinado lugar, o que facilitava o controle sobre as trocas de mercadorias que ali se efetuavam, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos.

Já em tempos passados (século XV), chegando até os dias atuais, a autora supracitada destaca que a organização na parte interna do mercado público³⁰ haviam designações de locais para vender verduras, frutas, peixe, carnes, salsicharia, o que não implica em dizer que não existiam aqueles que quebravam esta e outras regulamentações, que foram sendo criadas durante séculos, com o objetivo principal de evitar que os preços aumentassem consideravelmente com o respectivo açambarcamento, de produtos por parte de um pequeno número de comerciantes, sendo assim, desempenha evidenciar que o lugar em que o mercado se constitui permanentemente, com telhado, coberto, funcionando cotidianamente, somente

³⁰ Outro mercado importante que se constitui no século XIII, e que ainda permanece em seu local original, é o da Boqueria. Situado junto à segunda muralha da cidade, desde 1217, aí se vendiam frutas e verduras. Próximas ao lugar, na rambla, naquele mesmo século, surgem as vendedoras de flores que acabaram se perpetuando em quiosques a partir do século XVI. Em meados do século XIX esse mercado foi edificado, tornando-se coberto e ocupando também o lugar de um antigo convento de carmelitas e uma capela, incendiadas em 1835, que se encontravam bem junto da antiga praça. Desde 1837, algumas barracas passaram a se instalar no local que foi solicitado pela municipalidade junto ao Estado, já que a zona eclesiástica pertencia às terras públicas (política de desamortização). Hoje, a superfície desse mercado atinge os 13.631 m, dos quais 11.919 são construídos – trata-se do maior mercado da Espanha, hoje muito frequentado e central. (PINTAUDI, 2006, p.8).
PINTAUDI, S. M. Os Mercados Públicos: Metamorfoses de Um Espaço. Cidades, v. 3, n. 5, 2006, p. 81-100 87.

dar-se com a separação de outras atividades que a população local da cidade aí faziam (festas, execuções, torneios etc.). É o momento em que se constitui uma visão burguesa de espaço, dos lugares, que os separa segundo as funções a que se destinam. (PINTAUDI, 2006).

Alguns mercados foram mantidos e incorporados ao novo estilo de vida que se impõe no decurso do século XX, particularmente na segunda metade, isso porque as dimensões físicas dos mercados não gerando um tráfego incompatível com a circulação local, dado que serviam ao abastecimento de bairros da cidade, permitiu que fossem mantidos, articulando-se com um mercado central atacadista ou varejista (situado mais distante da área central da cidade), como também com os demais estabelecimentos de vendas de gêneros alimentícios.

Sobre os mercados municipais é evidente que o principal foco é a comercialização de diversos produtos, desde grãos e doces até os mais detalhados objetos artesanais, porém, esses centros de comércio representam muito mais do que a simples troca dinheiro – mercadoria. Na verdade, os mercados municipais são a essência de determinada cidade, ou parte dela, o bairro. Os mercados têm a impressionante capacidade de resguardar aquilo que foi esquecido e petrificado com o processo de urbanização.

Com relação à região Nordeste do Brasil, levando-se em consideração alguns pontos sobre mercados destaca-se, que em Aracaju (Mercado Hortifrutigranjeiro Leite Neto), Salvador (Mercado Modelo), dentre outros lugares como Pernambuco, Fortaleza são cidades que tem em suas histórias, associações diretas com surgimento de mercados. (VARGAS; CASTILHO, 2015), assim, grande parte da história da cidade, encontra-se interligada em interpretações que podem ser levantadas nesses mercados públicos por meio de seus agentes, trabalhadores e consumidores, revelando traços identitários, socioculturais e econômicos³¹.

Em São Luís, destaca-se o mercado da Praia Grande (Foto 6), antiga Casa das Tulhas, também chamado de Feira da Praia Grande. Este prédio ocupa todo o quarteirão central do bairro da Praia Grande. “Com um só pavimento, terminação em beiral, quatro fachadas caídas, aberturas em arco pleno e bandeiras de ferro, além de guarnições em cantaria” (JORNAL ESTADO DO MARANHÃO, 1999).

³¹ A consciência de trabalhadores (feirantes, comerciantes), no e ao entorno do mercado sobre a sua condição física e simbólica, remete a teoria do espaço social de Bourdieu (2002), pontuando esse no uso de capitais distintos para possibilitar a ascensão no espaço social. Os trabalhadores ao terem essa consciência sobre o lugar, este local que é de construção de identidade, passa a ser visto, ou passa ser convertido, em potencial econômico. Essa situação é de grande contribuição para compreensão dos processos e os desdobramentos que se dão na cidade.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5. Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

Foto 6. Mercado da Praia Grande



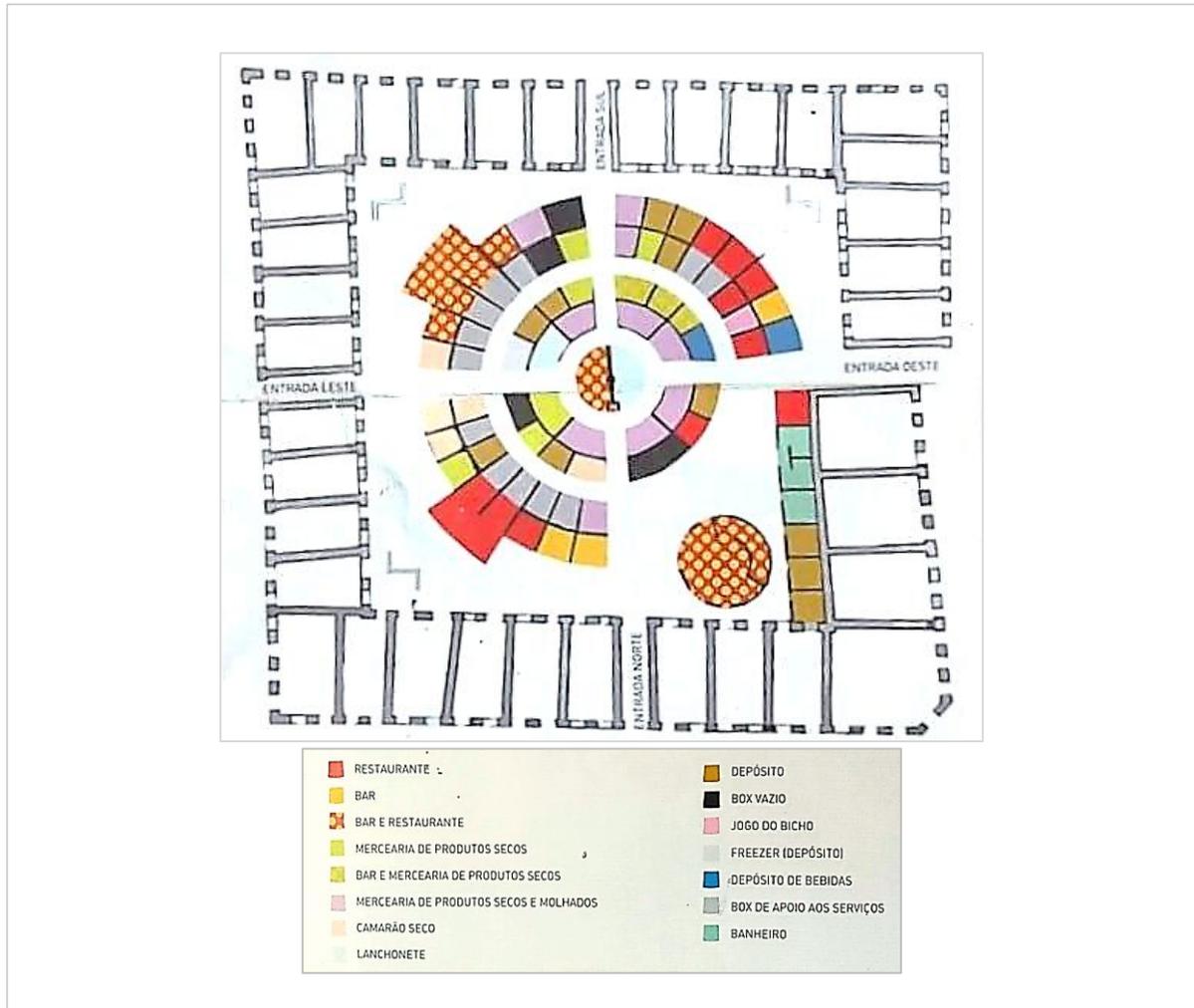
Fonte: DUTRA, L. S. 2017

O apogeu da Casa das Tulhas está relacionado ao crescimento econômico do bairro da Praia Grande e, posteriormente, o declínio da atividade econômica mercantil influenciou a sua derrocada econômica. A partir dos anos cinquenta do século XX, identificou-se um processo de decadência, com a abertura de comunicação rodoviária entre São Luís e outros Estados, de acordo com estratégias do Governo Federal. (NORONHA, 2015).

Em 1947, a municipalidade vendeu a Casa das Tulhas para terceiros. Os boxes, que compunham a parte mais externa, foram subdivididos no que hoje observamos como um quarteirão formado por lojas de artesanato, bares e restaurantes, no centro do bairro da Praia Grande. O seu interior, o antigo jardim, foi ocupado por diversos trabalhadores da beira do cais da Praia Grande, cujas atividades vinham sendo gradativamente extintas com a mudança do eixo econômico da cidade. Eram marinheiros, mascates, estivadores, pequenos comerciantes das redondezas que se viram paulatinamente obrigados a buscar novas opções de atividades para seu sustento. (NORONHA, 2015, p.40-41).

Para Ferretti (2000) o principal entreposto de mercadorias de São Luís, foi o mercado da Praia Grande, localizado no antigo Largo do Comércio; no entanto, devido a Praia Grande não ser mais o ponto financeiro da cidade, a retirada de moradores e a reforma de grandes casarões, passando-os para repartições públicas, houve um progressivo decréscimo do número de frequentadores e assim, um declínio do mercado. Não foi encontrada referência sobre o surgimento do termo mercado quando da designação do prédio da companhia. Nem ao menos sobre modificações ocorridas no prédio depois que passou para a municipalidade, sabe-se que o mercado corresponde apenas ao pátio interno. Ver a atual configuração do mercado (Figura 8), embasado na projeção da planta de 1980 encontrada na biblioteca do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico (DPHAP).

Figura 8. Ocupação atual do Mercado da Praia Grande



Fonte: NORONHA, 2015, setembro de 2007.

Da origem do mercado da Praia Grande, a primeira notícia que se tem, é da formação data do ano de 1780, quando foi recomendada a instalação de moradores com a doação de terrenos para que eles pudessem construir casas no prazo de um ano. A organização do logradouro se deu quando a Corte de Lisboa solicitou ao governo da Província a planta da área da construção das propriedades. Em 1784 foi requerida autorização para construção de uma praça regular e um cais em frente à Alfândega da cidade de São Luís, para promover o comércio do Estado e acabar com prejuízos que os carregadores tinham com o transporte de mercadorias de navios até a Alfândega devido à precariedade do local. (VIVEIROS, 1954).

Atualmente, o mercado está localizado no largo do comércio, onde fica sua entrada principal, sendo as outras localizadas em cada rua que o circunda – Rua da Estrela (Cândido Mendes), Rua do Trapiche (Rua Portugal) e Beco Catarina Mina. O tom característico do

mercado é dado pelas bancas de produtos regionais somado à falta de luz natural, remetendo inconscientemente à sua tradição histórica.

O mercado Central (Foto 7), um dos mais antigos de São Luís (FERRETTI, M. 1985), das estruturas demolidas na década de 40 está a exemplo o antigo mercado para a construção do novo mercado Central³². Logo depois, foi promovida a abertura da Av. Magalhães de Almeida que passa por todo Centro da cidade, e que, segundo Paulo Ramos (na época governador), seria outro melhoramento que mudaria por completo a feição colonial de São Luís. Parte desse plano foi concluído pelo sucessor Pedro Neiva de Santana que realizou o alargamento da Rua do Egito que começava do Largo do Carmo e terminava na Beira Mar, além do rasgo diagonal da Av. Magalhães de Almeida até às vias do mercado Central.

Esse mercado passou por um incêndio, no dia 24 de abril de 2016, pela manhã, que chegou a atingir lojas no local, de acordo com informações, o incêndio (Foto 8) pode ter sido provocado por problemas na fiação elétrica.

Foto 7. Mercado Central



Fonte: CUNHA, F. 2010.

³² O Mercado Central de São Luís foi construído em 1864. 65 anos depois, em 1939, através de um programa sanitário, o prédio foi demolido e reconstruído pelo Governador Paulo Ramos, durante muito tempo passou a ser chamado de Mercado Novo, devido a reconstrução. No local funcionava anteriormente, o antigo gasômetro, que abastecia os postes de iluminação pública de todo centro da cidade. Já foi conhecido por vários nomes, dentre eles, Largo do Açogue Velho, em 1940.

Há prevista pelo PAC – Cidades Históricas, restauração e reforma do Mercado, existindo já processo de conclusão de licitação. O IPHAN – Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico é órgão responsável pelo PAC – Cidades Históricas no estado. A obra está orçada em 8 milhões, com previsão para o primeiro semestre de 2017. O projeto arquitetônico é assinado Hermes Fonseca (Engenheiro e Arquiteto) e Marcus Gusmão (Arquiteto)

O IMPARCIAL, Jornal Impresso 2016/11. Reforma do mercado Central custará 8 milhões. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Foto 8. Incêndio no mercado Central



Fonte: <http://g1.maranhao/noticia/2016> em 19/01/2017.

O mercado Central é uma instituição municipal construída em 1864 e que foi administrada pela Companhia Maranhense de Abastecimento (COMAB). No local funcionava anteriormente (Há 70 anos), o antigo gasômetro, que abastecia os postes de iluminação pública de todo centro da cidade (JORNAL IMPARCIAL, 1999). Retomando o mercado da Praia Grande, antiga Casa das Tulhas:

O crescimento desordenado da cidade, a falta de cuidados com o centro histórico e o pouco caso da Prefeitura, levaram à precarização das instalações do Mercado. As barracas nele existentes eram de madeira e os acessos a ele mal calçados, de constante agitação. Quando chovia a lama chegava aos joelhos dificultando ainda mais a vida dos feirantes e dos frequentadores. A situação se tornou insustentável até que, atendendo a constantes reclamações, o Governo do Estado reformou-o. foi preciso construir pontos de alvenaria, em lugar de madeira até então utilizada, troca de cobertura, da pavimentação e da rede hidráulica e elétrica, melhorando sua funcionalidade e higiene. (FERRETI, 2000, p. 158).

Destaca-se que os mercados apresentados no primeiro momento, estão em locais centrais das cidades mencionadas e são de grande importância na construção e compreensão do processo de análise de outros estudos sobre mercados.

Os mercados que estão sendo tratados são os da área da periferia da cidade de São Luís. Periferia no sentido de urbanização popular, nas perspectivas de periferia espacial, do ponto de vista distante do centro da cidade e também periferia social, carregada de problemas de infraestrutura, relacionada ao seu grande contingente populacional.

É de cunho realçar, de acordo com a SEMAPA, que São Luís possui 31 mercados públicos (Figuras 9, 10 e 11), sendo 28 de responsabilidade de gestão municipal, totalizando 4240 feirantes cadastrados (Quadro 3); e 3 mercados públicos de responsabilidade maior do

Estado, sendo o mercado do Peixe, Central e da Cidade Operária, (APÊNDICE F). Muitos desses mercados são de gestão compartilhada entre poder público e o administrativo local, as associações. Para o coordenador de mercados da SEMAPA, dos 28 mercados municipais, atualmente 14 são gerenciados diretamente pelo mesmo órgão e 14 pelas associações em parceria com a prefeitura. Segundo ele, o mercado do Peixe passa atualmente por reforma, após os serviços, será feita uma transferência de gestão para o poder administrativo da SEMAPA, que hoje está sob a SAGRIMA (Estado). Acentuar-se que dos mercados existentes, foi desativado o mercado do Monte Castelo,³³ onde sua estrutura no bairro de mesmo nome está abandonada.

A situação relacionada à gestão dos mercados sempre existiu, tanto por interesse da própria população local, feirantes e gerentes, como por questões políticas. Em muitos momentos os mercados da capital se diversificam quanto a essa situação, alguns já tentaram por meio de suas associações executarem a organização do local de trabalho, porém, encontram muitas dificuldades, principalmente de arrecadação de verbas, tanto a nível local com os feirantes quanto de repasse por parte da Prefeitura, ou Estado. Vários desses, já tentaram certa independência, porém sem muito êxito. Mercados como o João Paulo, Cidade Operária, Fátima, Liberdade, Santa Cruz, Vila Palmeira, Vinhais, e os dos próprios da pesquisa, Anjo da Guarda e Vila Embratel, possuem associações. Alguns até são um pouco mais organizados que outros, principalmente quando exercem a gestão compartilhada entre associação e Prefeitura, ou Estado. Alguns também foram gestados pela Central de Abastecimento do Maranhão (CEASA), hoje chamada de Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros do Maranhão (COHORTIFRUT).

Entre as várias alternâncias de administração dos mercados, o governo do Estado, na década de 90 fez contrato de concessão gratuita de uso por 10 anos com algumas associações de mercados públicos, entre eles o mercado da Cidade Operária, onde a Cooperativa dos Feirantes da Cidade Operária, (COOFECO), passou a ser a responsável. Em 1999 foi assinado um contrato de concessão de comodato (prazo de 2 anos), entre associação de feirantes e Prefeitura de São Luís, assim as feiras e mercados passaram a ser terceirizadas pelas associações. Nesse período a secretaria responsável SEMPAB – Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento foi substituída pelo Instituto Produção e Renda, a exemplo o que aconteceu no mercado do João Paulo.

³³ Na época administrado pela antiga Cobal, instituição essa, que foi criada pelo presidente João Goulart em 1962. Empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, a ideia era dar ao Governo Federal condição de operar diretamente no abastecimento, uma evolução nas políticas públicas do país voltadas para este setor (MARA, 2006). MARA, Sandra. “Artigo classe A”. Revista Gôndola. Belo Horizonte, maio 2006. p. 29.

Evidencia-se que além dos mercados como lugares de venda de produtos para suprir a necessidade da população, ainda existem as chamadas feiras livres na capital (ANEXO B).

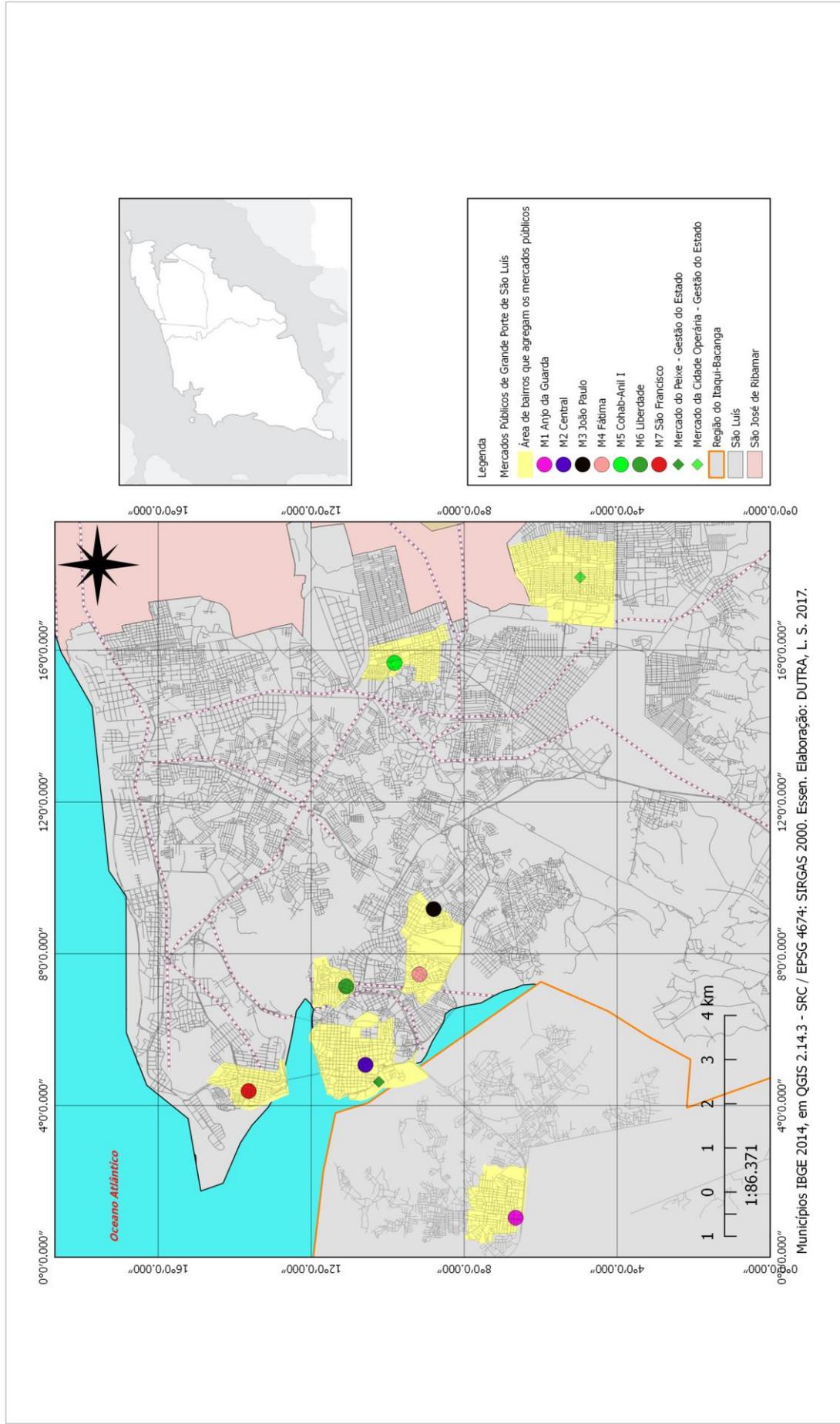
O quadro 3, identifica os mercados públicos de responsabilidade municipal, (SEMAPA) com seus respectivos endereços, assim como a quantidade de feirantes cadastrados.

Quadro 3. Mercados públicos de gestão da SEMAPA.

	Mercados Públicos Sobre Gestão Municipal	Quantidade de Feirantes Cadastrados	Endereço
1	Mercado do Anjo da Guarda	480	R. Odylo Costa Filho, s/n - Anjo da Guarda
2	Mercado Central	331	Av. Guaxenduba nº03 – Centro
3	Mercado do João Paulo	687	Av. Projetada, s/n - João Paulo
4	Mercado de Fátima	342	R. Boa Esperança, s/n - Bairro de Fátima
5	Mercado da Cohab	471	Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n – Cohab
6	Mercado da Liberdade	420	R. Machado de Assis/ R. Gregório de Matos,730
7	Mercado do São Francisco	256	Trav. Benício Fontenele, R. Raul Azevedo, s/n
8	Mercado Vila Embratel	121	Av. Sarney Filho, s/n - Vila Embratel
9	Mercado do Bom Jesus	94	Av. Principal - Bom Jesus
10	Mercado do Coroadinho	91	R. São José, s/n - Coroadinho
11	Mercado do Anil	129	R. Cônego Tavares, s/n – Anil
12	Mercado de Santa Cruz	68	R. 17 de agosto, s/n - Santa Cruz
13	Mercado Vila Vicente Fialho	72	Av. Brasil, s/n, Vila Vicente Fialho
14	Mercado do Jardim Primavera	96	Av. Leste Oeste, s/n - Cohatrac
15	Mercado do Ipem São Cristóvão	181	R. 01-C, Qd. 02, s/n, Ipem São Cristóvão
16	Mercado da Vila Palmeira	112	R. Genes Soares, nº05 - Vila Palmeira
17	Mercado da Vila Bacanga	36	R. Felicidade, s/n - Vila Bacanga
18	Mercado da Vila Isabel	32	Vila Isabel, s/n, Rua do Comércio
19	Mercado da Macaúba	33	Caminho da Boiada, s/n - Macaúba, Belira
20	Mercado do Angelim	15	Av. 2000 – Angelim
21	Mercado do Santo Antônio	5	Av. dos Franceses, s/n - Santo Antônio
22	Mercado do Cruzeiro do Anil	28	Av. São Sebastião, s/n - Cruzeiro do Anil
23	Mercado do Turu	6	Av. São Luís Rei de França, s/n – Turu
24	Mercado do Olho d'Água	26	Av. São Luís Rei de França, Olho D' água
25	Mercado da Estiva	6	BR 135 - Estiva
26	Mercado da Forquilha	16	Estrada de Ribamar, s/n - Forquilha
27	Mercado do Tirirical	28	R. Soares Bezerra, s/n - São Cristóvão
28	Mercado da Praia Grande	58	R. Portugal, s/n - Centro

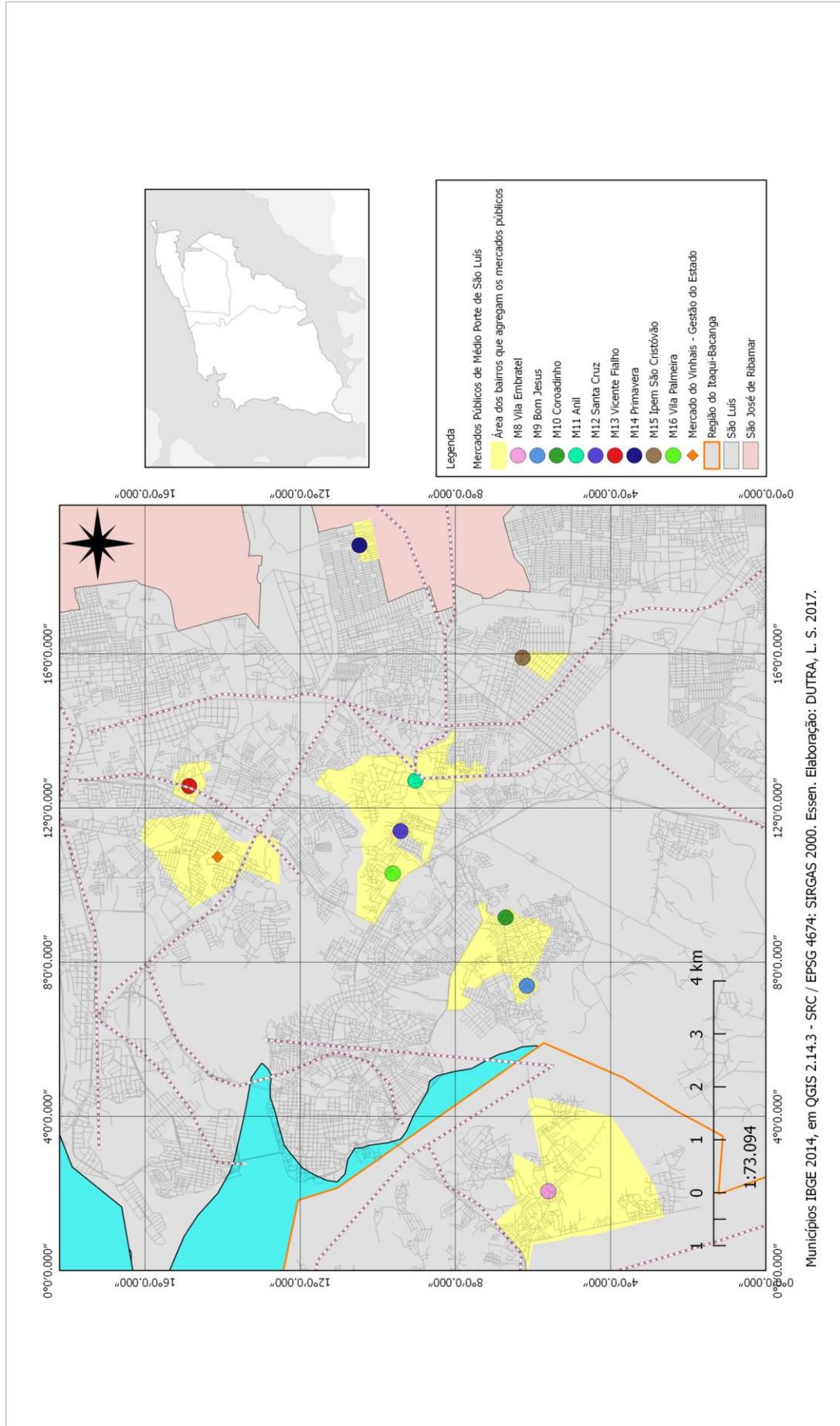
Fonte: SEMAPA, 2015. Adaptado por DUTRA, L. S. 2017.

Figura 9. Mapa dos mercados públicos de grande porte de São Luís



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

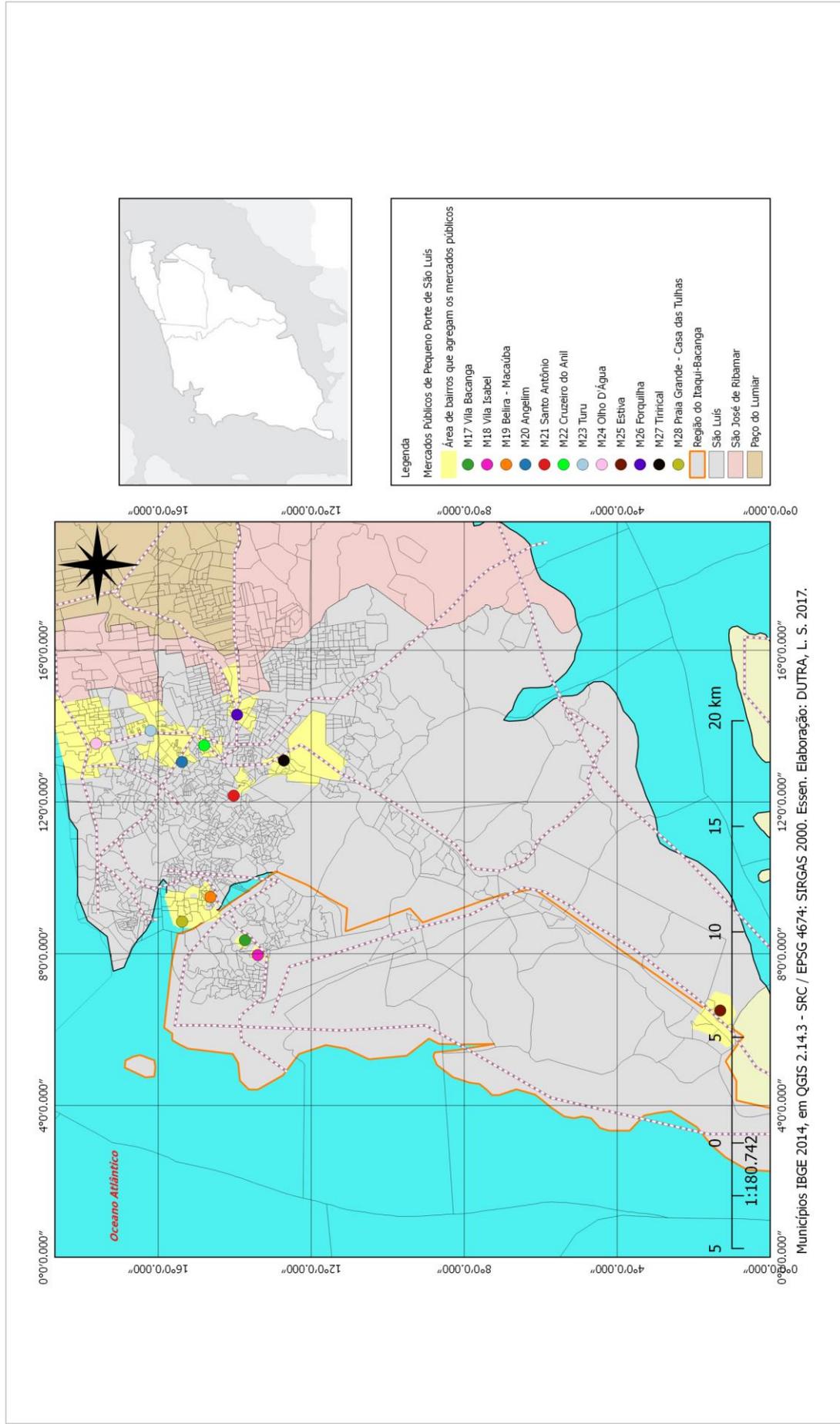
Figura 10. Mapa dos mercados públicos de médio porte de São Luís



Municípios IBGE 2014, em QGIS 2.14.3 - SRC / EPSG 4674: SIRGAS 2000. Essen. Elaboração: DUTRA, L. S. 2017.

Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Figura 11. Mapa dos mercados públicos de pequeno porte de São Luís



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

2.2 Uma conexão entre mercados e feiras

Conceituar mercado e diferenciá-lo de feira, notoriamente pode não ser uma tarefa uniforme, isso porque estão intrinsecamente relacionados, ambos estão ora ligados diretamente ora indiretamente, estão dentro do espaço urbano e rural, compartilhando e contribuindo para fatos na construção da formação do espaço geográfico; mesmo com certas limitações e encruzilhadas de se estabelecer a diferença entre a feira e o mercado, tentou-se apresentar algumas peculiaridades.

A feira é um espaço polissêmico em que vidas se cruzam, convivem e experimentam um cotidiano de diversidades. Feirantes, consumidores, transeuntes, turistas, crianças, idosos, mendigos e animais dividem o mesmo lugar. Conversas que se misturam num som confuso, imersas em cheiros e maus cheiros de restos de alimentos espalhados pelo chão, em meio à aparente desorganização das barracas, oferecem às centenas de olhares uma exposição de mercadorias das mais coloridas, distintas e vindas de diferentes lugares. (ALMEIDA e PENA, 2011, p.110 – 112).

A feira ainda constituiu-se em um importante fator de distribuição e dinamizador econômico, desenvolvendo o processo de comercialização e de trocas inter-regionais, sobretudo, no Norte e Nordeste do Brasil, onde estão envolvidas nos sistemas de mercado regional, reagindo às mudanças que ocorrem no campo político e econômico do país, representando um dos principais meios de sobrevivência para as populações das pequenas cidades dessas regiões. (ALMEIDA e PENA, 2011).

Ferreti (2000) define o mercado e feira como instituições, e enquanto instituição a feira faz parte do sistema econômico, a sociedade é o resultado do conjunto de sistemas econômicos e políticos. O sistema econômico se baseia na produção, distribuição e consumo de bens e mercadorias; sendo assim o mercado, seria uma instituição do sistema econômico pertencente à sub-área da distribuição de bens e mercadorias, esse setor de distribuição, inclui tanto as vendas de esquina, lojas, supermercados e até as próprias feiras.

Ao falar do mercado, pode-se pensar em fixo/mercado formal, e pensar até o nível de mercado móvel, da informalidade-trabalho. É retratado nesta, como elemento fixo e discutido como fundamental.

Em detalhamento, voltadas principalmente em sua principal característica, o que diferenciaria o mercado e a feira, respectivamente, seria a estrutura física e fixa no primeiro, enquanto, no segundo seria algo mais flexível, móvel.

Afirma-se que o mercado está inerentemente ligado à feira, pois ela está no mercado. A feira se faz dentro e fora do mercado, podendo existir feira sem o mercado, mas não

podendo existir mercado sem feira, pois a função primordial do mercado é a função essencialmente mercadológica (vendas, compras e trocas de mercadorias), expressa pela feira. Ambos, feira e mercado estão interligados, pelo movimento social, pelas redes do comércio, de pessoas. Para Santos (1996, p.221), “Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não passivas, as redes não têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social”.

Em muitos mercados em suas proximidades, na parte externa, nas entradas, observa-se a disputa por parte de mercadores/feirantes e comerciantes, por estes pontos, pois há uma variação de valorizações em função do fluxo de consumidores, tudo levado em consideração a forte influência da proximidade do prédio do mercado.

Discutindo o mercado no parâmetro mais moderno, refere-se tanto aos novos, os supermercados, junto as transações mercadológicas informatizadas, e ainda, os mercados nos bairros da periferia popular dos espaços urbanos, que surgem constantemente com o aumento de populações nas cidades, onde muitos encontram em suas condições ambientais precárias. O mercado da periferia dos bairros de urbanização popular seria em sua forma aqueles com condições infraestruturais deficientes, mais elementares, o que não o inviabiliza de necessidades de direcionamentos de políticas públicas. Frisar-se que os mercados antigos, localizados em territórios históricos, podem ser discutidos no âmbito moderno, desde que, não prevaleça o conteúdo historicista sobre a espacialidade. Santos (2004, p.197), afirma que:

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não para de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie. As unidades de produção e comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades.

Esses lugares são considerados por Santos (2004) como, o circuito inferior, que também pode ser bem definido de acordo com Lavoisier: “nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. O espaço é composto de pequenas unidades de produção e comércio, como a exemplo o mercado enquanto lugar, estando em situação caótica: “O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água em vasos de flores etc.” (SANTOS, 2004, p.199).

Muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos de recuperações; e a vida de um material, peça, pode ser prolongada pela engenhosidade de comerciantes, feirantes ou mercadores, ou seja, trabalhadores locais.

2.3 Históricos dos mercados da área de estudo

2.3.1 Histórico do mercado Anjo da Guarda

As informações sobre histórico, regularização, assim como se desenvolve a gestão nos mercados, deu-se através de entrevista com os gerentes dos mercados. Para tal foi direcionado o formulário 1 voltado para o gerente do mercado.

O bairro do Anjo da Guarda tem 48 anos de existência, já o seu mercado possui 42 anos (Fotos 9 e 10). Por volta do início de 1970 muitos moradores do bairro, deslocavam-se para o mercado Central, Centro de São Luís, para comprar alimentos para próprio mantimento e para vender nas portas de suas residências, como forma de gerar renda.

Com o passar dos tempos, muitos se deslocavam para a área central e movimentada do bairro do Anjo da Guarda, lá faziam a feira, vendiam seus mantimentos. Com o aumento de fluxo, a feira se estabeleceu e assim trabalhadores locais, autoconstruíram 4 boxes; logo, alguns anos mais a frente, o Poder Público, em meados dos anos 70, construiu o mercado para população, que até hoje nunca passou por nenhuma reforma. Por volta de 1998 o mercado passou a ser administrado pela prefeitura de São Luís, porém não ficou durante muito tempo sob a administração pública. Atualmente a administração é do tipo compartilhada³⁴ entre SEMAPA e associação do próprio mercado.

Foto 9. Entrada principal do mercado



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

³⁴ A administração de cunho compartilhada torna-se mais fácil para a aplicabilidade do planejamento urbano. Articulações que possibilitam essa relação, entre as instituições públicas municipais (secretarias) e a sociedade, por meio de seus representantes, vinculadores a organizações como as associações, são considerados relevantes para a organização da cidade.

Foto 10. Visão panorâmica do mercado



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

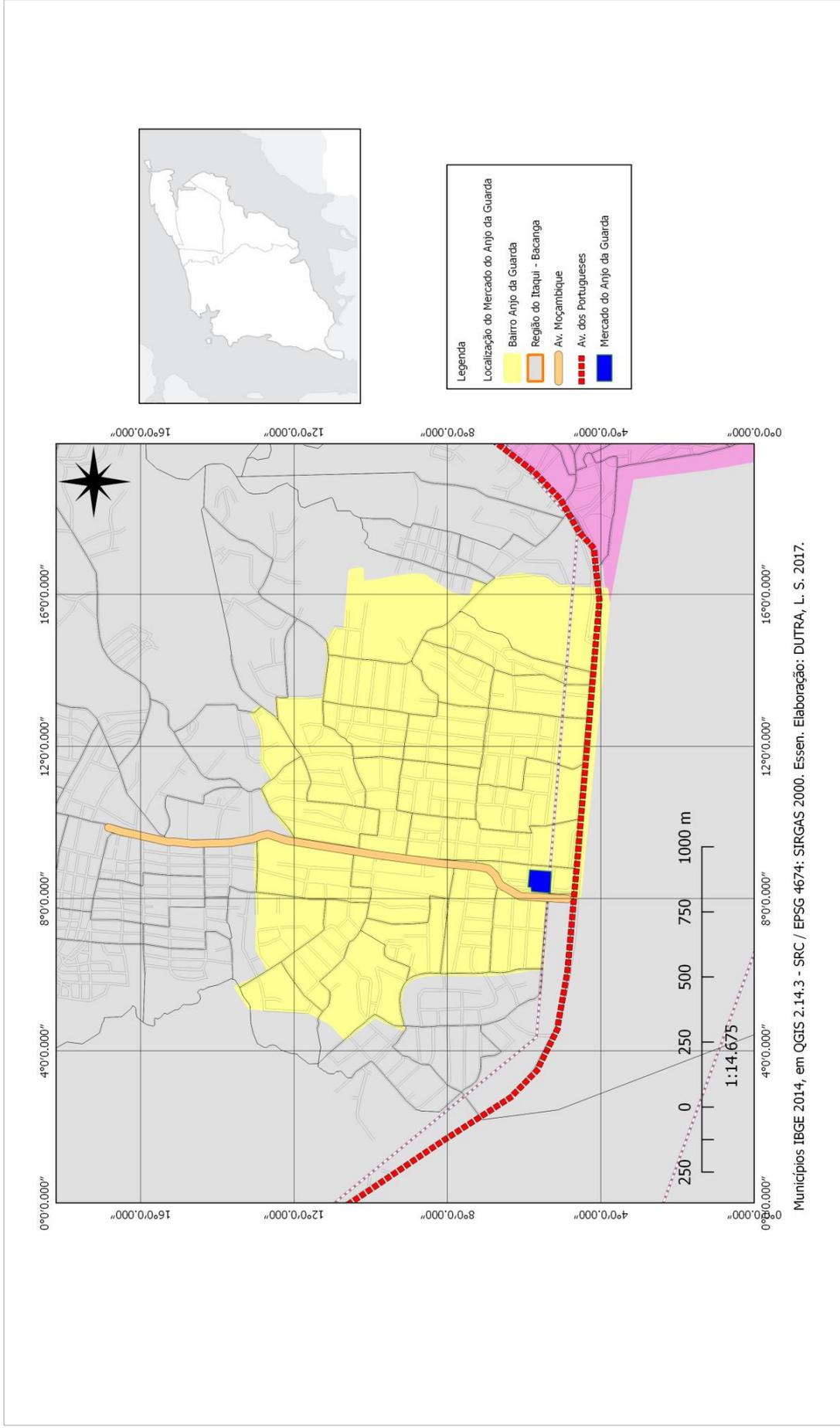
O mercado está localizado no ponto das coordenadas $2^{\circ}33'51.63''$ S e $44^{\circ}19'57.03''$ O; tendo avenida Moçambique como uma das principais referências. (Figura 12). Possui em suas medidas de dimensões da área espaço físico inicial – 1.403, 739 m²; área do mercado com expansão – 6. 875, 754 m²; frente – 81, 433 m e lateral – 83,800 m. (Figura 13).

Os mercados públicos, carregarem um forte significado histórico e cultural – sendo, no imaginário dos habitantes e visitantes, não só referências da história de suas cidades como também representativos da cultura local e regional.

No olhar de Filgueiras (2006), a reconstrução da trajetória histórica dos mercados e a análise de sua dinâmica social e espacial permitem investigar a atualização de tradições, construídas sobre a base do encontro, da co-presença e da negociação (em seu sentido amplo), que se mantém, deste modo, como valores, intermediando as práticas e as relações e possibilitando a reafirmação de lugares plenos de sentidos distintos, porém sólidos, que se atualizam e se inscrevem na contemporaneidade. Ainda para a mesma, pode-se dizer que existe uma relação umbilical de origem entre comércio e cidade, respondendo às necessidades de abastecimento da população urbana e de seus arredores, garantindo também a articulação política, territorial e econômica da sua região de influência.

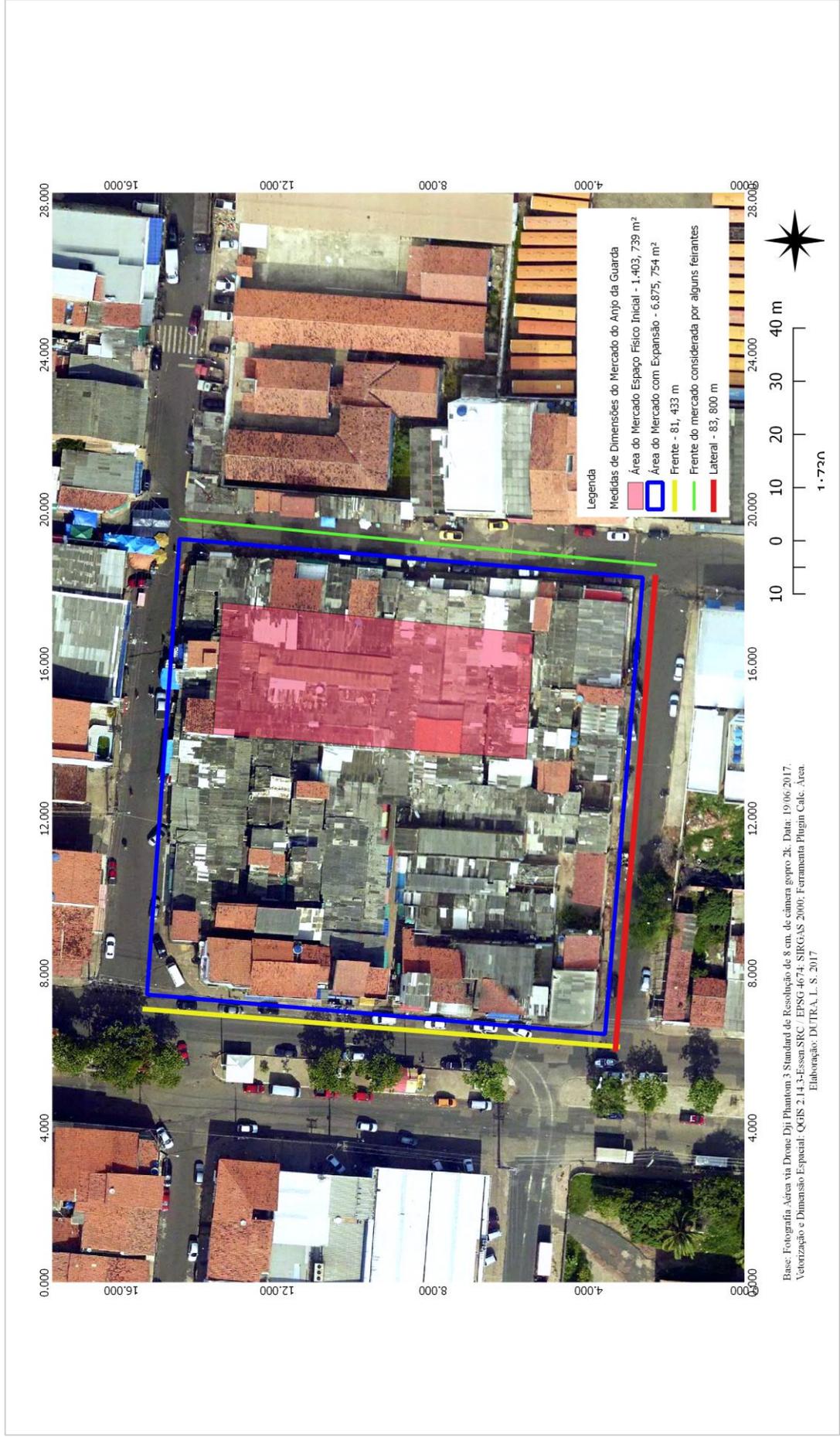
A investigação deste universo articulado de práticas e relações sociais e econômicas singulares possibilita, assim, a análise crítica de novos modelos de planejamento e intervenção urbana que devam primar, pela valorização econômica de requerentes da cidade com elevada densidade simbólica. (CARLOS, 2001).

Figura 12. Mapa de localização do mercado Anjo da Guarda



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Figura 13. Mapa de medidas de dimensões do mercado Anjo da Guarda



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

O mercado possui uma associação de feirantes (Foto 11 e 12), porém não muito organizada em sua estrutura física, esse espaço é utilizado para arrecadação de taxas dos aluguéis dos boxes. Nesse mesmo, fica o gerente do mercado, que no momento não se fazia presente. O funcionário cobrador de taxas do mercado, João³⁵, assim concedeu entrevista.

Segundo ele o mercado foi terceirizado para a associação (não possui nome específico), no sentido de tentar melhorar a administração, diz que o dinheiro arrecadado chega a quase R\$ 3000 mensalmente, e este serve para pagar funcionários como vigia, cobrador e zelador. As despesas são listadas e direcionadas para a SEMAPA. Segundo João, que já foi coordenador da feira no bairro do Vinhais, está trabalhando na associação desde período da criação, que tem 4 anos, porém já possui experiências com feiras e mercados há mais de 30 anos, mencionou que a Empresa Vale possui um projeto de revitalização³⁶ em parceria com a SEMAPA para reformar todo o mercado do Anjo da Guarda.

Foto 11. Associação dos trabalhadores



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Essas associações são entidades que quando organizadas, podem subsidiar, para que os trabalhadores do qual determinado grupo social representam, em melhores direcionamentos para tomadas de decisões. O grande problema é que nessas entidades faltam pessoas com conhecimentos técnicos que possam atuar de forma mais efetiva. As tensões políticas também interferem muito no andamento de atividades, projetos que essas almejam desempenhar.

³⁵ Mesmo a entrevista sendo prestada por meio de concordância, através do Termo de Consentimento, optou-se na pesquisa, em designar nomes fictícios como forma de preservar a identidade dos entrevistados.

³⁶ Será abordado no capítulo 5, item 5.4, subitem 5.4.3.1

Foto 12. Parte interna da associação



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

2.3.2 Histórico do mercado Vila Embratel

O bairro da Vila Embratel possui 39 anos, enquanto o mercado (Foto 13) possui 37 anos, antes no local funcionava somente a feira, com algumas bancas, depois moradores construíram alguns boxes. Os mercados são lugares que em muitos se originaram posteriormente as feiras. Esses enquanto lugares da cidade são resistências em sua potencialidade de subverter e/ou ressignificar as transformações impostas aos lugares do espaço urbano. (FILGUEIRAS, 2006).

Foto 13. Entrada do mercado



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Segue a placa de inauguração, na foto 14, que por volta de julho de 1980 foi inaugurado com construção da obra pública pelo então governo de João Castelo. O mercado do bairro (Figura 14) está localizado no ponto das coordenadas de 2°34'12.08"S e 44°18'33.27"O e tem a avenida João figueiredo como referência.

Foto 14. Placa de inauguração



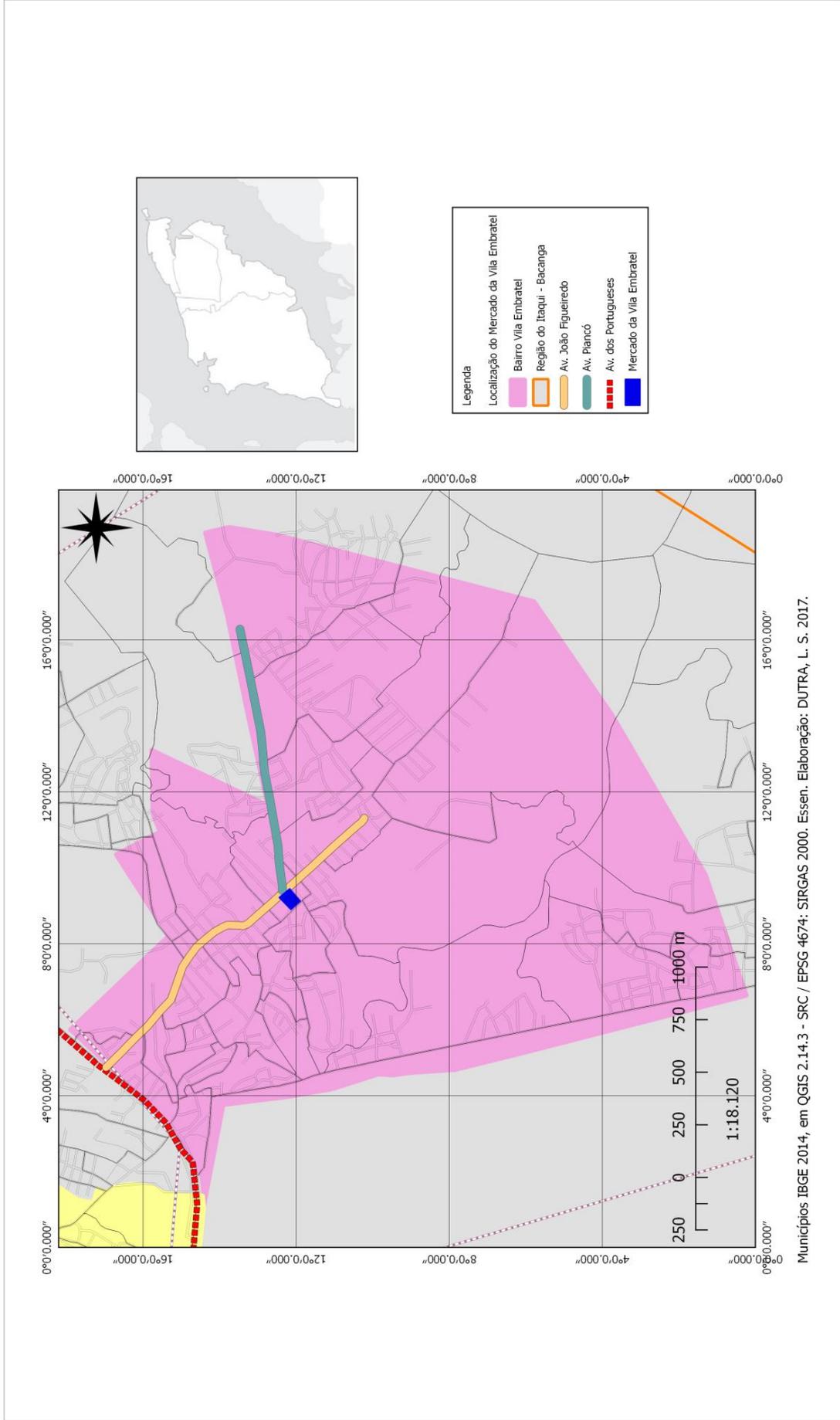
Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Obras públicas feitas pela prefeitura devem ser posteriormente acompanhadas, feitas fiscalizações, uma espécie de gestão para que estas não venham a deteriorar-se rápido. A prefeitura tem esse papel, além de construir e fazer reformas de fazer serviços de reparos e manutenção. Através da assessoria de comunicação, a prefeitura de São Luís declara que tem propostas de executar plano³⁷ de intervenção para reformas e reestruturação dos mercados públicos.

O mercado da Vila Embratel, possui em suas medidas de dimensões área do mercado espaço físico inicial – 521.702 m²; área do mercado com expansão – 4.209,458 m²; frente – 70,392 m e lateral – 56, 970 m. (Figura 15). Todas essas informações técnicas que foram levantadas podem dá suporte a propostas de intervenção, reformas de obras ou reestruturação desse local.

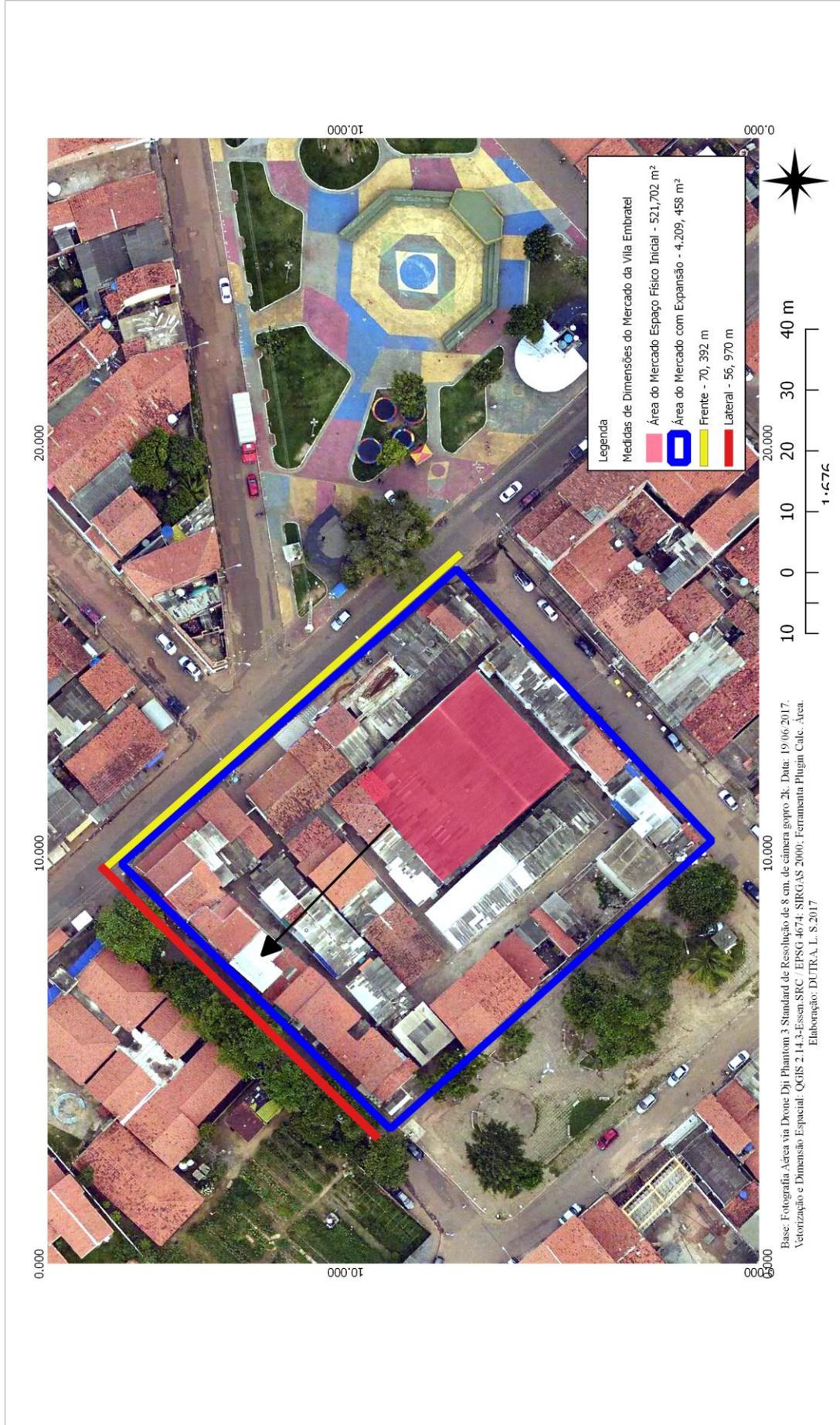
³⁷ Alguns planos estão sendo desenvolvidos conforme a disponibilidade de recursos do tesouro municipal. As obras foram iniciadas a partir do mercado do anil onde 50% dos trabalhos de recuperação física já foram desenvolvidos. As alterações foram apresentadas nas instalações hidráulicas e sanitárias, integralmente substituídas por novas. Ainda relata que a obra do projeto do mercado do Coroadinho foi feita esta atende a uma antiga reivindicação da população do bairro e do seu entorno. O projeto de engenharia civil e urbanístico foi elaborado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos. (Prefeitura de São Luís, 2017, Assessoria de comunicação)

Figura 14. Mapa de localização do mercado Vila Embratel



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Figura 15. Mapa de medidas de dimensões do mercado Vila Embratel



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

O mercado possui uma Associação/AFEIVE – Associação de Feirantes da Vila Embratel, (Fotos 15 e 16), responsável pela arrecadação do aluguel dos boxes. O dinheiro arrecadado é de utilidade para pagamento de funcionários e execução da manutenção do mercado, a renda serve ainda para pagar contas de água, luz, 4 vigias, 1 zelador, 2 cobradores e o gerente.

Foto 15. Associação - AFEIVE



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 16. Parte interna da associação



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Segundo o gerente do mercado e feira, Joaquim (nome fictício), que concedeu entrevista, trabalha há 12 anos na associação e essa funciona há 15 anos, Joaquim já trabalhou

no mercado há tempos atrás como feirante, hoje não mais, no entanto, possuía boxe, mas acabou repassando para outro. O gerente afirma que o mercado era da gestão da prefeitura, porém foi transferida para a associação. Há mais de um ano o mercado passou por serviços de instalação elétrica, reforma de banheiro, piso, ferragem. O entrevistado relatou que desde que a associação foi fundada, só em 2015 houve possibilidade de pintura. Em julho de 2016, houve convocação para composição da diretoria do mercado (ANEXO C), sendo reeleito.

Ambos mercados eram somente extensões de feiras, e surgiram após o surgimento dos bairros, comprovando que o surgimento desses lugares eclodiu pela necessidade das populações locais; a administração dos mercados era de responsabilidade da Prefeitura, onde esta repassou para gerência local, notou-se que nos dois mercados existem pessoas que conhecem bem os lugares, porém, ainda não desempenham serviços satisfatórios para organização mais plena destes, seja por falta de melhor aplicabilidade do dinheiro arrecadado, ou por ausência de instrução, de parceria com a prefeitura, ou ainda descompromisso. Em ambas as associações existem membros familiares dos gerentes também envolvidos em atividades na associação.

Nos mercados também foi levantado que as pessoas envolvidas no processo de gestão dos mesmos são ex-feirantes, ou funcionários de algum órgão público que já executaram serviços de administração. Misturam-se comerciantes, feirantes, carregadores, transeuntes, trabalhadores em geral em atividades nos mercados, ou seja, agentes sociais dos territórios locais, que aos poucos cotidianamente vão agrupando-se em subnúcleos nos mercados públicos. Assim vão interferindo na configuração e metamorfose da estrutura do local, da estrutura da cidade. No mesmo espaço temporal, a cidade de São Luís, junto aos shoppings centers vão em outra direção, agrupando-se em núcleos, só que estes financiados pelo grande capital, composto de melhores infraestruturas ajustado a grande competitividade.

Assim a cidade vai se transformando com telhas de diferenças, tanto dos lugares, quanto das pessoas, concretizando uma segregação socioespacial. Essas questões interferem para surgimento de desigualdades, tanto em âmbito social como estrutural do espaço urbano. A segregação social nas cidades brasileiras não é um fenômeno novo, está presente desde a formação dos núcleos urbanos no país e vem sendo reforçada pelas formas históricas de intervenção nos espaços da cidade. A imbricação entre transformações no planejamento e na estrutura das cidades conduzem a um processo de dualização do espaço urbano, no qual, por um lado, territórios populares são cada vez mais estigmatizados e, por outro, as classes médias e altas buscam estratégias de isolamento através da demarcação de fronteiras físicas e/ou simbólicas (RIBEIRO, 2000).

CAPÍTULO 3

O MERCADO E SUA FUNCIONALIDADE, SOB O PERFIL SOCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS FEIRANTES.

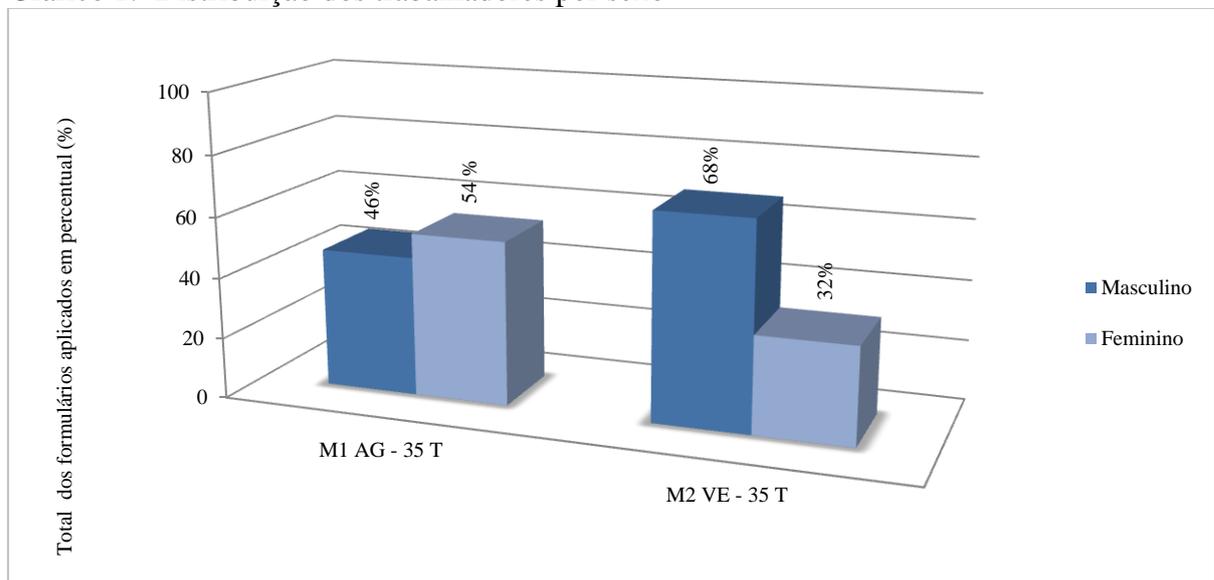


Fotografias em arte, feirantes desempenhando suas atividades, em 07. 04. 2017

3.1 Perfil social

Apesar de ambos mercados possuírem prevalência no trabalho de feirante de sexos diferentes, como exemplo no M1AG com porcentagem de 54% das mulheres, enquanto no M2 com 68% de homens, concebe-se que a profissão não se restringe somente a um gênero, mas há variação quanto à execução de determinada profissão, não sendo a atividade de caráter somente de um sexo, entretanto, é visto presença relevante das mulheres nesses lugares. (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição dos trabalhadores por sexo



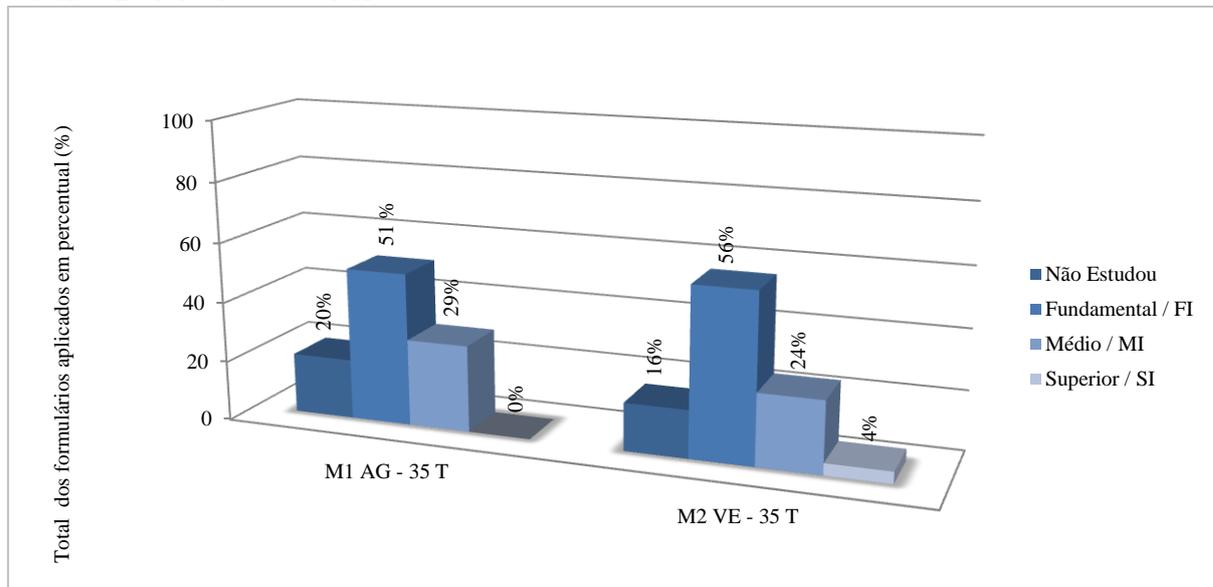
Fonte: DUTRA, L S. 2017

Braudel (1996) destaca aspectos sobre as feiras, fazendo ponderações dos mercados. O autor remete que para abastecê-los é necessário que o campo tenha tempo de produzir, reunindo variados gêneros para que se possa dispensar uma parte da mão-de-obra para a venda (confiada de preferência às mulheres), características essas percebidas há séculos como em muitas feiras rurais e urbanas e nos mercados. Mesmo que as relações de estrutura como forma de transporte, estocamento de mercadorias, de trocas, ainda perpetuem há séculos; as relações de gênero para estes serviços nem tanto, podendo ter sofrido alterações.

Segundo Araújo e Barbosa (2004), há no mercado contatos diretos entre pessoas de diferentes realidades, tanto de clientes como de feirantes, em alguns momentos com classes sociais distintas, ou ainda do urbano e o rural, o que influencia para tecer relações interculturais, em muitos casos até mesmo de amizade. Essas questões podem ser analisadas diante dos gráficos G2, G3 e G4. Percebe-se, que assim como o nível de escolaridade no

gráfico 2 (G2) leva há uma representação de interpretar o espaço urbano, a proveniência do indivíduo no G3, revela maneiras culturais que os identificam como tais, julgadas por uns de forma positiva e por outros negativos. Já ao que diz respeito G4, caracteriza o grupo o étnico presente.

Gráfico 2. Nível de escolaridade



Fonte: DUTRA, L S. 2017

A maioria dos trabalhadores possui baixa escolaridade, tanto no M1 com 51% quanto M2 56%; é percebido também que há pessoas que não possuem nenhum grau de escolaridade, como no M1 com 20% e M2 16%, existindo apenas 1 com nível de 3º Grau (cursando). As pessoas que exercem atividade nos mercados da região Itaqui-Bacanga possuem baixa escolaridade, tal qual, a maioria da população dos bairros de onde residem.

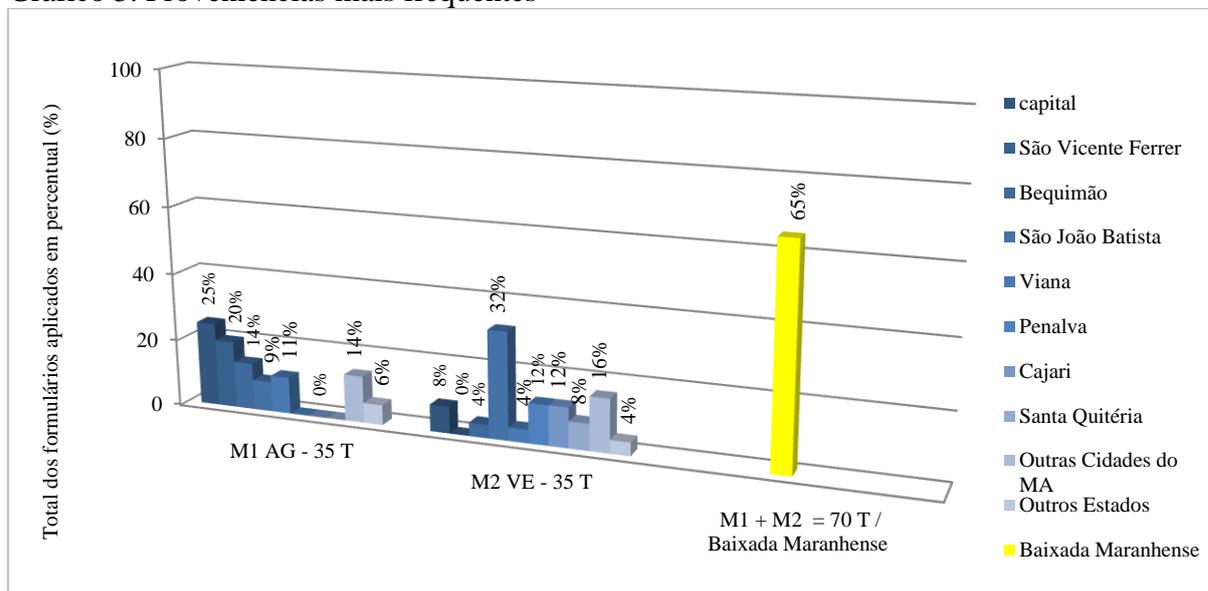
Com relação aos dados de indicadores de níveis educacionais, o número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas de educação básica no ensino fundamental, no bairro da Vila Embratel varia de 0 a 94, enquanto no Anjo da Guarda varia 296 a 390. Enquanto em outros bairros da capital, Cohama, Cidade Operária, chega-se a uma variação de 465 – 689. Já com relação ao número de alunos matriculados na rede pública e privada no ensino médio varia de 94 a 169. Em outros bairros, Centro, Cidade Operária, varia de 556 – 1111 (ICEA-MA, 2017).

Prontamente, é muito distinta a quantidade de matriculados, por meio dos dados ora apresentados, se atenta que em São Luís, estão presentes as disparidades no nível educacional que se refletem no espaço urbano, visto por meio de dados gerais paralelos a dados locais, sendo esses últimos nos próprios mercados que notificam a realidade.

Sublinha-se no gráfico 3 uma prevalência em ambos, pessoas oriundas da Baixada Maranhense, com total de 65%, correspondendo a 45 feirantes, onde as cidades dessa região mais mencionadas foram São Vicente, São João Batista, Viana, Penalva, Cajari. Sendo mencionada também não com muita frequência, no M1AG as cidades de São Bento (2), Pinheiro (1), Palmerândia (1), Santa Inês (1). (Figura 16).

Já em relação a outros Estados há existência de pessoas oriundas do PI, CE. No M2VE há pessoas também de Olinda-MA (1), Cândido Mendes (1), Alcântara (2), Bacabal (1) e outros Estados tais como o Pará (1).

Gráfico 3. Proveniências mais frequentes



Fonte: DUTRA, L S. 2017

Os principais locais de moradia dos camelôs, englobando trabalhadores da informalidade, encontram-se nas regiões do Itaqui-Bacanga, Cidade Operária, Cohab-Anil, João Paulo, Coroado-Sacavém, visto que estes apresentam uma distância do centro da cidade (MOURA, 2010). Ainda para o pesquisador, muitos destes que tem certas ocupações, ou já compunham a Aglomeração Urbana de São Luís, ou vieram do interior do Estado como de destaque das regiões da Baixada, Itapecuru Mirim e Litoral Ocidental Maranhense.

No Maranhão, trabalhadores foram expulsos do campo, pela modernização do mesmo em diferentes períodos históricos, ou então se sentiram com necessidade pela busca de melhores condições, migrando pra cidade, contribuindo para crescimento desta. Devido ao grande adensamento do Centro de São Luís, assim como da ausência de moradias nessa área, muitos grupos populacionais, deslocaram-se para área da periferia, assim necessitaram serem supridos por trabalho, alimentos, agregando-os em feiras e mercados públicos, bem como em

outros lugares, trabalhando na “informalidade”, nos comércios, muitos desses oriundos do interior do Estado. Sem muita qualificação profissional, assim também como por muitos já desempenharem atividades ligadas ao extrativismo, agricultura, tornaram-se mais propensos a desenvolverem atividades de feirantes, sem muitas alternativas. Situações ligadas à origem do indivíduo associado à evolução da divisão social do trabalho influenciam para as disparidades presentes na cidade (SPÓSITO, 1991).

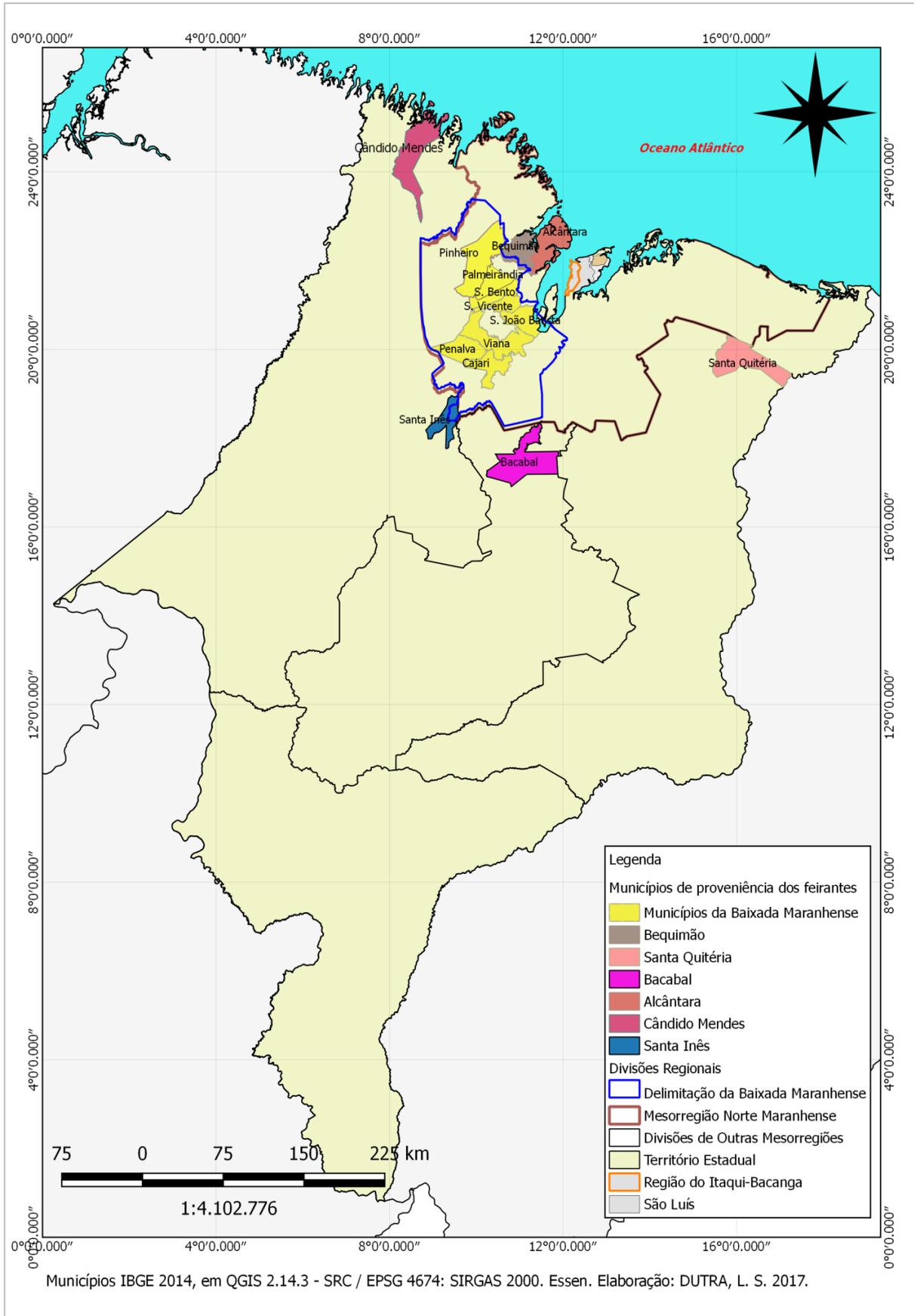
Esses trabalhadores têm em seu meio cultural a prática da agricultura, até mesmo pelo sua própria origem, onde na região da Baixada, muitos tem o contato direto com os recursos naturais e desenvolvem com mais facilidades atividades ligadas à plantação, sendo um passo para comercialização de produtos oriundos dessas atividades. Situação essa presente nos anos de 1970, quando houve um boom de crescimento urbano. Casos desse tipo, são frequentes em trabalhadores dos mercados públicos dos grandes centros, o que nos bairros de urbanização popular também não é muito diferente.

Conforme Pereira (2006) a dinâmica das águas na Baixada influencia as atividades praticadas pelos residentes ao longo do ano. No período chuvoso acontece a engorda de peixes nos lagos e rios ricos em alimentos, e o plantio das lavouras de mandioca, milho e arroz, variedades mais cultivadas pela população, de forma tradicional e que constitui, junto à pesca, a base alimentar dos habitantes dessa região. A partir dessa ideia pode subsidiar que as características geográficas impulsionam para desempenho de certas atividades.

Ressalva-se que nos séculos XVIII e XIX seguiram a expansão da atividade canavieira nas várzeas da Baixada, atividades realizadas por escravos que após a abolição permaneceram na região vivendo das facilidades da localização próxima a rios, do mar e da capital, contribuindo para que a área estivesse entre as mais povoadas do Estado. Nota-se assim, que trabalhadores oriundos desse momento histórico também migraram para a capital, ficando muitos grupos de quilombolas ainda na região.

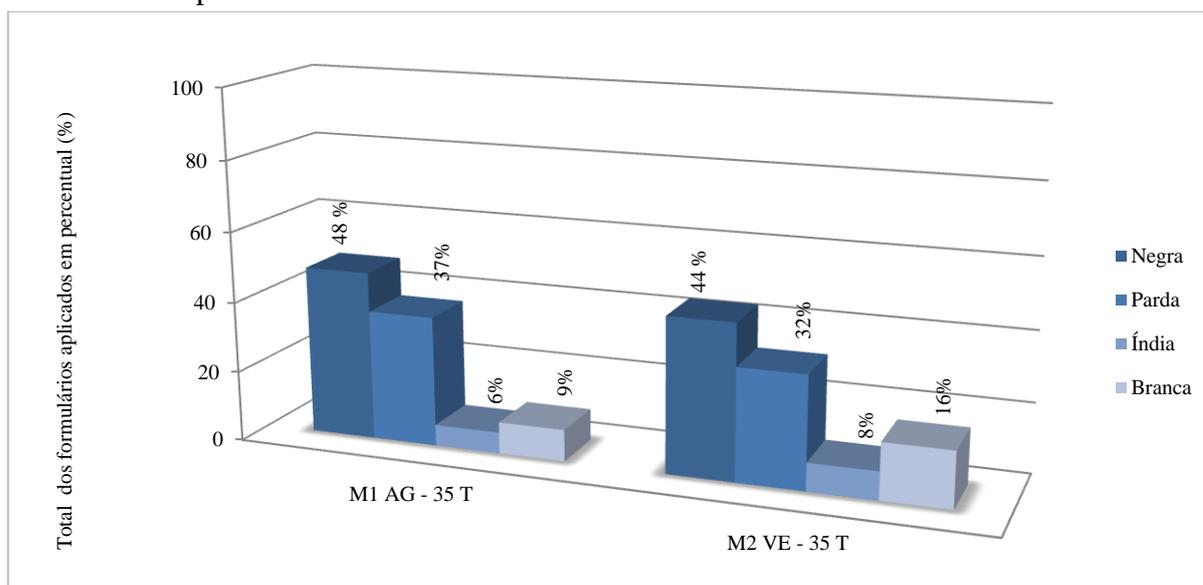
Segundo Almeida (2013), o movimento quilombola na Baixada Maranhense é bastante amplo, especificadamente na região da Baixada Ocidental, estão localizadas muitas comunidades negras rurais do Maranhão que, ao mesmo tempo em que se organizam para serem reconhecidas como comunidades quilombolas, também enfrentam grandes dificuldades em manterem-se nas terras ora ocupadas. Assim como muitos enfrentam problemas socioeconômicos neste local, muitos de seus descendentes que moram na capital, também ainda vivem na luta por dias melhores, como exemplo os próprios trabalhadores dos mercados, apresentando considerável uma quantia de pessoas negras, ver gráfico 4.

Figura 16. Mapa dos municípios do Maranhão de proveniência dos feirantes.



Fonte: DUTRA, L S. 2017

Gráfico 4. Grupo étnico



Fonte: DUTRA, L S. 2017

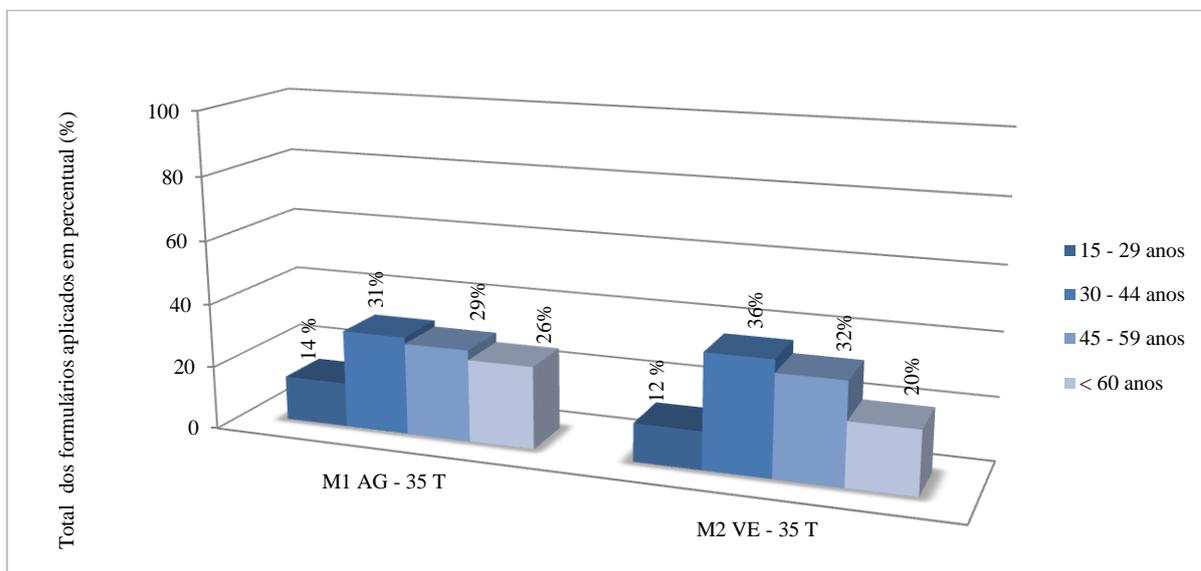
Constata-se que as etnias que prevalecem são negra e parda nos dois mercados. Sendo que são essas mesmas etnias, mais comuns dentro dos espaços dos bairros de urbanização popular. No M1 e M2, negros e pardos, respectivamente, 48%; 37% e 44%; 32%. Enfatiza-se que a desigualdade de etnia é ainda mais forte do que a de gênero. De acordo com dados do IBGE (2013), quase metade das pessoas de 16 anos ou mais de cor preta ou parda estão em trabalhos informais: uma taxa de 49%, contra 35% na população branca, diferença que pouco se alterou ao longo da década.

A população negra ainda é muito presente em empregos subalternos, em condições insalubres. Essa população ainda possui salários inferiores aos brancos, embora exerça a mesma função, somente em casos muito isolados isso se difere. A expectativa de vida do negro, que está em sua predominância nos bairros de urbanização popular, também ainda é inferior e possui saúde precária, no entanto, nos últimos anos, segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) aponta que houve redução da extrema pobreza entre da população negra chegando a quase 72%, segundo dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2014).

No gráfico 5, assinala que prevalecem pessoas adultas, no entanto, como já foi discutido, muitos desses não possuem um nível de escolaridade necessários a outras formas de trabalho dentro do sistema capitalista, logo, sem essa base de condições educacionais, chegam a passar quase toda vida adulta exercendo atividades de feirantes, merceeiros ou como alguns gostam de serem chamados de comerciantes, no M1 AG com 33-44, 31%; 45 – 59, 29%; no M2 VE com 33-44, 36%; 45 – 59, 32%. Os que representam idosos trabalhando, mostram que

no M1 26% e M2 20%, um número aparentemente que não poderia chamar atenção, porém em si tratando de idosos torna-se relevante, alguns relatam que trabalham no mercado (na informalidade) para ajudar a compor renda familiar.

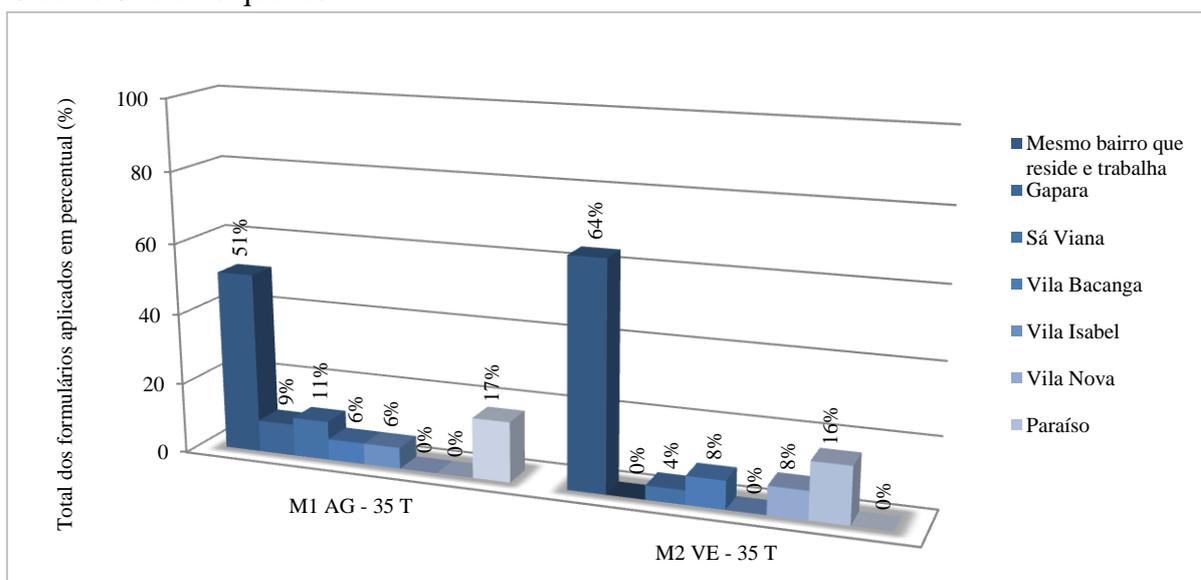
Gráfico 5. Faixa etária



Fonte: DUTRA, L S. 2017

O gráfico 6, apresenta que a maioria dos trabalhadores, M1 51% e M2 64%, residem no mesmo bairro onde trabalham, evidenciando que muitos estão por desenvolver atividades no mercado até pela proximidade com o domicílio em que residem.

Gráfico 6. Bairro que reside



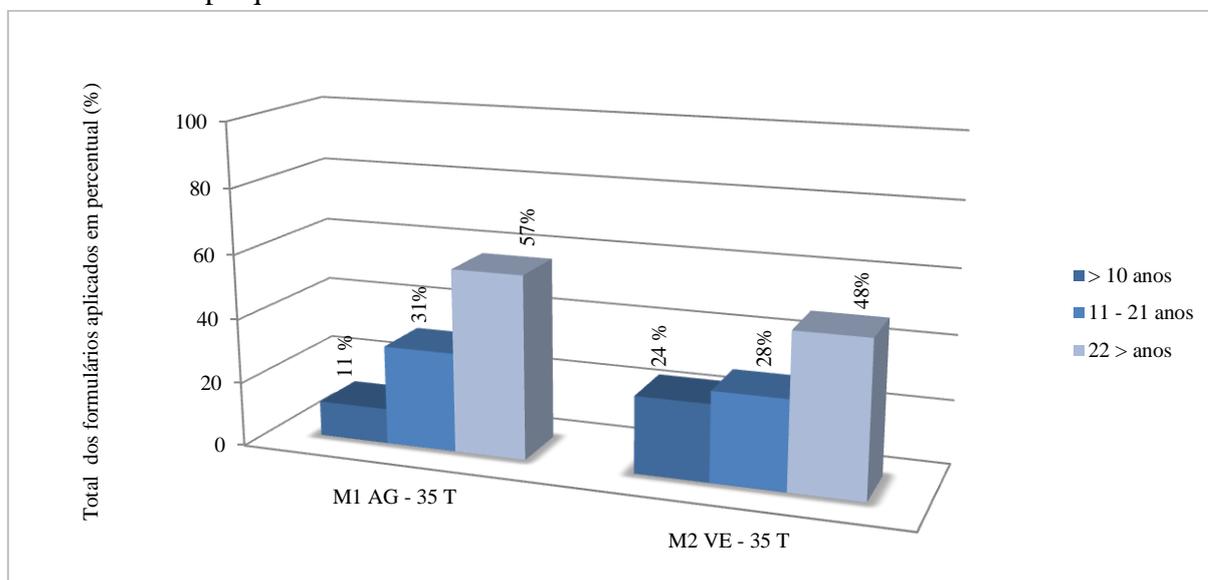
Fonte: DUTRA, L S. 2017

De acordo com Moura (2010) a partir de análise de dados do Centro de Integração Sindical, verificou-se que comerciantes de rua, sendo estes muito presentes aos arredores de mercados, têm como principais locais de moradia bairros de urbanização popular, sendo a região Itaqui-Bacanga, a área de maior concentração (23,93%), correspondendo mais especificadamente aos bairros Vila Embratel, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II, Anjo da Guarda, Vila Maranhão e Sá Viana. Destaca-se também a Cidade Operária (21,36%) e João Paulo-Africanos (18,80%).

Logo, constata-se que os comerciantes de rua, tal como quem trabalha no interior ou aos arredores dos mercados, como no M1 e M2, há uma quantidade expressiva de populações que de forma concomitante residem e trabalham no mesmo bairro.

No gráfico 7, dos entrevistados, muitos já moram no bairro há muito tempo, onde identificam-se que no período de 11 – 21 anos, M1 31%, M2 28%; e mais de 22 anos no M1 57%, M2 48%, logo, já são trabalhadores que associado com o tempo de morada nos bairros, estão paralelo a esses lugares de trabalho há anos exercendo atividades comerciais (ver também gráfico 10).

Gráfico 7. Tempo que reside no bairro.



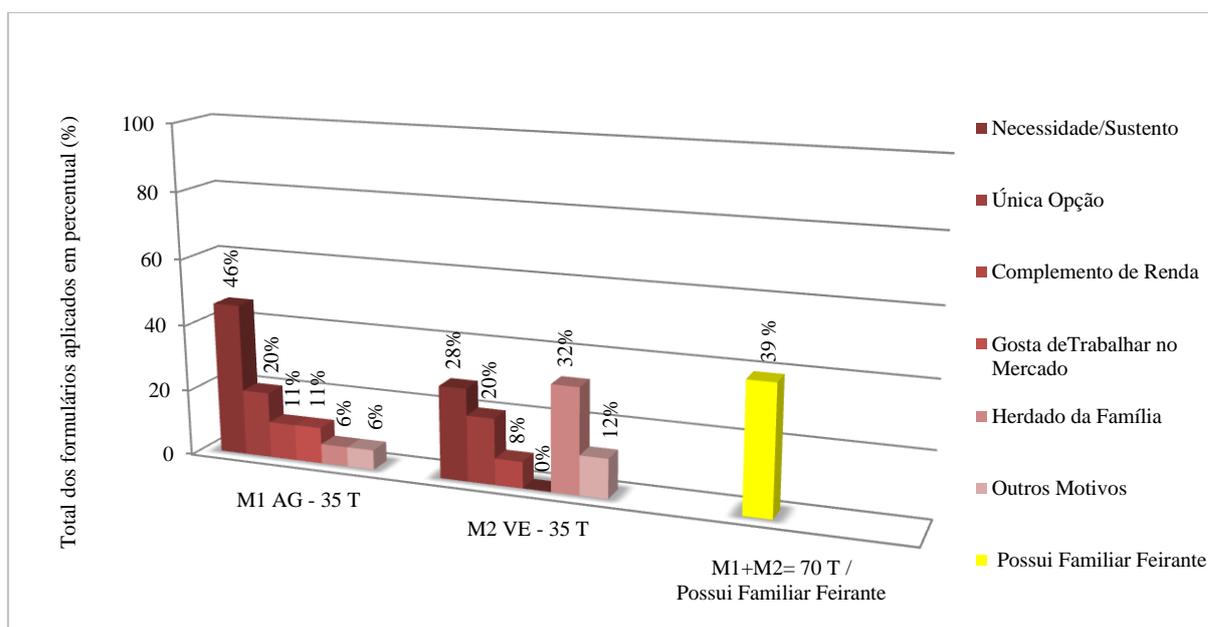
Fonte: DUTRA, L S. 2017

Encontram-se dessa maneira, através do perfil social de trabalhadores do mercado, diferentes concepções de mundo e de vida, diferentes representações sociais acerca das relações materiais e simbólicas, assim como acerca do próprio lugar estudado, ou seja, sobre o “lugar mercado” encontram-se suas significações para os diferentes atores sociais neles presentes e inseridos nos bairros. A tipologia produzida nestes bairros, analisada nos

comércios, feiras ou mercados, é bem mais complexa do que todas as categorizações citadas e tratadas individualmente, haja vista as diversas diferenças existentes que são utilizadas como critérios de diferenciação ou semelhança; tais como: idioma, religião, residência, étnica, afinidade, local de nascimento, ascendência. (SERVILHA; DOULA, 2009).

3.2 Condições de trabalho

Gráfico 8. Motivo de trabalhar no mercado / Alguém mais da família exerce atividade de feirante



Fonte: DUTRA, L S. 2017

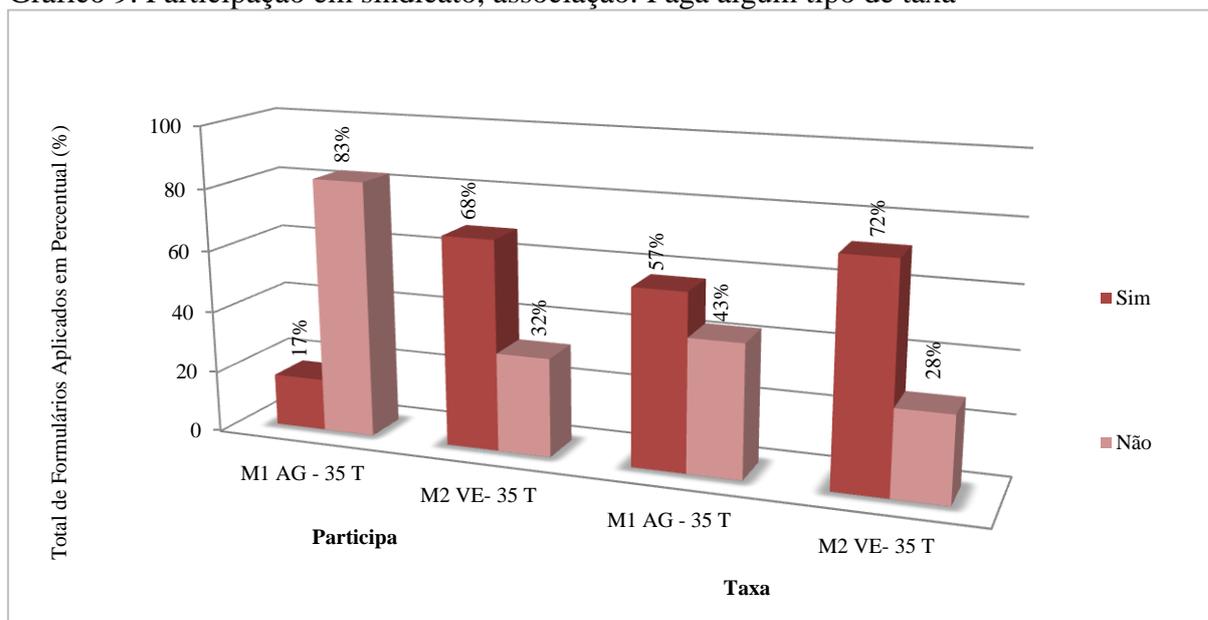
O gráfico 8 mostra uma quantidade expressiva de pessoas afirmarem que trabalham no mercado por necessidade ou para sustentar a família, M1 46%, M2 28%; alguns outros apresentam uma quantidade que trabalham oriundos da atividade herdada da família, M2 com 32%; nos dois mercados é evidenciado que os feirantes estão por considerar como única opção, com 20%. Dentre alguns outros poucos motivos, é dito sobre o prazer de trabalhar fazendo seus horários, uma espécie de “ser seu próprio patrão”, demonstrando o desejo realizado enquanto donos de seus próprios negócios.

Fez-se também o levantamento, que se além do trabalhador entrevistado, existe alguém mais da família que exerça atividade de feirante. Registra-se um total da soma dos trabalhadores de ambos os mercados, (70), correspondendo a 39% destes que desempenham tal função. É comum nas feiras livres e mercados, os mais velhos contarem que começaram a trabalhar na infância, junto com os irmãos, na roça e também na rua, e que foi a partir do contato com sua própria família que se deu o primeiro contato com o trabalho nesses lugares.

Para Santos (2004) no circuito inferior, regiões que possuem economias informais, o emprego familiar é frequente, e pesquisas mostram resultados eloquentes para comércio de alimentos. Sendo que estes espaços são constituídos por muitos trabalhadores que exercem suas funções por conta própria, tão frequentemente confundidos com os subempregados em estatísticas internacionais. Esses espaços podem passar despercebidos para muitos, mas são cheios de histórias que ajudam a compreender o espaço geográfico.

Em alguns se deparam até mesmo crianças exercendo atividades no local de comercialização, com justificativa dada que é uma forma de ajudar a angariar dinheiro para somar a renda familiar. Logo, além de existir uma quantidade expressiva de trabalhadores que possuem em seus motivos de labutar no mercado devido ao fator de ser atividade herdada da família, há ainda feirantes, atualmente, desempenhando suas atividades junto aos seus familiares, mesmo que alguns sejam crianças estando indevidamente de acordo com ECA³⁸.

Gráfico 9. Participação em sindicato, associação. Paga algum tipo de taxa



Fonte: DUTRA, L S. 2017

³⁸ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No artigo 62, o Estatuto traz o conceito: “Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.” E essa formação obedece a princípios estabelecidos no artigo 63, como a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; e horário especial para o exercício das atividades. O artigo 67 destaca condições em que o trabalho não pode ser realizado pelo aprendiz. É vetado o trabalho noturno, o trabalho perigoso, insalubre ou penoso; o trabalho realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; e aquele realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. Ou seja, são proibidos trabalhos e atividades que tão comumente vemos executados por crianças: vendedores ambulantes ou nas feiras, flanelinhas e malabaristas (nas ruas, que expõe crianças a vários riscos, inclusive de acidente e morte).

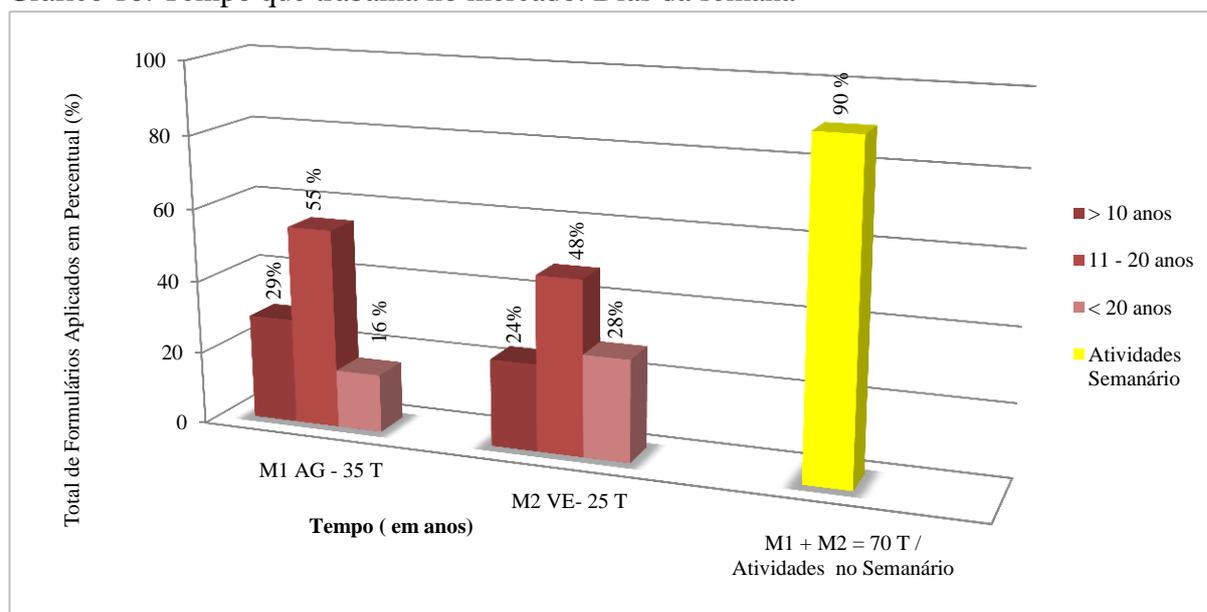
Disponível: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/colunistas/o-eca-e-o-trabalho infantil/>. Acessado em 12.09. 2017.

No Gráfico 9, a primeira pergunta foi direcionada se entrevistados participam de algum sindicato, associação; e na segunda, se pagam algum tipo de taxa.

Sobre a primeira, no M1 17% disseram que sim e 83% não, enquanto no M2 68% que sim e 32% não. Essa diferença pode ser explicada devido a administração do M2, (AFEIVE), ser considerada mais organizada pelos que lá trabalham, os feirantes dizem que com a taxa arrecadada é feito alguns serviços. Feirantes do M1 já dizem ao contrário, reclamam da total falta de organização por parte da administração para com o mercado.

Na segunda pergunta, no M1, alguns chegam a pagar até mesmo por meio de carnês (ANEXO D), mais da metade paga taxa 57%, referente ao aluguel e manutenção dos boxes do lugar, enquanto no M2 72%. Os trabalhadores relatam pelo mesmo motivo de interesse em se associarem, almejam um local mais organizado e também consideram como uma maneira de assegurar um local fixo no mercado.

Gráfico 10. Tempo que trabalha no mercado. Dias da semana



Fonte: DUTRA, L S. 2017

O gráfico 10 destaca o período de tempo (em anos) e dias da semana trabalhado. Muitos exercem atividade entre uma ou duas décadas, no M1 com 55% e M2 com 48%; já para mais de duas décadas, no M1 16% e M2 28%; logo, existem muitos trabalhadores que já possuem experiência no ramo da atividade.

De acordo com Braudel (1998) “as feiras urbanas”, ou assim também os mercados da área urbana são realizadas geralmente uma ou duas vezes por semana. Só que o trabalho durante a semana tem uma diversidade de períodos, dependendo da feira ou mercado, pois

isso depende muito de lugar, disponibilidade de produtos (tempo de produção dos produtores rurais), tipo de mercadoria, se o mercado é de abastecimento menor, médio ou grande; no caso específico de ambos os mercados, praticamente 90% dos trabalhadores, 63, desenvolvem suas atividades durante toda semana, trabalhando de segunda a segunda.

Quadro 4. Exerce outra atividade / Recebe algum tipo de auxílio

Exerce Outra Atividade? Recebe Algum Tipo de Auxílio do Governo?		M1 AG	M2 VE
Exerce Outra Atividade?	sim	9	4
	não	26	31
Atividade I Mais Frequente		Pedreiro / 5	—
Atividade II Mais Frequente		—	Frete / 3
Outras Atividades		revendedora, carpinteiro, vigia (segurança privada), babá, eletricista	revendedora de cosméticos
Recebe Auxílio do Governo?	sim	14	10
	não	21	25
Auxílio I Mais Recebido		Aposentadoria (INSS) / 7	Aposentadoria (INSS) / 7
Auxílio II Mais Recebido		Bolsa Família / 7	Bolsa Família / 3
Outros Auxílios		—	—

Fonte: DUTRA, L S. 2017

O quadro 4 descreve as atividades desenvolvidas além do trabalho nos mercados, tais como pedreiro, frete, sendo essas atividades mais frequentes, outras que aparecem são carpinteiro, revendedora, vigia (segurança privada), babá, eletricista; atividades essas que não precisam de um nível maior de escolaridade, onde ainda são considerados subempregos dentro do sistema capitalista, estando enquadrados no setor informal, pois as atividades acima descritas são desempenhadas por cidadãos sem possuírem seus direitos trabalhistas garantidos. Possui nos dois mercados existência de uma parcela que é aposentada via Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou recebe auxílio bolsa família.

Entre os que desenvolvem outras atividades, relatam que o trabalho no mercado não consegue suprir com suas necessidades básicas, então acabam por tentar complementar a renda, assim como os que recebem algum tipo de auxílio, como os aposentados, evidenciam que só o salário não dá para comprar os mantimentos que precisam, por isso, optam em

continuar trabalhando, e os que ganham o auxílio bolsa família afirmam também precisarem de mais renda para suprir suas necessidades.

Esses feirantes, como outras profissões supracitadas, são consideradas por Santos (2004) como composição do circuito inferior; este constitui uma estrutura de abrigo para os cidadãos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Esses encontram bem rápido uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória.

Santos (2004) fala ainda que o emprego no circuito inferior é uma realidade difícil de definir, isso porque compreende tanto o trabalho mal remunerado como trabalho temporário ou instável. É colocado que diante do processo de urbanização, camadas precisam consumir, logo, torna-se a existência de fracionamento infinito de tarefas e empregos: sapateiro, alfaiate, pequenos merceeiros e vendedores ambulantes, carroceiros, motoristas, pedreiros, engraxates, carregadores de água, plantonistas, meninos de recados e domésticas de todo tipo. Algumas profissões, como dos engraxates, encontram-se no limite da mendicância.

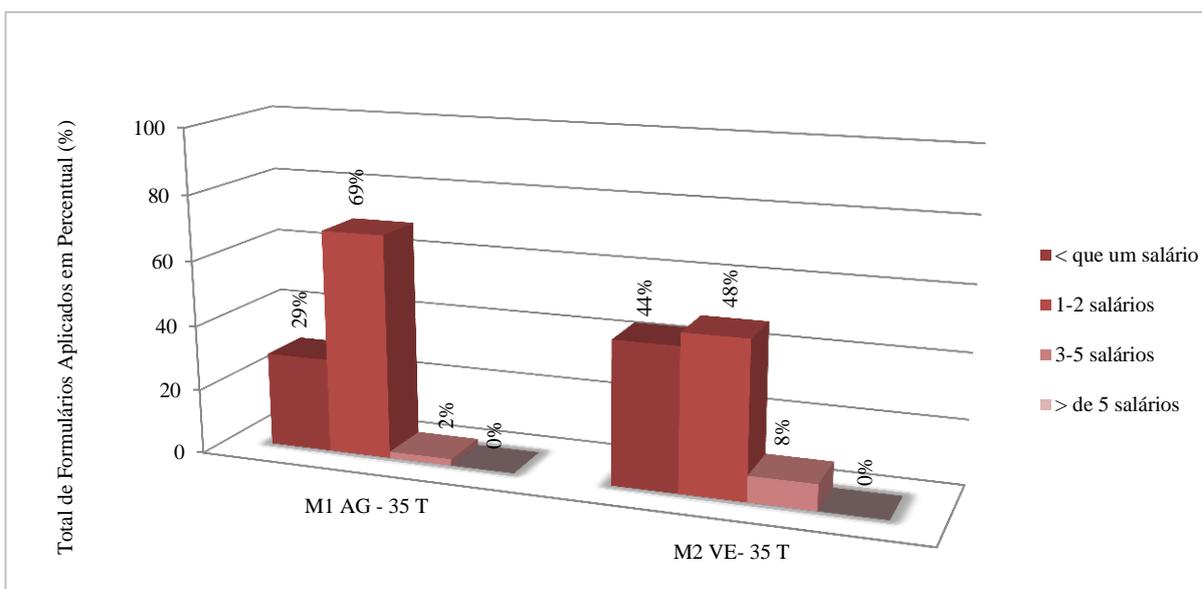
Com relação a motoristas, é muito comum nos bairros onde os mercados estão presentes, prestando serviços rápidos, no deslocamento de pessoas do Centro da cidade de São Luís, para os bairros do Itaqui-Bacanga, ou em sentido inverso.

Essas são profissões que vão aparecendo com a necessidade de ganhar “o pão de cada dia”, essas atividades estão presentes nos mercados, no entanto, são encaradas como trabalhos de subemprego, ou atividades não regularizados de pequenos salários (ver gráfico 11), que são compostos por pessoas de baixa escolaridade. Santos (2004, p.212):

Aqui nestas atividades de circuito inferior, o capital é reduzido, assim como seu volume de negócios; os estoques são pequenos e o número de pessoas ocupadas em cada estabelecimento também. As pequenas atividades têm necessidade de pouco espaço e podem até ser alojadas nas casas dos agentes.

Os feirantes que ficam aos arredores do mercado, tais quais vendedores ambulantes, ou vendedores de rua, para Santos (2004) constituem o nível inferior da pulverização do comércio, a última ligação da cadeia de intermediários entre os importadores, atacadistas e consumidores. Deve-se ter cuidado para não confundir com os verdureiros ambulantes (feirantes), pois estes dispõem de capital próprio, enquanto vendedores de rua trabalham com mercadorias fornecidas a crédito pelos comerciantes. No circuito inferior o emprego é geralmente mais volumoso, o que acaba a constituir refúgio para a população mais pobre (SANTOS, 2004), que não consegue acompanhar de forma facilitada nas atividades “modernas” e mais bem remuneradas. Assim sacrificam-se para sobreviverem na cidade com pouca renda concomitantemente partilhando essa renda com integrantes da família.

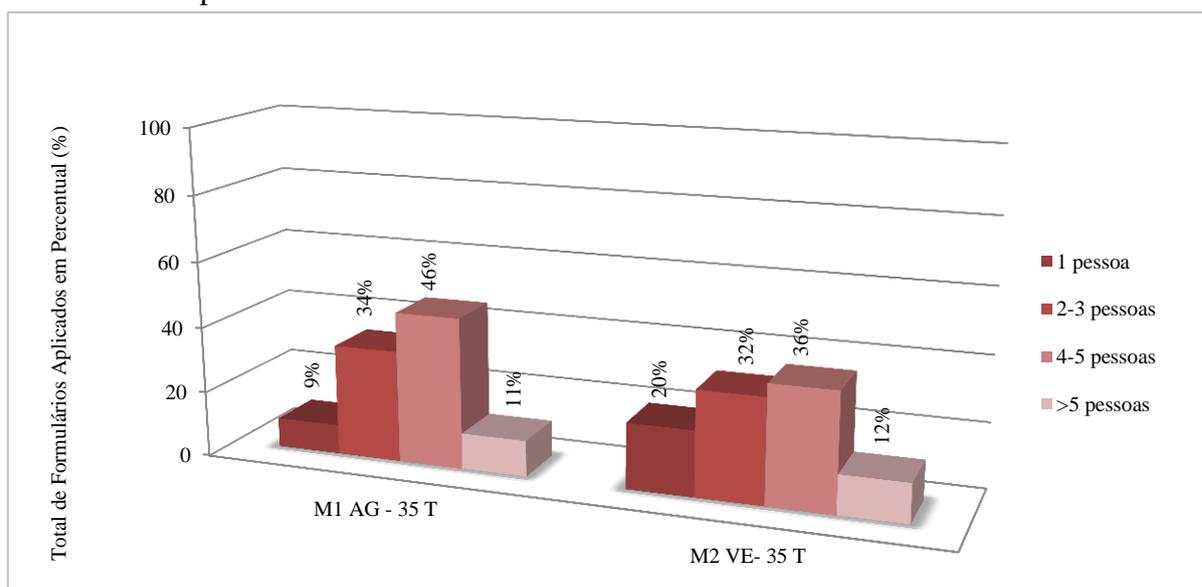
Gráfico 11. Renda mensal com recursos do trabalho



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

No gráfico 11, identificam feirantes que em sua maioria trabalham com produtos hortifruti e leguminosas, com alguns poucos casos de vendedores de carne e peixes. Concebe-se assim que o trabalho proporciona uma renda baixa para diversos, onde com menor que um salário mínimo, no M1 com 29% e M2 44%; de 1-2 salários, M1 com 69% e M2 48%; já se tratando de uma renda um pouco mais elevada de 3 – 5 é quase inexpressivo, e inexistente quando se refere à uma renda maior que 5 salários.

Gráfico 12. Dependentes da renda

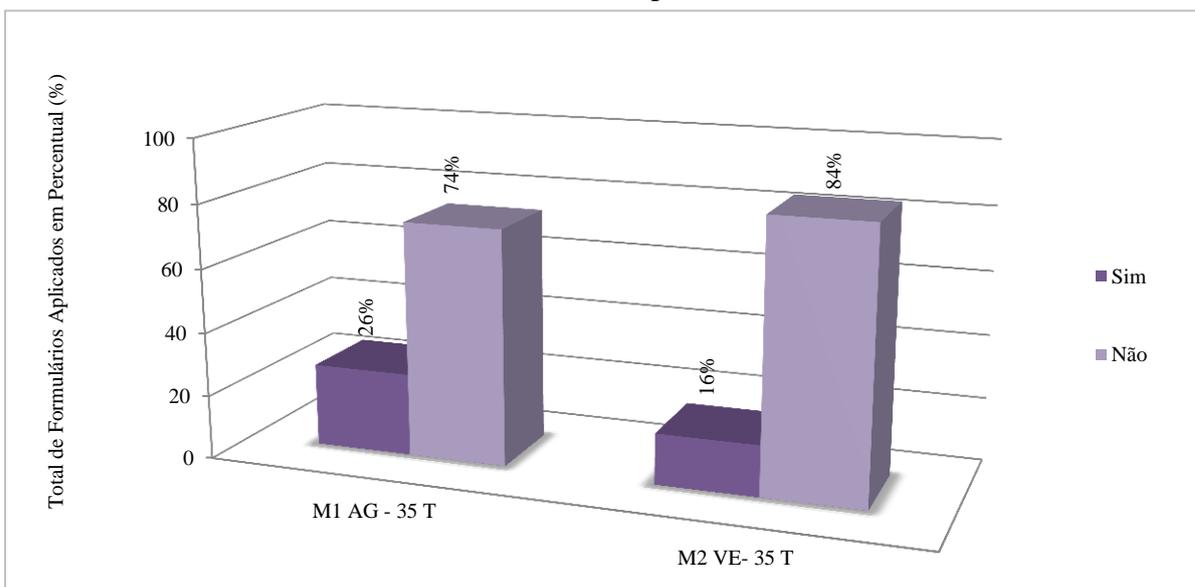


Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

No gráfico 12 observa-se que há uma quantidade de feirantes, que da renda gerada depende-se uma quantia pequena de familiares, no M1 9% e M2 20%, no entanto, a maior parte é de uma quantidade mediana, como de dependência de 2-3 integrantes familiares, M1 34% e M2 32%; já de 4-5 integrantes no M1 46% e M2 36%; No M1 ainda possuem 11% acima de 5 pessoas; há um caso no M2 dos 12% em que dependem 9 pessoas.

3.3 Percepção do trabalhador sobre sua atividade econômica

Gráfico 13. Existência de deslocamento de venda para outro local



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Mais da metade em ambos M1 74% e M2 84% não se deslocam. Desses trabalhadores dos mercados, alguns (15) evidenciaram que não se deslocam porque acreditam que a maioria dos consumidores da região não adquire produtos de origem hortifruti em outros locais que não sejam os pontos já antigos de venda, enfatizando que muitos clientes voltam, e outros são até exclusivos. Os demais trabalhadores tem variadas respostas: acreditando não ter muita diferença de um ponto a outro; ou que os supermercados desanimam a venda local e como em outros pontos, então nem se deslocam; ou ainda, perguntam-se por que ir para outro ponto? Ou ainda, alguns relatam não ter condições físicas ou até financeiras.

Em contrapartida, há uma quantidade bem pequena que se deslocam para outros locais, para tentar vender seus produtos, onde no M1 26% e M2 16%.

Com relação aos que afirmaram sim, M1 26%, alguns trabalhadores mencionaram terem mais de um boxe em outra parte do mercado, ou uma banca na parte externa pertencente ao próprio, ou da família, alguns feirantes evidenciaram, que mesmo possuindo

boxes, estão sem uso. No M2 16%, tiveram 3 casos, onde trabalhadores relataram sobre ter bancas em feira de outros bairros da área do Itaquí-Bacanga, como no bairro Paraíso, Sá Viana. E 1 caso onde o trabalhador se desloca para o bairro Vila Nova.

Tratando-se em deslocamento, foi questionado sobre quais outros bairros se faz presente pessoas para comprar nos mercados. Apreendeu-se que no M1, os territórios com pessoas mais frequentes foi Gancharia e Vila Nova e no M2 Paraíso e Sá Viana, sendo que em ambos há uma quantidade de pessoas oriundas de outros territórios. Como mostra o quadro 5

Quadro 5. Bairros de onde emergem clientes

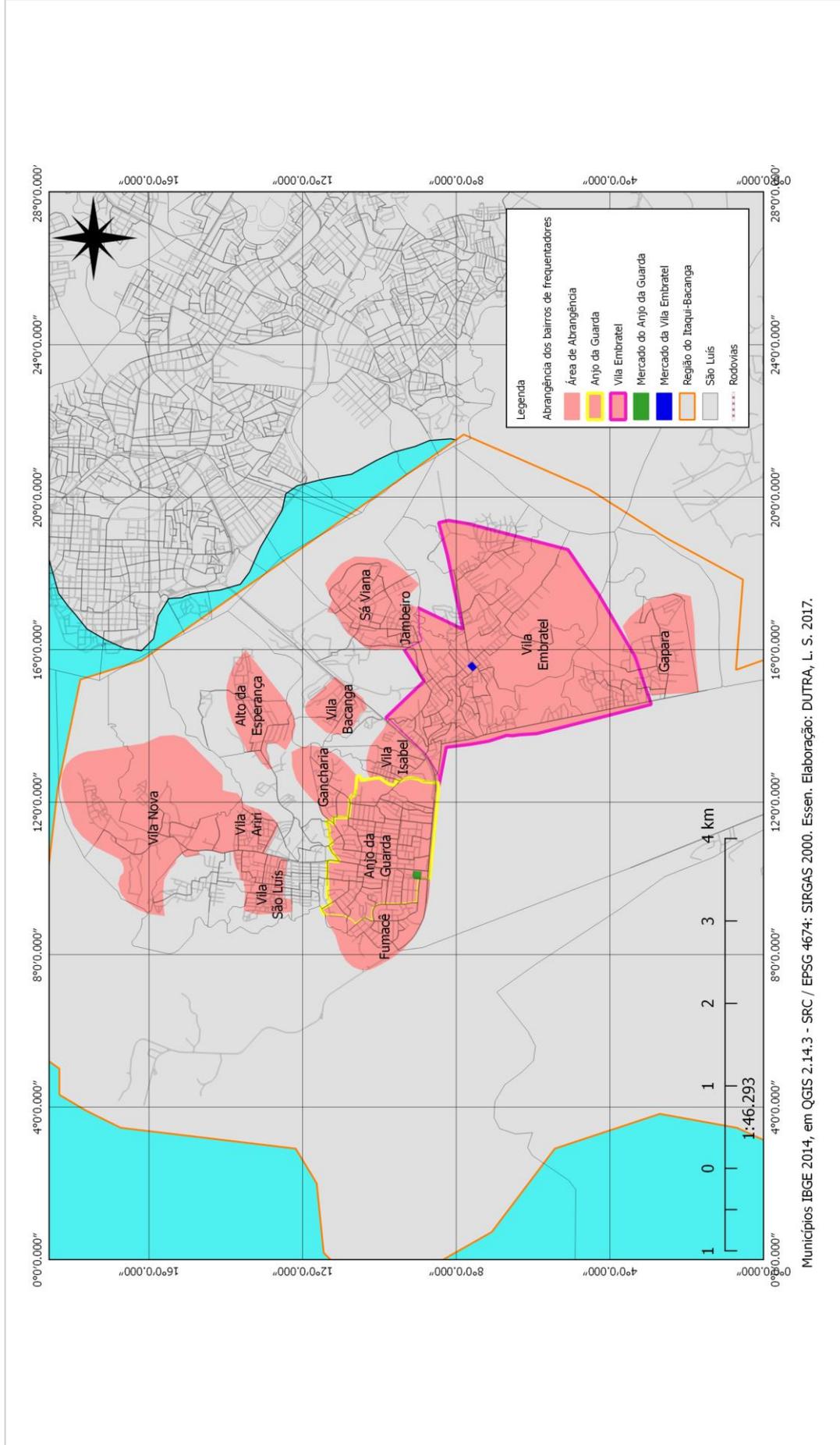
De quais outros bairros vem pessoas para comprar aqui no mercado?	M1 AG	M2 VE
Bairros que apresentam pessoas mais frequentes	Gancharia, Vila Nova, (próprio Anjo da Guarda)	Paraíso, Sá Viana, (própria Vila Embratel)
Outros bairros	Vila Ariri, Mauro Fecury, Gapara, Vila Maranhão, Fumacê, Vila Isabel, Alto da Vitória, Vila Verde, Vila Cerâmica, São Raimundo, Alto da Esperança, Vila São Luís, Sá Viana, Tamancão, Vila Embratel	Piancó, Resende, Primavera, Gapara, Jambeiro, Vila Bacanga

Fonte: DUTRA, L S. 2017

Na figura 17, percebe-se de maneira espacializada como se dá a abrangência dos bairros de frequentadores nos mercados. As pessoas que frequentam em sua maioria são da própria região, sendo de classe de baixa renda, existindo também presença de alguns poucos frequentadores de classe média. Alguns feirantes dizem reconhecer quando o cliente não é da área, pelo aspecto de falar, de se chegar, e estes quando vem é difícil, porque geralmente muitas pessoas vão mais ao sentido do Centro, mercado Central, Portinho.

Ressalta-se, quando se reporta a frequentadores nos mercados dos centros das cidades históricas é muito comum o grande fluxo de turistas, porém, quando se tratam dos mercados públicos nos bairros de urbanização popular, estes em sua maioria, são frequentados mais por populações locais; já em mercados próximos a áreas de praias é comum à presença de barqueiros, pescadores.

Figura 17. Mapa de abrangência dos bairros de frequentadores nos mercados

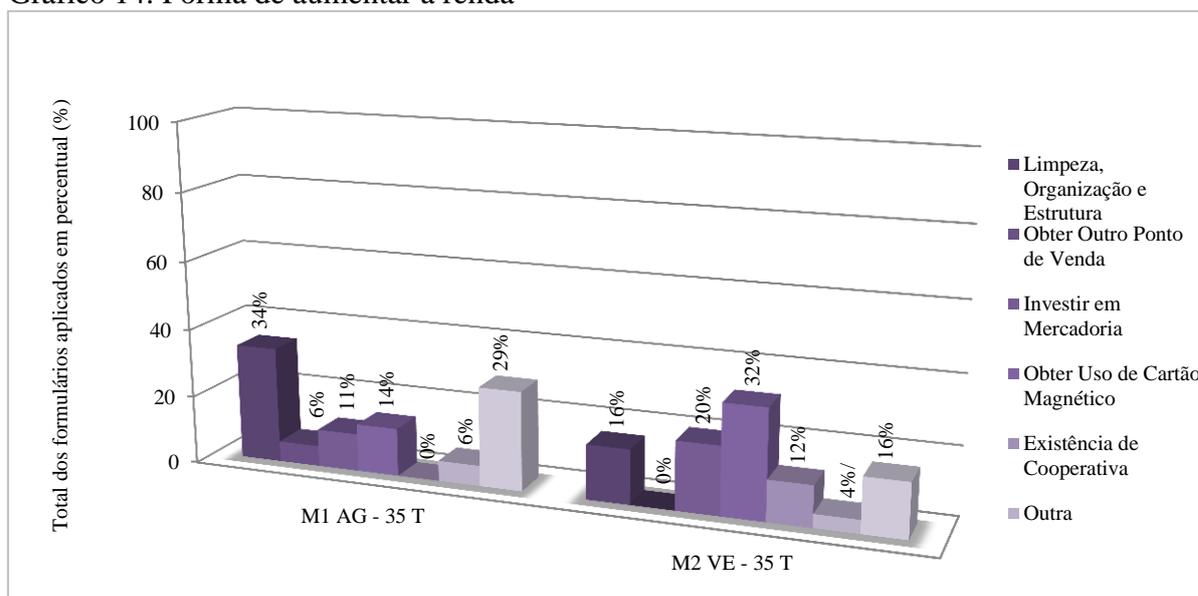


Municípios IBGE 2014, em QGIS 2.14.3 - SRC / EPSG 4674; SIRGAS 2000. Essen. Elaboração: DUTRA, L. S. 2017.

No geral carregadores frequentam os mercados tanto dos centros nas cidades históricas como nos bairros de urbanização popular, trazem suas mercadorias para negociarem, dialogam com amigos; é comum pessoas mais velhas jogarem dominó, cartas, jogo do bicho, assim como também muitos vão para fazer refeições ou está em boemias em bares, ambas situações frequentes nos lugares próximos ou mesmo na parte interna dos mercados. Algumas atividades como jogos, trabalhos em restaurante e comércio, são exercidas até mesmo por feirantes como forma de aumentar suas rendas. Ao observar as diversificadas formas de buscar outras lucratividades notificou-se a respeito dessas.

Em relação ao gráfico 14, quando perguntado de como aumentar a renda, no M1 atribuíram em maior percentual, do lugar melhorar em limpeza, organização e estrutura 34%; seguida de interesse em obter uso de cartão magnético 14%, depois o desejo em investir em mercadoria 11%; já no M2 o maior percentual foi obter uso de cartão magnético 32%, seguido de investir em mercadoria 20%; e em melhorar limpeza, organização e estrutura 16%.

Gráfico 14. Forma de aumentar a renda



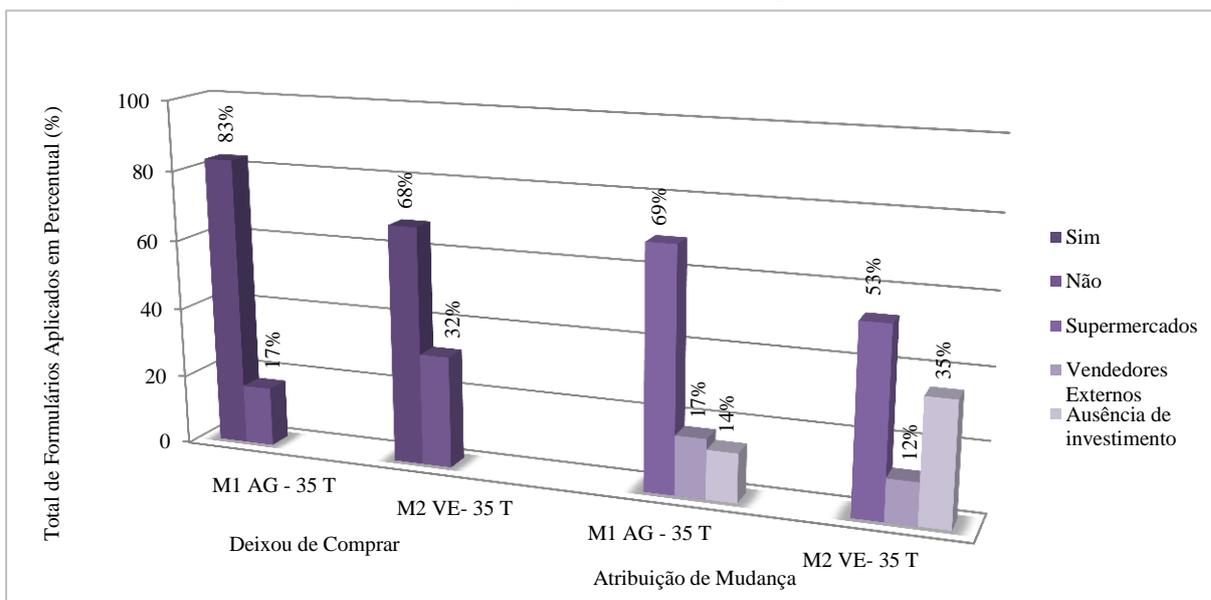
Fonte: DUTRA, L S. 2017

Em ambos os mercados infere-se que existam interesses em comuns de como os feirantes podem melhorar suas rendas, ressalta-se que associaram a ausência de serviços de manutenção dos mercados, assim como a necessidade de ferramentas modernas (cartão), e também a falta de investimento em seus próprios produtos, todas essas situações dificultam maior lucratividade. NS – Não Sabe ou não opinou no M1 29% e M2 16%.

Diante das maneiras mencionadas sobre aumento de renda, é notório o posicionamento sobre o desejo de melhorias do local de trabalho, assim como investimentos nas mercadorias

comercializadas para agregarem nelas um melhor valor de uso, e conseqüentemente aumentarem seus lucros “A forma direta de circulação de mercadorias é M-D-M, transformação de mercadorias em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. (...). Na circulação M-D-M, o dinheiro é finalmente transformado em mercadoria que serve de valor de uso”. (MARX, 1983, p. 125-126).

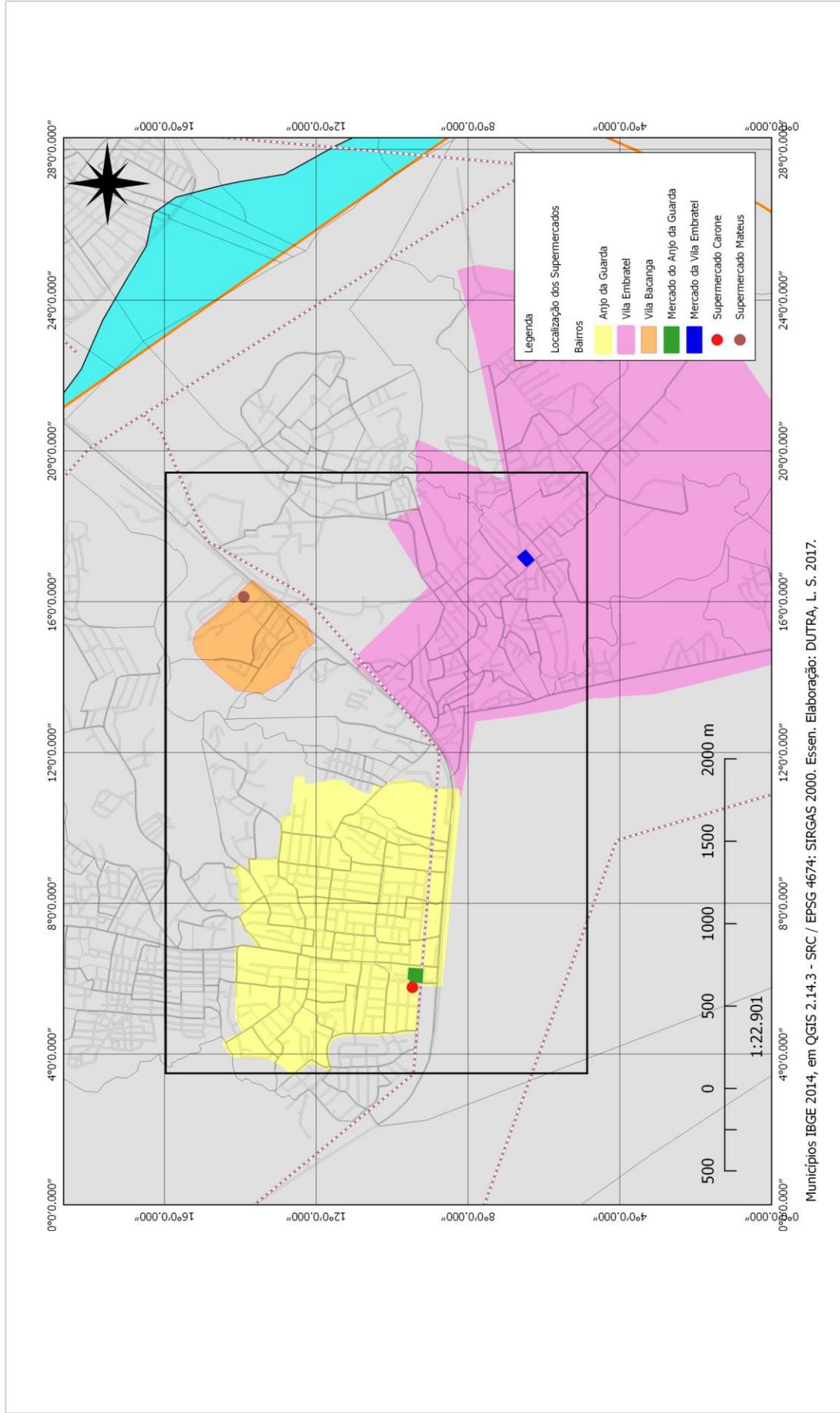
Gráfico 15. Clientela já deixou de comprar no mercado. A que é atribuído à mudança.



Fonte: DUTRA, L S. 2017

A respeito do gráfico 15, detalha sobre a percepção de oscilação do número de clientes, questionando assim se o cliente já deixou de comprar, obtendo no M1 83%, M2 68%; já do motivo de atribuição dessa mudança, os itens em comum que apareceram com mais frequência foram os surgimentos dos supermercados no M1 69% e M2 53%, depois a presença dos vendedores externos e ausência de investimentos, respectivamente com percentuais no M1 com 17% e 14%. No M2 estes dois últimos itens também aparecem em destaque, só que em maior percentual a ausência de investimentos com 35% e em último percentual 12% vendedores externos. Através desses dados, articula-se com o que já foi constatado em alguns mercados de outras regiões. Ainda que os mercados apresentem relevância no espaço urbano, nos dias correntes sua permanência em condições salutaras andam ameaçadas. Estes relutam à concorrência dos estabelecimentos dotados de formas modernas de comercialização e higiene, como também à mudança das políticas de abastecimento; logo, os mercados tornaram-se, em alguns territórios, lugares alternativos de venda e consumo (MOTT, 2000), tendo assim fortes concorrentes no modelo econômico vigente, a exemplo os supermercados localizados na região do Itaqui-Bacanga. (Figura 18).

Figura 18. Mapa de localização dos supermercados na região do Itaquí-Bacanga



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Os supermercados viraram concorrentes, ao que concerne, quando comparado à realidade dos mercados públicos municipais do Brasil (MOTT, 2000). E em São Luís não se faz distinta, na própria região em estudo, existem dois grandes desses supermercados, o Mateus (Foto 17), localizado no bairro Bacanga e o Carone, (Foto18) esse em frente ao mercado municipal do Anjo da Guarda. Para a maior parte da população, digam-se consumidores, acham excelente a presença e disposição de vendas desses supermercados em seus territórios, porém, para os feirantes, acabam se tornando uma espécie de “agravante”, isso porque, tornam-se grandes concorrentes de forma desigual, pois os mercados municipais, são carentes de diversos serviços, desde estrutura à serviços de abastecimento, por isso, a necessidade urgente de políticas direcionadas a estes lugares, para assim, conseqüentemente contribuir no melhoramento de renda dos trabalhadores dos mercados públicos.

Foto 17. Supermercado Mateus



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Foto 18. Supermercado Carone



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Os supermercados são novas instalações do mundo moderno emergidas pela força crescente do capital, do crescimento urbano e populacional, logo, o mercado público municipal, deve agora se manter de aparatos que possam concorrer de forma menos distantes.

O inovador e impactante método operacional dos supermercados e hipermercados consistem na exposição maciça de produtos com layout para facilitar o movimento rápido de uma grande quantidade de consumidores e atendimento ao cliente realizado pela técnica do self-service. Desta forma, o auto-serviço “é o sistema no qual o próprio consumidor escolhe, retira e leva a mercadoria até o caixa, onde é efetuado o pagamento. A figura do vendedor ou atendente é retirada, agora são as embalagens, que informam ao consumidor”. Os funcionários são treinados a seguir um discurso padronizado, simulando a naturalidade e espontaneidade nas relações (RENNÓ, 2006, p. 54).

O desaparecimento dos mercados é algo que passa na ideia de muitos, no entanto, é visto uma situação ainda distante de acontecer, isso porque os mesmos estão presentes nas cidades, na sociedade, ultrapassando séculos; em tempos mais recentes, mesmo com os supermercados, eles continuam a funcionar, porém com suas condições, muitas vezes desagradáveis, acabam propiciando afastamento de grande parte da população, nesse sentido, as populações que deles trabalham, ou consomem, não tendo esses lugares condições saudáveis, são as que mais sofrem constantemente as consequências, vivendo em situações insalubres, subalternas e concorrendo com grandes empresários do capital, por isso é necessário considerá-lo um elemento primordial no planejamento da cidade. O abandono dos mercados causa grandes transtornos à sociedade, sobretudo, as de baixa renda.

Retomando sob os circuitos, Santos (2004) no circuito inferior, a prioridade é garantir a sobrevivência própria, do empreendimento e pagamento aos fornecedores, sendo uma acumulação singela, que em geral não garante aumento extraordinário do capital e da riqueza material. Já no circuito superior a acumulação de capital é a sustentação primordial, onde a empresa mantém a concorrência em função dos avanços rápidos tecnológicos.

No tocante ao circuito inferior não dispõem de ajuda governamental, nem subsídios, sendo esse negado constantemente, por vezes, ainda enfrentam processos de cerceamento do poder público, como é o caso de investidas contra as práticas das vendas de rua em muitas cidades, ou nos próprios mercados e ao seu entorno, no circuito superior é disposto ajuda governamental, como linhas especiais de créditos, financiamentos, isenção de impostos e tarifas.

Embora Santos (2004) sobre os circuitos, mencionou muitas vezes, contrapondo em uma escala regiões com espacialidades maiores; no espaço geográfico contemporâneo, esses

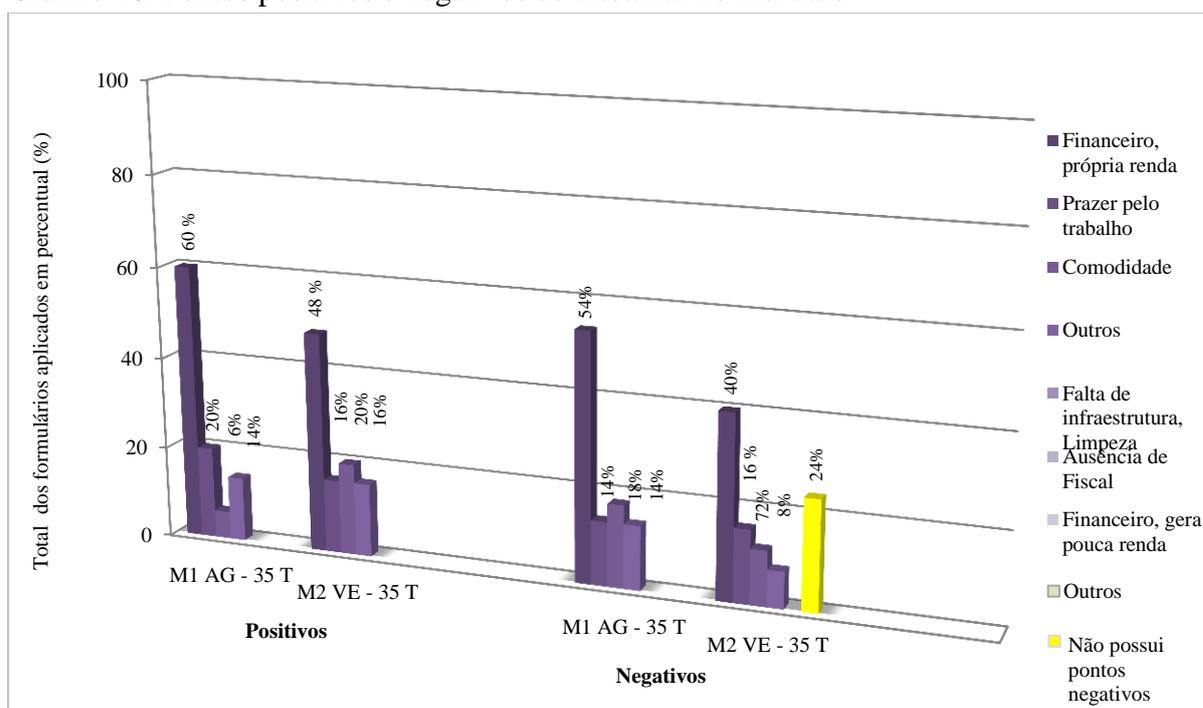
circuitos podem está presentes no mesmo território do espaço urbano, em espacialidades locais, como exemplo os bairros da área de estudo que apresentam elementos tanto do circuito inferior como superior, respectivamente, mercados e supermercados

De modo geral, as atividades comerciais que surgem num bairro estão associadas ao consumo cotidiano como padarias, bares, supermercados. Em um segundo momento, podem surgir atividades relacionadas ao consumo frequente tais como lojas de roupas, calçados, etc. Tanto um como outro se refere ao comércio local, ou a forma espacial denominada subcentro de bairro (CORRÊA, 1989). Neste caso, a intensidade e a qualidade das atividades terciárias estão associadas diretamente à área de influência, que se remete a área do bairro, muitas vezes esses subcentros de bairros gerados, estão presentes grandes empreendedores que acabam tornando-se competidores com a comunidade local. Para Carlos (2001, p.42)

São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradição e, portanto sem luta.

Essa competição, Ribeiro (1997) está associada diretamente a formação do preço do solo urbano o que se constitui em um importante fator de seleção da apropriação do espaço urbano na sociedade capitalista.

Gráfico 16. Pontos positivos e negativos de trabalhar no mercado

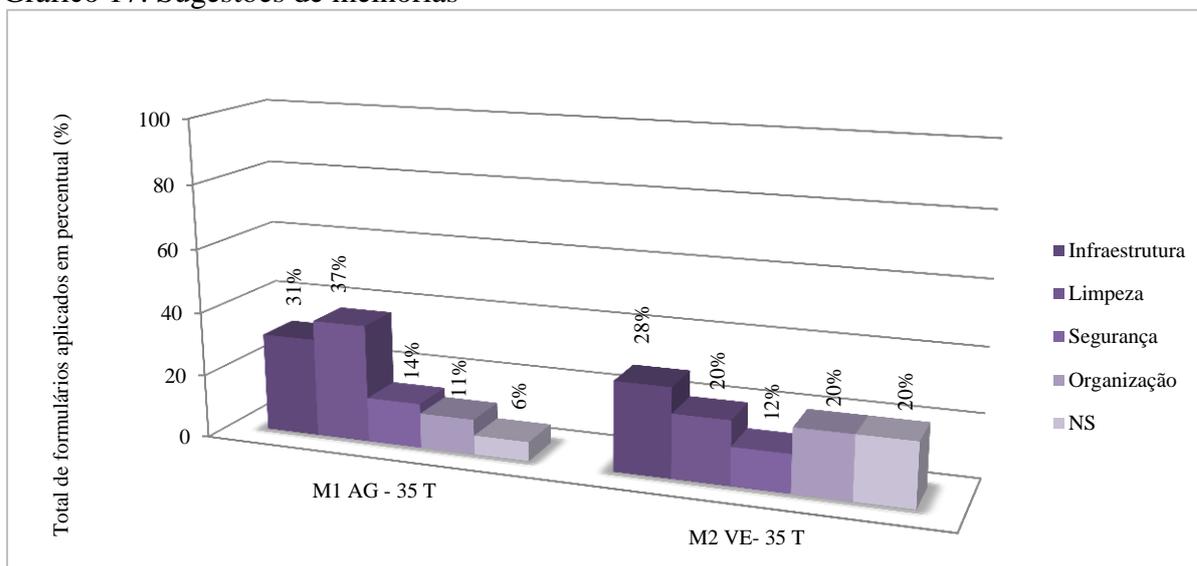


Fonte: DUTRA, L S. 2017

Com relação às questões apontadas como positivas no M1 60% e M2 com 48%, indicam como o bem financeiro ligado à realização de terem sua própria renda como pontos mais favoráveis de trabalhar nos mercados; logo, aparecem com mais frequência o prazer pelo trabalho, no M1 com 20%, comodidade no M2 com 20%, sendo este último item a proximidade do trabalho ser perto da residência.

Sobre questões indicadas como negativas foram levantados aspectos ligados à falta de infraestrutura, limpeza, no M1 com 54% e M2 40%; em seguida tem destaque sobre a ausência de fiscal, M1 14%, M2 16%; depois a questão financeira, devido a pouca renda, M1 18%, M2 12%. No M2 24% (8) consideraram não existir pontos negativos.

Gráfico 17. Sugestões de melhorias



Fonte: DUTRA, L S. 2017

O gráfico 17 aponta como sugestões, as categorias mais mencionadas, em ambos foram infraestrutura e limpeza; no M1 31% infraestrutura, 37% limpeza; M2 28%, 20% e em segundo as categorias mais mencionadas foram a segurança e organização; com médias variações de percentual, no M1 14% segurança, 6% organização; M2 12%, 20%. Não sabem (NS) ou não opinaram M1 6% e M2 20%. Mesmo devido a muitas características serem observadas e ditas como ruins ou regulares, problemas de infraestrutura, limpeza, situação sanitária, água, segurança, transporte de mercadorias, os mercados se perpetuam na região.

Apesar dos problemas sérios relacionados aos fatores mencionados, cuja ausência de serviços públicos ou privados, somado a má gestão dos próprios trabalhadores locais, descaracterizar o ambiente do lugar que deveria ser saudável, como os pontos dos mercados e feiras, de venda e troca de produtos, ainda, olha-se a importância social desses lugares para números consideráveis da população.

CAPÍTULO 4

CONDIÇÕES INFRAESTRUTURAIS COMO REPRESENTATIVAS DAS FORMAS DOS MERCADOS



Fotografias em Arte, estrutura dos mercados, em 06.04.2017

4.1 As formas dos mercados Anjo da Guarda e Vila Embratel

A urbanização desenfreada trouxe paisagens diferenciadas dentro do espaço urbano, estabelecendo na cidade a divisão entre centro e periferia, emergindo com maiores problemas, a periferia populosa; necessitando de melhores serviços de elementos de infraestrutura.

Sobre infraestrutura, pelo menos, 11,3 milhões de unidades de residências são afetadas pela falta de algum tipo de questões infraestruturais, como iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização, esgotamento sanitário, fossa séptica e coleta de lixo. Esses elementos básicos sendo essenciais para melhor qualidade de vida para a população que reside em determinado local compõem-se como sendo, elementos essenciais para abarcar uma configuração de estrutura de uma dada região; assim como para uma melhor visibilidade da paisagem (DUTRA, 2014). Logo, considera-se a infraestrutura como essencial para manutenção de moradias e dos elementos urbanos, como a exemplo, o mercado.

O IBGE (2010) destaca tal característica quando afirma que a infraestrutura é o conjunto de elementos ou serviços considerados necessários para que uma organização possa funcionar, ou para que certa atividade se desenvolva efetivamente. A infraestrutura urbana é um trabalho realizado pela atividade humana e dirigido por profissionais da Arquitetura, Urbanização, Geografia, Engenharia Civil, servindo de suporte para desenvolvimento de outras atividades, sendo seu funcionamento necessário para organização da cidade em questão.

O Anjo da Guarda possui grande comércio na Avenida Moçambique, que abastece moradores locais de uma parte populacional da região Itaqui-Bacanga, tendo na Avenida Odylo Costa Silva o mercado público como local comercial de venda de alimentos. Considera-se que o mercado Anjo da Guarda, apresenta sérios problemas de infraestrutura, a formação do mercado advém junto ao processo de ocupação da região Itaqui-Bacanga, quando moradores com necessidades de lugares de comercialização de produtos para consumo, assim como de necessidade de trabalho, estabeleceram-se na área onde hoje é o mercado. O problema da infraestrutura é algo tão sério, que há existência até mesmo de residências que foram construídas sobre o mercado (Foto 19). Aos arredores possui um aglomerado comercial, vendendo praticamente de tudo um pouco.

A feira encontra-se ao entorno, composta por feirantes, vendedores ambulantes. No mercado há os que trabalham com produtos diversos, avistando tanto vendedores de carne, peixe, assim como os que vendem frutas e hortaliças. O mercado foi se transformando

proporcionalmente com as condições financeiras dos feirantes, alguns construíram seus lugares com pedaços de madeira, lonas, outros com tijolos, pisos, portões.

Foto 19. Construção sobre o mercado



Fonte: DUTRA. L. S. 2016

No mercado deparou-se com diversas situações a serem analisados, por isso, pontuou-se o interesse em focar nas condições urbanas destes lugares. O mercado Anjo da Guarda inicialmente autoconstruído por moradores locais, e uma parte por meio da prefeitura há mais de 15 anos, nele observou-se praticamente venda de tudo, apresentando produtos diversos, (Foto 20) como roupas, calçados, acessórios, utensílios domésticos, brinquedos, materiais eletrônicos, material escolar, produtos de limpeza, flores, alimentos em geral.

Foto 20. Exposição de produtos



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Quanto às condições do mercado e sua parte externa, à feira, e ao seu ordenamento, os produtos são expostos em barracas, bancas, carros de mão (Foto 21), balaios de madeira, caixotes plásticos ou de madeira (Foto 22), em lonas, sacos plásticos ou diretamente sobre o chão. Os pontos de venda expõem materiais diversos, sem padronização, e ocupam logradouro público. O lixo fica a céu aberto em alguns pontos, sendo foco de doenças, existindo poucas lixeiras no local, os comerciantes e feirantes possuem condições de trabalho ruins, com condições de higiene na comercialização de alimentos e conservação de carnes inadequadas. Há nas proximidades animais, principalmente cachorros e gatos, que se aglomeram.

Foto 21. Barraca, lona, carro de mão



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 22. Produtos em caixotes



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

No mercado são comercializados alimentos, prevalecendo às frutas e hortaliças. Este é tido como parte do urbano da cidade e em muitos locais, como lugar de vulnerabilidade social e de saúde (BUSS, 2006), logo, cada vez se nota intensificação do interesse pelas relações entre a saúde da população, as desigualdades nas condições de suas vidas, incluindo o ambiente em que estão inseridas, que encontram-se em situações insalubres, estando inclusos em sua maioria em territórios da periferia dos bairros de urbanização popular, sendo estes, parte do espaço urbano que apresentam-se com os maiores problemas das desigualdades sociais, explicitando a pobreza. As Fotos 23 e 24, respectivamente, mostram as frentes das barracas e por trás, em mesmos pontos de venda, com ambientes aos arredores do mercado em condições inadequadas com muito lixo e restos de comida.

Foto 23. Frutas e hortaliças à venda



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 24. Ambiente insalubre



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Conforme Silveira *et al.* (2014) é possível ter a concepção de cidade saudável, visto que essa representa inúmeras tentativas para diminuir os abismos sociais provocados historicamente, pelos setores públicos e privados que detêm os meios de produção socioeconômico e governabilidade dos territórios. Toda ausência de serviços e infraestrutura, como de planejamento para a cidade e suas respectivas unidades, os bairros, influenciam no desenvolvimento humano, diretamente na sua forma de viver, em sua saúde mental, física, e, sobretudo, na saúde do ambiente.

Por isso, importante compreender o planejamento e as instâncias das intervenções no contexto de uma governança adequada, definida como manejo adequado de processos e de instituições para conduzir resultados positivos para a saúde. Um governo pró-saúde é aquele que contempla, em seu plano de desenvolvimento, os aspectos de impacto sanitário em suas políticas e planos declarados e explícitos; é necessário conhecer o fenômeno da urbanização para conhecermos seus efeitos na determinação da saúde. (LA JARA *et al.*, 2011).

Pode-se corroborar que houve crescimento muito grande da população urbana e especificadamente, na periferia das grandes cidades, onde se estabeleceu a população mais pobre. A expansão destas e intensa migração campo-cidade vivida nas últimas décadas criou espaços de pobreza ao entorno. Essa cidade não é apenas forma espacial de dimensão sem precedentes no que concerne a concentração da população e suas atividades, isso porque deve ser levado em conta, variáveis de indicadores, áreas de maiores aglomerações urbanas, empreendimentos, residenciais e de elementos urbanos. Por isso, o planejamento para uma cidade saudável deve abarcar também diversos profissionais. Assim as cidades precisam estar em condições saudáveis, passar por planejamento, principalmente em áreas onde estão bairros carentes com sujeitos em situações vulneráveis, tendo o poder público papel de intervir no processo de reordenamento. (MARX, V.; COSTA, M. 2016).

Diante dessa concepção da necessidade de cidade saudável, tem-se carência de uma cidade planejada, que obtenha gestão junto à elementos construtivos na sua organização, como a exemplo o desenvolvimento técnico de cartas, plantas, croquis, imagens espaciais; diante dessa situação, procurou-se plantas dos mercados em diversos órgãos públicos, entretanto, não foi encontrado, então, desenvolveram-se croquis para dar uma dimensão mais apurada dos mercados. Esse procedimento contribui na elaboração dos croquis, que subsidiaram no detalhamento das formas e dimensões dos mercados, assim como visam contribuir para futuros projetos voltados para os mercados públicos. Os croquis com áreas de expansão apresentam-se nas figuras 19 e 20.

Figura 19. Croqui do mercado Anjo da Guarda com expansão

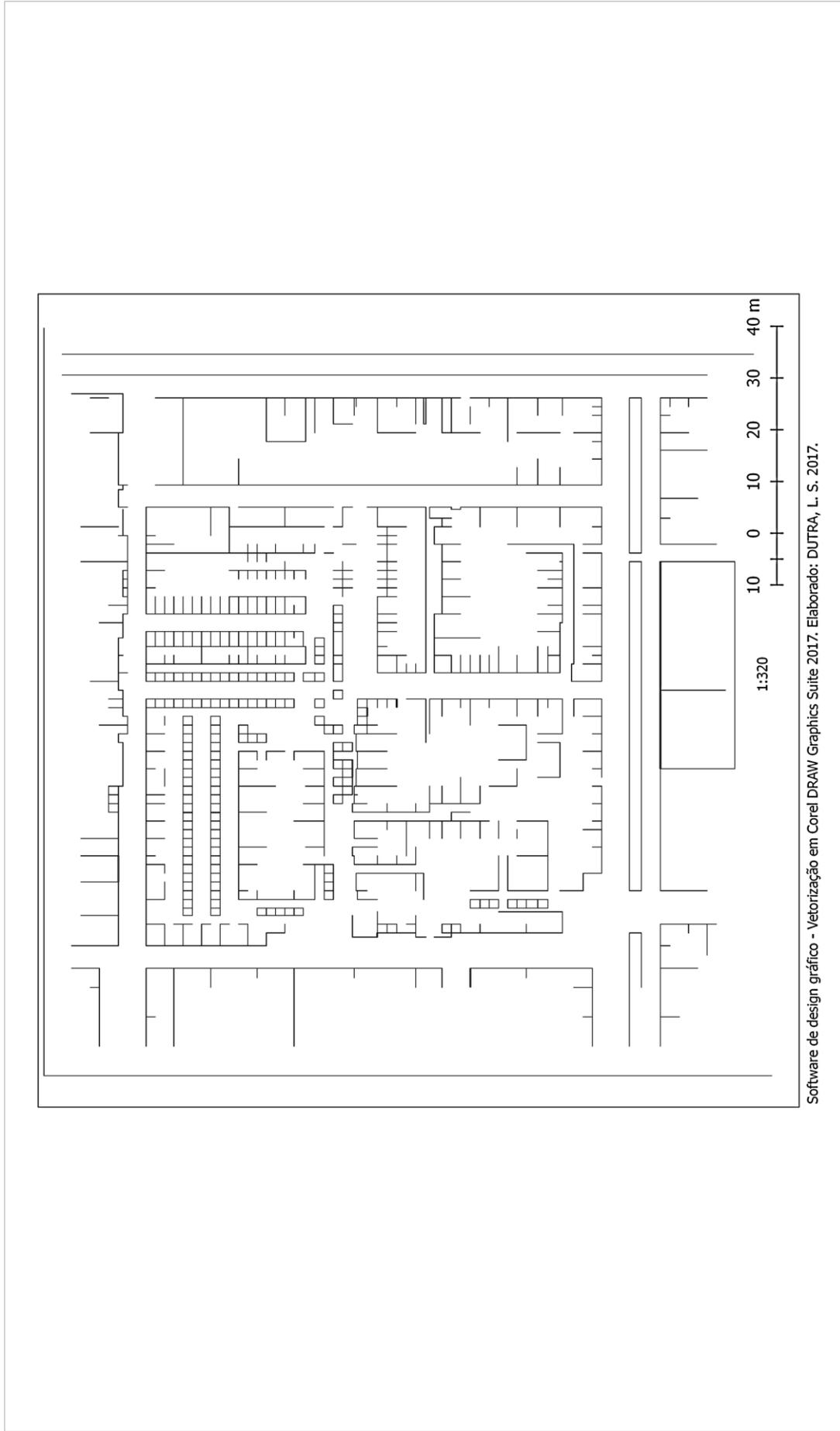
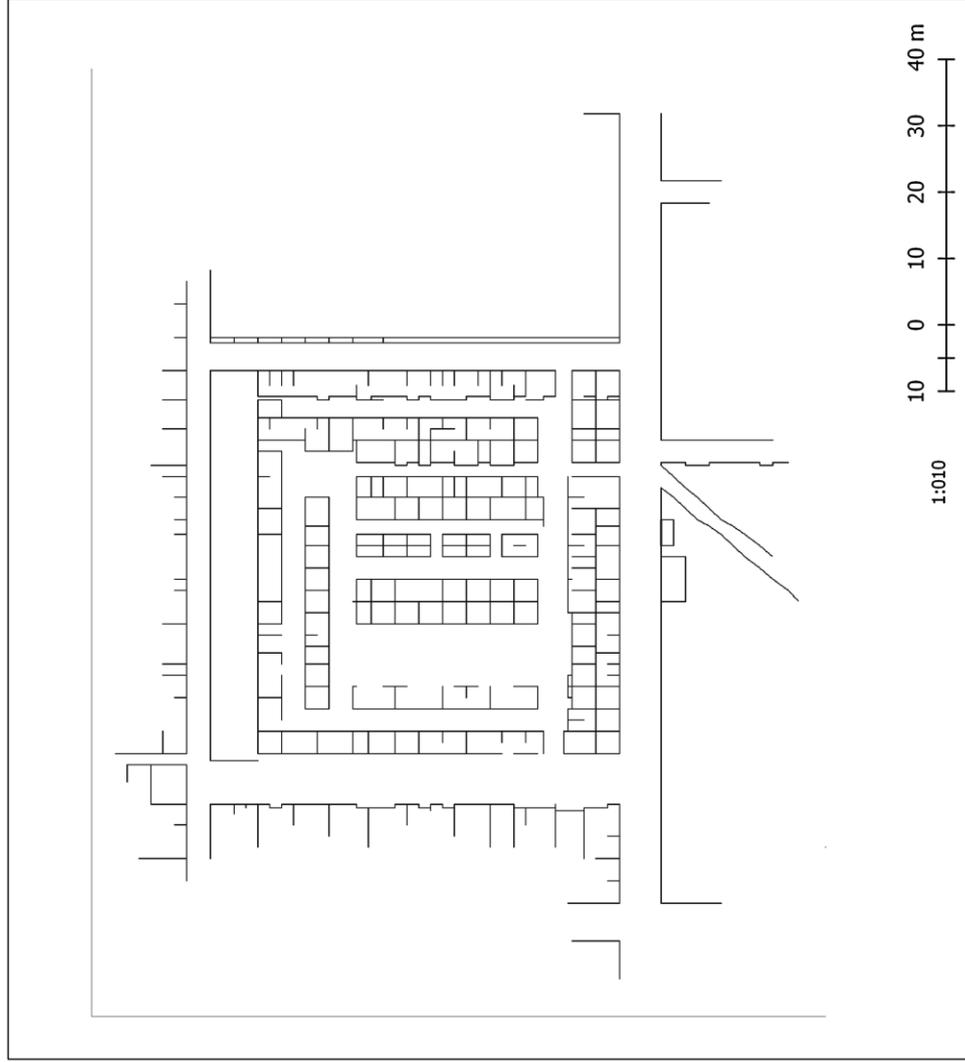


Figura 20. Croqui do mercado Vila Embratel com expansão



Software de design gráfico - Vetorização em Corel DRAW Graphics Suite 2017. Elaborado: DUTRA, L. S. 2017.

Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Já com relação ao mercado da Vila Embratel, localizado no bairro de mesmo nome, próximo a Praça das 7 Palmeiras, rua da Vitória, possui mais de 30 anos. Aos fins de semana o local torna-se bem mais movimentado, alia-se que historicamente se fazem compras aos finais de semana em feiras e mercados, paralelo a essa condição, as pessoas estão mais disponíveis para fazer compras. Sendo assim, carros, carroças, motociclistas e outros automóveis passam por ali com mais frequência, fazendo aglomeração em frente ao mercado com fluxo também de ônibus, facilitando no transporte de pessoas de outros bairros.

Também transitam no mercado e feira pedintes e animais domésticos, sendo que estes últimos são atraídos pelo lixo depositado em local inadequado. A coleta de lixo não é diária, porém existem feirantes, principalmente os que trabalham na parte externa do mercado, que comercializam a venda de peixe, por exemplo, e que precisam de coleta diária e essa falta de coleta os impulsionam a jogar seu lixo em lugares impróprios atraindo assim não só animais domésticos, mas também ratos, baratas e muitos outros tipos de insetos que podem vir a trazer doenças não só aos feirantes, como também à população que ali frequenta.

Embora o mercado apresente problemas ligados à infraestrutura, funcionando de forma inadequada, encontra-se bem localizado geograficamente, isso proporciona um número expressivo de pessoas que os utiliza, fazendo com que ele abasteça não somente o bairro onde está inserido, mas por extensão outras áreas circunvizinhas como bairros tais como Vila Isabel, Bacanga, Paraíso, Sá Viana.

Durante a pesquisa constatou-se um espaço nas proximidades do mercado, que funciona uma feira. O interesse em conhecer esse, foi devido durante a visita no mercado, alguns feirantes relataram deslocar-se para a área da feira em alguns dias da semana, que fica na rua, para tentar melhorar suas vendas.

De acordo com a ACIB (2007, p.33)

“O bairro é composto por duas feiras. Uma feira próxima à Praça 7 Palmeiras, [onde atualmente possui estrutura do mercado] que iniciou mais ou menos em 82, pois ao planejar o terreno a UFMA deixou logo um espaço para ela. Seus primeiros feirantes foram Sr. Elias, como vendedor de galinha; Sr. José Ribamar Bezerra e Sr. Zé Psica, como açougueiros; e Sr. Dudu vendedor de verduras. O primeiro comerciante foi Sr. Olegário. E na outra feira próxima a rua Embratel, que foi criada a mais ou menos 20 anos, as primeiras pessoas que a iniciaram foram: Djalma, que começou vendendo tomate, cebola; o Sr. Nezinho: tomate, cebola; e Dona Francisca com o tempero. Os dois primeiros comerciantes foram Sr. Pinheiro e o Sr. Maneco. Uma das antigas moradoras da ferinha é Dona Gracinha não mais residente no local”.

Assim, constata-se que durante o processo inicial de surgimento de ocupação da Vila Embratel, onde se encontram atualmente o mercado e as feiras, já existiam locais de venda, sendo envolvidos os moradores locais na atividade de vendedores, feirantes, há tempos.

O local começou a se tornar feira (Foto 25), quando alguns moradores daquela rua começaram vender produtos na porta de suas residências. No começo eram quitandas³⁹, depois tornaram-se comércios (DUTRA; ROCHA; VALE, 2009), logo após começaram a vir pessoas, tanto daquele bairro como de outras localidades com bancas, ali foram se estabelecendo permanentemente, os comerciantes ao contrário do que se pensa, gostaram dessa ocupação do local por bancas, pois essa interação proporcionou lucros para ambas as partes. Esse tipo de comércio em ruas, é muito comum em cidades que crescem sem um planejamento urbano, como no caso da própria São Luís. Cunha (2010) destaca que o transitar pela área comercial de São Luís, conhecida popularmente como Rua Grande, revelam-se situações de privatização do espaço, que teoricamente deveria ser de todos, mas que acaba sendo apropriado de forma individual, ou de acordo com interesses de alguns, como para os vendedores ambulantes, camelôs⁴⁰, que trabalham na “informalidade”.

Foto 25. Feira na rua do bairro da Vila Embratel



Fonte: DUTRA, L. S. 2009

³⁹ Para garantir a alimentação dos escravos durante a longa viagem até as Américas, os traficantes adquiriam farinha e peixe seco com as quitadeiras de Luanda. Estas andavam na cabeça com vários tipos de frutas como cajus, mangas, pitangas... Na capital de Angola, em locais como a Quitanda da Fazenda, o Largo da Alfândega e a Quitanda Grande. Vendiam de tudo, tecidos, linhas, agulhas, facas, pratos, garrafas, espelhos. As quitadeiras não só se diferenciam por suas especialidades como também pelo colorido de seus adereços e roupas. Quanto as especialidades tinham as que só vendiam peixes; as que ofereciam comidas prontas. Assim os territórios das quitadeiras acabaram virando pontos de referência nos centros urbanos, chamados muitos lugares de quitandas até os dias atuais. (PANTOJA, 2008).

PANTOJA, Selma. Da Kitanda à Quitanda. 2008.

⁴⁰ Para GOMES, P. C. C. (2002), os camelôs podem tomar grandes proporções, desde uma singela ocupação de calçada, até o fechamento de ruas e grande parte de bairros, afetando isso diretamente na infraestrutura. GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica na cidade da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

A feira não possuía forma de organização, no entanto, em 1999 surgiram documentos que comprovavam a existência da Associação dos Feirantes da Vila Embratel (ASF EVE), com data de fundação em 01 de março de 1984, atualmente chamada AFEIVE, com data de reinauguração em 15 de dezembro de 1995, localizado dentro do mercado.

Os representantes da ASF EVE reivindicavam um lugar adequado e saudável para os feirantes, sendo que anos anteriores de 1999, a então gestora na época Conceição Andrade, havia cedido terreno para estabelecimento da feira, visto que muitos feirantes almejavam sair da rua, porém não tinham pra onde ir. Em 1999 representantes da ASF EVE solicitaram ao prefeito Jackson Lago, que a Prefeitura comprasse uma residência para a associação.

Em 2001 o Ministério Público Estadual através da Promotoria de Justiça começou mobilizar os feirantes para a saída daquele local. Inicialmente foi realizada Audiência Pública para sensibilização dos feirantes, que tinham prazo para se retirarem. O pedido foi feito aos feirantes, mas estes não tinham para onde se locarem, pois o terreno cedido (Foto 26) a eles, não possuía condições infraestruturais e o Poder Público não assegurava, de forma concreta, garantia de que estas fossem implementadas.

Foto 26. Terreno cedido para construção de outro mercado no bairro Vila Embratel



Fonte: DUTRA, L. S. 2009

Na esperança de que seus pedidos fossem atendidos, a associação continuou a enviar documentos ao então prefeito da época, para que o terreno fosse preparado a receber os feirantes, até taxa de manutenção do local foi pedido aos mesmos.

A ASFEVE juntamente com o Ministério Público Estadual continuou a solicitar reformas de infraestrutura no terreno da feira, porém até hoje suas reivindicações não foram atendidas e o local para sediar a feira continua desocupado cabendo aos feirantes interessados fazer a limpeza e vigilância do mesmo.

Retomando a discussão da infraestrutura dos mercados, sobre análise desenvolvida a respeito especificadamente da estrutura, averiguou-se a parte física tais como piso, telhado, banheiro, boxes, divisão de setores (paredes ou divisórias-2M), sinalização, existência de feira na parte externa e estimativa de estabelecimentos de pontos comerciais. (Check list nos quadros 6 e 7).

Com relação à categoria equipamentos e utensílios, analisaram-se recipientes, containers, refrigeradores, vestimenta, iluminação (rede elétrica), extintor. Através de visita em campo nos dias 19, 27 de março de 2017 caracterizou-se a infraestrutura dos mercados, por meio de lista da existência ou não de determinados itens; como também avaliando estado de limpeza e conservação, embasado nos conceitos de ruim, regular, bom, ótimo. Para alguns itens que poderiam ser contabilizados, como banheiro, boxes, pontos comerciais, foram feitos contagem de quantidades aproximadas.

Praticamente todos os itens da categoria estrutura existem no M1 Anjo da Guarda, com exceção de sinalização, porém todos em condições consideradas ruins. Os banheiros estão em condições muito ruins de uso (Foto 27), assim como os boxes (Foto 28) e ainda muitos destes sem uso (Fotos 29), com poucos em estado de limpeza.

Alguns estabelecimentos com situação regular, possuindo aproximadamente 205⁴¹ boxes. Variados deles comercializam bolsas, roupas, os mais variados produtos. Outros estabelecimentos que vendem materiais diversos estão próximos de produtos de gêneros alimentícios (Foto 30), no entanto, nesse caso específico, nota-se dos próprios vendedores senso de organização. Muitos fazem o possível para manter seu local de atividade atrativo para clientes, mesmo diante de condições infraestruturais gerais não satisfatórias.

⁴¹ A SEMAPA fez também um levantamento especulativo da quantidade aproximada, segundo o órgão, baseado em informações de 2009, há uma quantidade de 161 boxes. Dos 151 ocupados, as principais atividades desempenhadas são de sapataria, depósito, confecção, galeto, armarinho, gelo, mercearia, salão, jogo do bicho, material de construção, relógio, bombons, peças de fogão, peixe, granja, açougue, lanchonete. Possuindo ainda, uma quantidade expressiva de bancas, 154, tendo como atividades desempenhadas em destaque nestas, vendas de lanches, vísceras, suínos, frutas, verduras e juçara. Assim, o mercado abrange cerca de 315 pontos de venda, incluindo sua parte interna e externa. (Órgão da SEMAPA, 2009). Embora o órgão tenha feito levantamento da quantidade aproximada de estabelecimentos em 2009, optou-se na pesquisa pelo levantamento recente feito nesta pesquisa por meio do check list, pois além de atualmente apresentar uma maior concentração de estabelecimentos comerciais, os boxes ocupados, podem ser considerados que não estão ocupados na mesma proporcionalidade descrita pela SEMAPA. Atualmente pode ser considerado a ocupação dos boxes por menos da metade estipulado pelo órgão.

Foto 27. Banheiros



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 28. Parte interna do boxe



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 29. Boxes sem uso



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 30. Materiais diversos perto de gêneros alimentícios



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Dos itens da categoria equipamentos e utensílios, notou-se inexistência de extintores, sendo um perigo a ausência destes equipamentos, pois o lugar já possui problemas na rede elétrica; em sua maioria inexistência de recipientes, com exceção de alguns boxes, sendo que os recipientes ainda presentes estão em condições muitos sujos. Containers em situação regular devido a não está tampado, possuindo apenas um pra todo mercado (Foto 31). Com relação à vestimenta identificou-se 7 feirantes (peixeiros) com avental, por isso, atribuído conceito bom, ainda que os peixes estejam sobre o piso, sem bandejas (Foto 32).

Foto 31. Containers



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 32. Vestimenta (avental)



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

No M2 Vila Embratel na categoria estrutura, há divisão de setores, os banheiros estão em bons estados de conservação em sua estrutura (pisos, portas, corrente de ventilação, torneiras, iluminação, Foto 33, mas com relação à limpeza não).

Foto 33. Estrutura dos banheiros



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Algumas outras condições de estrutura estão inadequadas como venda de carnes próximas ao banheiro, por isso, conceito de regular (Foto 34). No Brasil, as condições de infraestrutura e educação sanitária são precárias e facilitam ocorrências frequentes de problemas alimentares (MENDONÇA, S. C. 2002). Os mercados e feiras ocupam lugares de

destaque no setor de alimentação. Nesses locais é comum que barracas convivam lado a lado, fazendo com que as condições higiênico-sanitárias inadequadas de uma tornem-se perigosa para as outras. É preciso conscientização para evitar maneiras inadequadas de organização dos lugares, evitando possíveis formas de contaminação.

Foto 34. Carne próximo ao banheiro



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Há muitas bancas na parte externa do mercado, com venda de carnes em condições insalubres, (Foto 35) situações essas corriqueiras nos mercados públicos dos bairros de urbanização popular, faltando cuidados básicos de higiene, em contrapartida, há alguns trabalhadores com cuidados básicos, cobrindo alimentos do sol com lonas, colocando sobre bancas (Foto 36). O M2 possui aproximadamente 78 estabelecimentos comerciais (Foto 37).

Foto 35. Carne em situação insalubre



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 36. Alimentos protegidos com lona



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 37. Estabelecimentos comerciais



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Para Burnett (2012, p.44), esses estabelecimentos comerciais surgem ao redor do mercado de maneira não planejada, tornando-se aglomerado em torno do mesmo, o que facilita financeiramente a vida dos moradores do local, visto que gera renda, porém, dificulta a ação de planejamento da localidade. “Essa difusão comercial, atividade predatória do comércio é prova concreta do desenvolvimento desigual da cidade capitalista, bem como das limitações do Estado em controlar tal processo”. Essa categoria de venda, os comércios, contribui também na transformação do lugar no espaço urbano (BELTRÃO SPOSITO *et al.* 2012). Assim como o mercado em sua estrutura física, o comércio ao entorno ou expansão do mercado, mantém articulação com outros pontos da cidade, isso porque muito desses trabalhadores, comerciantes, compram seus produtos em localidades no Centro da capital,

como exemplo a própria Rua Grande, outros no João Paulo, e alguns chegam até mesmo a viajar fora do Estado, como para Fortaleza-CE.

Da categoria equipamentos e utensílios, alguns possuem recipientes outros não, possui containers na parte detrás do mercado, considerar-se assim em condições boas, isso porque, está na parte distante da venda dos alimentos e de distribuição da água, porém mesmo possuindo porta, como uma espécie de depósito, prejudica alguns feirantes que moram nas proximidades, reclamam do odor, pois a limpeza não é feita diariamente, sem contar que não possui cobertura, o que as vezes enche de animais como urubus e pombos, mas no momento da pesquisa, foi registrado que a área da lixeira estava em boas condições (Foto 38), possui também depósito para guarda de ferramentas necessárias a manutenção do mercado (Foto 39).

Foto 38. Lixeira



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 39. Depósito



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

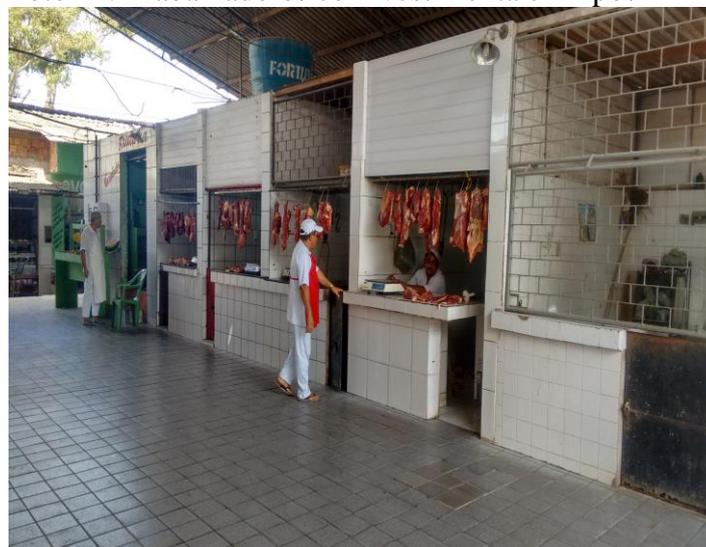
Já iluminação e refrigeradores estão em situações regulares, devido estarem os fios de iluminação alinhados, porém, expostos, o que é perigo para os que possuem refrigeradores, somado a ausência de extintores tornam-se um verdadeiro risco. Os boxes na parte de venda de carnes estão limpos, carnes em refrigeradores em boas condições e os feirantes com vestimentas e limpos (Fotos 40 e 41), identificando assim que determinados trabalhadores possuem senso de limpeza em suas atividades de labuta. Nascimento (2006), manter o local com melhor qualidade dos serviços e produtos que são ofertados, assim como feirantes manterem-se asseados é de grande importância, esses devem adaptar-se às modernizações para seguir com prestígio. É necessário utilizar maneiras saltares de manusear alimentos e o mercado, deve ser cada vez mais higiênico, para continuar sendo lugar valoroso da cidade.

Foto 40. Boxes Limpos, carnes em refrigerador



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Foto 41. Trabalhadores com vestimenta e limpos



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Segue os Check List, nos quadros 6 e 7, sobre as Condições de Infraestrutura: estrutura, equipamentos e utensílios.

Quadro 6. Das condições de infraestrutura. Mercado Anjo da Guarda

1. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA - estrutura, equipamentos e utensílios	MERCADOS DA ÁREA ITAQUI-BACANGA		MERCADO - ANJO DA GUARDA							
	EXISTÊNCIA	LIMPEZA/CONSERVAÇÃO	LIMPEZA/CONSERVAÇÃO				QUANTIDADE/ESTIMATIVA			
			SIM	NÃO	RUIM	REGULAR		BOM	ÓTIMA	
1.1 - ESTRUTURA	Piso									/
	Telhado									/
	Banheiro									2
	Boxes									120
	Divisão de setores (paredes ou divisórias - 2 M)									2
	Sinalização									/
	Feiras parte externa									/
	Bancas na parte externa									/
	Estabelecimentos (pontos comerciais)									205
	Recipientes									/
1.2 - EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS	Containers									/
	Refrigeradores									/
	Vestimenta									/
	Iluminação (Rede Elétrica)									/
	Extintor									/

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Quadro 7. Das condições de infraestrutura. Mercado Vila Embratel

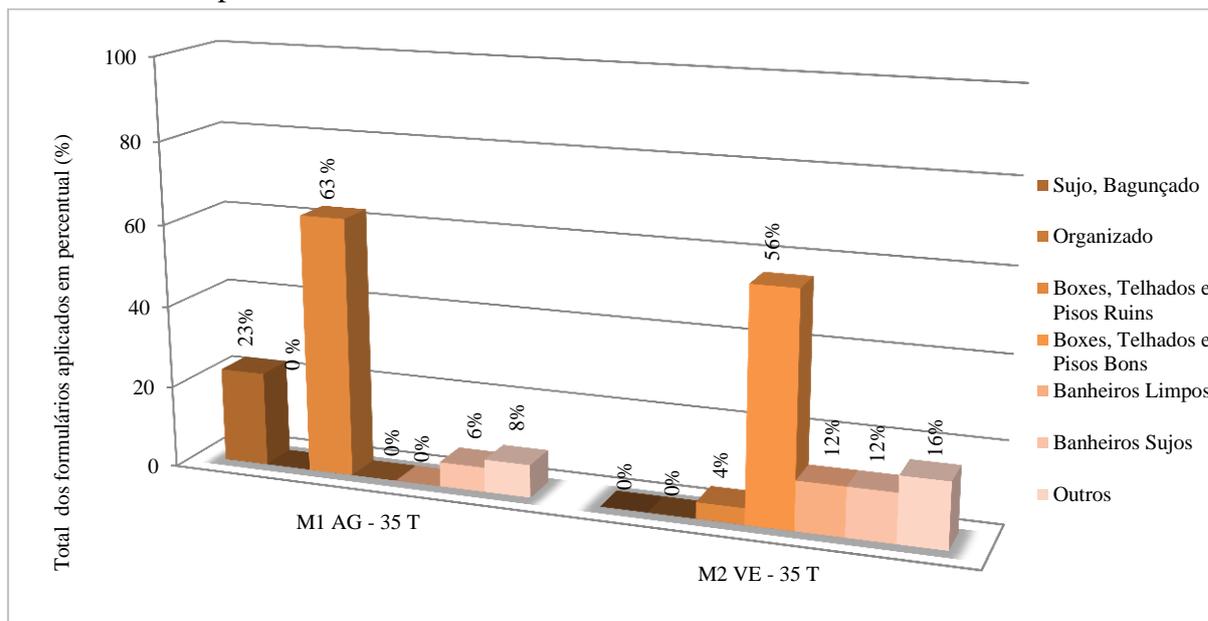
1. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA - estrutura, equipamentos e utensílios		MERCADOS DA ÁREA ITAQUI-BACANGA		MERCADO – VILA EMBRATEL							
		EXISTÊNCIA		LIMPEZA/CONSERVAÇÃO				QUANTIDADE/ESTIMATIVA			
				SIM	NÃO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMA		
1.1 - ESTRUTURA	Piso										/
	Telhado										/
	Banheiro										2
	Boxes										48
	Divisão de setores (paredes ou divisórias - 2 M)										2
	Sinalização										/
	Feiras parte externa										/
	Bancas na parte externa										/
	Estabelecimentos (pontos comerciais)										78
	Recipientes										/
	Containers										/
	Refrigeradores										/
	Vestimenta										/
Iluminação (Rede Elétrica)										/	
Extintor											

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

4.2 Percepção dos feirantes sobre as condições de infraestrutura dos mercados

Diante das condições urbanas, foram também mensuradas situações para com os trabalhadores, identificando como avaliam a infraestrutura (estrutura, equipamentos e utensílios).

Gráfico 18. Perspectiva da estrutura do local de trabalho



Fonte: DUTRA, L S. 2017

Levou-se em consideração como trabalhadores percebem a organização do mercado no que se refere ao piso, telhado, boxes, banheiro. No M1 23% ponderaram o lugar muito sujo, bagunçado. Já 63% consideram boxes, telhados e pisos ruins, alguns trabalhadores se expressam: “está muito ruim, o telhado está muito aberto, danificado (Foto 42), piso só tem em algumas partes”, “pisos quebrados e tem local que nem possui, da iluminação ainda bem que o trabalho é durante o dia”, “bagunçado, às vezes tem até briga por espaços aqui dentro”. No M2 não há existência de trabalhadores que mencionaram a mesma estrutura sujo ou bagunçado, pelo contrário, 56% consideram boxes, telhados e pisos bons. “boxes limpos, telhado em bom estado”.

Enquanto no M1 ninguém deferiu os banheiros limpos, no M2 12% consideram. Com relação ao item outros, foram dadas respostas diversas, tais como no M1: “ dentro do mercado há lixos despejados” (Ver fotos 43 e 44), “tudo em situação de abandono”, “quando chove molha tudo, enche de ratos, aqui fica escuro, não tem ventilação”.

Foto 42 . Telhado danificado



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Foto 43. Lixos despejados em local inadequado



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Foto 44. Lixos despejados em local inadequado



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

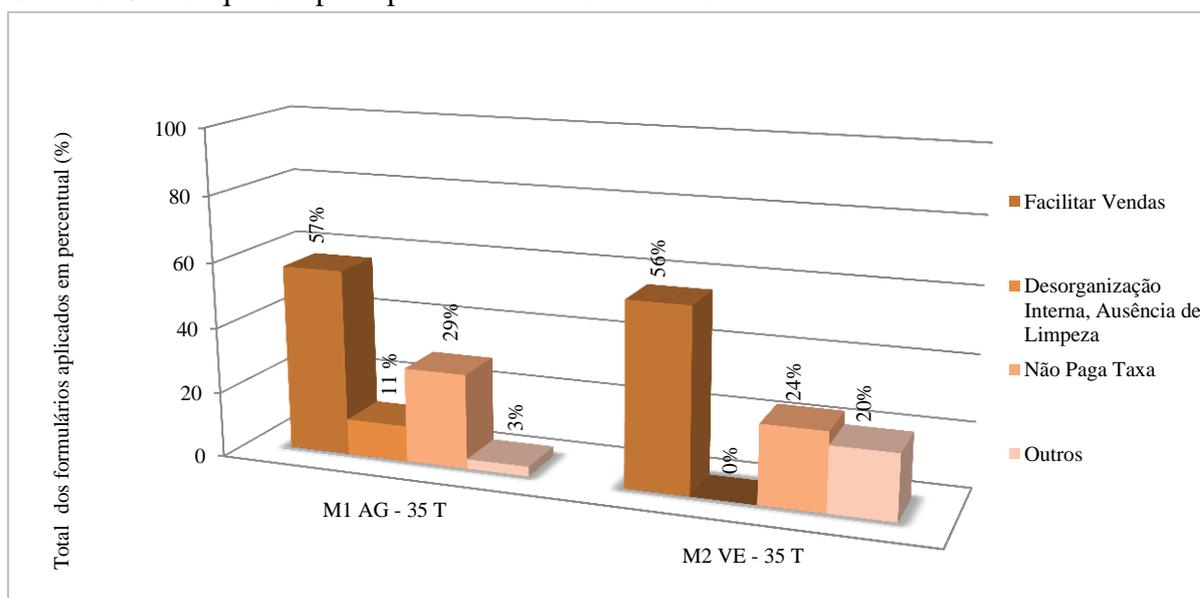
Nos territórios encontram-se as territorialidades, lugares, infraestruturas, o ambiente fixo, sendo nessa perspectiva que o elemento mercado público, ganha dimensão em sua categorização sendo conceituado de lugar, questão já abordada no presente trabalho. As territorialidades, denominadas por meio das feiras, são formas que compõem o mercado.

Áreas, relações sociais, processo histórico e combinação de diferentes elementos (econômicos, culturais), são contribuições fundamentais para caracterizar a territorialidade humana. A territorialidade efetiva-se em escalas distintas de redes de circulação, comunicação, identidades, entre variadas relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com o seu lugar de vida. As territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar, ao contexto histórico e geográfico. (SAQUET; SPÓSITO 2015).

Assim, o mercado enquanto lugar compõe-se numa rede de difusão por meio das territorialidades – de fluxos de informação, bens e serviços, processo que tem como pano de fundo a mundialização da sociedade, da economia, da cultura, que se constitui cada vez mais num espaço mundial articulado e conectado, o que implica um novo olhar sobre o local (CARLOS, 1996). Os mercados públicos, enquanto elementos nos bairros de urbanização popular apresentam-se inseridos no território do espaço urbano, e acabam por meio das dinâmicas espaciais, formando as territorialidades.

O gráfico 19 mostra alguns motivos pelos quais, fazem com que boa parte dos feirantes, assim como outros trabalhadores, acabam por ocupar a parte externa do mercado, formando as territorialidades em seus arredores.

Gráfico 19. Por que ocupar a parte externa do mercado.



Fonte: DUTRA, L S. 2017

Mais de 50% em ambos mercados, trabalhadores ocupam parte externa com justificativa para facilitar as vendas (maior fluxo de pessoas, de clientes, melhorar venda, dá mais lucro) ou então, mais de 20% ocupam devido não pagarem taxas de manutenção ou aluguel dos pontos de venda, os boxes. No M1 11% justificam devido à desorganização interna, ausência de limpeza, (abafado, sujo, tem muito rato, dentro a sujeira é muito visível), o que essa justificativa não se faz presente no M2 0%.

Algumas outras situações são assim apresentadas como explicação para ocupar a parte externa, tais como: a ventilação é maior, não possuem interesse, devido se sentirem seguros também do lado de fora, ou então, por desconhecerem como procede pra ocupar espaço na parte interna do mercado, é relatado também por trabalhadores, que os espaços estão "ocupados", então não sobram boxes, e muitos vão ocupar fora [tem gente q tem o box alugado e isso ocupa o local, só que o “dono do ponto” não quer ficar dentro do mercado].

Nas partes externas dos mercados, é muito comum, em quase sua totalidade, presença de bancas, caixas de isopor, caixotes, alguns em situações preocupantes por estarem em condições insalubres. Na foto 45 venda de peixes próximos a lixos.

Foto 45 . Venda de peixe próximo a lixos – M1 AG



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

De fato São Luís, em praticamente quase todas as áreas comerciais, mercados e feiras, (com exceção dos centros comerciais modernos, shoppings e supermercados), passam pela problemática da falta de infraestrutura, é perceptível quando passa a se locomover em grande parte da capital, sobretudo, nos bairros de urbanização popular; entretanto, no próprio Centro comercial da capital há aglomerações de trabalhadores informais por toda parte, assim como em inúmeras cidades do Brasil, e por que não dizer das grandes cidades do mundo? Seria algo

praticamente inerente a atividade comercial no mercado econômico popular? Nota-se falta de drenagem, sem articulação adequada de canalização de águas servidas, cinzas, toda a ausência de planejamento da cidade reflete nas estruturas dos elementos urbanos, que passam por todo descaso de gestão. É evidente também certa naturalização, uma espécie de “acostumados” de alguns feirantes e consumidores com essas condições (Foto 46) escoamento, sem canalização, junto com as águas oriundas das caixas de vendas de peixes.

Foto 46 . Escoamento parte externa – M1 AG



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Em outras áreas das territorialidades, percebem-se também tentativas, por parte dos trabalhadores, com cuidados básicos dos produtos, onde os alimentos estão em caixotes e com sombreamento em lona (Fotos 47 e 48).

Foto 47. Venda de produtos parte externa – M2 VE.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

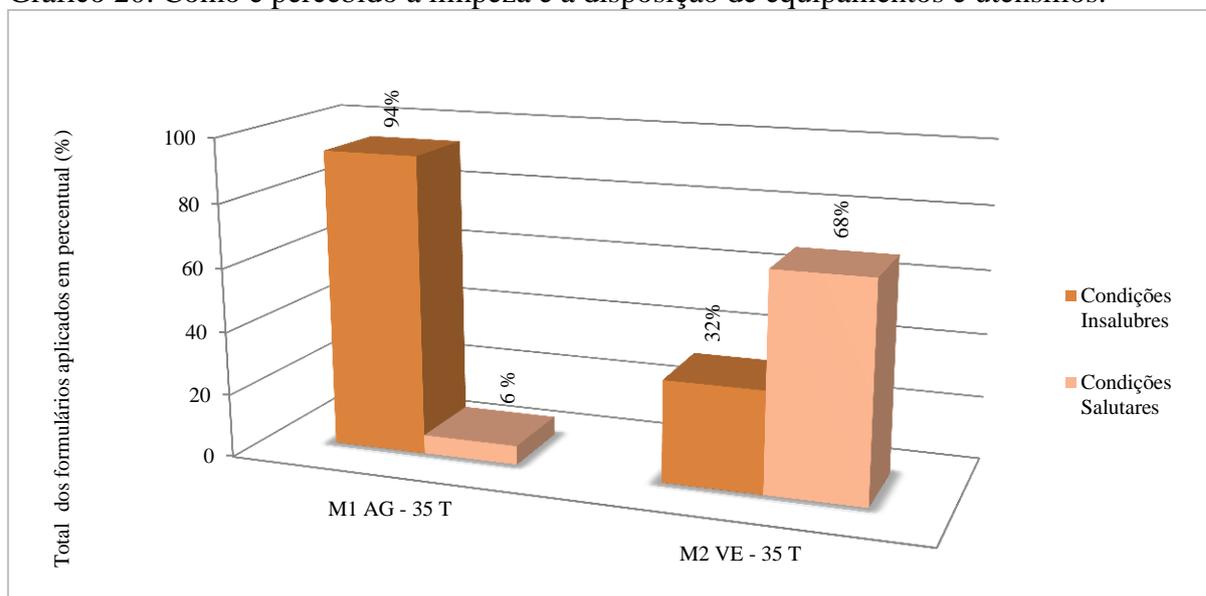
Foto 48. Venda de produtos parte externa – M1 AG.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Ao reparar algumas medidas de precaução para manter o local em condições de higiene, foi assim levantado de como é percebido a limpeza e disposição de equipamentos e utensílios (Gráfico 20).

Gráfico 20. Como é percebido a limpeza e a disposição de equipamentos e utensílios.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Desses equipamentos e utensílios, foram levados em consideração recipientes, containers, refrigeradores, vestimentas, iluminação, extintores. No M1 concebeu-se que os equipamentos e utensílios estão em sua predominância em condições insalubres 94%, em contrapartida, no M2 o que predomina são as condições saudáveis com 65%. Pode assim entender com relação à perspectiva de estrutura do ambiente do lugar, assim como sobre os

equipamentos e utensílios utilizados no mercado, que trabalhadores avaliaram o M2 com situações mais adequadas que o M1.

Nas territorialidades deparou-se com as mais diversas formas de contatos com o espaço, lugar, cada um na sua forma de identificar-se; de buscar o sustento, labutar, sobreviver; as territorialidades reparam-se por meio de carroceiros no transporte de mercadorias e também com vendedores ambulantes, muitos até no meio das ruas (Foto 49).

Foto 49. Venda de Produtos parte externa/ Trabalhos diversos – M1 AG.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

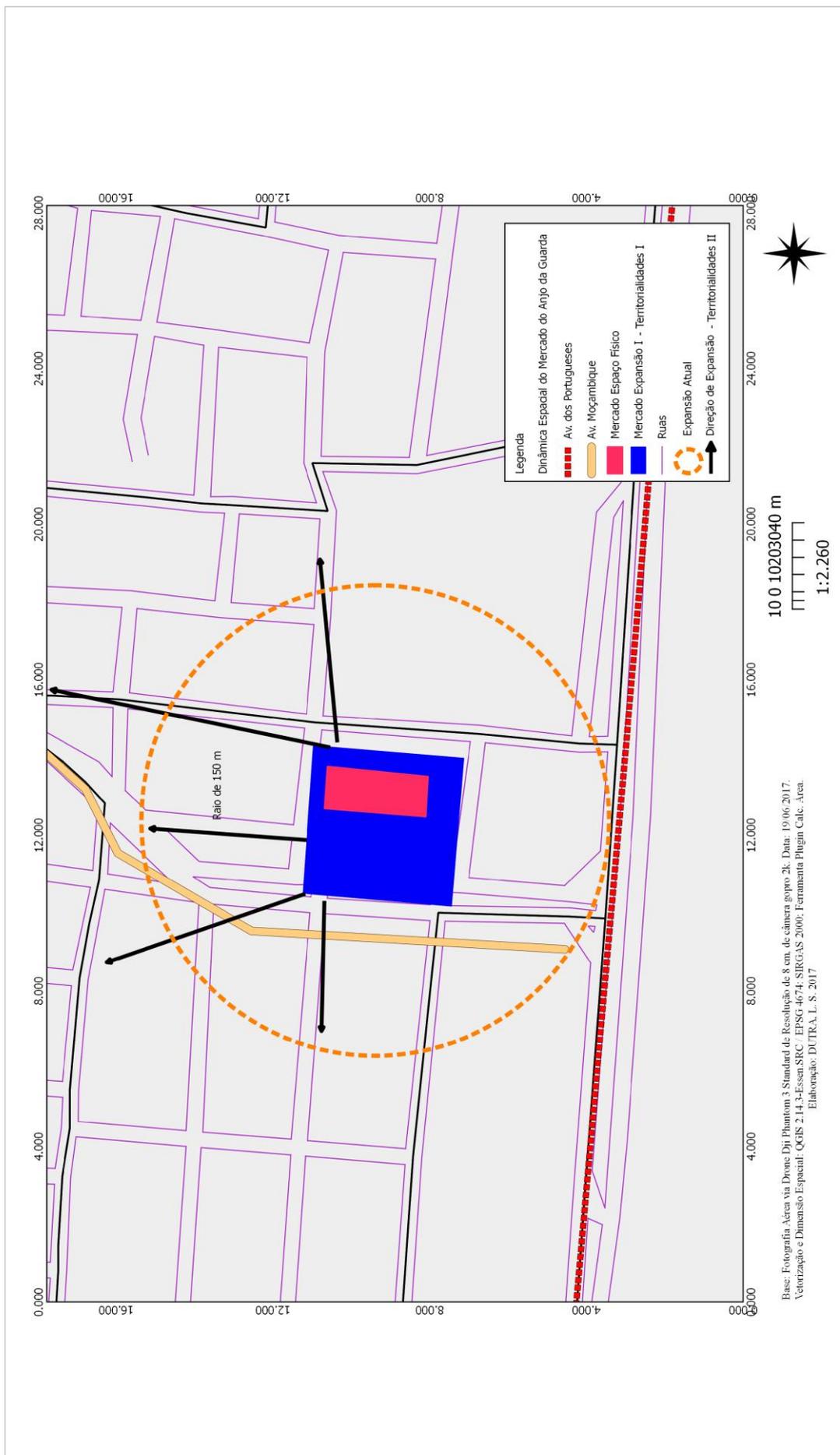
Desse modo, os mercados enquanto lugares apresentam-se transformados por meio de suas dinâmicas espaciais contínuas. Ambos mercados avançam com suas territorialidades, expandindo-se em seus arredores, tomando direções diversas.

Essas territorialidades tomam reconfigurações por meio de seus agentes em determinado tempo. Existe uma combinação de territorialidades e temporalidades, de mudanças. Assim a abordagem do espaço geográfico, nas territorialidades, pode ser substanciada nas formas, dinâmicas, rearranjos, contradições. (SAQUET; SPÓSITO 2015).

A dinâmica espacial do M1AG (Figura 21) alcança um raio de 150 m, enquanto a M2VE (Figura 22) 127 m. Ambos apresentam expansão em suas territorialidades em direção às ruas de seus respectivos bairros, assim como segue em direção nas áreas das principais avenidas, o primeiro na Avenida Moçambique e o segundo com mais predominância na Avenida João Figueiredo, atualmente as territorialidades espriam-se pelas ruas do bairro.

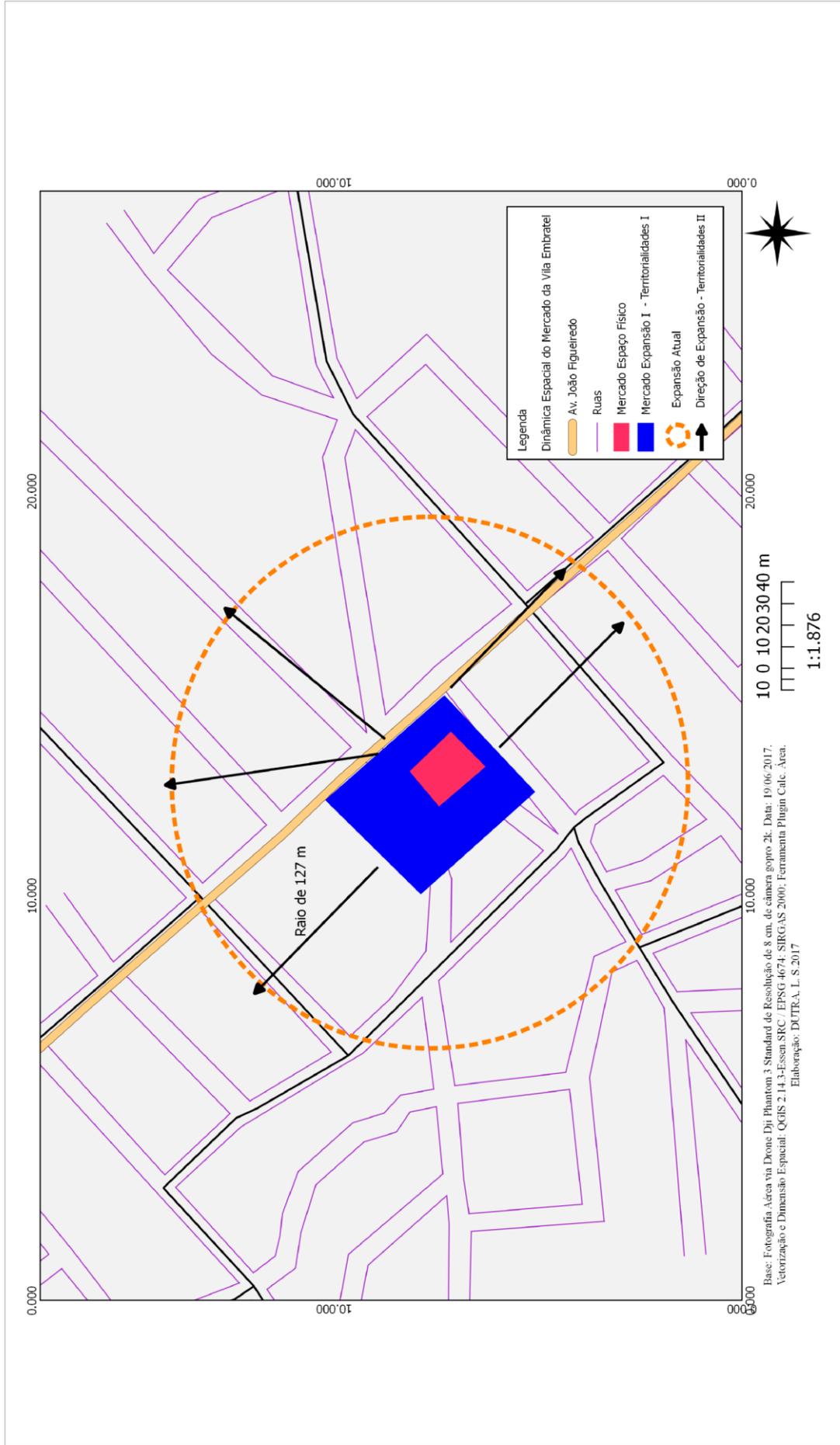
Nas figuras mencionadas visualizam-se de forma mais clara por onde se expandem as territorialidades, identificadas por meio de territorialidades I, área de residências e comércios, e territorialidades II as feiras em movimento contínuo.

Figura 21. Mapa da dinâmica espacial do mercado Anjo da Guarda



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Figura 22 Mapa da dinâmica espacial do mercado Vila Embratel



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Atenta-se que deva ser feitas intervenções imediatas por parte do poder público no planejamento e gestão da cidade, para que a mesma possa oferecer um espaço menos caótico. Essa dinâmica presente no e ao redor do mercado público, vai transformando o lugar, necessitando assim de pesquisas que busquem compreender melhor mudanças do espaço urbano que ganham novas configurações, novas áreas de uso e ocupação do território.

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é composto de fragmentos. No entanto, estes se encontram articulados por fluxos de diversas naturezas: de pessoas, informações, capitais, mercadorias e de ideologias.

Essa dinâmica espacial é responsável pelo surgimento das territorialidades, e está associada ao crescimento do espaço urbano e como consequência, das várias frações do capital que interferem nas mais diversas atividades na cidade.

Para Spósito (1991) a cidade tem sua origem associada à evolução da divisão social do trabalho, Assim, o espaço urbano emerge, primeiramente, como lócus do poder, da função política. Com o passar do tempo, o comércio vai se apropriando e metamorfoseando a cidade, como já ocorreu em diversas outras. Para Garnier (1997) essa forma de dinâmica espacial surge em decorrência da divisão do trabalho, a autora propõe que as três motivações específicas para tal fato é econômica, política e defensiva.

Segundo Santos (2008), cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções. Como o que acontece no processo de transformação das casas em lojas, ou dos mercados em residências. Uma espécie de inversão de funções para suprir com as necessidades.

Quando a paisagem passa por metamorfoses, sendo criada ou recriada, o lugar sofre alterações, novas atribuições são emersas, novas significações, ocupações, interferindo diretamente no uso e ocupação do solo urbano, transitando assim pessoas, histórias; a moldagem de uso do solo urbano deve assim servir para subsidiar o planejamento urbano nas diversas espacialidades da cidade, o planejamento urbano é o processo de desenvolvimento de programas que buscam melhorar certos aspectos, dentro de uma dada área urbana, tendo como objetivo proporcionar a sociedade bem estar. (BURNETT, C. F. L.; OLIVEIRA, A.; MELO, J.; DUTRA, L. S. 2016). Segue nas figuras 23 e 24 croquis de uso e ocupação de ambos mercados, com seus locais de entradas, associações, caixa d'água, cisternas, boxes e suas divisões, barracas, locais de vendas de hortifruti, banheiros, containers, lixeiras, assim como áreas aos arredores como comércio, residências, restaurante, farmácias, igrejas. Toda essa categorização do lugar é essencial para executar planejamento nessas áreas.

Figura 23. Croqui de uso e ocupação do mercado Anjo da Guarda



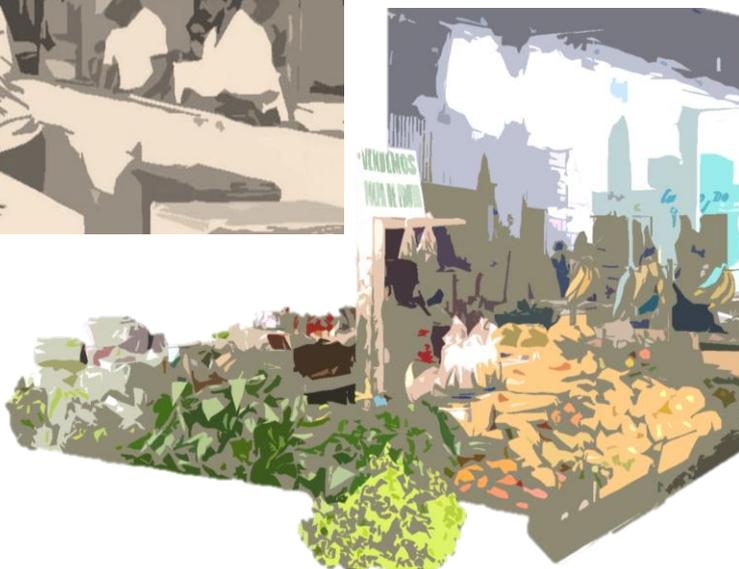
Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Figura 24. Croqui de uso e ocupação do mercado Vila Embratel



CAPÍTULO 5

AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E INDICADORES SOCIAIS REVELADORES DA REAL SAÚDE DO LUGAR



Fotografias em arte, boxes dos mercados em 06. 04. 2017

5.1 Como os indicadores sociais influenciam nas condições higiênico-sanitárias.

Conforme Akermam e Furtado (2015), em todo mundo, pessoas vulneráveis e socialmente desfavorecidas têm menos acesso aos recursos sanitários, adoecem e morrem antes das pessoas que tem posição social mais privilegiada.

As disparidades no âmbito da saúde seguem aumentando. A maior parte dos problemas de saúde pode ser atribuída às más condições sociais, nas quais as pessoas vivem e trabalham. Através dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) no modelo proposto por Dahgren e Whitehead (1991), infere-se de como o local de trabalho, a exemplo mercado público, pode ser analisado e descrito pelo esquema. Determinantes Sociais da Saúde (Figura 25) descrevem que questões sobre lugar de trabalho, condições de vida e da própria atividade de trabalho compõem o modelo, e assim ora, são destacadas, isso devido ao mercado ser lugar onde essas questões estão presentes.

Figura. 25. Modelo de Determinação Social da Saúde proposto por Dahgren e Whitehead.



Fonte: BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p. 77-93, 2007; Adaptado por DUTRA, L. S. 2017.

Cada vez mais se ilustra intensificação dos interesses pelas relações entre a saúde das populações e as desigualdades nas condições de suas vidas, incluindo o ambiente em que estão inseridas, afinal, ambientes insalubres estão inclusos em sua maioria nos territórios da periferia, sendo estes, parte do espaço urbano que apresentam com maiores problemas das desigualdades sociais, onde a pobreza é perceptível.

Dados estatísticos por meio dos indicadores socioeconômicos demonstram de forma clara, precárias condições gerais de vida das pessoas. Nas cidades do Maranhão, referente aos

baixos rendimentos da maioria da população, juntam-se índices críticos de educação e saúde, compondo um quadro de crise social de difícil superação. As demandas por serviços públicos se agravam devido à baixa capacitação profissional, compondo quadro de dependência aguda dos recursos públicos, comprometendo gradativamente, as condições do espaço urbano. Entretanto, este quadro negativo dos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) que compõem a medição da qualidade de vida da população de determinada regionalidade, não oferecem informações e análises da realidade concreta do espaço urbano das cidades.

Ainda que se conte com dados referentes à oferta de serviços de saneamento básico e às condições dos bairros e moradias (Ferreira, 2014), na grande maioria dos casos, as informações são basicamente estatísticas e não espacializadas sobre o território, condição que não contribui para entendimento das formas desiguais de produção do espaço urbano (Villaça, 2001). Por isso, a real importância dos trabalhos que identifiquem determinados problemas mais de perto, com desenvolvimento de pesquisas mais locais.

O fator mais importante para explicar a situação sanitária geral de um país não é sua riqueza total, mas a maneira como esta se distribui. Supõe-se que determinantes das iniquidades estão relacionados com formas de ordenação da vida social, constituindo modelos para analisar organização da sociedade junto à sua situação sanitária, podendo ser também chamada esses modelos de condições ambientais de saúde urbana, caso seja na cidade (BUSS; PELLEGRINI, 2006).

Lip e Quevedo (2005) remete que pesquisadores como Wilkison e Marmot (2003) buscaram provas nas relações entre os determinantes sociais e de saúde e as condições de saúde das populações e listaram dez DSS, entre eles: hierarquia social, estresse, primeiros anos de vida, exclusão social, trabalho, desemprego, apoio social, vícios, alimentação e transporte. A partir daí, traça-se um perfil de onde a maioria desses determinantes se agravam, justamente nos territórios menos favorecidos. Essas questões podem ser mais bem avaliadas a partir da identificação de como a pobreza é marcante nos bairros de baixa renda da capital ludovicense (Figura 26) e também com dados que denotam que nesses determinados territórios, domicílios já sofrem de carência de serviços (Figura 27). Essa situação interfere diretamente na ausência de serviços públicos em outros elementos do espaço urbano. Para Barcelos (2008) o impacto da dimensão geográfica no acesso aos serviços de saúde é modulado pela distribuição destes e pela localização e caracterização de sua clientela. O desenho das redes de serviços, bem como a influência de fatores socioeconômicos e local de residência, tornam-se elementos básicos para compreensão do processo.

Figura 26. Mapa de indicador de pessoas em extrema pobreza

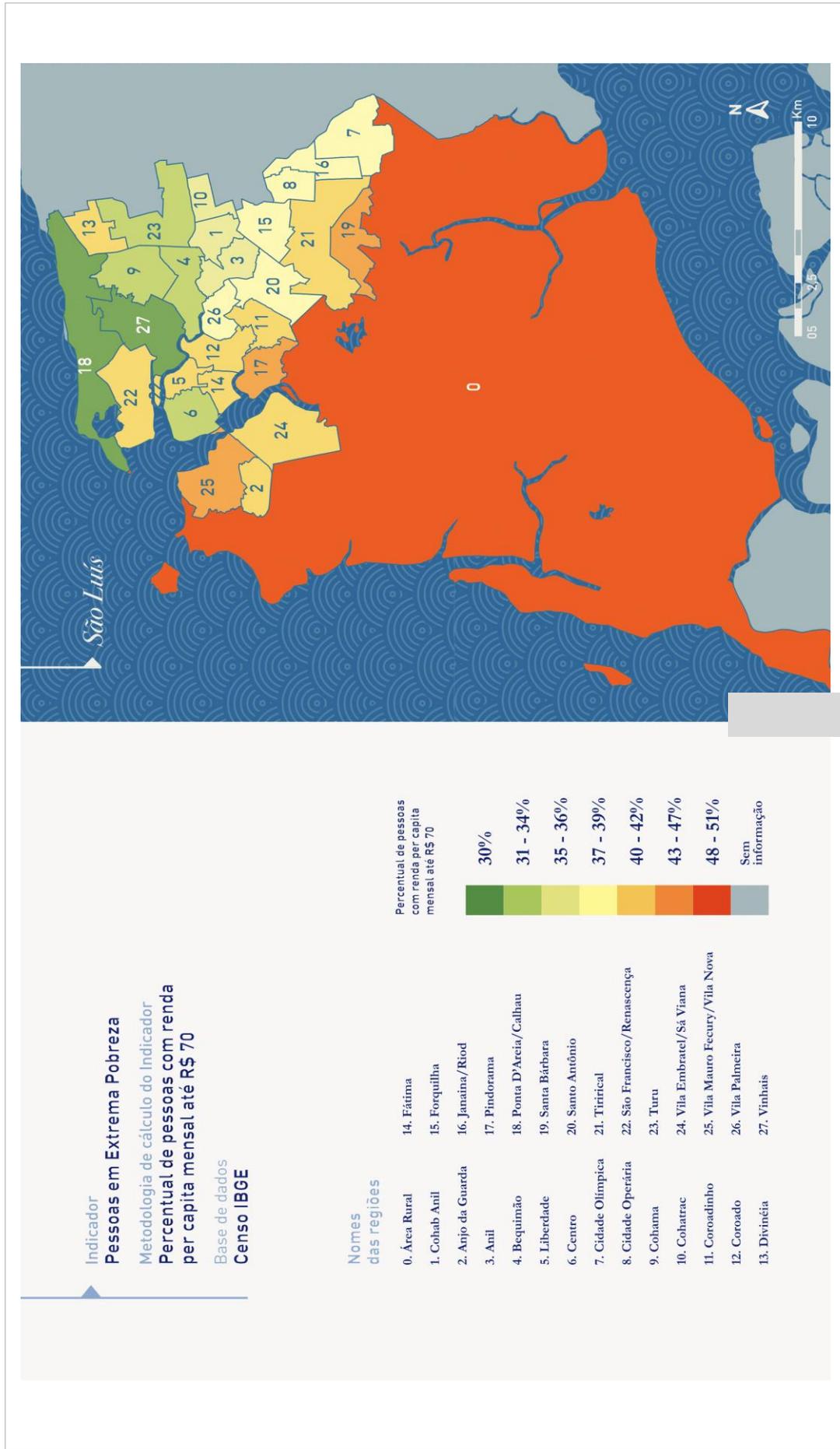
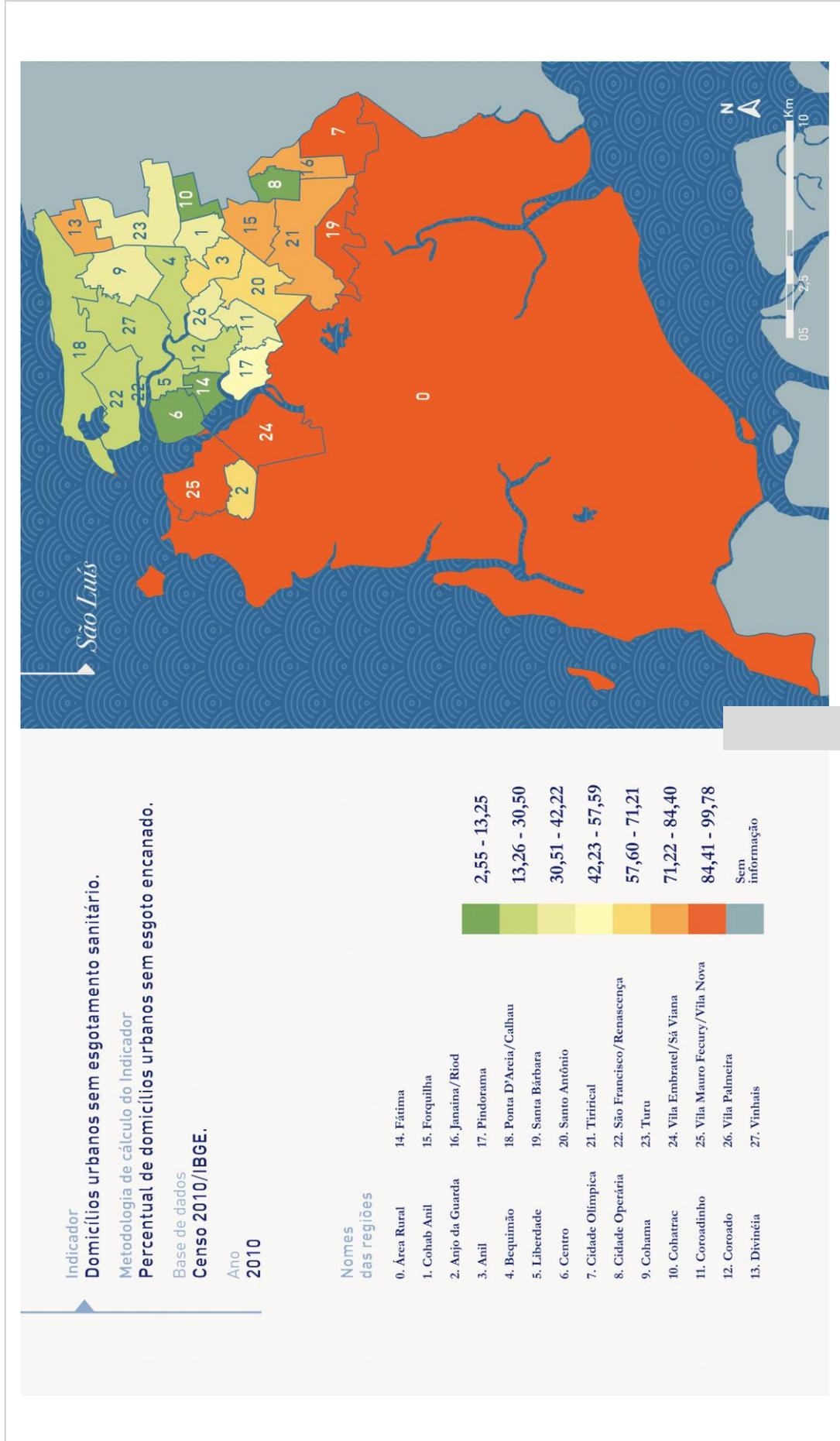


Figura 27. Mapa de indicador de domicílios urbanos sem esgotamento sanitário



Fonte: ICE-MA, 2017.

Assim como no bairro Anjo da Guarda, na Vila Embratel há uma quantidade expressiva de pessoas de baixa renda, muitos oriundos do interior do Estado que vieram à procura de melhores condições de vida como já aqui discutido, por isso, vários se submeteram a diversas atividades. Ainda como de maior facilidade para os tais, tornaram-se vendedores ambulantes, feirantes, comercializando diversos produtos, entre os quais, os mais baratos de “fácil” obtenção e de utilidade para populações locais.

Nesse contexto, reconheceu-se que a hierarquia social, o trabalho e a alimentação estão inter-relacionados, vinculados ao mercado público, visto que os bairros aqui estudados situam-se em locais onde predominam pessoas com hierarquia social medida como inferior na sociedade atual, predominando pessoas com baixo grau de escolaridade, com profissões consideradas subemprego, inclusive os próprios merceeiros e feirantes que trabalham nos mercados, esses comercializam produtos que servem as populações que moram na própria região, logo, há uma carência de melhores condições que estas populações precisam. Se faz necessário uma cidade saudável, pois trabalhadores dos lugares em estudo estão em ambientes carentes de infraestrutura e saúde.

A ausência de planejamento interfere na formação de uma informalidade, tanto no mercado econômico, quanto na estrutura da forma física da cidade, em construções de casas, escolas, mercados, formação de bairros. Essa situação pode ser exemplificada tanto para cidades contemporâneas, como para cidades mais antigas, ou tradicionais como alguns chamam. Essas questões influenciam para saúde urbana, sobretudo, em cidades mais recentes, induzindo em uma exclusão social (LIP; QUEVEDO, 2005).

Conforme Lemos (2008), a informalidade nas áreas urbanas, podem ter uma solução ou melhoras, segundo ele nessas áreas, ações mitigadoras da exclusão social pode serem conseguidas através do acesso por parte da população pobre, a remuneração suficiente, empregos, condições de trabalho adequada, infraestrutura, educação, saúde, saneamento, coleta de lixo. Sem essas condições, tem-se como consequência a deteriorização ambiental; sendo assim, essa torna-se ao mesmo tempo causa e efeito do estado de exclusão social. Essa deteriorização pode ser a partir da base de recursos naturais, ou do espaço onde vivem os pobres e excluídos, enfraquecendo a capacidade produtiva, incluindo não só solo, mas, principalmente, o mais importante, o ser humano, e conseqüentemente o bem-estar.

Através dos dados apresentados é perceptível que grande parte dos problemas da ausência de saúde, que resulta no surgimento de doenças, está ligada as condições sociais, que em consequência influencia para precárias condições higiênico-sanitárias, seja no espaço urbano, com falta de saneamento, ou mesmo em alimentos de consumo humano.

Existe uma série de doenças que podem ser transmitidas pelos alimentos, seja por influência do período pré-colheita, ou ainda, da condição ambiental do produto, e de uma forma ou outra, o fator temperatura pode influenciar decisivamente, para LA JARA *et al* (2011, p.212) descreve:

No Reino Unido, pesquisadores descobriram que existe uma estreita relação entre a incidência de doenças transmitidas por alimentos e a temperatura do mês anterior à doença, o que sugere deterioração ou intoxicação alimentar. Os casos de intoxicação alimentar notificados na Austrália, Europa Ocidental e Central e Canadá seguem uma relação quase linear para cada grau de aumento de temperatura semanal. Calcula-se que a temperatura tenha contribuído com o surgimento de 30% dos casos de Salmonelose na maior parte da Europa continental, especialmente ao ultrapassar o limiar de 6° C acima da média. A incidência mensal de intoxicações alimentares na Grã-Bretanha apresenta uma forte relação com as temperaturas registradas durante as duas a cinco semanas anteriores. Outros agentes transmitidos pelos alimentos, como o *Campylobacter*, também são estacionais, mas não estão tão fortemente vinculados às flutuações de temperatura. A deterioração dos alimentos depende da temperatura, pois as espécies de insetos ou de animais nocivos, especialmente moscas, roedores e baratas, aumentam o contato com os alimentos quando as temperaturas são mais altas.

Nessa perspectiva, é que foram analisadas condições higiênico-sanitárias dos mercados, identificando a maneira como o saneamento se encontra e de como os alimentos estão dispostos, para chegar a considerações sobre qualidade do lugar, assim como das atividades e serviços existentes.

Sobre as condições higiênico-sanitárias, levantou-se sobre a categoria saneamento, itens como esgoto (sanfonado ou a céu aberto), lixo (próximos a boxes/ bancas, coleta), abastecimento de água, presença de animais, fumantes, abatedouro, fiscal.

Na categoria alimentos, os itens foram hortifrutí, carnes e peixes, embrulhos e itens relacionados a manuseio do empregado-caixa, observando se o feirante que vende o produto possui algum tipo de cuidado entre manusear alimento versus o dinheiro, e por fim, levantou se os gêneros alimentícios são separados de outros produtos. Todas as categorias e itens seguindo o mesmo procedimento que foi analisado, as condições de infraestrutura, embasado nos mesmos conceitos, sobre existência ou não, e conceituando em ruim, regular, bom, ótimo, sendo observada em mesma data já supracitada. (Check list nos quadros 8 e 9).

Para o M1AG na categoria saneamento, há por toda parte esgoto a céu aberto com escoamento, por isso, classificado em situação ruim. Já em relação à coleta de lixo classificou-se regular, por não possuir exposição de lixos nos boxes, porém, em alguns pontos dentro do mercado sim. Detectou-se presença de animais, ausência de abatedouro e fiscal municipal.

Na categoria alimentos, os hortifruti nunca estão em refrigeradores, nem sobre recipientes, há presença de alguns que não estão em até 3M de sarjetas. Alguns locais os materiais estão em recipientes ou caixotes, por isso, considerado conceito regular. Carnes e peixes muitos estão sobre piso dos boxes, o que implica em situação que não condiz com condições corretas de higiene. Constatou-se sempre existência de embrulhos por sacolas no ato da venda de mercadoria.

Já no M2VE na categoria saneamento, o esgoto também foi classificado como ruim; não existe abatedouro e fiscalização. Dos alimentos, hortifurti sobre boxes/bancas em sua maioria não estão em recipientes, sendo assim considerado regular. Das carnes e peixes, da mesma maneira como no M1AG, muitos estão sobre boxes.

Notou-se conjuntamente nos mercados, que tanto itens de manuseio do empregado-caixa, quanto item de divisão de gêneros alimentícios, em ambas situações se dão separadas de outros produtos, assim sendo, estão em condições consideradas boas, afinal, há cuidado maior por parte dos trabalhadores no manuseio do dinheiro para não pegar junto aos alimentos [enxuga-se as mãos, lava, ou em alguns casos (quatro casos) outro funcionário faz o manuseio]; constatando-se também que há divisão de locais que vendem materiais semiduráveis e que vendem alimentos, entre frutas e hortaliças, peixes e carnes.

Destarte, diante das condições descritas, existem trabalhadores que se importam em zelar pelo bem do lugar, procurando maneiras cabíveis de limpeza do ambiente de trabalho, alguns dentro de suas possibilidades, como mostra a foto 50 M1AG.

Foto 50. Alimentos sobre bandejas, limpa



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Em detrimento de outros que faltam com práticas básicas de higiene no mercado Anjo da Guarda, podendo ser visualizado na foto 51.

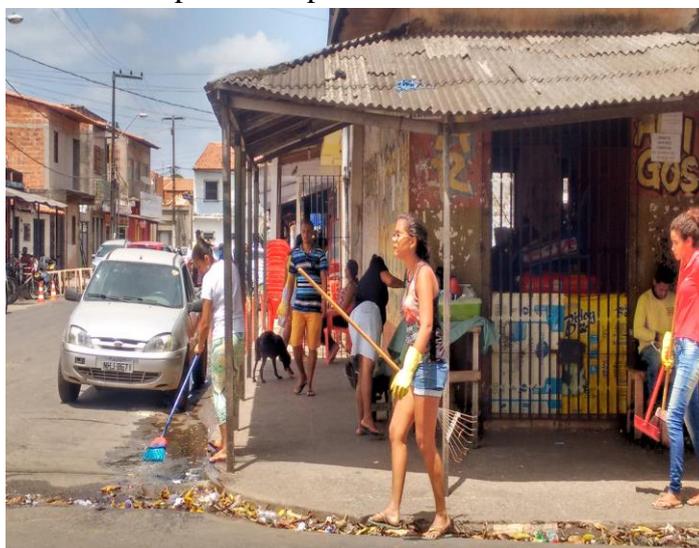
Foto 51. Alimentos sobre piso, sujo



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Registra-se aos arredores do MIVE que é feito limpeza por trabalhadores locais, foto 52. Há de se relevar que partes desses trabalhadores tentam manter o lugar limpo, até mesmo porque não dispõem de coleta diária. Manter o ambiente do lugar de trabalho, em condições saudáveis é além do querer, é necessidade, questão de sobrevivência. O registro da paisagem, assim como da espacialização geográfica dessa situação, gera identificação em rede da ausência desses serviços, que quando prestados, ainda não satisfazem de forma efetiva. A análise de redes é uma forma de investigar a questão das relações entre local de residência e local do serviço e saúde, segundo a hierarquia dos serviços; a identificação das redes pode alertar para problemas de acesso, ou de serviços precários. (BARCELOS, 2008).

Foto 52. Limpeza feita por trabalhadores locais



Fonte: DUTRA, L. S. 2016

Segue os Check List, nos quadros 8 e 9, sobre as Condições Higiênico - Sanitárias: saneamento, alimentos.

Quadro 8. Das condições higtênico - sanitárias. Mercado Anjo da Guarda

MERCADOS DA REGIÃO ITAQUI-BACANGA		MERCADO – ANJO DA GUARDA										
		EXISTÊNCIA		LIMPEZA / CONSERVAÇÃO				QUANTIDADE/ESTIMATIVA				
		SIM	NÃO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMA					
2.1 - SANEAMENTO	ESGOTO											
		Sanfonado										
		Céu aberto (escoamento, água servida)										/
	LIXO	Próximo boxes e bancas										/
		Coleta										/
		Abastecimento de água										/
		Animais (cães e gatos)										/
		Fumantes										/
		Abatedouro										
		Fiscal municipal										
2.2 - ALIMENTOS		Em refrigeração										/
		Expostos ao chão, sem cobertas										/
	HORTIFRUTI	Sobre bancas ou boxes										/
		Sobre recipientes										/
		Em bancas ou boxes, em até 3 M de sarjetas										/
		Em refrigeração										/
	CARNES E PEIXES	Expostos ao chão, sem cobertas										/
		Sobre bancas e boxes										/
		Sobre recipientes										/
		Em bancas ou boxes, em até 3 M de sarjetas										/
EMBRULHOS	Uso de sacolas, papel manilha, jornais, ou similar										/	
	Empregado-caixa mesmo que manuseia os alimentos										/	
	Gêneros alimentícios separados de outros produtos (bolsas, bebidas)										/	

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Quadro 9. Das condições higiênico - sanitárias. Mercado Vila Embratel

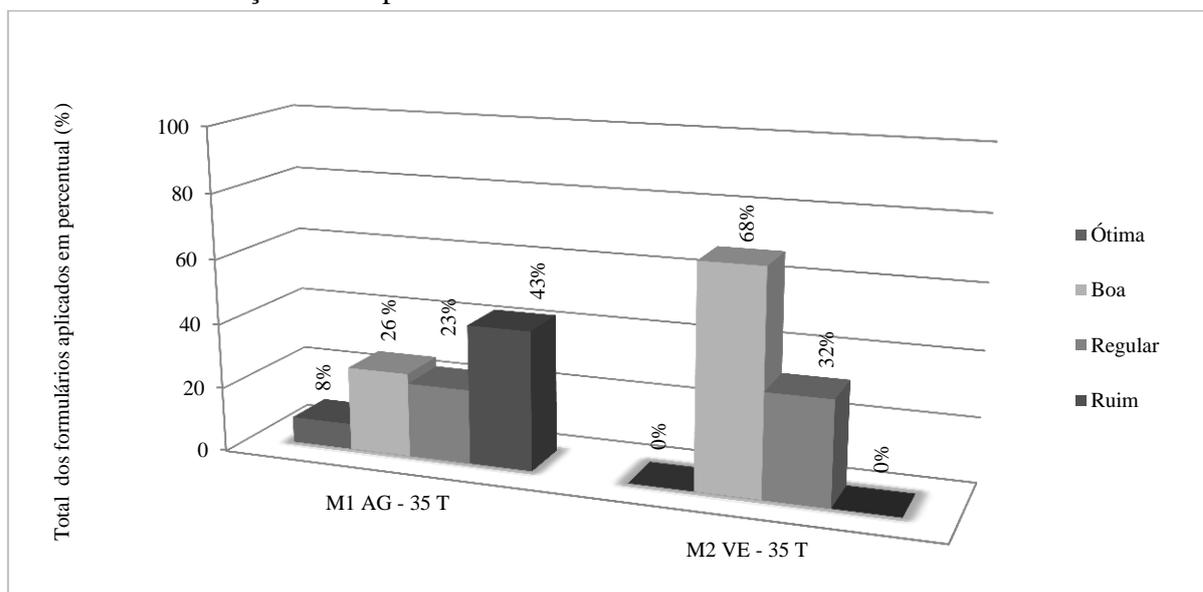
MERCADO – VILA EMBRATEL		EXISTÊNCIA		LIMPEZA / CONSERVAÇÃO				QUANTIDADE/ESTIMATIVA			
		SIM	NÃO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMA				
2. CONDIÇÕES HIGIÊNICO - SANITÁRIAS - saneamento, alimento	MERCADOS DA REGIÃO ITAQUI-BACANGA	2.1 - SANEAMENTO	ESGOTO								
			LIXO								
	2.2 - ALIMENTOS	MERCADO – VILA EMBRATEL		Sanfonado							
				Céu aberto (escoamento, água servida)							/
				Próximo boxes e bancas							/
				Coleta							/
				Abastecimento de água							/
	Animais (cães e gatos)							/			
	Fumantes							/			
	Abatedouro										
	Fiscal municipal										
	Em refrigeração							/			
	Expostos ao chão, sem cobertas							/			
HORTIFRUTI							/				
Sobre bancas ou boxes							/				
Sobre recipientes							/				
Em bancas ou boxes, em até 3 M de sarjetas							/				
Em refrigeração							/				
Expostos ao chão, sem cobertas							/				
CARNES E PEIXES							/				
Sobre bancas e boxes							/				
Sobre recipientes							/				
Em bancas ou boxes, em até 3 M de sarjetas							/				
EMBRULHOS							/				
Uso de sacolas, papel manilha, jornais, ou similar							/				
Empregado-caixa mesmo que manuseia os alimentos							/				
Gêneros alimentícios separados de outros produtos (bolsas, bebidas)							/				

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

5.2 Percepção dos feirantes sobre as condições higiênico-sanitárias dos mercados

Diante dessas condições urbanas, da mesma forma como para infraestrutura, foram analisados questionamentos para trabalhadores de como avaliam as condições higiênico-sanitárias, atribuindo assim conceito sobre limpeza dos mercados, (Gráfico 21), no M1 26% declaram como boa e 23% regular, 43% ruim. Já no M2 68% declaram em boa situação, 32% regular. Ambos apresentam porcentagem irrelevante sobre a atribuição ótima.

Gráfico 21. Avaliação da limpeza do mercado



Fonte: DUTRA. L. S. 2017

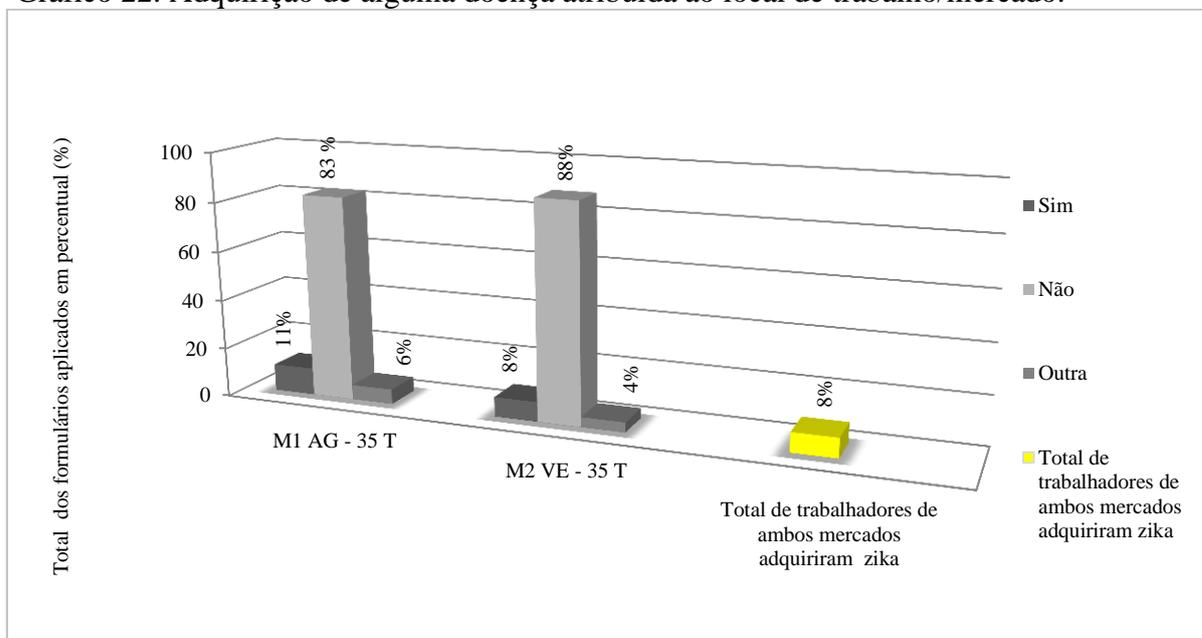
Com relação ao gráfico 22, nota-se que grande parte afirma não adquirirem nenhum tipo de doença no ambiente de trabalho, chegando a ambos mais de 80%, no entanto, existe uma parte, M1 11% e M2 8%, que testemunham já terem adquirido algum tipo de virose, fungo, verminose, destes em ambos, somam 5 casos de trabalhadores sustentam terem adquirido zika.

Segundo Boletim Epidemiológico das Arboviroses, os primeiros casos registrados da Doença pelo vírus zika foi em março de 2015, uma doença cujos sintomas assemelham-se a Dengue e Chikungunya, porém, com algumas características clínicas diferentes, tais como afebril ou febre de baixa intensidade, exantema morbiliforme predominante na grande maioria dos casos, hiperemia conjuntival e enfartamento ganglionar⁴². A comprovação laboratorial foi

⁴² A. exantema morbiliforme ou rubeoliforme são pequenas maculo-pápulas eritematosas; B. hiperémia conjuntival, processo inflamatório do globo ocular, podendo levar a dilatação vascular. Uma espécie de alergia ocular; C. enfartamento ganglionar, Inflamação de gânglios linfáticos. Secretaria Municipal de Saúde, Boletim Epidemiológico das Arboviroses 2016.

em junho de 2015, neste ano foram registrados em planilha 3.022 casos prováveis de zika e seis por laboratório e um óbito. Boletim Epidemiológico das Arboviroses (2016). Segue a tabela 1, demonstrando distribuição dos casos notificados de zika por Distritos.

Gráfico 22. Adquirição de alguma doença atribuída ao local de trabalho/mercado.



Fonte: DUTRA. L. S. 2017

Tabela 1. Distribuição dos casos notificados de Zika por Distritos

DISTRITOS	ZIKA
Bequimão	285
Coroadinho	144
Cohab-Anil I	141
Centro	88
Tirirical	146
Itaqui-Bacanga	61
Vila Esperança	35

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2016.

Diante dessa questão, pergunta-se de como prevenir arboviroses transmitidas pelo mosquito *aedes aegypti*, logo, é pensado eliminando-os seus criadouros, o problema é justamente essa eliminação, que antes precisa ser investido por parte das autoridades no

planejamento e organização do território junto às comunidades, sobretudo, nos bairros de urbanização popular, porque são esses os que mais sofrem com problemas emergidos pela falta de serviços públicos urbanos.

Fica evidente quando visto em tabela 2, predominando nesses bairros os casos notificados de zika, sendo destacados os que ora, possuem elementos de estudo da pesquisa, Vila Embratel com 32 casos e Anjo da Guarda 19.

Os demais bairros também apresentam bastante casos, como o bairro do São Francisco com 230. E isso se reflete em cidades do Maranhão – Coroatá, Buriticupu, Barra do Corda, Chapadinha, Caxias, Cantanhede (SEMUS, 2106). Essas viroses predominam principalmente em regiões mais aglomeradas e carentes, com ausência de condições de infraestrutura e condições higiênico-sanitárias saudáveis em seus elementos.

Tabela 2. Distribuição dos casos notificados de zika nos 20 bairros de maior frequência

Bairros	Nº de casos	Bairros	Nº de Casos
1. São Francisco	230	11. Monte Castelo	25
2. Coroadinho	60	12. Bom Jesus	22
3. Fátima	32	13. Anil	19
4. Cruzeiro do Anil	35	14. Cohama	16
5. Vila Palmeira	36	15. Alemanha	15
6. Vila Embratel	32	16. Jardim São Cristóvão	24
7. João Paulo	30	17. Anjo da Guarda	19
8. Liberdade	29	18. Cidade Operária	16
9. Centro	30	19. João de Deus	13
10. Turu	26	20. São Raimundo	11

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2016.

A problemática em questão não é tangencialmente somente responsabilidade das pessoas, mas principalmente dos sistemas de serviços básicos em geral, de responsabilidade do Estado, Município. Há um deslocamento de sentidos e responsabilidades, que vão da infraestrutura ao indivíduo. Sobreleva-se, que é sabido ao modo de como a sociedade interage

com o meio dissemina o escupimento dos lugares, da paisagem, porém, não é fator determinante somente a população local como responsável em manter o bem estar urbano, mas também do poder público.

Pode-se reparar de como pessoas vivem em meio a lugares que podem estar propícios a doenças nos meios urbanos, que isso não envolve somente questões relacionadas a práticas da população em determinada espacialidade, mas também, envolve a gestão da saúde pública como um todo, impulsionada pelo Estado.

Para Agier (2011), a dengue mesma doença causada pelo mosquito que provoca a zika, é conhecida como a doença da pobreza⁴³, seus programas de combate, ao invés de reformas, produziu periferias morais e geográficas, na medida em que as políticas de controle do mosquito passaram a operar como barricadas que isolam e protegem as porções nobres das cidades. Uma vez que não se discute criticamente essa posição, essas áreas de vulnerabilidade operam na manutenção do status quo desses programas de controle centrados no mosquito. Esses acabam sendo criados no lixo acumulado pelos pobres das periferias das cidades, o controle da vida como um corolário da ordem do Estado capitalista mostra suas razões. Seja na doença ou no sistema político de governo. A solução para essa questão também tem sido repetida há quase dois séculos: produzir “pobreza” é uma estratégia perversa para explicar os mais diversos problemas sociais, incluindo aqueles com os mosquitos.

Mesmo diante da evidência que a problemática transcende além das boas práticas, essas ainda se fazem importantes, visto que para que o homem viva de forma salutar é necessário manter hábitos saudáveis, visto esta como forma de contribuir para amenizar problemas de saúde e afastar agentes patógenos, por isso, foi indagado também uso da carteira de saúde, como mostra o gráfico 23.

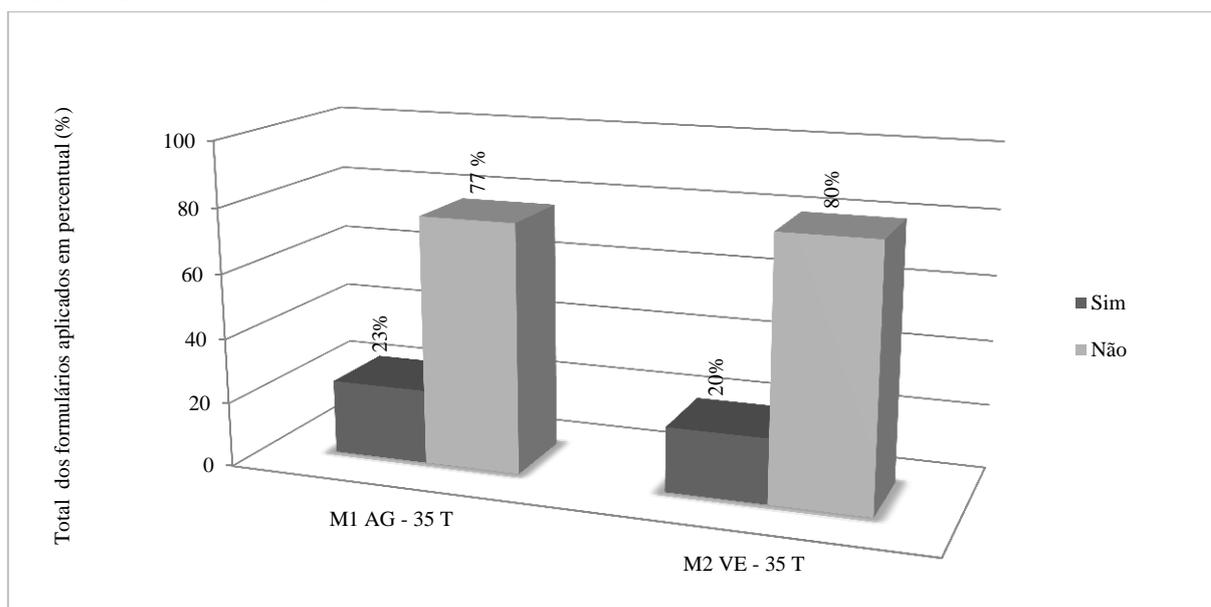
⁴³ População de baixa renda e negra é mais vulnerável à dengue, diz pesquisa brasileira com método inédito. Dados demográficos encontrados por pesquisador da Unicamp podem subsidiar novas estratégias de prevenção e desmentem a máxima de que a doença atinge igualmente todas as classes.

A. Ao associar os casos da doença com o nível de renda dos moradores, o efeito da desigualdade foi ainda maior. A influência da cor da pele também não é desprezível. Renda: o aumento de apenas 1% na proporção de domicílios com renda per capita até três salários mínimos faz aumentar em 71 vezes a taxa de incidência de dengue. Quanto mais casas com esse perfil, maior incidência. Isso é agravado no caso das cidades litorâneas, porque os mais pobres, quando chegam ao município, vão se instalar subindo a encosta, em residências baixas. Os mais ricos procuram os prédios altos de bairros urbanizados. Como o voo do mosquito é limitado a apenas 1 metro de altura, os menos pobres estão menos expostos.

B. Cor da pele: o acréscimo de 1% de população não branca entre os moradores aumenta a taxa de dengue em mais de quatro vezes. Igor reforça que, no Brasil, a cor da pele e a situação socioeconômica estão intimamente ligadas ao perfil epidemiológico. No caso de Caraguatatuba, considerando os dados de 2013, quanto mais pessoas negras e pardas, maior a taxa de incidência de dengue naquela localidade.

<https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2014/03/24/noticias-saude,192731/populacao-de-baixa-renda-e-negra-e-mais-vulneravel-a-dengue-diz-pesquisa.html>. Acessado em 10 de junho de 2017.

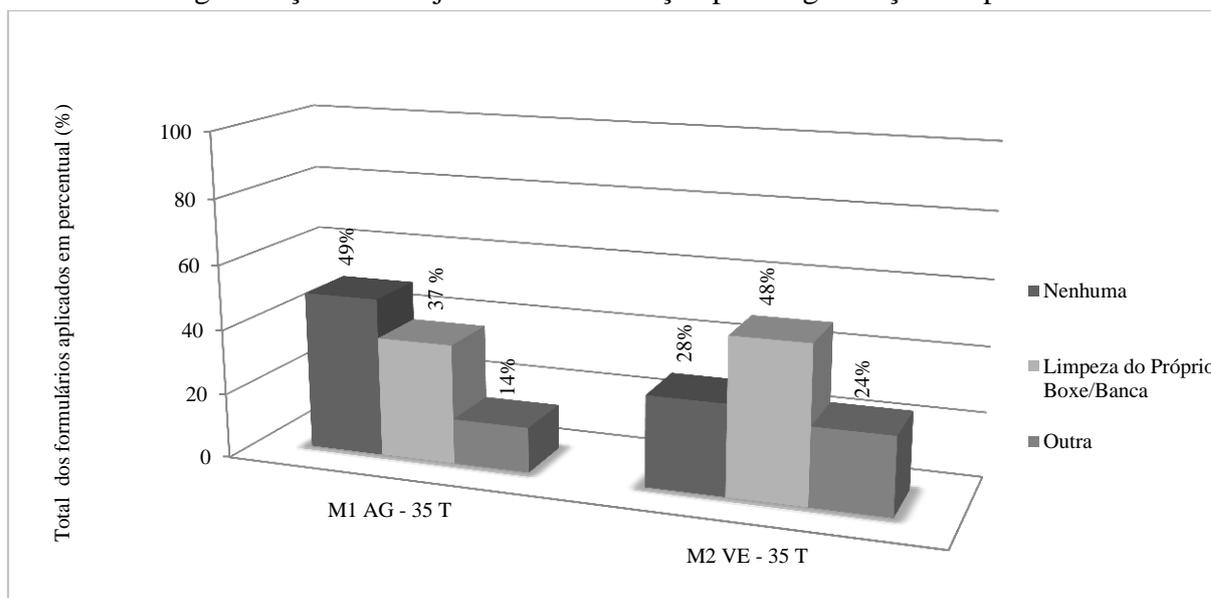
Gráfico 23. Possui carteira de saúde.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Essa problemática soma-se a própria falta de cuidados básicos com a saúde, em mais de 75% dos trabalhadores, de ambos mercados, afirmaram não possuírem carteira de saúde para vacinação. Quando perguntado da atualização da mesma, (Última vez aproximadamente que foi atualizada/vacinado?) dos M1 23% e M2 20% que afirmaram possuírem, menos de 10% estão atualizadas, com datas recentes de uso. Diante da situação perguntou ainda sobre outras práticas, gráfico 24, assim como os gráficos do subitem 5.2.1.

Gráfico 24. Alguma ação em conjunto de mobilização para organização/limpeza do mercado.



Fonte: DUTRA, L.S. 2017

No M1 49% e M2 28% não possuem nenhum tipo de ação em conjunto para organização e limpeza em prol do mercado. Já com relação à limpeza do próprio boxe/banca, tipo de ação individual, o M1 37% e M2 47%, e outra, é colocado que o zelador, de ambos mercados limpam uma parte, porém os mesmos não dão conta de manter sempre limpo, pois é muito trabalho para pouco funcionário;

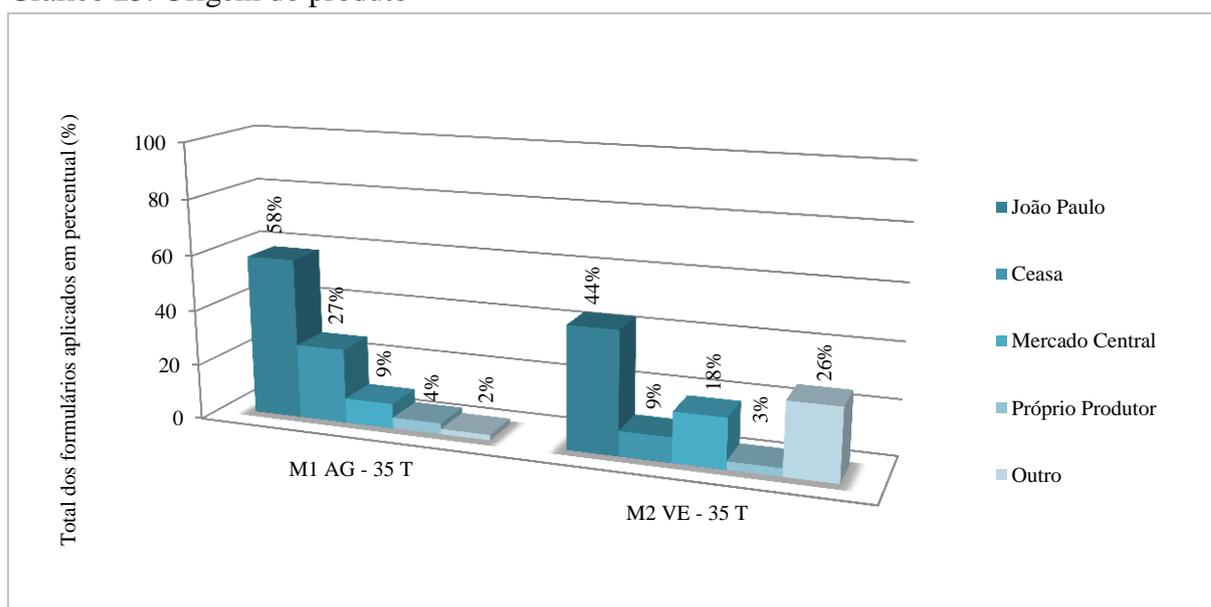
Acerca do M2 alguns trabalhadores mencionam que às vezes tem reunião com associação dos feirantes, daí então são levantados posicionamentos, opiniões, reclamações, outros dizem que existe ação da prefeitura quinzenalmente, porém só pra coletar lixo.

5.2.1 Logística e das condições de saúde do alimento

Diante das práticas de higiene, deve-se ter cuidados com os alimentos, adquirindo um produto onde possua sua origem advinda de locais que prezem por higiene, visto no gráfico 25 da origem dos alimentos, gráfico 26 sobre a frequência.

Nesse sentido, para Vasconcelos (2008) a determinação da origem das doenças alimentares é complexa. Pode estar relacionada a diversos fatores ligados à cadeia epidemiológica de enfermidades transmissíveis, que envolvem a tríade: agente, meio ambiente e hospedeiro suscetível. Atualmente, a transmissão de doenças infecciosas por alimentos constitui evento frequente que em algumas situações, podem apresentar elevada gravidade para grande número de pessoas no Brasil e no mundo.

Gráfico 25. Origem do produto



Fonte: DUTRA, L.S. 2017

O mercado do João Paulo é o principal abastecedor dos mercados em questão, no M1 58% e M2 44%, depois os que mais influenciam são a CEASA com 27% no M1, e o mercado Central com 18% no M2. Aparecendo apenas alguns como sendo seus próprios fornecedores (próprio produtor); e referente ao item outro, apresentando 26% no M2, sendo mercado do Peixe, Portinho, mencionado também pelo menos uma vez, Alcântara, Maioba; com relação ao M1, os 2% refere-se à feira da Liberdade, localizada no bairro de mesmo nome. Conforme, FERREIRA, (2014, p.15)

o espaço é, sobretudo, produzido por uma dada sociedade se forem considerados a evolução das necessidades, objetivos, relações econômicas, políticas e socioculturais, as quais materializam-se em função de interesses, dos conflitos e das contradições reveladas por agentes sociais que atuam em sua produção e onde se revelará o urbano.

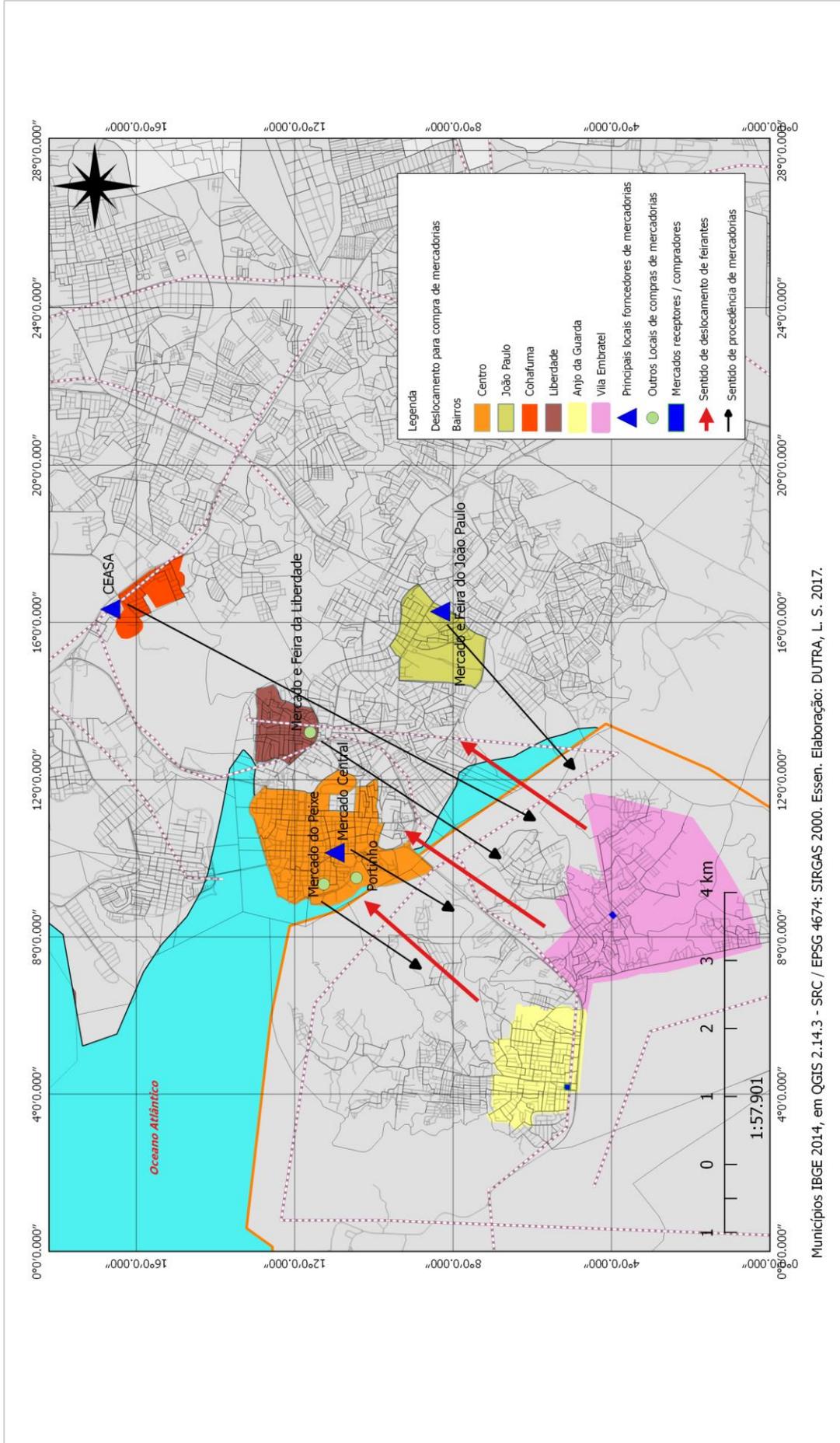
Constata-se de como agentes sociais, deslocam-se para outros lugares pra suprir com suas necessidades locais, não se concretizando em seus próprios espaços, assim o espaço urbano é transfigurado nesse fluxo de compra de produtos em outros bairros como mencionado. Esse movimento é em função dos interesses econômicos, gerar renda e de sobrevivência da população que reside na região de deslocamento, (Figura 28), onde muitos feirantes vão em direção ao mercado Central, Portinho, mercado do Peixe, mercado e feira da Liberdade, CEASA, mercado e feira do João Paulo.

Os produtos como frutas, legumes, e hortaliças são comprados na CEASA, que assim este recebe de outras regiões do Estado, como Turiaçu, Araióses, Santana do Maranhão e também recebe de outras capitais como Belém, Recife.

Segundo Sousa, J. (2000) os pequenos produtores vendem diretamente nos mercados, onde em sua maioria são vendedores de hortaliças, oriundos das áreas rurais de São Luís, tais como Maioba, Quebra-Pote, Paço do Lumiar, Miritiau, Cumbique, Tibiri, dentre outros. Para o mesmo a figura do intermediário, ou do próprio feirante é notada com muita frequência, entre vendedores que utilizam carro de mão; assim muitos até também, quando não se direcionam para a CEASA, compram de algum distribuidor no local de origem, que provavelmente obteve o produto na Central de Abastecimento.

Ver-se que ainda não muito distante dessa situação, não mudou tanto, visto que atualmente boa parte dessas populações fazem roteiros parecidos, cima de tudo, trabalhadores da região Itaqui-Bacanga. É lembrado que boa parte de feirantes fazem compras de mercadorias para comercialização na madrugada, deslocando-se em horários por volta de 4:00 h da manhã, já outros, em horários alternados.

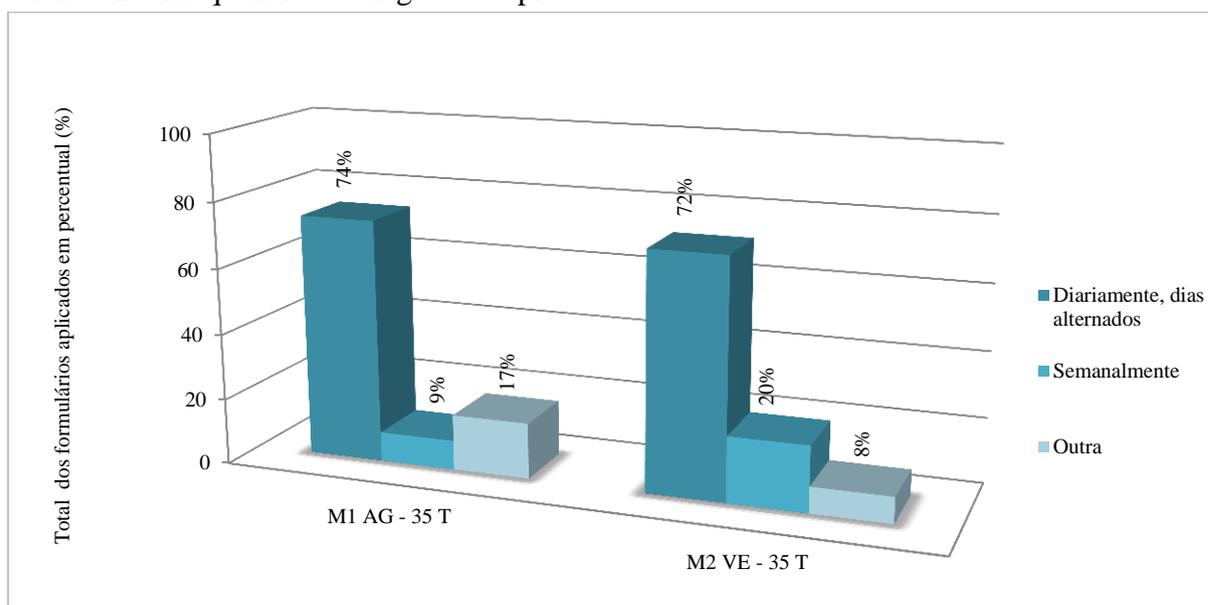
Figura 28. Mapa de deslocamento para compra de mercadorias



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

Segue a frequência da chegada dos produtos nos mercados, verifica-se que apesar da falta de cuidados básicos de higiene, ainda sim, existe predominância de produtos frescos, sendo em sua grande maioria, comprados diariamente ou em dias alternados no M1 74% e M2 72%, em algumas situações semanalmente e em outras quinzenalmente.

Gráfico 26. Frequência da chegada dos produtos

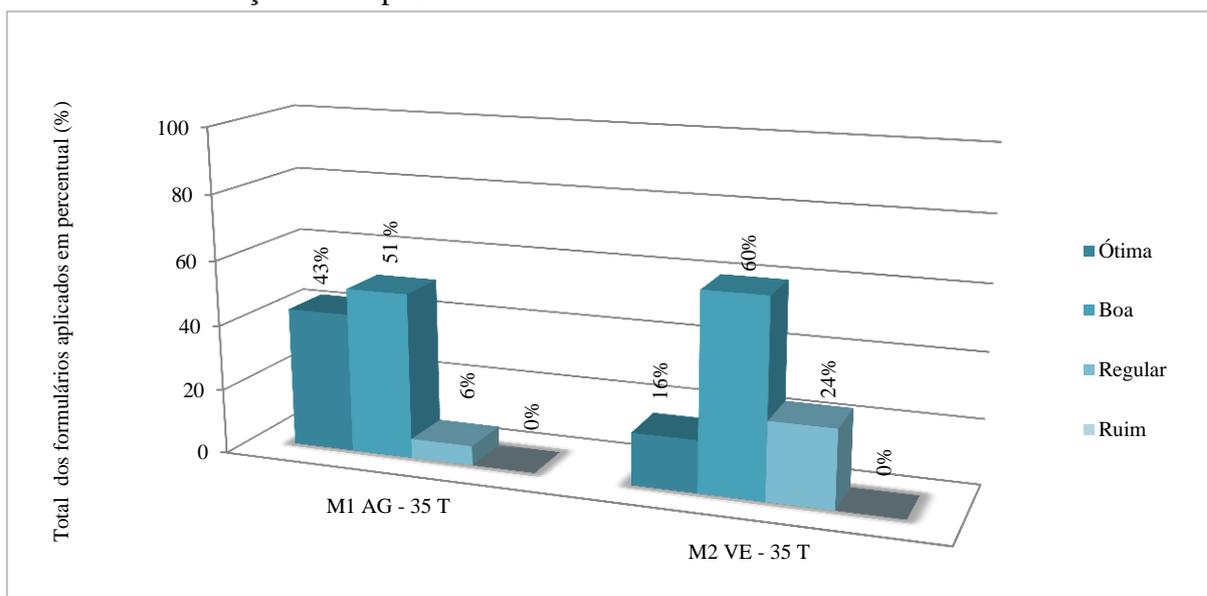


Fonte: DUTRA, L. S. 2017

E apesar das condições estruturais do mercado em muitos momentos serem ditas como regulares e ruins por seus trabalhadores no M1 AG, com relação à avaliação da mercadoria é mencionada como ótima e boa, respectivamente 43% e 51%. Já no M2 é considerado entre boa e regular, respectivamente 60% e 24%.

O risco de pessoas adoecerem através de alimentos contaminados é uma preocupação constante em todos os países do mundo. Muitos microrganismos presentes em alguns alimentos provocam o aparecimento de intoxicações alimentares, mas infelizmente esses não apresentam alterações em seu cheiro, sabor ou aspecto. Os principais agentes biológicos capazes de contaminar a água e os alimentos, além de causarem inúmeras doenças aos homens, são vírus, bactérias, protozoários, vermes (parasitas), fungos e toxinas microbianas (LOUREDO, 2012). Preocupação também, manter o alimento em boas condições de armazenamento para serem conservados e servir de forma salutar para a população que os consome, sem risco de proporcionar algum tipo de doença, por isso, levantado de como os feirantes avaliam a limpeza de suas mercadorias, (Gráfico 27) e como sabem se os alimentos estão em boas condições (Quadro 10).

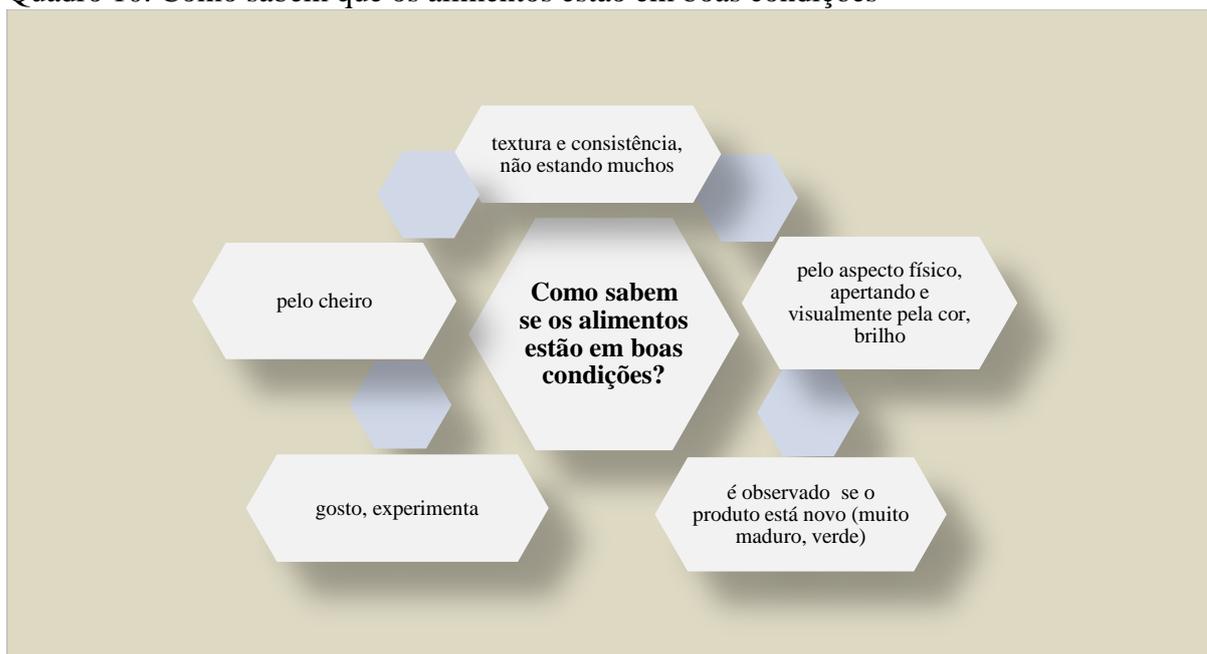
Gráfico 27. Avaliação da limpeza da mercadoria



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Constatou-se que mais da metade avaliam suas mercadorias em boas condições de consumo, os feirantes descrevem a forma como analisam as condições dos alimentos, com características que foram mencionadas por ambos trabalhadores dos mercados, como as mais desempenhadas por eles, quando assim querem atribuir a qualidade ao produto, averiguando textura e consistência, aspectos físicos, cor, brilho, cheiro, sabor; foi também especulado se o produto está novo (muito maduro, verde).

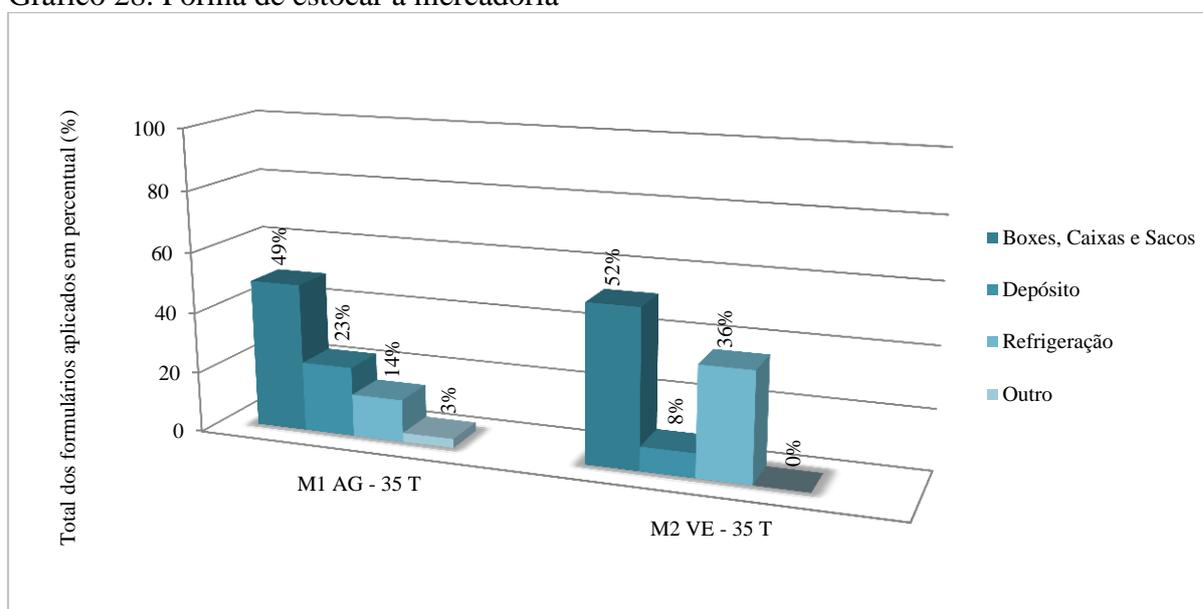
Quadro 10. Como sabem que os alimentos estão em boas condições



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Ao tratar da conservação dos alimentos, a estocagem se faz relevante, visto ser uma etapa que visa armazenar e controlar a entrada e saída dos alimentos em estoque. Segundo Azevedo, *et. al.* (2002), levando em consideração a importância da maneira de estoque do alimento, existem diferentes meios de conservação, sendo que uns permitem destruir quase a totalidade dos microrganismos, enquanto outros impedem ou retardam o crescimento e proliferação. Como meios de conservação têm-se pelo frio, calor, aditivos alimentares, atmosfera modificada, desidratação e secagem, filtração. O gráfico 28 apresenta a atual situação dos alimentos diante do olhar dos feirantes.

Gráfico 28. Forma de estocar a mercadoria



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Grande parte guardam em boxes, caixas e sacos, no M1 49% e M2 52%. Existe uma parcela que utilizam refrigeradores, no M1 14% e M2 36%. Em complementação a essa questão, no quadro 11, identificou-se algumas formas de como os feirantes protegem alimentos de insetos, poeiras, perdigotos e outros agentes nocivos. Mesmo diante das condições dos trabalhadores, nota-se preocupação com cuidados básicos com os alimentos, tais como onde os alimentos são forrados com sacos, colocados dentro do freezer e com produtos de limpeza, como água sanitária, borrifam água nos alimentos pra venda; guardam em caixotes e refrigerador; passam panos, lavam; colocam em embalagem de garrafa pet; ensacamento (dentro de sacos) dentre outros.

Quadro 11. Como protegem os alimentos

Protegem os alimentos de insetos, poeiras, perdigotos e outros agentes nocivos? Como?	M1 AG	M2 VE
Cuidados mais frequentes	São forrados com sacos; Dentro do freezer e com produtos de limpeza, como água sanitária; Tem detetizador; Borrifa água nos alimentos que estão pra venda; Jogam água, ou passam toalha; Limpeza todos os dias, passam panos, limpam vasilhas;	Guardam em caixotes e refrigerador; Passam pano, lavam; Colocam em embalagem de garrafa pet; Ensacamento (dentro de sacos); “Abanando”; Borrifam água; Fecham ou amarram os sacos quando terminam a venda;
Outros cuidados	Cobrem com plásticos; usam baygon	Colocam na caixa isopor; veneno;

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Ainda a respeito de como os alimentos são estocados, é visível que os trabalhadores fazem esforços para tentar protegê-los, isso porque almejam comercializar um produto de qualidade, que não ofereça riscos, no entanto, mesmo diante dos cuidados, os alimentos ainda sim, devido às más condições gerais do lugar, acabam ficando vulneráveis à contaminação. A conservação dos alimentos de forma adequada além de proporcionar saúde, podem muitos serem reutilizados para uso geral das populações, não sendo assim desperdiçados.

De acordo com dados do Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA, (2014), destaca que São Luís desperdiça 80 toneladas de alimentos por ano. Desse total, 30 toneladas poderiam ser reaproveitadas distribuindo à população carente. A pesquisa do conselho foi realizada em diversas feiras, mercados e supermercados; alguns restaurantes; e na Ceasa, maior centro de distribuição de hortifrutigranjeiros da capital. A entidade flagrou casos de grandes quantidades de frutas e verduras jogadas fora, em finais de feiras, onde foi notado maior desperdício. Só na feira do João Paulo, em um só dia, foi encontrado três containers com cerca de 50 quilos cada, lotados de alimentos. Junto às folhagens, foram encontrados também muitos legumes e frutas com pequenos machucados. Essa problemática é muito presente em outros lugares do país, caso fossem tomadas medidas cabíveis, seria de total importância para solucionar boa parte da problemática da fome que comunidades, sobretudo, dos bairros de urbanização popular do espaço urbano, passam em nossa sociedade.

Segundo Castro (1960), a fome e o subdesenvolvimento estão intrínsecos, compartilhando em suas raízes as mesmas causas e, em suas consequências, os mesmos efeitos. Para ele, a questão da fome e o estado de subdesenvolvimento dos países, estão interligados, podendo ser considerado essa problemática em espacialidades menores dentro de regiões onde prevalecem populações de baixa renda.

5.3 Avaliação das condições higiênico - sanitárias, quanto aos aspectos microbiológicos dos alimentos comercializados no mercado Anjo da Guarda.

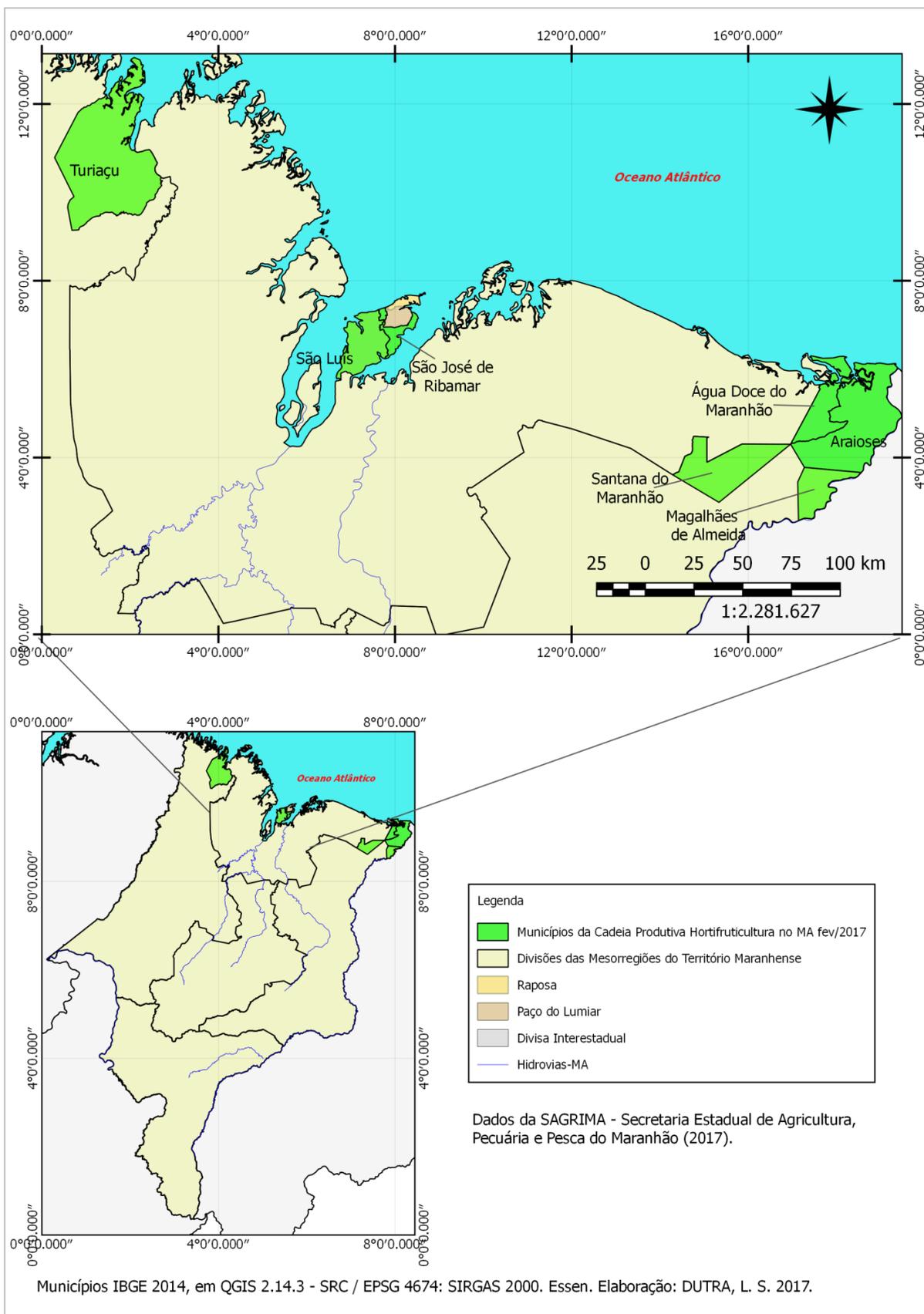
O motivo pelo qual a escolha do mercado, M1AG, para análise dos alimentos foi devido a ser o mais frequentado e por apresentar maiores problemas de suas condições de infraestrutura e condições higiênico-sanitárias. Fatores como hierarquia social e trabalho foram levados em consideração para melhor compreensão do mercado, porém, a alimentação, especificando alimentos de frutas e hortaliças vendidos no mercado, foi também de pertinência.

Para tal, se fez necessário, levar em consideração a análise dos alimentos nesses lugares, afinal, esses são comercializados por trabalhadores, para com a população que reside neste bairro, como também pra pessoas de outras localidades. A comercialização de orgânicos no Brasil, segundo ORMOND *et al.* (2002), as hortaliças e frutas, respectivamente, destacam-se ocupando o segundo e o quarto lugar, no ranking dos alimentos orgânicos mais produzidos e comercializados no Brasil.

Os alimentos escolhidos foram os da categoria hortifruticultura (hortaliças e frutas), estes são uma categoria bem expressiva na cadeia produtiva para consumo humano, e no Maranhão, junto a sua capital não é diferente (Figura 29). Se levou em consideração especificadamente as hortaliças, pois além de serem os alimentos mais comercializados nos mercados, estão associados à agricultura familiar, pois o trabalho exercido nos mercados da periferia, são essencialmente marcados por pessoas que vieram do interior do Estado trazendo costumes, e também sem outras condições de exercer outra atividade, acabaram executando funções próximas ao pequeno produtor, se estabelecendo nos mercados e feiras, e em sua grande parte, estendendo esse tipo de trabalho para com a família.

Além desses fatores, as hortaliças, são fornecedoras de minerais (potássio, zinco, cobre, magnésio, cálcio, entre outros), vitaminas (especialmente vitamina C), fibras e outros compostos, além de saborosas, são amplamente recomendadas para prevenção de doenças cardiovasculares, diabetes mellitus tipo 2 e alguns tipos de câncer (FAO *et al.*, 2005). Sendo dessa maneira, importante estarem em boas condições para consumo (GOTO, 2010), sabe-se que 70% da decisão de compra de produtos como frutas e hortaliças se baseiam na aparência. Logo diversos produtos, muitas vezes, podem estar fora do padrão de uso de consumo, porém, ainda são consumidos.

Figura 29. Mapa dos municípios que compõem a cadeia produtiva de hortifruticultura no Maranhão, fevereiro/2017.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

No Brasil e conseqüentemente no Maranhão, ocorrem perdas entre 30 a 40% da produção de frutas e hortaliças na fase de pós-colheita. Essas perdas são causadas por fatores patogênicos, fisiológicos e físicos; e por manuseio, transporte e armazenamento incorretos que, aliados aos custos de distribuição e comercialização, elevam os preços de venda e penalizam produtores e consumidores (Andrade *et al.*, 2008). Pode se considerar que um dos maiores gargalos existente na comercialização de FLV (Frutas, Legumes e Verduras), é a falta de qualidade, desencadeada por escassez de higiene na manipulação, uso de embalagens inadequadas, falta de fiscalização dos setores competentes e exposição de maneira incorreta nas gôndolas. (RAMOS; SOUZA; BENEVIDES, 2004).

Aparência visual (frescor, cor, defeitos e deterioração), textura (firmeza, resistência e integridade do tecido), sabor e aroma, valor nutricional e segurança do alimento fazem parte do conjunto de atributos que definem a qualidade. O valor nutricional e a segurança do alimento do ponto de vista da qualidade microbiológica e da presença de contaminantes químicos ganham cada vez mais importância por estarem relacionados à saúde do consumidor. Portanto, são decisivos enquanto critérios de compra por parte do consumidor. (CENCI, 2006, p.67).

Mesmo com a diversidade de produtos, a comercialização está limitada, principalmente por serem altamente perecíveis e, geralmente, são manuseados sob condições ambientais que aceleram perda de qualidade. A otimização das condições em que esses alimentos estão dispostos, podem aumentar ou diminuir o custo, respectivamente, tornando-se, ora viável, ora inviável a sua comercialização.

Além dessas questões de comercialização e a falta de práticas sadias, (RAMOS; SOUSA; BENEVIDES, 2004), descrevem que as temperaturas baixas são utilizadas para retardar as reações químicas e a atividade enzimática, bem como retardar ou inibir o crescimento e a atividade dos microrganismos, sem, no entanto, destruí-los. Quanto mais baixa for a temperatura, menores são a ação química, enzimática e o crescimento microbiano.

A importância da temperatura, segundo Tanabe e Cortez (1998), são poucos alimentos que ficam refrigerados em toda a cadeia, desde o momento em que sai da produção até chegar à mesa do consumidor. Dentre esses, encontra-se com facilidade carnes, leite e derivados e sorvetes, onde a refrigeração é imprescindível, ficando em segundo plano as frutas e hortaliças.

Em linhas gerais, quanto mais rapidamente frutas e hortaliças sofrerem uma redução na temperatura, maior será o tempo para que se possa comercializá-las. Estima-se que uma queda de 10°C aumente a vida de prateleira em torno de 2 a 3 vezes. O morango, por exemplo, sem refrigeração precisa ser comercializado em, no máximo 3 dias, enquanto que se estiver refrigerado chega a uma semana (TANABE; CORTEZ, 1998). Sobre a temperatura

dos Alimentos no item Armazenamento de perecíveis, a Portaria 1210/2006; preconiza que os perecíveis sob refrigeração devem obedecer a limites de temperatura, a saber hortifrutis e outros produtos – até 10 °C.

Para Chitarra e Chitarra (2005), sobre frutas e hortaliças, analisa-se alguns alimentos das condições de armazenamento ideais para conservação levando em consideração, alimentos com características de durabilidade em temperatura, umidade relativa e também proximidades em tempo de conservação.

Atenta-se que há uma variação, tanto nas hortaliças, quanto nas frutas, ambas tem adaptações diferentes quanto à resistência de temperatura, no entanto, as frutas prevalecem mais que as hortaliças quanto à durabilidade de tempo; mas existem frutas com exceção, como da mesma forma existem certas hortaliças que podem apresentar um tempo maior, a exemplo a cebola. Tudo está ligado ao manejo do produto da pré-colheita, colheita e pós-colheita, mas há de si considerar que a forma de estocagem, ambiente e comercialização do alimento, provocam alterações consideráveis no mesmo.

Com relação aos alimentos mais comercializados nos mercados do Anjo da Guarda e Vila Embratel, os mais mencionados pelos trabalhadores das frutas no M1 são tomate, banana, laranja; M2 tomate melancia, laranja.

Das hortaliças no M1 são cheiro verde, batata, couve, alface; M2 quiabo, alface. (Quadro 12). Levando em consideração que em ambos os mercados, as hortaliças cheiro verde e alface são mencionadas com frequência entre os alimentos bastante comercializados, optou-se no encaminhamento dos mesmos para análise microbiológica em laboratório.

Quadro 12. Alimentos mais comercializados

ALIMENTOS MAIS VENDIDOS		
MERCADO	FRUTAS	HORTALIÇAS
M1 - ANJO DA GUARDA	tomate, banana, laranja	cheiro verde , batata, cebola, couve, alface
M2 - VILA EMBRATEL	tomate, melancia, laranja	quiabo, alface , cebola, cheiro verde

Fonte: L. S. DUTRA, 2017.

5.3.1 Dos procedimentos e da técnica de análise microbiológica

Com relação a defeitos e contaminação existentes em frutas e hortaliças podem ser decorrentes do cultivo ou das condições ambientais desfavoráveis. As injúrias fisiológicas são as principais consequências dos defeitos encontrados em produtos pós-colheita e comercialização.

As frutas e hortaliças são normalmente contaminadas com microorganismos em sua superfície, sendo as espécies microbianas e a quantidade presente, em função do tipo de produto e do manejo e práticas agrícolas as quais a cultura foi submetida durante seu desenvolvimento, ao uso de água contaminada na irrigação e da utilização de esterco não curtido, que pode ser fonte de contaminação por *Salmonella*. (FILHO; NASCIMENTO, 2006), entre os tipos de microbiota natural encontrados nos produtos frescos podem ser citados espécies de *Pseudomonas*, *Alcaligenes*, *Flavobacterium*, *Micrococcus*, coliformes.

A maioria dessa microbiota natural é inofensiva, todavia, as superfícies externas dos produtos podem ser contaminadas ao estarem expostas em ambientes vulneráveis sanitária, por água de esgoto, insetos, como moscas, mosquitos, e até mesmo por bactérias de animais que circulam nos locais de venda destes produtos. Além do risco do ambiente, há também a falta de refrigeradores para manter a temperatura saudável desses alimentos, a temperatura inadequada, provocando aumentos na velocidade de respiração do produto e produção de calor. A redução da contaminação microbiana é importante já que ela diminui a deterioração, melhorando a aparência e o valor nutritivo dos produtos.

A satisfação das necessidades alimentares é condição indispensável para a manutenção da vida. O homem cria ambiente e recria microambientes agradáveis, (AZAMBUJA, 2001), como também pode acabar acostumando com ambientes em condições ruins, insalubres.

Para boa conservação de alimentos, os mesmos devem passar por procedimentos adequados, onde produtos deverão passar pelo processo desinfecção, que é a etapa subsequente a limpeza dos equipamentos e das instalações, devendo ser realizadas para a manutenção da qualidade dos produtos frescos. A desinfecção visa à redução da população de microrganismos presentes numa superfície higienizada para níveis próximos a zero. Mesmo após a limpeza, há contaminação imperceptível, isto é, os microrganismos podem estar presentes nas superfícies dos equipamentos e instalações. (FILHO; NASCIMENTO, 2006).

A Seleção e Classificação do Produto uma vez colhido, o produto deve ser colocado em embalagens apropriadas, devendo-se evitar mistura de produtos doentes com sadios. Um

dos principais fatores que influencia na comercialização é a classificação dos produtos. Estes danificados devem ser removidos.

Os produtos que são vendidos nos mercados públicos devem estar em boas condições higiênico-sanitárias. É importante a observação nesses locais destas condições, levando em consideração a qualidade dos alimentos, pois estes ao serem manipulados de forma inadequada acabam por trazerem malefícios à saúde da população. De acordo com Ministério da Saúde (2017), quando em situação insalubre provoca Doença Transmitida por Alimentos (DTA).

As DTA são complicações clínicas causadas por ingestão de perigos biológicos (alimentos contaminados com microorganismos patogênicos), químicos (substâncias tóxicas) ou físicos (objetos lesivos nos alimentos). (Garcia RWD, 2003). Sendo assim a higiene dos manipuladores são de grande importância. As mãos podem veicular grande carga bacteriana se não higienizadas adequadamente.

Entre os microorganismos mais importantes para a ocorrência de DTA estão a *Escherichia coli*, indicador de contaminação fecal, *Staphylococcus aureus*, indicador de contaminação orofaríngeo e *Bacillus cereus*, indicador de contaminação ambiental. (Campos MRH, 2006). Esses microorganismos são considerados bons indicadores de má higiene, pois são erradicados após a correta higiene das mãos. De acordo com Nascimento (2006) uma das causas mais frequentes dos surtos de intoxicações está relacionada com a presença de toxinas produzidas por cepas de *Staphylococcus aureus*. Estas exotoxinas são termo resistentes, isto é, suportam temperaturas de ebulição por até 30 minutos.

Logo, tentou-se identificar microorganismos como Coliformes Termotolerantes com identificação de *Escherichia Coli* e de *Staphylococcus* para manipulação.

Ressalva-se que levou em consideração que o espaço e lugar estudado são caracterizados pela pobreza, o objetivo dessa análise foi também trazer a discussão de como a ausência de condições urbanas saudáveis, somado a baixos indicadores socioeconômicos, podem acabar influenciando de forma significativa para que parcelas do espaço geográfico tornem-se suscetíveis a problemas de saúde acometida por microorganismos. (PNUMA, 2002). Altas densidades demográficas, altas taxas de contato social, sem incremento necessário de infraestrutura, saneamento e de serviços, aumenta consideravelmente a possibilidade de difusão de vários agentes patogênicos.

5.3.1.1 Obtenção das amostras

Em agosto de 2017, foram coletadas 20 amostras, sendo 10 de alface crespa e 10 de cheiro verde comercializados por feirantes no Mercado do Anjo da Guarda. As amostras foram coletadas em 6 pontos, sendo coletadas em três pontos na primeira quinzena do mês de agosto e os outros, na segunda quinzena. As primeiras amostras, em 09.08.2017, foram coletadas em três pontos de grande comercialização de hortaliças, denominados de P1, sendo 1 alface e 2 cheiro verde; P2, 2 alfaces; P3, 3 cheiro verdes e 2 alfaces; totalizando 10 amostras na primeira quinzena de agosto. As outras amostras, em 17.08.2017, foram coletadas no P4, 1 alface e 1 cheiro verde; P5 2 alfaces e 2 cheiro verdes; P6 2 alfaces e 2 cheiro verdes; totalizando 10 amostras na segunda quinzena de agosto (Figura 30). Dessa forma as análises foram feitas entre os dias 09 e 31 de agosto.

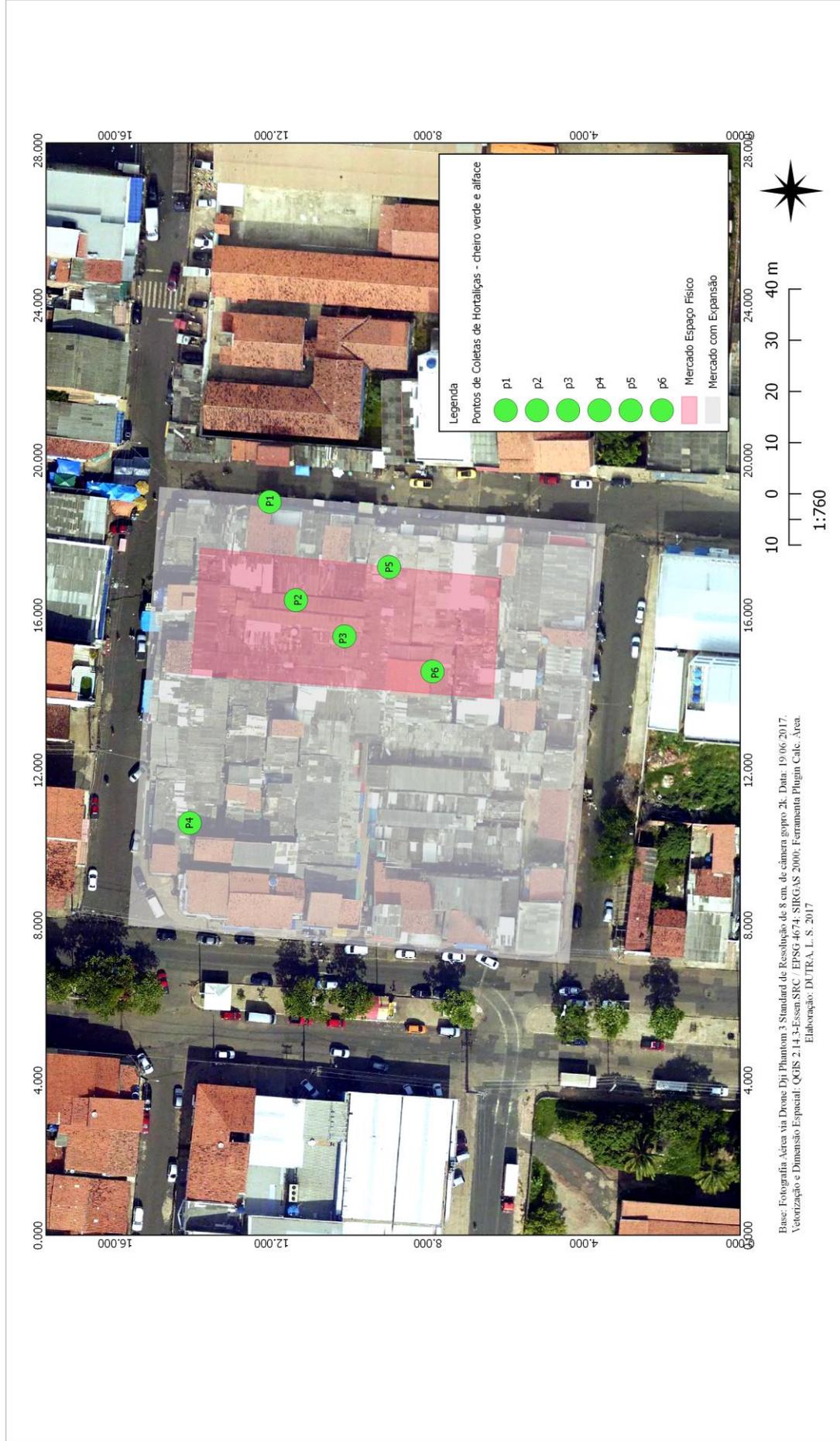
Após a aquisição, as amostras foram colocadas em sacolas, identificadas e acondicionadas em caixa isotérmica, e imediatamente encaminhadas ao Laboratório de Controle de Qualidade de Alimentos – PCQA - do Pavilhão Tecnológico do Departamento de Tecnologia Química da Universidade Federal do Maranhão. A pesquisa de laboratório, a partir das análises, integrou parte desta pesquisa, onde foi feito experimento “no laboratório o pesquisador tem condições de provocar, produzir e reproduzir fenômenos, em condições de controle”. (ANDRADE, 2010 p. 114).

As análises microbiológicas consistiram na determinação do Número Mais Provável (NMP/ml) de Coliformes a 45°C, a pesquisar *Escherichia coli* e *Staphylococcus sp*, de acordo com a metodologia recomendada pelo *Compendium of Methods for the Microbiological Examination of Food* (VANDERZANT, SPLITTSTOESSER, 2001). Logo após as análises os resultados foram emitidos pelo Laboratório de Microbiologia via laudos (ANEXO E).

As técnicas de laboratório muitas vezes devem aliar-se a análise do meio geográfico. Segundo Barcelos (2004) algumas unidades espaciais captam melhor as desigualdades que outras. A escolha do bairro, do elemento urbano, dos pontos “x” como unidades de análises, não podem ser vistos como verdade absoluta, mas como probabilidades. Fatores culturais, econômicos, demográficos e ambientais atuam nas diversas e variadas escalas para representar o espaço.

A cultura e as normas são atributos das comunidades. Elas alteram e são alteradas por práticas sociais, que tem importantes consequências sobre condições de saúde (Giddens, 1989), e conseqüentemente sobre as condições urbanas, de infraestrutura e higiênico-sanitárias.

Figura 30. Mapa dos pontos de coletas de hortaliças: cheiro verde e alface



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

5.3.1.2 Procedimentos: preparo das amostras e diluições

As amostras foram pesadas assepticamente 25 g da amostra e transferiu-se para um frasco contendo 225 ml de solução salina a 0,85% de NaCl (diluição 10^{-1}). A partir desta diluição, procedeu-se com as diluições sucessivas 10^{-2} , 10^{-3} .

Figura 31. Fase I - Preparo das amostras e diluições



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

5.3.1.3 Teste presuntivo para determinação do Número Mais Provável (NMP/ml)

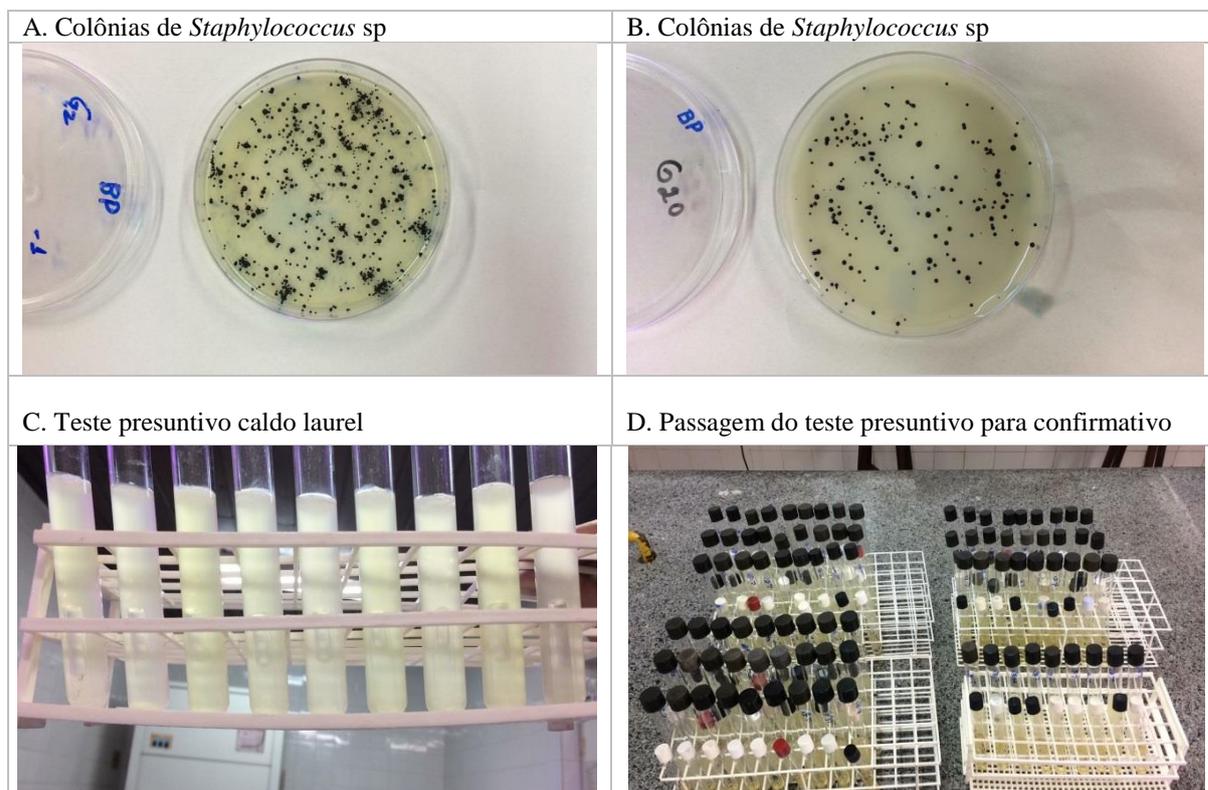
A partir das diluições 10^{-1} , 10^{-2} e 10^{-3} , inoculou-se com 1 ml três séries de três tubos de ensaio contendo 10 ml de Caldo Lauril Sulfato e tubos de Durhan invertidos. Cada série correspondendo a uma das diluições decimais. Os tubos foram incubados em estufa bacteriológica a 35°C por 24/48 horas.

5.3.1.4 Contagem em meio seletivo de *Staphylococcus sp*

A partir das diluições 10^{-1} , 10^{-2} e 10^{-3} foi retirado 0,1 ml e feita a semeadura em placa contendo ágar Baird-Parker pela técnica de inoculação em superfície (Spread Plate) e posterior espalhamento com o auxílio da alça de Drigalsky, incubando-se a 37° C, por 24 a 48 horas.

Das diluições 10^{-1} , 10^{-2} e 10^{-3} , Para a contagem presuntiva foram consideradas todas as placas contendo entre 20 e 200 colônias, e com o auxílio do contador de colônias modelo CP600 Plus – Phoenix, foram contadas as colônias típicas de *Staphylococcus sp*. Os valores encontrados foram multiplicados pelo valor da sua respectiva diluição.

Figura 32. Fase II – Teste presuntivo para determinação do Número Mais Provável de colônias *Staphylococcus sp*

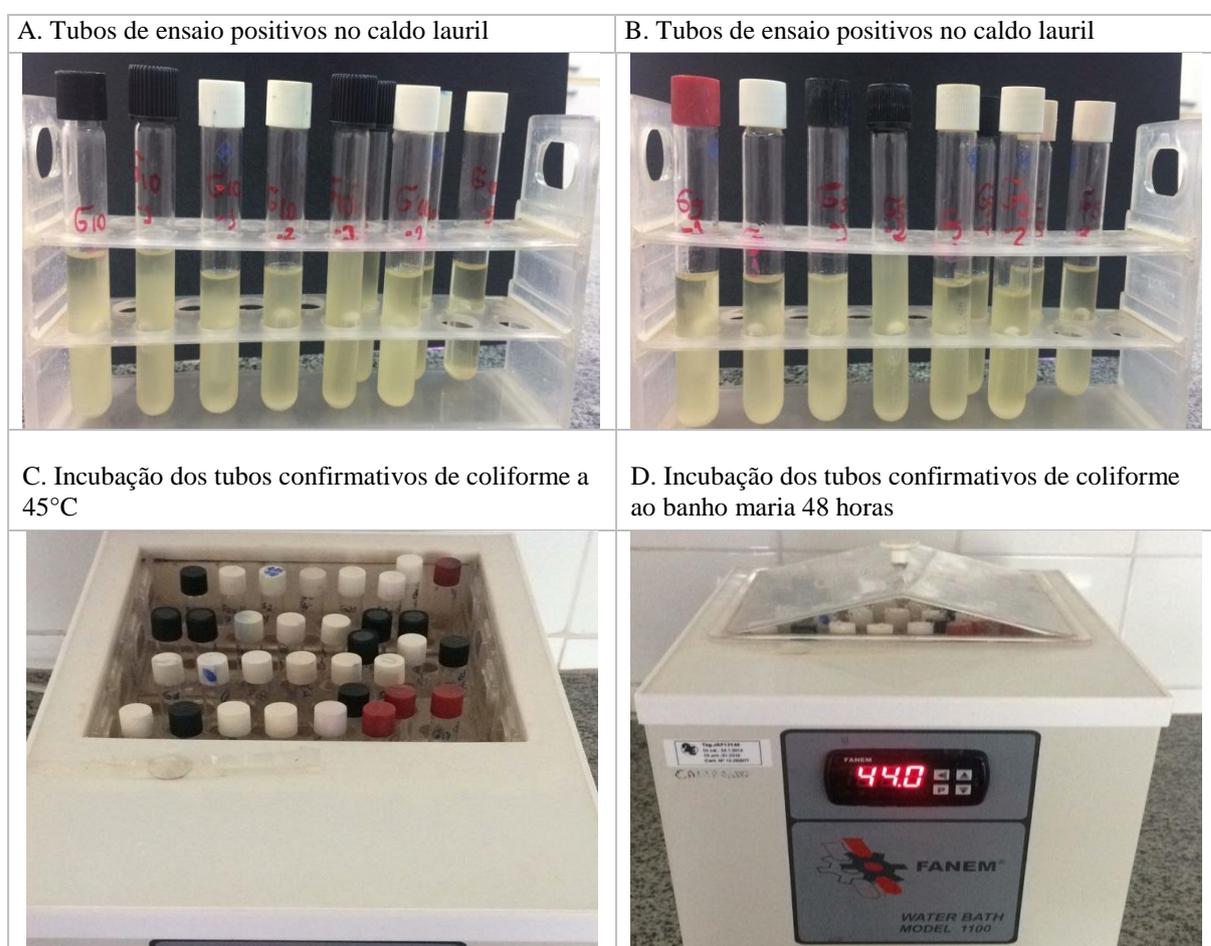


Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

5.3.1.5 Prova confirmativa para a estimativa do Número Mais Provável de coliformes a 45°C (NMP/ml)

Para a prova confirmativa de NMP/ml de coliformes a 45°C, culturas dos tubos de ensaio positivos no Caldo Lauril Sulfato foram transferidas para tubos de Caldo EC (Escherichia coli), com posterior incubação em banho-maria a 45°C por 24/48 horas. Os resultados foram expressos em NMP para coliformes a 45°C por mililitro (NMP/ml) através da Tabela de Hoskins.

Figura 33. Fase III - Prova confirmativa para a estimativa do Número Mais Provável de Coliformes a 45°C (NMP/ml).



Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

5.3.2 Identificação de *Escherichia coli*

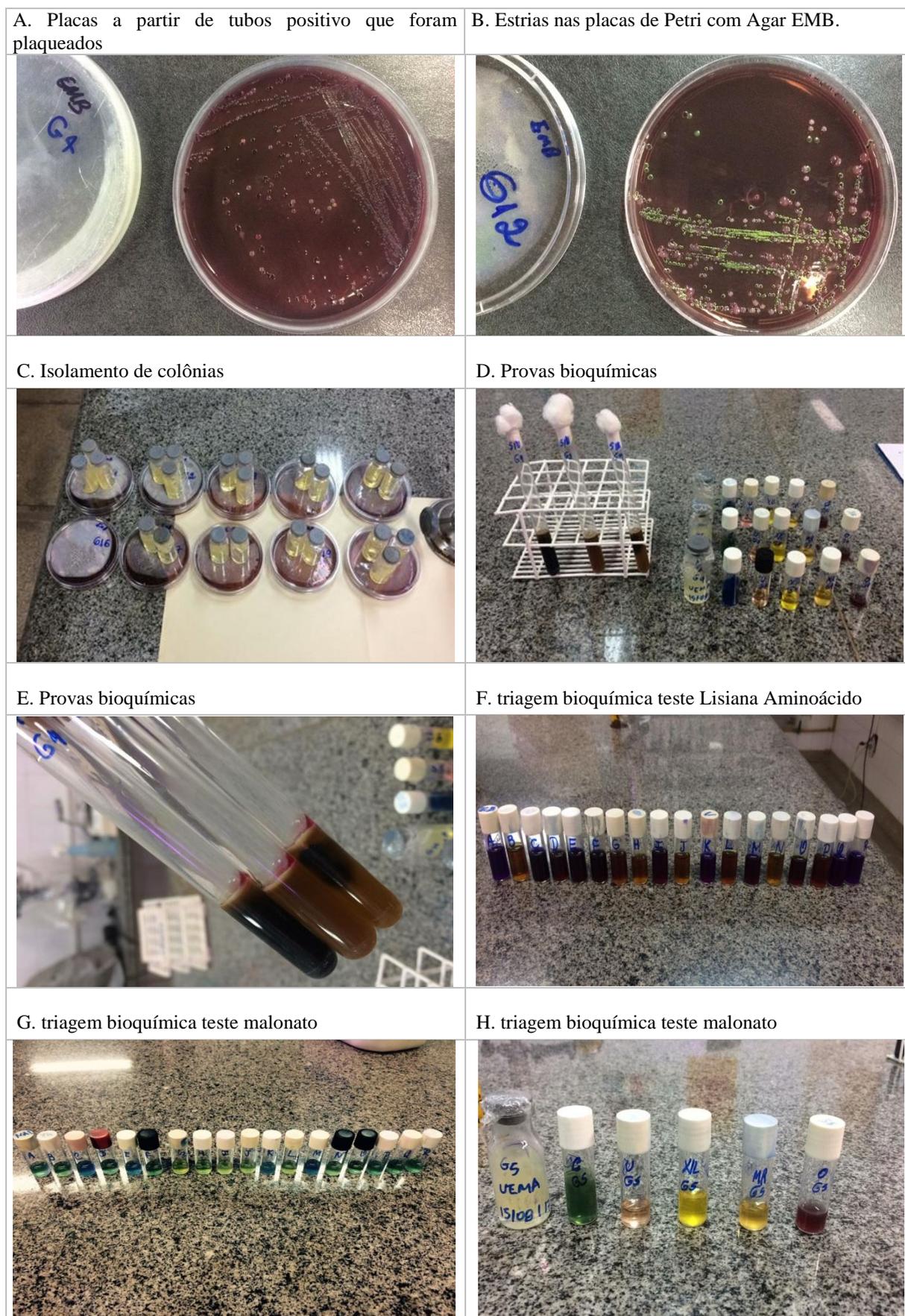
A partir de cada tubo de ensaio positivo com Caldo EC foi realizado estrias nas placas de Petri com Agar EMB (Eosina Azul de Metileno) com auxílio de alça de níquel cromo e incubou-se a 35° C por 18 a 24 horas. Teve-se o cuidado de, durante a inoculação, não colocar muito material da amostra, afim de não superlotar as placas, proporcionando às colônias crescimento isolado, transcorrido este tempo, verificou-se o crescimento de colônias com características de *E. coli*, ou seja, 2 a 3 cm de diâmetro, com brilho metálico esverdeado ou com centro escuro. De cada placa correspondente a cada tubo, repicar de 2 a 3 colônias características para tubo com Agar Triptona de Soja (TSA) inclinado e incubar por 18 -24 horas a 35-37° C. Efetuar em cada cultura em TSA, as provas bioquímicas descritas a seguir:

5.3.2.1 Testes Bioquímicos

As colônias foram identificadas bioquimicamente através do Sistema API 20 E (BIOMEERIEIX,1997), os testes foram realizados a partir das cepas puras em TSA, onde foram inoculados nos seguintes meios e incubados 35° C por 24h.

- ▶ Ágar Citrato de Simmons – após o período de incubação as culturas que apresentaram viragem de coloração de verde para azul foram identificadas como positivas. No caso da *E.coli* o citrato é negativo.
- ▶ Semi-agar meio SIM (sulfito, indol e motilidade) – Observou a produção de gás sulfídrico (H₂S) e motilidade das colônias isoladas.
- ▶ Teste do Indol – Foram adicionadas gotas de reagente de Kovacs em cultura de meio SIM e verificou a formação de anel vermelho na superfície do meio de teste positivo.
- ▶ Caldo Ureia – Verificou mudança de coloração laranja para rosa intenso em casos positivo.
- ▶ VM-VP (Vermelho de Metila/ Vogel Proskauer) – Adicionaram-se três gotas em caldo MR (Methyl Red) do indicador Vermelho de Metila em caso positivo evidenciou em anel vermelho.
- ▶ Descarboxilação de lisina e Teste com Carboidratos (açúcares: Arabinose, Rafinose e Lactose) – foi observado que depois da incubação por 24 a 48 horas, lisina que permanece lilás era positivo e sua viragem de coloração era negativa. Os carboidratos com os açúcares adicionados (Arabinose, Rafinose e Lactose) inoculando cultura pura e deixando incubado por 24 a 48 horas, também tiveram seu meio modificado. Se a coloração do meio fosse para amarelo era positivo, se fosse para rosa era negativo.

Figura 34. Fase IV - Identificação bioquímica de *Escherichia coli*.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

5.3.3 Levantamento de *Staphylococcus*

Os *Staphylococcus* são cocos Gram e catalase - positivos, com aproximadamente 0,5 a 1,5 μm ⁴⁴ de diâmetro, imóveis. Essa bactéria pode apresentar-se em diversas formas, que vão desde isolados, aos pares, em cadeias curtas, ou agrupados irregularmente (aspecto parecido a um cacho de uvas). O gênero *Staphylococcus* pertence à família Micrococcae, juntamente como os gêneros *Planococcus*, *Micrococcus* e *Stomatococcus*. (MAMISUKA, 2005).

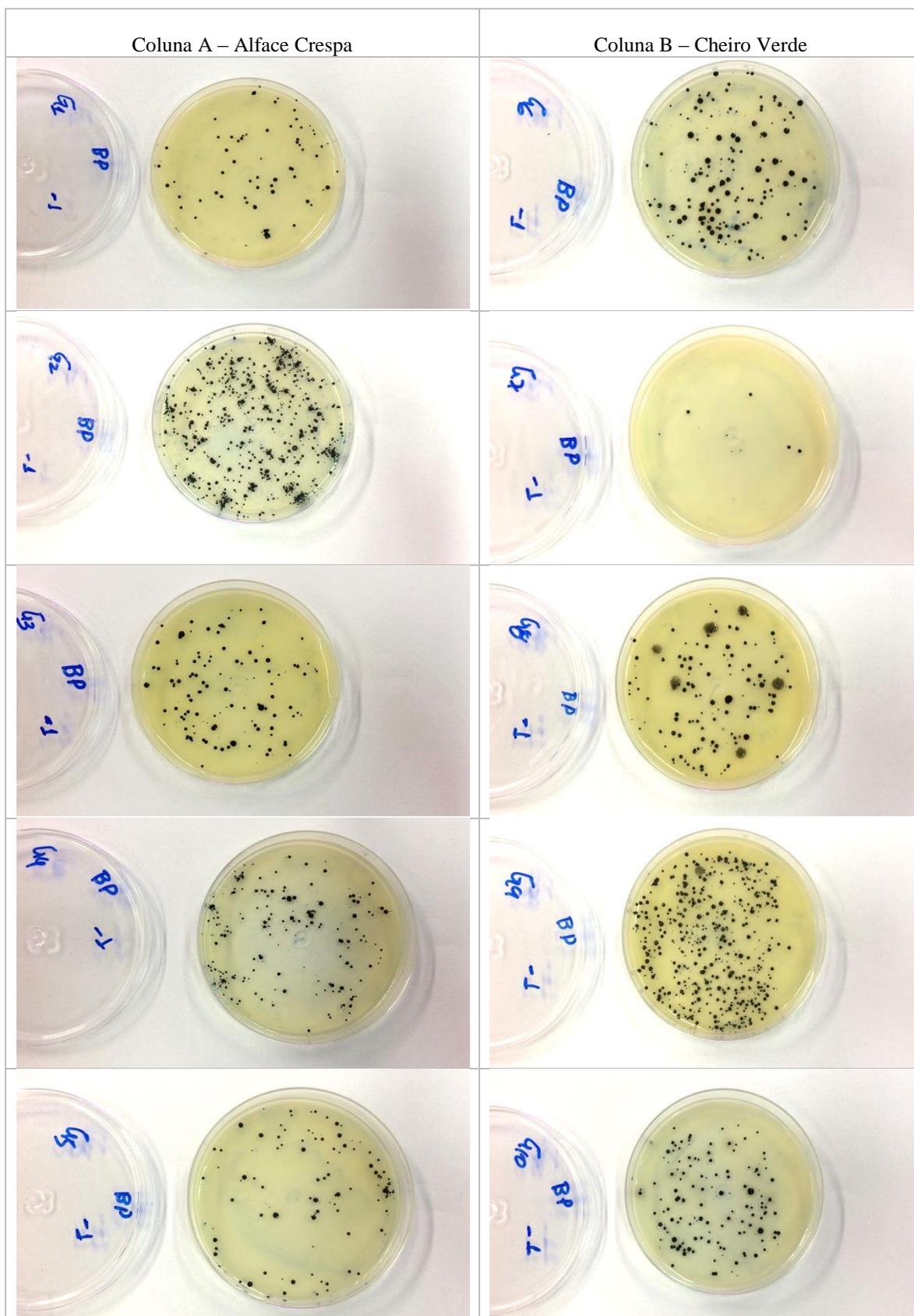
Alguns tipos de *Staphylococcus* podem até mesmo causar infecções atingindo desde regiões superficiais até os tecidos mais profundos, sendo o *S. aureus* agente mais comum. A distribuição de *S. aureus* é muito ampla, visto que essa bactéria é significativamente capaz de resistir à dessecação e ao frio, podendo permanecer viável por longos períodos em partículas de poeira. Esse microorganismo pode ser encontrado no ambiente de circulação do ser humano. (SANTOS, A. L. 2007). Das amostras de alface encontrou-se uma quantidade expressiva de *Staphylococcus* nas amostras G2 (Figura 35) e G11 (Figura 36) ver gráfico 29. Das amostras de cheiro verde, G6, G8, G9 (Figura 35) e G18 (Figura 36), também apresentaram valores de médios a altos, ver gráfico 30.

Os *Staphylococcus* estão presentes no próprio homem, porém quando se apresentam nos alimentos com valores de médios a altos, identifica-se uma ausência de manipulação correta e saudável dos alimentos, de acordo com a Resolução – RDC⁴⁵, nº 12 de 02 de janeiro de 2001 que regulamenta os critérios técnicos sobre o estabelecimento de padrões microbiológicos sanitários em alimentos, quando *Staphylococcus* excedem valores acima de 6000 UFC/g (unidades formadoras de colônias por grama), apresenta grande contaminação de microorganismos, e conseqüentemente é um risco grave a saúde do homem; chegando a níveis pela metade, pode-se já considerar casos de manipulação inadequada dos alimentos, seja na colheita, transporte, ausências de práticas de higiene, na venda, estoque, ou até mesmo por influência do clima, este último exerce grande influência sobre a qualidade de conservação dos alimentos.

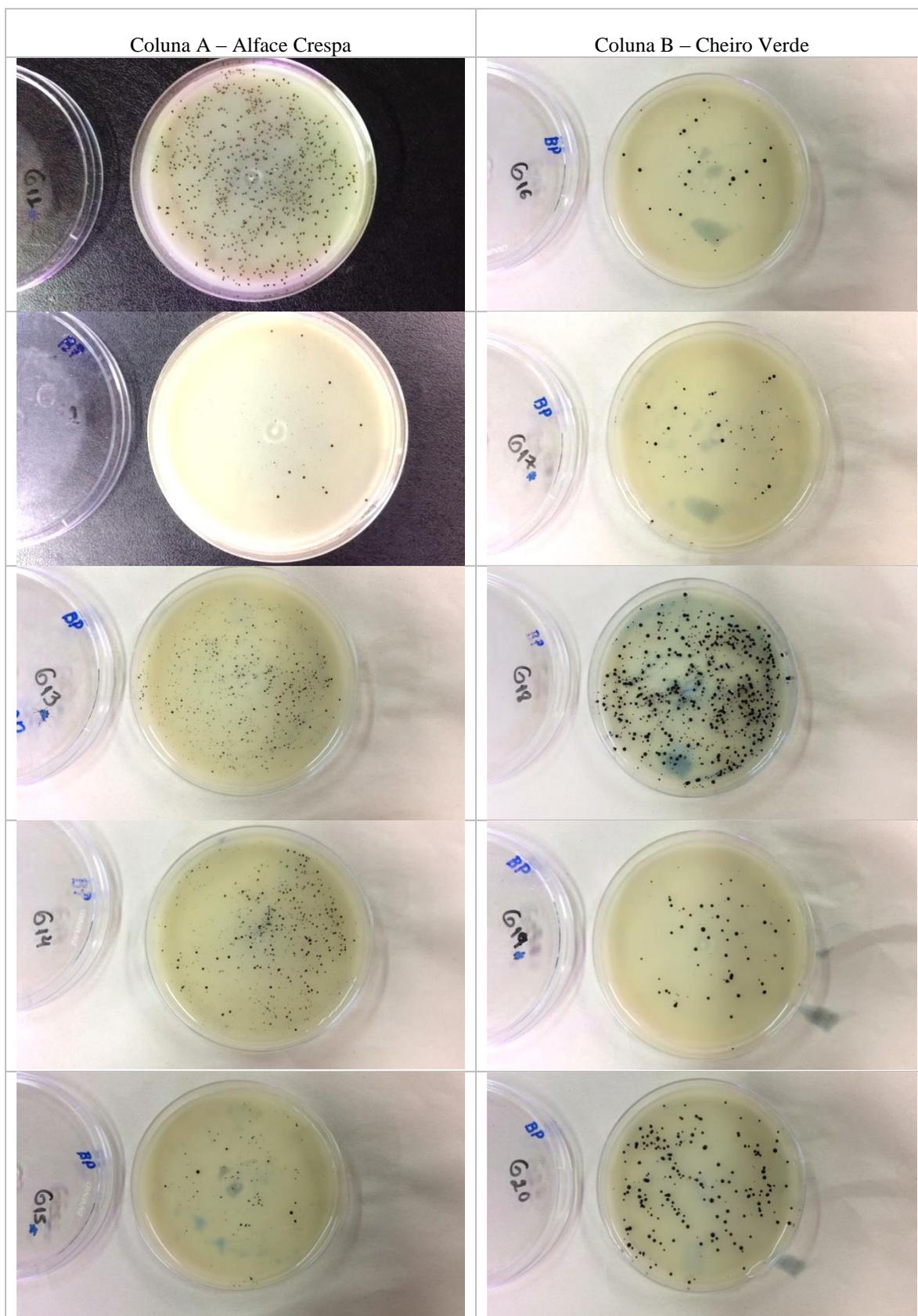
Mesmo não apresentando em sua predominância riscos graves, ainda, nas amostras de numerações 4 e 9, do gráfico 30, há uma presença média de *Staphylococcus*, respectivamente, 4900 e 5000 UFG/g, ultrapassando os 3000, comprova-se que existe manipulação inadequada dos alimentos, mesmo não sendo considerado um risco grave.

⁴⁴ Um micrometro: unidade de comprimento do Sistema Internacional de Unidades (SI) de símbolo μm .

⁴⁵ Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/RDC_12_2001.pdf/ (RDC - Resolução da Diretoria Colegiada, Nº 12, de 02 de janeiro de 2001) – Regulamento e critérios técnicos sobre o estabelecimento de padrões microbiológicos sanitários em alimentos.

Figura 35. *Staphylococcus* em Colônias – Amostras da 1ª Quinzena.

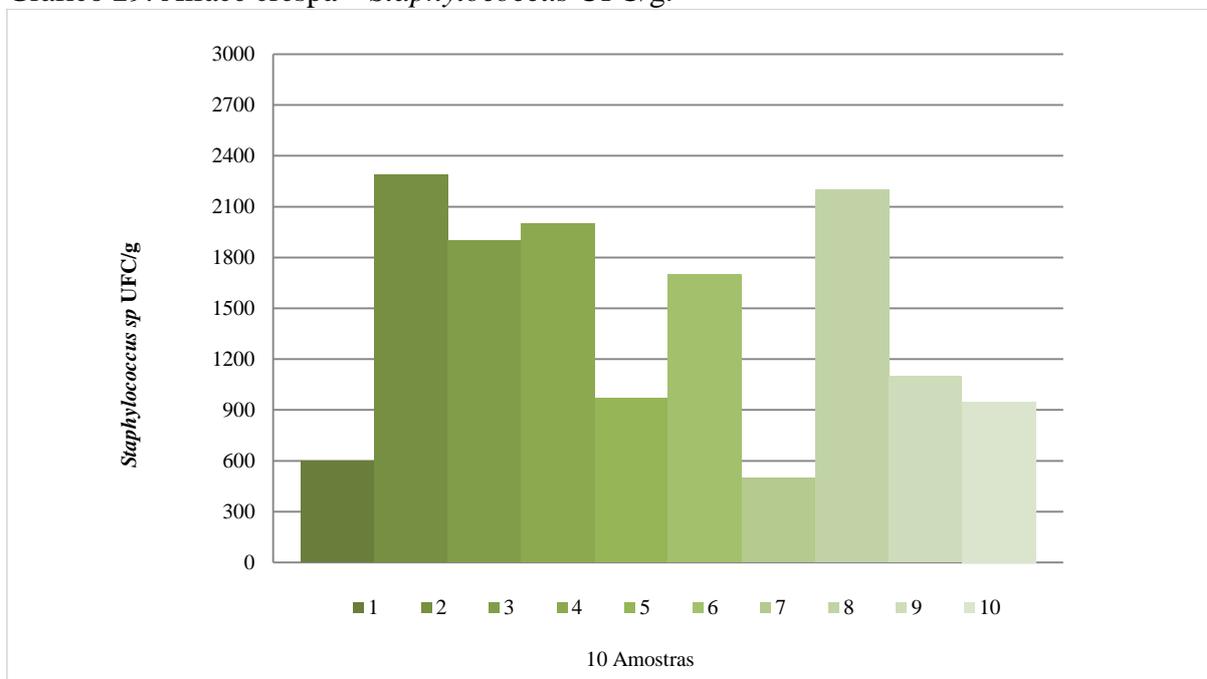
Fonte: DUTRA, L.S. 2017.

Figura 36. *Staphylococcus* em Colônias – Amostras da 2ª Quinzena.

Fonte: DUTRA, L.S. 2017.

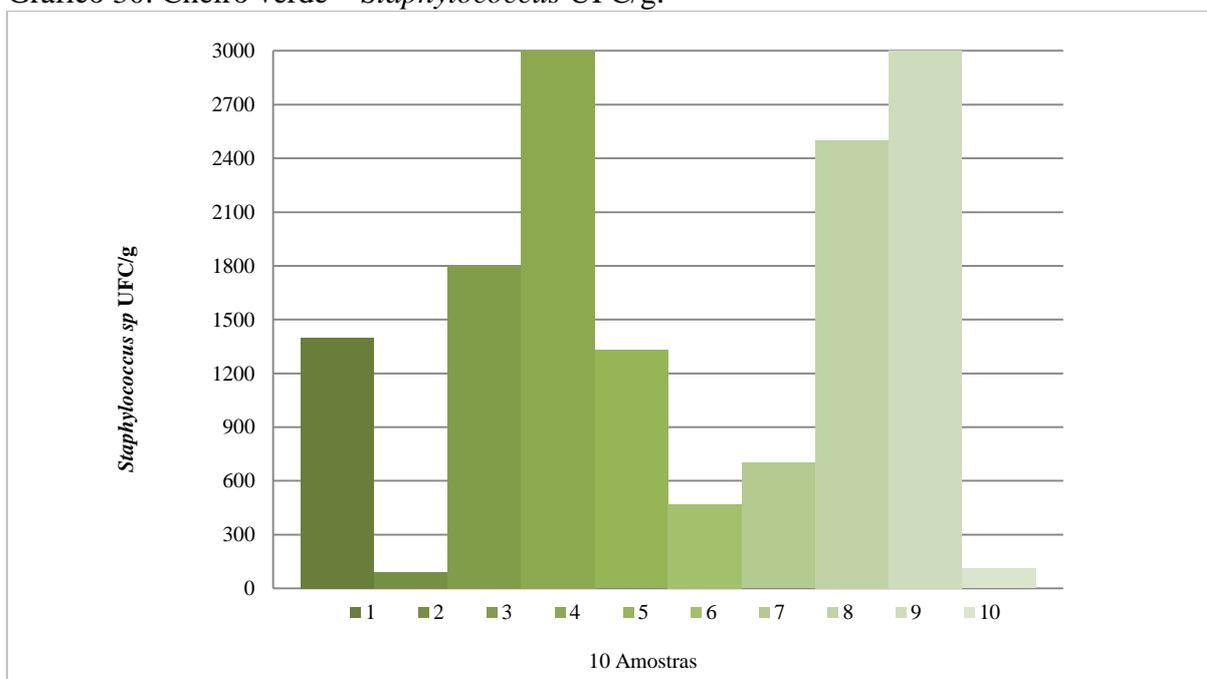
As amostras, desse modo, foram representadas também em modelo gráfico, sendo o Gráfico 29, representado 10 amostras de alface crespa, e o Gráfico 30, 10 amostras de cheiro verde, ambos *Staphylococcus* UFC/g.

Gráfico 29. Alface crespa – *Staphylococcus* UFC/g.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Gráfico 30. Cheiro verde – *Staphylococcus* UFC/g.



Fonte: DUTRA, L. S. 2017

5.3.4 Levantamento de Coliformes

Segundo Franco (2005), os microorganismos indicadores são grupos ou espécies que, quando presentes em um alimento, podem fornecer informações sobre a ocorrência de contaminação fecal, sobre a provável presença de patógenos ou sobre a deterioração potencial de um alimento, além de poder indicar condições sanitárias inadequadas durante o processamento, produção ou armazenamento.

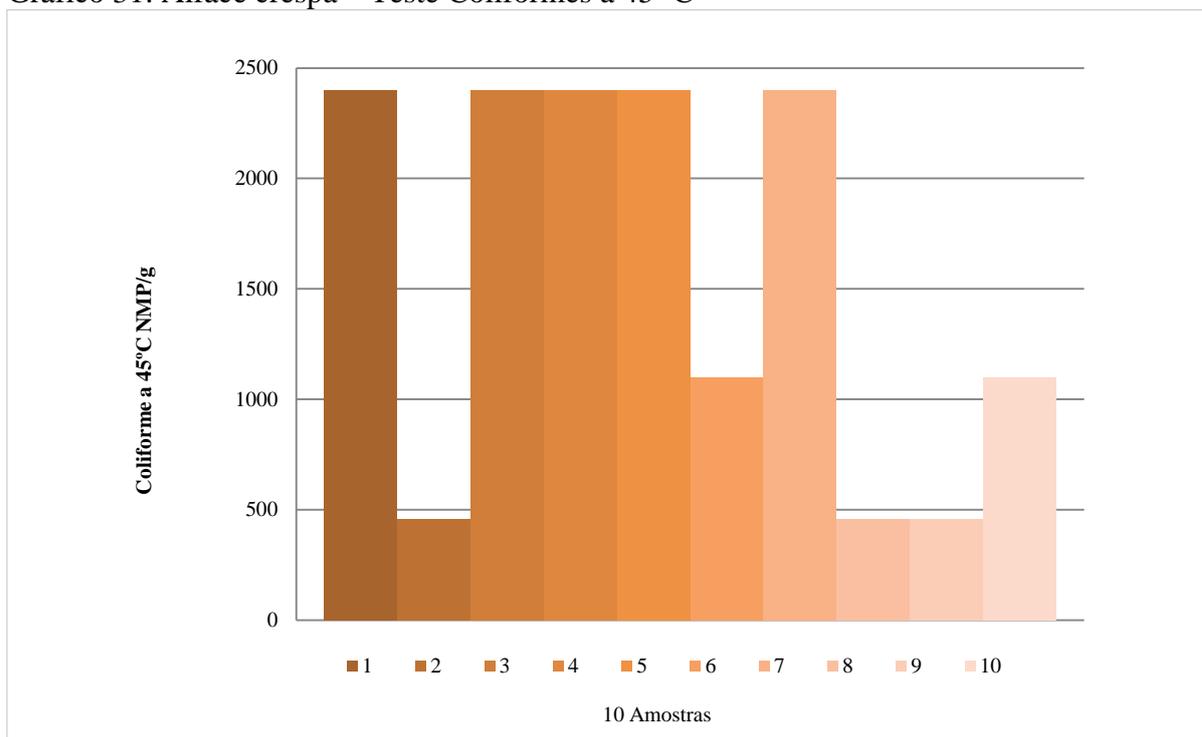
A presença de Coliformes totais e *Escherichia coli* em alimentos processados segundo SILVA (1997), é considerada uma indicação útil de contaminação pós-sanitização ou pós-processo, evidencialmente práticas de higiene e sanificação aquém dos padrões requeridos para o processamento de alimentos. A classificação dos coliformes segundo Silva (1997) apresenta o grupo de Coliformes totais que inclui as bactérias na forma de bastonetes Gram-negativos, não esporogênicos. Já os Coliformes fecais (Termotolerantes) são capazes de fermentar a lactose com produção de gás, em 24h a 44,5 - 45,5° C. Esse grupo inclui três gêneros, *Escherichia*, *Enterobacter* e *Klebsiella*, sendo a cepas de *Enterobacter* e *Klebsiella* de origem não fecal. Por isso que *E. coli* é a mais conhecida, sendo seu habitat o trato gastrintestinal ela é a indicadora de contaminação fecal. (SILVA, 1997 p.31).

Esses microorganismos por si só acometem doenças, porém quando associados a indivíduos em vulnerabilidade social, podem se avantajarem com mais rapidez, tornando agravantes. Essa vulnerabilidade é caracterizada por população de baixa renda, ausência de proteção do Estado e pequena ascensão social. Estes influenciam para prevalecer epidemias nos centros urbanos, ou em regiões da periferia dos bairros de urbanização popular.

Na alface, as amostras apresentaram 100% acima da quantidade estabelecida, o padrão microbiológico estabelecido pela atual legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para coliformes a 45° C é de 100 NMP/g, o gráfico 31, evidencia os testes de alface crespa. No cheiro verde não muito diferente, apresentando médios a altos níveis da quantidade de coliformes, com apenas a amostra 7, dentro dos padrões saudáveis, com 93 NMP/g, gráfico 32, correspondente a amostra G17 na figura 38.

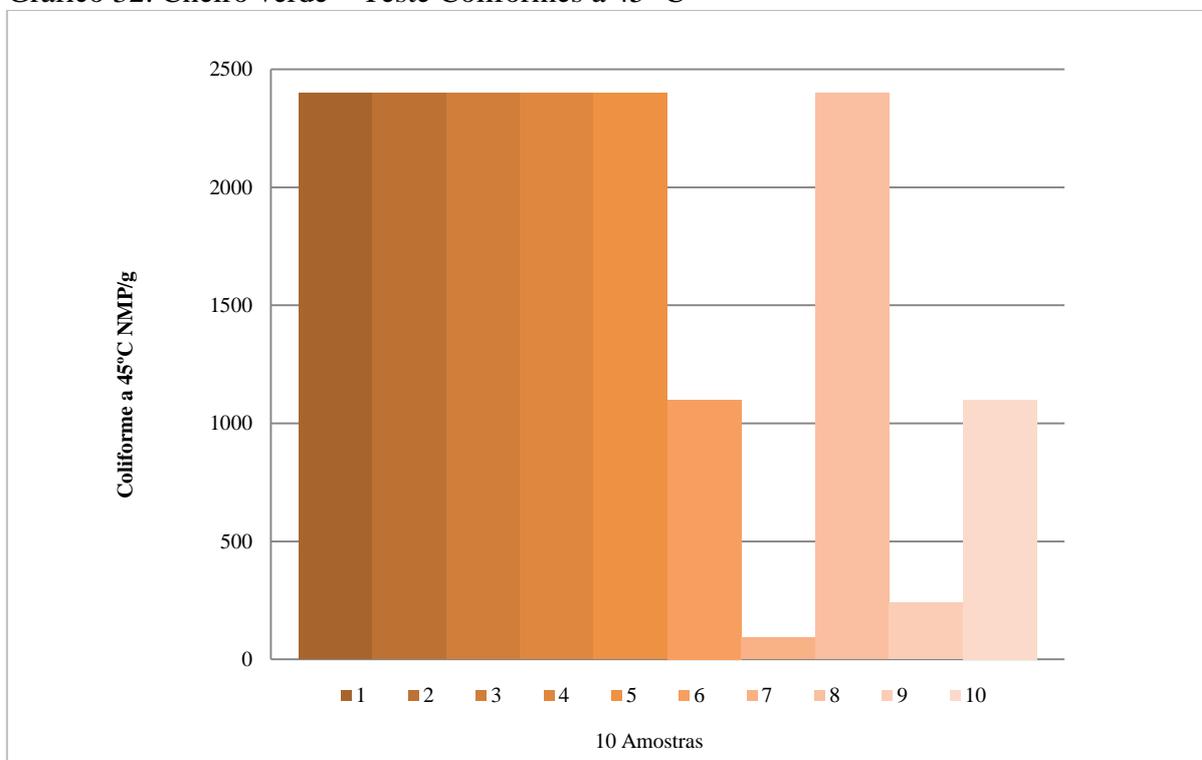
A contaminação das hortaliças, entre elas alface e cheiro verde, é um fator preocupante no processo de comercialização, sendo diversas as causas que podem levar à elevada carga microbiana nesse produto, tais como condições sanitárias desfavoráveis, nas áreas rurais e urbanas, que favorecem a ocorrência de contaminação e transformam os vegetais em meios de transmissão de patógenos. Houve assim, o processo de identificação de *E. coli* nas amostras, como veremos no subitem 5.3.5.

Gráfico 31. Alface crespa – Teste Coliformes a 45° C



Fonte: DUTRA, L.S. 2017.

Gráfico 32. Cheiro verde – Teste Coliformes a 45° C



Fonte: DUTRA, L.S. 2017.

5.3.5 Levantamento de *Escherichia coli*

A *Escherichia coli* é entre os bacilos gram-negativos, o principal agente etiológico de infecções da corrente sanguínea. Existem algumas doenças que podem ser causadas pela contaminação da *E. Coli* como a Gastroenterite, Infecção urinária, Pielonefrite, Apendicite, Peritonite, Meningite e Septcemia. (ZIDKO, A. C. M.; PIGNATARI, A. C. C. 2009).

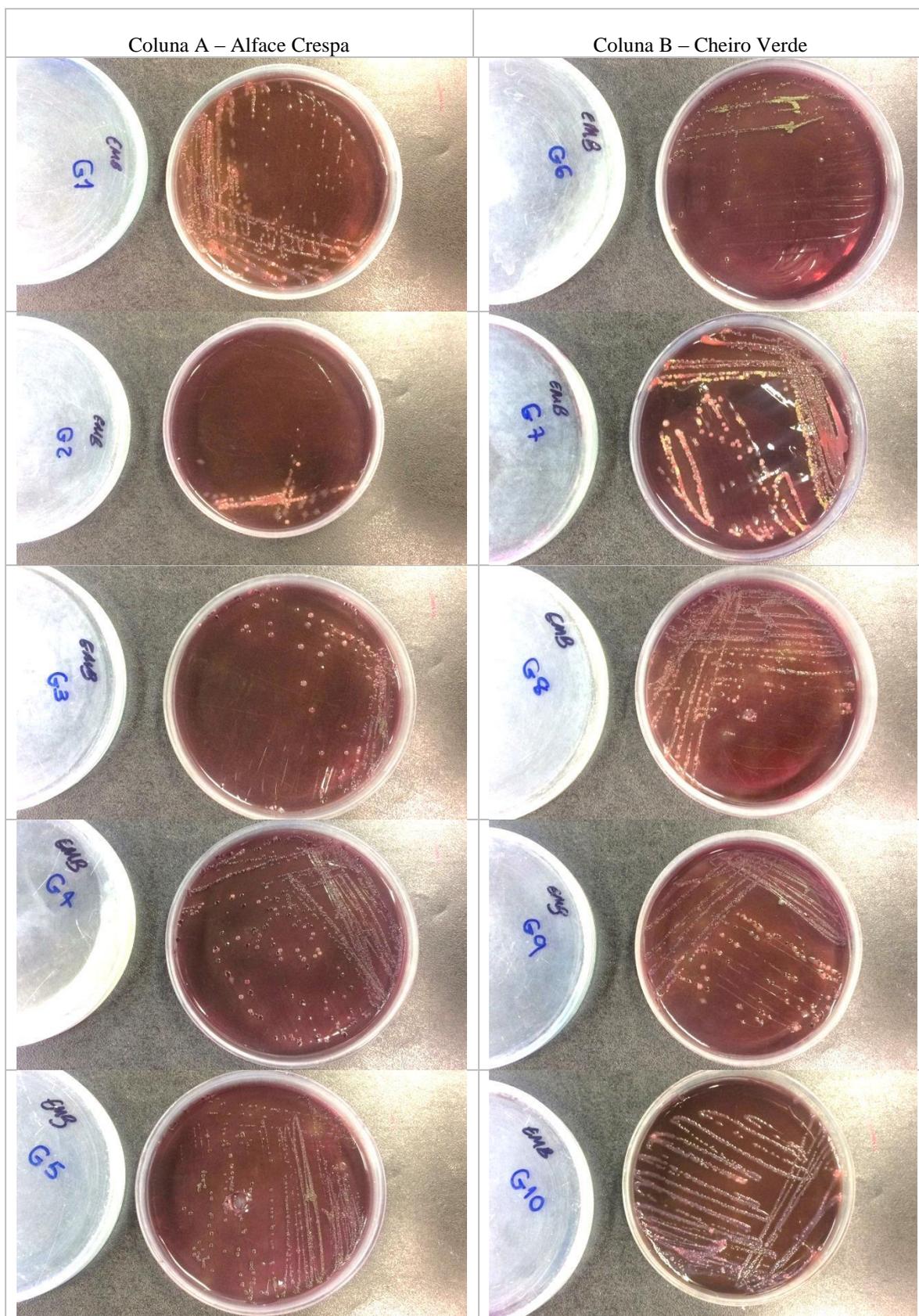
Não é um patógeno comum em países industrializados, possuindo prevalência significativa apenas em países em desenvolvimento e em países subdesenvolvidos. Doenças de *E. coli* são comumente encontrada em crianças em países em desenvolvimento apresenta mecanismos de patogenicidade como invasão da mucosa e proliferação dentro das células epiteliais, podendo causar morte celular. Sintomas comumente encontrados incluem febre, dores abdominais e diarreia, com presença de muco e leucócitos, sendo que a disenteria ocorre geralmente em até 72 horas após a ingestão do alimento contaminado. MENARD, L. P. *et al.* (2004). Pode levar à desidratação devido à perda significativa de líquidos, resultando em boca seca, espasmos musculares e diminuição da pressão sanguínea, podendo levar ao choque. Desenvolve-se diarreia após um período de incubação de um a dois dias.

O *E. coli* pode agir como patógeno extremamente especializado, ocasionando doenças em hospedeiros saudáveis. Infecções ocasionadas por essa bactéria podem ser limitadas à colonização de superfícies mucosas ou podem se disseminar através do organismo, tendo sido implicadas em processos de infecção, meningite e infecções gastro-intestinais. (NATARO; KAPER, 1998). Uma vez que é fácil a ingestão de patógenos com o alimento ou água, o trato intestinal humano é susceptível às infecções por *E. coli*. diarreiogênicas (SOUSA, 2003).

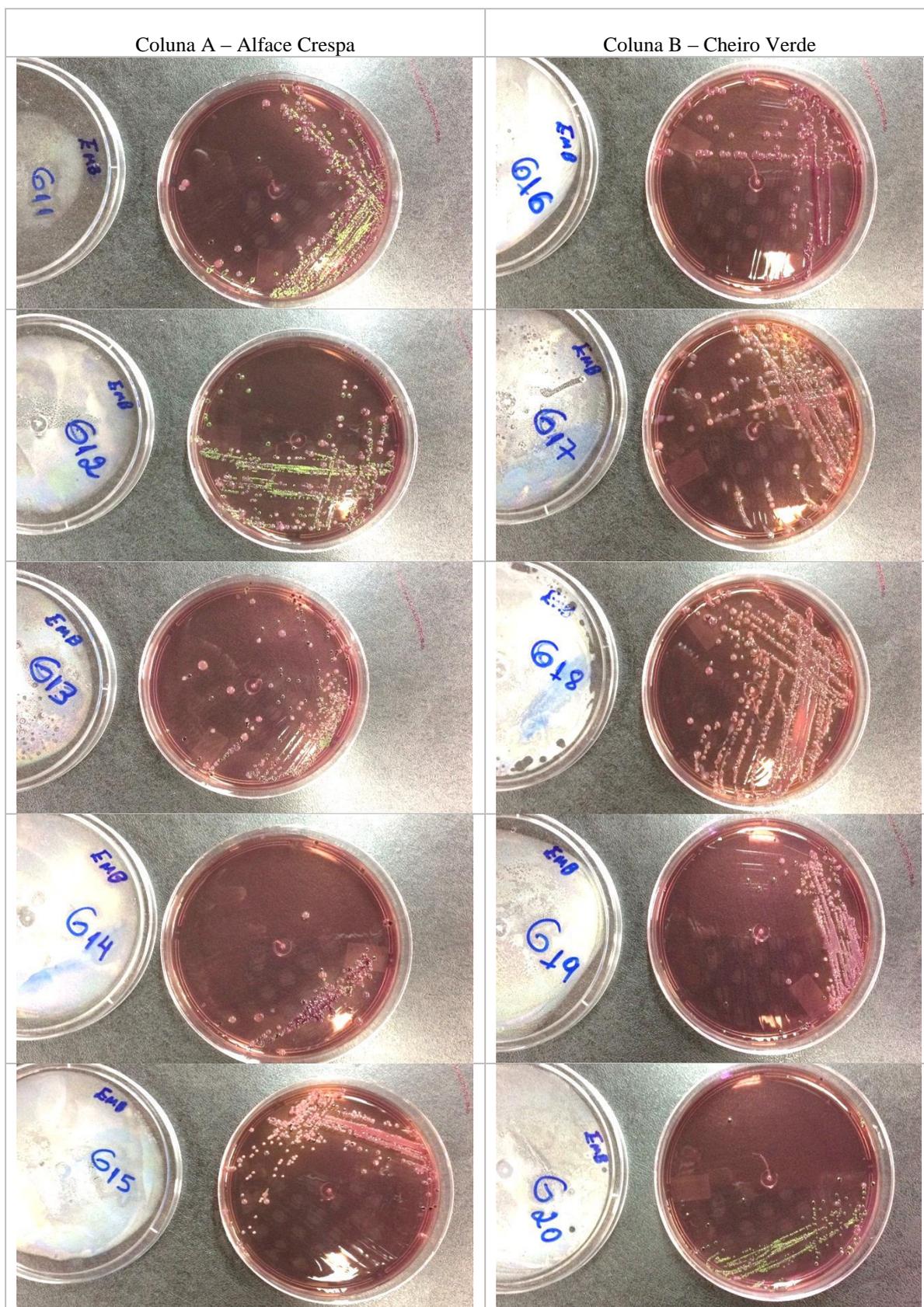
Os principais agentes de infecções intestinais são representados por membros da família *Enterobacteriace*. Dentre esses, têm destaque fundamental as categorias diarreiogênicas de *Escherichia coli*. Vários sorotipos de *E. coli* tem sido implicados em doenças diarreicas, se constituindo num grave problema de saúde pública no mundo, com mais de dois milhões de mortes relatadas, a cada ano. (NATARO; KAPER, 1998).

Nas amostras foram encontradas presença de *E. coli*, na alface das amostras G4, G5 (Figura 37, coluna A), G11, G13, G14 (Figura 38, coluna A), apresentando presença em 50% das amostras, como mostra o gráfico 33.

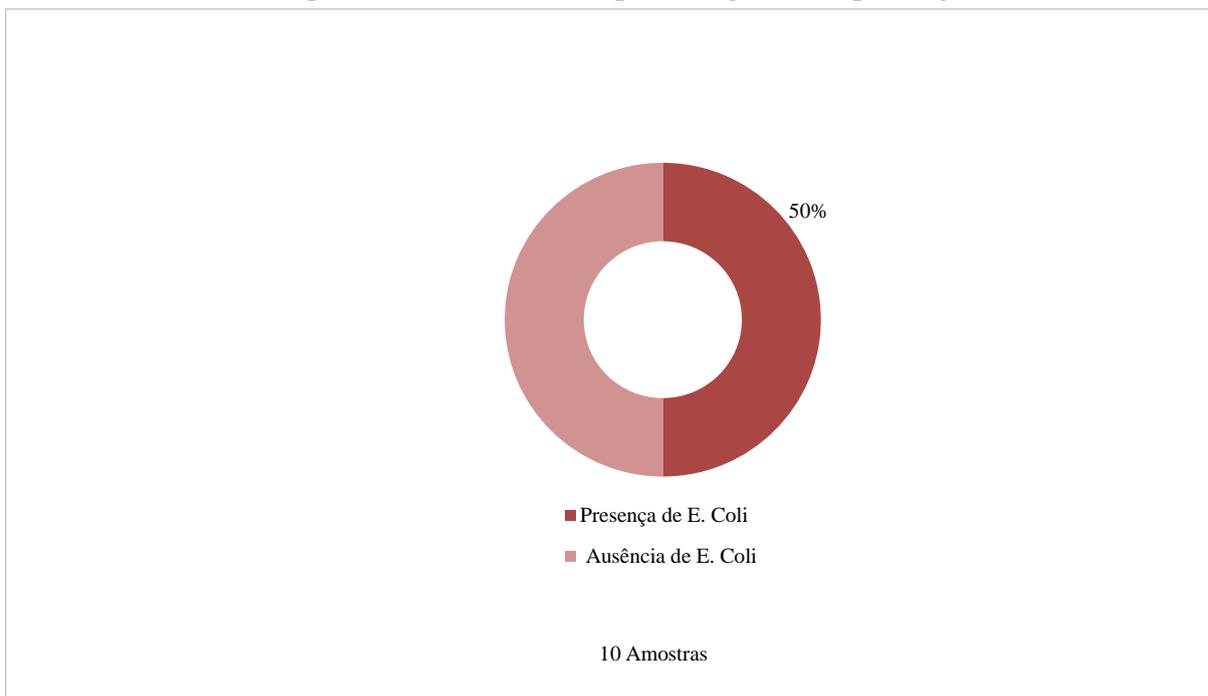
Com relação ao cheiro verde, identificou presença nas amostras G9 (figura 37, coluna B), G17, G19, G20 (Figura 38, coluna B), apresentando presença em 40% das amostras, como mostra o gráfico 34.

Figura 37. Identificação de *Escherichia Coli* em Colônias – Amostras da 1ª quinzena.

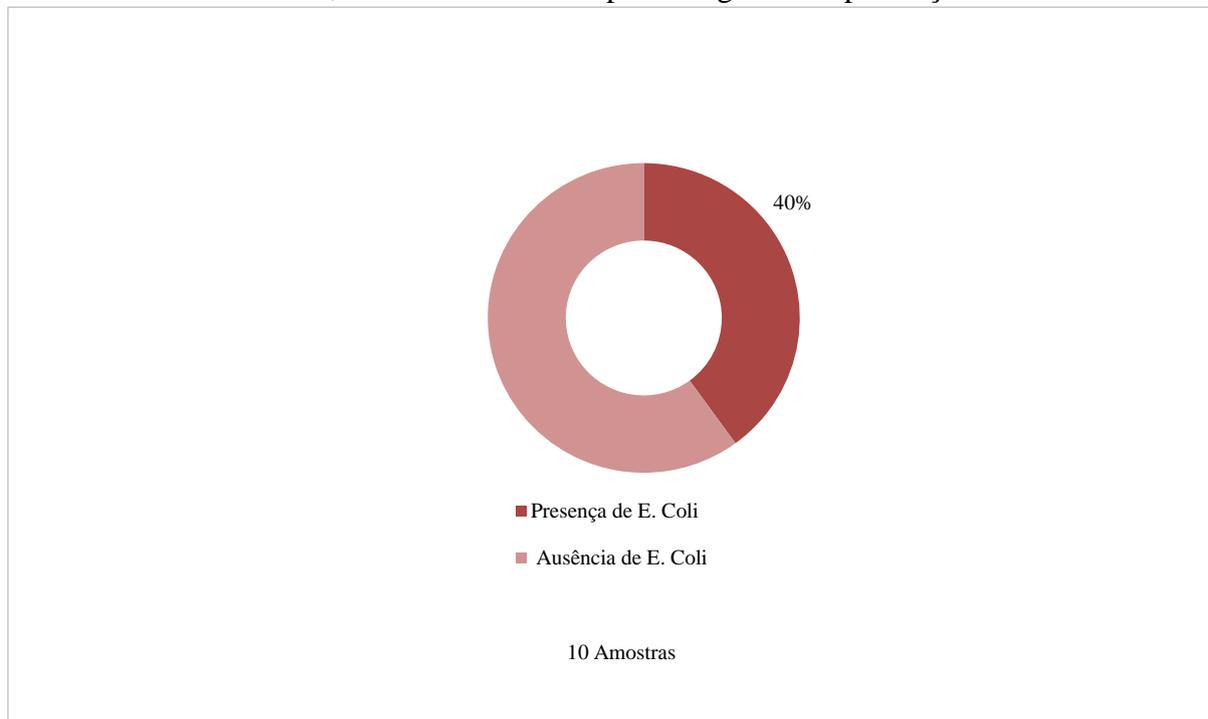
Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Figura 38. Identificação de *Escherichia Coli* em Colônias – Amostras da 2ª quinzena.

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Gráfico 33. Alface crespa, total de amostra em porcentagem com presença de *Escherichia coli*

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

Gráfico 34. Cheiro verde, total de amostra em porcentagem com presença de *Escherichia coli*

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

As amostras estiveram fora dos padrões estabelecidos para Coliformes a 45° C, apresentando valores acima de 100 NMP/g, já os *Staphylococcus*, obtendo-se contagens acima

de 6000 UFC/g tornam-se situações de grande risco para a saúde, no entanto, na pesquisa não se identificou números acima dos estipulados pela resolução de regulamento técnico sobre padrões microbiológicos, mas, ainda sim, por apresentar médias quantidades do *Staphylococcus*, apresentam-se em condições higiênico-sanitárias de manipulação insatisfatórias. Ressalta-se também que por conter entre médias e altas contagens do grupo coliformes, associadas à presença dos próprios *Staphylococcus* e *Escherichia Coli*, reforçam a hipótese de processamento inadequado e/ ou recontaminação pós-processamento, ou durante o processo de manipulação da venda do produto, ou do lugar onde é executado a venda.

Não se pode julgar somente pela forma de manipulação ou então, afirmar que somente o local no mercado, por está em bairro de baixa renda, ou por apresentar níveis elevados de determinada bactéria, está em condições desfavoráveis de saúde, isso porque existem diversos fatores composicionais que podem influenciar no processo de alteração da quantidade de microorganismos no produto, tais como alguns já mencionados, forma de manipulação, colheita e o clima, sendo este último de grande ponderação.

Uma das explicações para a verificação de piores indicadores epidemiológicos em bairros de baixa renda é a presença de densidade maior de pessoas pobres nessas áreas. A soma de características individuais de susceptibilidade a doenças nessas, promoveria aumento da probabilidade de eventos adversos em comunidades, caracterizando um efeito composicional. (BARCELOS, 2008). Assim são necessários diversos indicadores para diagnosticar uma localidade, isso porque a pobreza, junto a suas condições de infraestrutura e higiênico-sanitárias se materializam em dimensões diversas. (ALKIRE, 2002).

As análises subsidiam e traz a tona, a necessidade de melhor atenção com produtos comercializados nas feiras e mercados, pra que sejam vendidos com cuidados redobrados, pois caso não exista processo de fiscalização, cuidados básicos de saúde, limpeza dos lugares e espaços públicos, parte da população, sobretudo, as mais pobres ficam mais vulneráveis a enfermidades, que podem assim serem causadas ou aceleradas por alimentos em condições higiênico-sanitárias irregulares.

Contudo, considerando os resultados obtidos, torna-se necessária a implantação e intensificação de medidas de controle na produção, manipulação, transporte e armazenamento deste produto, além da orientação quanto aos riscos de consumo desse alimento in natura.

Diante dos resultados, assim como de tudo já discutido, é de suma importância ser levado em conta o papel da administração pública para com os elementos urbanos, assim o próximo subitem aborda a atuação corrente dos órgãos públicos da capital ludovicence nos mercados municipais.

5.4 A administração pública diante da gestão dos mercados

5.4.1 Das secretarias municipais na gestão dos mercados públicos

Realizou-se levantamento de informações em órgãos públicos responsáveis pela manutenção e conservação dos mercados, como a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), assim também em outros órgãos que podem atuar como parceiras em ações desses lugares, tais como a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH). Desenvolvendo assim, entrevistas, através do formulário 3, direcionadas com responsáveis por estes setores.

Ainda no decorrer, alguns outros órgãos como a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (SAF) e Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (SAGRIMA), foram levantados informações pra identificar algumas questões pertinentes aos mesmos, consultados também por meio de entrevistas, como também por sistema de ouvidoria telefônica diretamente ao órgão ou por ouvidoria do Estado (e-mails e telefonemas para setores específicos). Da atuação da maioria dos órgãos pesquisados, o que se refere ao papel de manutenção, conservação, gestão e atuação dos mercados, é a SEMAPA, sendo o maior órgão responsável pela gestão dos mercados públicos municipais da capital. Já a SAGRIMA, é de responsabilidade dos mercados de gestão do Estado.

Assim, todos os órgãos supracitados foram também levantados informações por meio de visitas ao local. As informações além de serem discutidas, foram catalogadas e organizadas em quadros, por secretarias municipais e estaduais, vistos mais a frente.

A SEMAPA, segundo o coordenador de mercados, ligado a Superintendência de Comercialização e Abastecimento (SCA), o órgão atua quando feirantes estão irregulares, então é feito ofício pelo órgão, posteriormente encaminhado a competentes, tais como Blitz Urbana, Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Polícia Militar (PM), Vigilância Sanitária (VISA), que desempenham ações para organizar o território, lugar. Em alguns momentos diz ser necessário acionar o Ministério Público.

Quando perguntado da existência de algum projeto por parte da secretaria, ou setor específico, junto a alguma instância governamental (Municipal, Estadual, Federal) ou instância privada, voltado para mercados públicos, seja de construção, reestruturação, organização, limpeza; o coordenador menciona algumas atividades que já foram desempenhadas como a reforma finalizada do mercado do bairro da Vila Palmeira; em atividade a reforma do mercado do Anil; Projeto Peixe na Mesa em 2015 (ANEXO F), parceria da Prefeitura por meio da SEMAPA e o Governo Federal. Existindo ainda um projeto

que trata sobre a Readequação do mercado do Anjo da Guarda, estando em processo de planejamento, (sobre este último projeto citado é abordado de forma mais específica em linhas mais a frente, subitem 5.4.3). Ainda para o coordenador, os mercados municipais de São Luís, não estão nas melhores condições, porém a comissão técnica da SEMAPA faz o possível para deixar esses lugares em situações agradáveis para a população. Hoje existem ações no sentido de sanar com a falta de saneamento e higiene nos mercados da capital, inclusive os mercados do Anjo da Guarda e Vila Embratel, mas passam por muitas dificuldades, precisando também que a sociedade ajude nessas ações.

Na SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária / Coordenação de Vigilância Sanitária, desenvolvem atividades como vistoria de alimentos, porém atuam principalmente na CEASA. Analisam as condições de armazenamento dos produtos; formas de manipulação. O setor de Engenharia Sanitária é responsável principalmente pela estrutura física do lugar.

Com relação à visita técnica na região do Itaqui-Bacanga, o fiscal de alimentos da vigilância sanitária relata que a secretaria tem âmbito mais fiscalizador, exercendo a função em parceria com a SEMAPA, porém, atualmente, esta tem atuado pouco nos mercados municipais, pois antes todas as sextas feiras eram feitas levantamentos.

Já no órgão SEMURH, foram levantadas informações na Superintendência da Área de Fiscalização de Obras, e Blitz Urbana através da Superintendência de Fiscalização de Postura. Ambos os setores desenvolvem atividades ao que tange a licença de ocupação de comércio, mercado informal, fiscalizam obras públicas e privadas, assim como atividades exercidas por esses, fiscalizando o funcionamento das feiras, mais precisamente a Superintendência apreende animais em circulação indevida por vias públicas, responsabilidade também do Centro de Controle de Zoonoses; enquanto a Blitz, faz apreensão de bens e mercadorias que estejam obstruindo o espaço público ou infringindo a legislação vigente. A superintendência de obras em sua atividade técnica dispõe de licença de obras, alvará de construção, isso quando determinado mercado passa ou passará por reforma, ampliação ou construção.

Já a Blitz, por meio da superintendência de postura coíbi o comércio formal e externo, caso não estejam cumprindo o código de obras ou posturas. Muitas vezes chega-se a retiradas de bancas das ruas, impedindo que feirantes não ocupem as avenidas, pois a cidade acaba ficando mais caótica, impedindo uma melhor organização e planejamento do uso e ocupação do solo no espaço urbano.

Os processos descontrolados de ocupação do solo sempre resultam em impactos socioambientais para a sociedade e meio ambiente, cabendo à municipalidade o papel

proativo em seu enfrentamento. Neste sentido, a adoção da gestão urbana é indispensável para acalantar os processos negativos no espaço urbano. Para Burnett (2016, p.95):

Entende-se que o papel decisivo que a ocupação e uso do espaço urbano representam para a qualidade de vida de seus habitantes e eficiência das atividades produtivas que ali se desenvolvem, considera-se indispensável conhecer como, no limiar do século XXI, as municipalidades têm enfrentado do ponto de vista, da estrutura administrativa e dos recursos financeiros, humanos e técnicos, o desafio da gestão e do planejamento urbano nas cidades do Maranhão, reconhecidamente classificadas nas piores condições de vida pelos indicadores de desenvolvimento humano.

Equiparar-se que a capital passa por problemas semelhantes à de muitas outras cidades do interior do Estado, sobretudo, ao que diz respeito a infraestrutura e uso e ocupação do solo urbano, onde muitos precisam de gestão articulada; os mercados públicos no interior do Estado, em sua maioria estão em situação insalubres, tal como mercados da capital, precisando estarem inseridos em melhor e adequado planejamento de gestão compartilhada, junto a parcerias da prefeitura, Estado e comunidade. A atividade de planejamento acompanha o homem desde a Antiguidade, quando fazia planos para conseguir o que desejava. Mesmo pessoalmente, indivíduos planejam as suas vidas, pois planejar é imprescindível quando se quer alcançar algum êxito. (FERREIRA, 1979).

Conceituando planejamento, segundo Ferrari (1988, p. 3), “Em um sentido amplo, planejamento é um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas seguintes consequências”. O planejamento é um meio para atingir um determinado fim. É um método de trabalho de atuação contínua e permanente.

O planejamento urbano tem por objetivo possibilitar inserção de ampla camada da população a melhores condições de vida e de segurança. Entretanto, algumas vezes, esse planejamento não ocorre, ou quando acontece não é eficaz, como por exemplo, o crescimento desordenado das cidades, que acaba no final tendenciando na falta de planejamento urbano. Segundo Moura (1996), em relação ao problema da falta de planejamento adequado á cidade, vários fatores são desencadeados, um deles é a crise urbana gerada pelo crescimento e não planejamento das cidades, que origina problemas para a população, sendo essa última parte do processo de organização da cidade. Esta é fruto do trabalho coletivo da sociedade. Nela está materializada a história do seu povo, suas relações sociais, políticas, econômicas. Sua existência é determinada pela necessidade humana de agregar-se, organizar-se, intercambiar bens e serviços. (ESTATUTO DA CIDADE, 2002).

A participação da sociedade no planejamento urbano deve considerar a sua trajetória histórica: os fatos, movimentos correntes de pensamento que de alguma forma, contribuem para a sua adoção. A exemplo no Brasil, a participação da sociedade no planejamento, é requisito previsto em lei Federal, orientando no processo de elaboração de planos diretores. Sendo o plano diretor, Villaça, (1999, p. 238):

uma estratégia a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, administrativa do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais urbanos, para a cidade, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

Assim, o plano deve fornecer orientações para ações que, de alguma maneira, influenciam no desenvolvimento e aplicabilidade no planejamento urbano. Essas ações podem ser desde abertura de uma nova avenida, até a construção de uma nova residência, ou reurbanização de um bairro de urbanização popular, junto aos seus elementos infraestruturais, como o próprio mercado. Essas ações, no seu conjunto, como na aplicabilidade políticas públicas definem o desenvolvimento da cidade.

De acordo com Pinheiro (2008) o estabelecimento de políticas públicas no Brasil é de competência do poder executivo em todas as instâncias de governo. Elas são criadas por meio de instrumentos legais que definem determinado aspecto social, cultural, econômico ou de ordenação territorial como prioritário para atuação do Poder Público, estabelecendo diretrizes, planos e metas a serem atingidos. Os ministérios, no âmbito Federal, e as secretarias estaduais e municipais são responsáveis pelo detalhamento, aprofundamento e aplicação das políticas públicas a partir de instrumentos criados especialmente para isso (leis, decretos e normas, programas de trabalho, monitoramento, fiscalização, etc). Nas cidades, o poder local conta com os Planos Diretores para definir as Políticas Públicas Urbanas.

O chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. O discurso é pleno de boas intenções, mas distante da prática. O resultado é o planejamento urbano para alguns, lei para alguns, cidadania para alguns, mercado econômico para alguns, se tratando assim de privilégios para poucos, e não de direitos universais. Para a mesma não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades periféricas apresentam problemas graves, mas, porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, seguindo interesses tradicionais que comandam a política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. (MARICATO, 2015). Logo, teve-se interesse do levantamento sobre a gestão pública municipal de São Luís, diante dos mercados públicos, segue quadro 13.

Quadro 13. Gestão pública municipal diante dos mercados públicos

F3 - Formulário Voltado para Gestor ou Técnico do Órgão Competente		ÓRGÃOS MUNICIPAIS			
		SEMAPA - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento	SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde	SEMURH - Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação	
		Superintendência de Comercialização e Abastecimento - SCA / Coordenação de Mercados	Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária / Coordenação de Vigilância Sanitária	Superintendência da Área de Fiscalização de Obras	Blitz Urbana / Superintendência de Fiscalização de Postura
1. Existe setor que trata sobre mercados públicos?	Não / Sim - Qual?	Sim - Coordenação de Mercados	Sim - Coordenação de Vigilância Sanitária; Vigilância Sanitária de Alimentos; Engenharia Sanitária	Não	Não
	Principais atividades desempenhadas	Encaminhado de ofício para órgãos atuarem no ordenamento dos feirantes nos mercados, tais como: Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Polícia Militar (PM), Blitz Urbana, Vigilância Sanitária (VISA); Cobrança de imposto por ocupação do boxe; Ações Sociais.	Feito vistoria de alimentos, porém atuam principalmente na CEASA; condições de armazenamento dos produtos; formas de manipulação. O setor de Engenharia é responsável principalmente pela estrutura física do ambiente.	Emitir licença para comércio informal; Emitir licença para ocupação de terreno, vias e logradouros; Fiscalizar obras públicas e privadas; Aprender animais em circulação indevida, responsabilidade também do Centro de Controle de Zoonoses; Fiscalizar o funcionamento de feiras;	Disciplinar as ocupações temporárias com finalidades os comércio ou fins culturais; Fiscalização de toda atividade comercial exercida na cidade em áreas pública ou privada; Apreensão de bens e mercadorias que estejam obstruindo o espaço público ou infringindo a legislação vigente;
2. Existe algum projeto por parte da secretaria, ou setor específico, junto à alguma instância governamental (municipal, estadual, federal) ou instância privada, voltado para mercados públicos de bairros, seja de construção, reestruturação, organização, limpeza?	Não / Sim - Qual?	Sim - Projeto de Revitalização	Não	Não	Não
	Apenas no planejamento / Especifique:	Readequação do Mercado do Anjo Da Guarda: Padronização Interna dos Boxes, Cobertura e Formação Profissional	-	-	-
	Em execução/ Atividades desempenhadas	Reforma finalizada do Mercado do bairro da Vila Palmeira; Em atividade sobre a reforma do Mercado do Anil; Projeto Peixe na Mesa em 2015, parceria da Prefeitura, Governo Federal e a própria SEMAPA	-	-	-
3. Existência de alguma visita técnica feita por este órgão/ ou setor específico, voltada para o mercado na área Itaqui-Bacanga?/ Ou de alguma outra área da capital?		Sim - fevereiro / Sim - outros mercados, como João Paulo, Vila Palmeira, Anil dentre outros, assim como em feiras livres, a exemplos feira livre da Cohab, Madre Deus, Maranhão Novo	Sim. A secretaria tem âmbito mais de fiscalizadora, exerce a função em parceria com a SEMAPA, porém atualmente tem atuado pouco nos mercados municipais.	Apenas licença de obras, Alvará de Construção, isso quando determinado mercado passará por reforma, ampliação ou construção	Coibi comércio formal e externo, caso não estejam cumprindo o código de obras ou posturas. Muitas vezes chega-se a retiradas de bancas das ruas, impedindo que feirantes não ocupem as avenidas.
4. Tem número amostral da quantidade de pessoas, ou banco de dados, da região mencionada? Ou de trabalhadores que exercem suas atividades no mercado?		Sim - relatório em arquivo / Sim - relatório em arquivo com número de todos trabalhadores cadastrados.	Não / Não	Desconhece / Não	Não / Não
5. Qual a sua visão com relação aos mercados públicos nos bairros populares de São Luís, ao que trata as condições urbanas infraestruturais e higiênico-sanitárias?		Não estão nas melhores condições, porém fazem o possível para deixar esses espaços em situações agradáveis para a população. Hoje tem ações no sentido de sanar com a falta de saneamento e higiene nos mercados de São Luís, mas passam por muitas dificuldades, precisando também que a sociedade ajude nesse processo.	Estes tem sido acompanhado pela Vigilância Sanitária (VISA), quanto aos problemas estruturais e higiênico sanitários sempre há problemas bem visíveis, no entanto, é fornecido prazos para sanar as irregularidades.	Os mercados públicos de São Luís em sua maioria estão em péssimas condições de saúde, precisam de reformas urgentes.	A maioria estão em condições irregulares de acordo com código de obras e posturas do município
Profissionais / Setores que contribuíram na catalogação de informações		Superintendente de comercialização, Coordenador de Educação Sanitária, Coordenador de mercados, Assessor Técnico da Secretaria	Coordenação de Vigilância Sanitária, Diretor da Fiscalização, Fiscal de Alimentos da Vigilância Sanitária	Superintendência da Área de Fiscalização de Obras, NAPD - Núcleo Plano Diretor, Coordenação de Terras, Assistente Administrativa	Superintendência de Fiscalização de Postura
Datas		27 de março de 2017; 15, 16 e 23 de agosto de 2017	18 de agosto de 2017; meio eletrônico (e-mails); ligações telefônicas	21 e 22 de agosto de 2017.	meio eletrônico (e-mails); sistema de ouvidoria.
Forma de levantamento de informações		Por meio de visitas / entrevistas direcionadas a técnicos	Por meio de visitas / entrevistas direcionadas a técnicos	Por meio de visitas / entrevistas direcionadas a técnicos	Por meio de e-mails com assessoria técnica e ouvidoria

Fonte: DUTRA, L. S. 2017

5.4.2 Das secretarias estaduais na gestão dos mercados públicos

Da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (SAF), há o Departamento de Feiras e Mercados - DFAM, vinculado à Superintendência de Comercialização (SUPEC) / SAF, que trata dos mercados públicos, porém, o departamento tem ação voltada aos mercados mais direcionados para construção, como é o caso da unidade em Caxias/MA no ano 2016. O processo foi construído em parceria do DFAM e Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) a partir de 2015, culminando com propósito de execução da obra civil com recursos do Governo do Estado do Maranhão, entretanto, o mercado ainda não entrou em funcionamento.

As demais atividades desenvolvidas pelo DFAM dizem respeito às feiras da agricultura familiar, assim chamadas “feiras livres”.

As feiras livres apresentam-se como canais curtos de comercialização com grande efetividade e agilidade operacional na geração de renda monetária para a agricultura familiar, porém, estas não podem substituir os mercados públicos, pelas dimensões físicas que estes possuem permanentemente, com condições de abastecimento associado à conservação térmica dos alimentos, com fixidez de espaços de mais fácil fiscalização sanitária e também de mais fácil higienização, já que projetados para tanto.

As feiras livres da capital maranhense, projeto que se espacializa rotativa e semanalmente em alguns bairros da cidade, apresentam problemas ligados a prática da intermediação comercial (forte presença de “atravessadores”, o que descaracteriza os princípios orientadores do referido projeto). Isto faz com que preços apresentem elevações associadas a custos de produção comerciais menores do que os praticados pela venda direta dos produtores aos consumidores. Mas, neste caso, há que considerar a ausência do poder do Estado na seleção dos feirantes - necessariamente agricultores e não comerciantes, na efetivação de uma política de preços justos e no controle das condições higiênico-sanitárias.

O Departamento de Infraestrutura da SAF, a pedido do secretário de Estado da agricultura familiar, elaborou um projeto de engenharia e arquitetura para construção de mercado público, assim, posteriormente, o DFAM foi demandado pelo secretário a elaborar um estudo de impacto de um mercado público para populações da área urbana em torno de 50 mil habitantes. Os mercados serão construídos em 4 municípios do Estado do Maranhão. O solicitado estudo está em processo de elaboração.

A secretaria não exerce nenhuma visita técnica voltada para o mercado na área Itaquí-Bacanga ou de alguma outra área da capital, também não possuindo número amostral da

quantidade de pessoas, ou banco de dados, da região e nem de trabalhadores que exerçam suas atividades no mercado.

Para o coordenador do departamento de feiras e mercados, a ausência de informações acerca dos mercados públicos na SAF pode estar associada à própria ausência de uma Secretaria de Agricultura Familiar nas estruturas de governo anteriores a 2015. As políticas públicas para a agricultura familiar se encontravam no organograma de outra Secretaria e não possuíam dotação orçamentária própria.

A partir de 2015, as ações em comercialização da SUPEC passaram a ser executadas em dois campos: mercado institucional e feiras da agricultura familiar, mas com aceno claro para desenvolvimento de ações no campo dos mercados públicos.

Ainda para ele, os mercados são de inquestionável importância por razões diversas. A construção, reforma e ampliação desses lugares físicos de abastecimento alimentar à população, em condições higiênico-sanitárias previstas em lei, são de dispensável justificativa. Os mercados têm apresentado problemas na construção, reforma, que não se sustentam do ponto de vista das condições de saúde, tal como no caso de matadouros/abatedouros públicos.

Há que destacar outro aspecto que se revela no desenvolvimento das atividades dos mercados: a sua disposição gestonária. As metodologias de implantação desses lugares não envolvem os agentes diretamente envolvidos ou interessados nos mesmos, sejam estes consumidores, agentes de comercialização e de gestão do lugar. Quando desde o início da implantação não se envolvem atores sociais determinantes no cotidiano do funcionamento dos mercados, o serviço gestonário dos mesmos se dá ao sabor de vontades pessoais, quase nunca associadas a reflexões que envolvam as comunidades beneficiárias e agentes de comercialização desses. Não há formas efetivas de controle social desses lugares e, mais que comumente, as estruturas novas ou reformadas se revelam deterioradas fisicamente e sanitariamente em pouco tempo. Em 2018 o governo deverá ensejar uma série de construções de mercados públicos que, espera-se, seja um movimento inicial de proliferação não somente das condições físicas, mas, sobretudo, sanitárias, do ponto de vista do abastecimento de alimentos em condições salutaras.

Ao que se refere à SAGRIMA, esse é responsável em atuar diretamente nos mercados da Cidade Operária, mercado do Vinhais e mercado do Peixe, através de projetos e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas associações dos permissionários (feirantes), desempenhando vistorias nos mercados ditados. O assessor sênior da secretaria, especialista em gestão pública na área de mercados públicos, evidencia que o mercado do

Peixe atualmente vem passando por reforma, tendo a SAGRIMA como parceira nessa atividade a SINFRA.

Segundo o assessor, após o mercado passar pela reforma, será movido à gestão para a prefeitura e associação local.

Assim, embora existam órgãos estaduais responsáveis por gestão de alguns, construção e reformas, como SAGRIMA, SINFRA e a SAF, leva-se em conta que órgãos municipais são os maiores responsáveis pelos mercados públicos da capital. Reafirma-se a importância de implementação de políticas públicas no sentido de sanar com problemáticas urbanas, entre elas, a má gestão dos mercados públicos na região Itaquí-Bacanga, que acaba por deixar estes lugares em situações de condições urbanas de infraestrutura e higiênico-sanitárias insatisfatórias. Para Silva (2001, p.38):

O processo das políticas públicas conjuga um conjunto de momentos, não lineares, articulados e interdependentes, representados alguns pela: constituição do problema, formulação de alternativas de política, adoção da política, elaboração ou execução de programas sociais, dentre outros.

A implementação das políticas públicas, pode se dá por meio de programa social, ou uma ação, no território, sendo esse inserido no espaço geográfico. Vê-se, então, que o espaço geográfico reflete ou reproduz a sociedade que nele vive, principalmente as relações que se estabelecem entre os homens na busca de sua subsistência, com desejo de melhores condições de trabalho, renda, alimentação.

Contudo, concebe-se que a apropriação do espaço geográfico e seu planejamento, é uma ação que o homem pode e tem a capacidade de realizar; devido a sua procura por local onde possa desenvolver-se progressivamente e de forma a suprir necessidades de sobrevivência, todavia esta situação deve se dar de forma equilibrada com o meio ambiente; por tal motivo, deve-se existir a essencialidade de obter-se um projeto que favoreça tanto a organização do território, como benéfico a determinada população que se encontra nesta localidade. Com relação ao planejamento, Escobar (2000, p. 211) diz:

As técnicas e práticas do planejamento foram essenciais para o desenvolvimento desde seu início. Simbolizando a aplicação do conhecimento científico e técnico ao setor público, o planejamento deu legitimidade à tarefa do desenvolvimento e alimentou as esperanças nele depositadas. De um modo geral, o conceito de planejamento implica a certeza de que mudanças sociais podem ser forjadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas.

Por isso é de extrema importância o planejamento como necessário, juntamente a aplicabilidade de políticas públicas, em programas, projetos ou ações, para contribuir no sentido de uma melhor qualidade e desenvolvimento de questões sociais e econômicas. Para

que haja efetivação de políticas públicas, estas devem ser antecedidas e pautadas em projetos (FILHO, 2011). E para que esses projetos venham a dá certo é necessário o comprometimento de gestores, técnicos, políticos, que devem estar também aptos e interessados em uma gestão comprometida com a cidade pra o bem estar da população. O quadro 14 descreve sobre o papel gestor de alguns órgãos estaduais para com os mercados.

Quadro 14. Gestão pública estadual diante dos mercados públicos

F3 - Formulário Voltado para Gestor ou Técnico do Órgão Competente		ÓRGÃOS ESTADUAIS	
		SAF - Secretaria Estadual de Agricultura Familiar	SAGRIMA - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão
		Superintendência de Comercialização – Supec /Departamento de Feiras e Mercados – Dfam	Setor de Abastecimento
1. Existe setor que trata sobre mercados públicos?	Não / Sim - Qual?	Sim - Departamento de Feiras e Mercados - Dfam	Sim - Abastecimento
	Principais atividades desempenhadas	Construção de uma unidade em Caxias/MA em 2016. O processo foi elaborado em parceria do Dfam com a Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA a partir de 2015; mas o mercado público ainda não entrou em funcionamento.	Projetos e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas associações dos permissionários (feirantes), nos mercados do Vinhais, Mercado do Peixe e da Cidade Operária.
2.Existe algum projeto por parte da secretaria, ou setor específico, junto à alguma instância governamental (municipal, estadual, federal) ou instância privada, voltado para mercados públicos de bairros, seja de construção, reestruturação, organização, limpeza?	Não / Sim - Qual?	Sim – Construção	Sim - (a ser licitado), reforma do Mercado da Cidade Operária.
	Apenas no planejamento / Especifique:	Elaboração de projeto de Engenharia e Arquitetura para construção de Mercado Público e estudo de impacto de Mercado Público para populações residentes em áreas urbanas da cidade em torno de 50 mil habitantes. Os mercados serão construídos em 4 municípios.	Mercado da Cidade Operária.
	Em execução/ Atividades desempenhadas	-	Vistorias no Mercado do Vinhais e Mercado do Peixe, este último atualmente vem passando por reforma, assim tendo como parceria nessa atividade a SINFRA - Secretaria de Infraestrutura do Estado.
3. Existência de alguma visita técnica feita por este órgão/ ou setor específico, voltada para o mercado na área Itaqui-Bacanga?/ Ou de alguma outra área da capital?		Não / Não	Não / Os mercados públicos desta área são administrados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
4. Tem número amostral da quantidade de pessoas, ou banco de dados, da região mencionada? Ou de trabalhadores que exercem suas atividades no mercado?		Não / Não. A ausência de informações acerca dos mercados pode estar associada à própria ausência de uma Secretaria de Agricultura Familiar nas estruturas de governo anteriores a 2015.	Não / Alguns dados podem ser adquiridos na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
5. Qual a sua visão com relação aos mercados públicos nos bairros populares de São Luís, ao que trata as condições urbanas infraestruturais e higiênico-sanitárias?		Tem apresentado problemas na construção ou reforma que não se sustentam do ponto de vista da condição higiênico-sanitária, tal como no caso de matadouros públicos. Há que se destacar outro aspecto das atividades dos mercados: a sua disposição gestonária.	Não se apresentam em boas condições, entretanto, a prefeitura de São Luís e Governo do Maranhão não estão medindo esforços para revitalizar tais espaços públicos
Profissionais / Setores que contribuíram na catalogação de informações		Departamento de Feiras e Mercados	Assessor Sênior
Datas		meio eletrônico (e-mails); sistema de ouvidoria; 14 de agosto de 2017	meio eletrônico (e-mails); sistema de ouvidoria; 10 de novembro de 2016; 29 de agosto de 2017
Forma de levantamento de informações		Por meio de visitas / entrevistas direcionadas a técnicos; por meio de e-mails com assessoria técnica e ouvidoria	Por meio de visitas / entrevistas direcionadas a técnicos; por meio de e-mails com assessoria técnica e ouvidoria

Fonte: DUTRA, L. S. 2017.

5.4.3 Da existência de projetos de reestruturação dos mercados

Diante dos anos dos mercados públicos do Itaquí-Bacanga houve algumas tentativas para reestruturação (revitalização, reforma, construção) desses mercados, como a exemplo o próprio mercado da Vila Embratel que foi reestruturado nos anos de 1980, já reportado, no que diz respeito ao mercado do Anjo da Guarda, desde época de inauguração, nunca passou por serviço de reestruturação, porém, já houve projeto com tal objetivo, destaca-se, o projeto então apresentado pela Prefeitura de São Luís, sob gestão de João Castelo em 2011.

Em 2010 houve várias discussões com a comunidade do bairro e trabalhadores do mercado do Anjo da Guarda, para elaboração e conclusão do Projeto Físico de Restauração Completo do Mercado⁴⁶, que na época já no final da gestão do então ex prefeito João Castelo, ficou alocado boa parte dos recursos financeiros, faltando a contrapartida da Vale. (SAGRIMA, 2017).

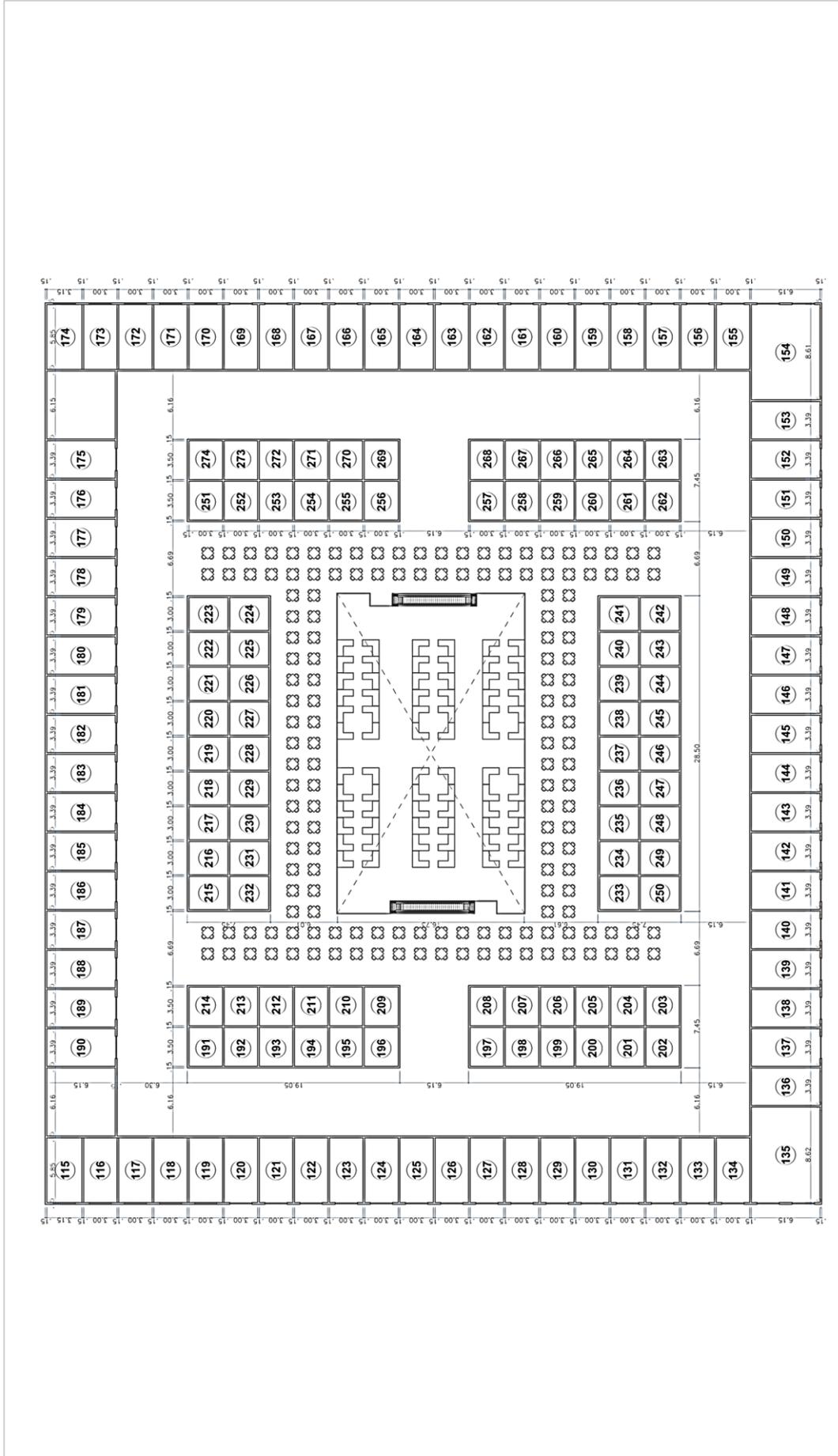
O prefeito João Castelo, na época, já havia prometido a construção do novo mercado do Anjo da Guarda, que custaria entre R\$ 5 a 6 milhões, com recursos próprios da Prefeitura. Os secretários municipais de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA) e de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), desenvolveram na época projeto de reforma e ampliação. Tinham como objetivo a maquete da reforma e ampliação do mercado do Anjo da Guarda, que teria uma área com 616 espaços de comercialização e 376 boxes padronizados. De acordo com a matéria do jornal pequeno, a ideia, segundo secretários na época, seria entregar um novo mercado que funcionaria de forma organizada nos moldes de um shopping popular com praça de alimentação, bancos, farmácias e locais apropriados para os feirantes. (JORNAL PEQUENO, 2011)⁴⁷.

Segue as plantas do projeto de reestruturação que foi assim elaborado com propósito de reforma na gestão da Prefeitura de São Luís no ano de 2011. Nas figuras 39, 40 e 41, respectivamente, Planta baixa parte superior, Planta baixa parte térreo e Fachada frontal.

⁴⁶ Segundo atual pesquisador sênior da SAGRIMA, ex-funcionário da SEMAPA, especialista em estudos de mercados públicos, diz que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tinha no início dos anos 2000, interesse em financiar um projeto de reestruturação do mercado, porém, devido às dificuldades de planejamento, gestão, questões políticas, falta de equipe técnica, o propósito ficou apenas na ideia.

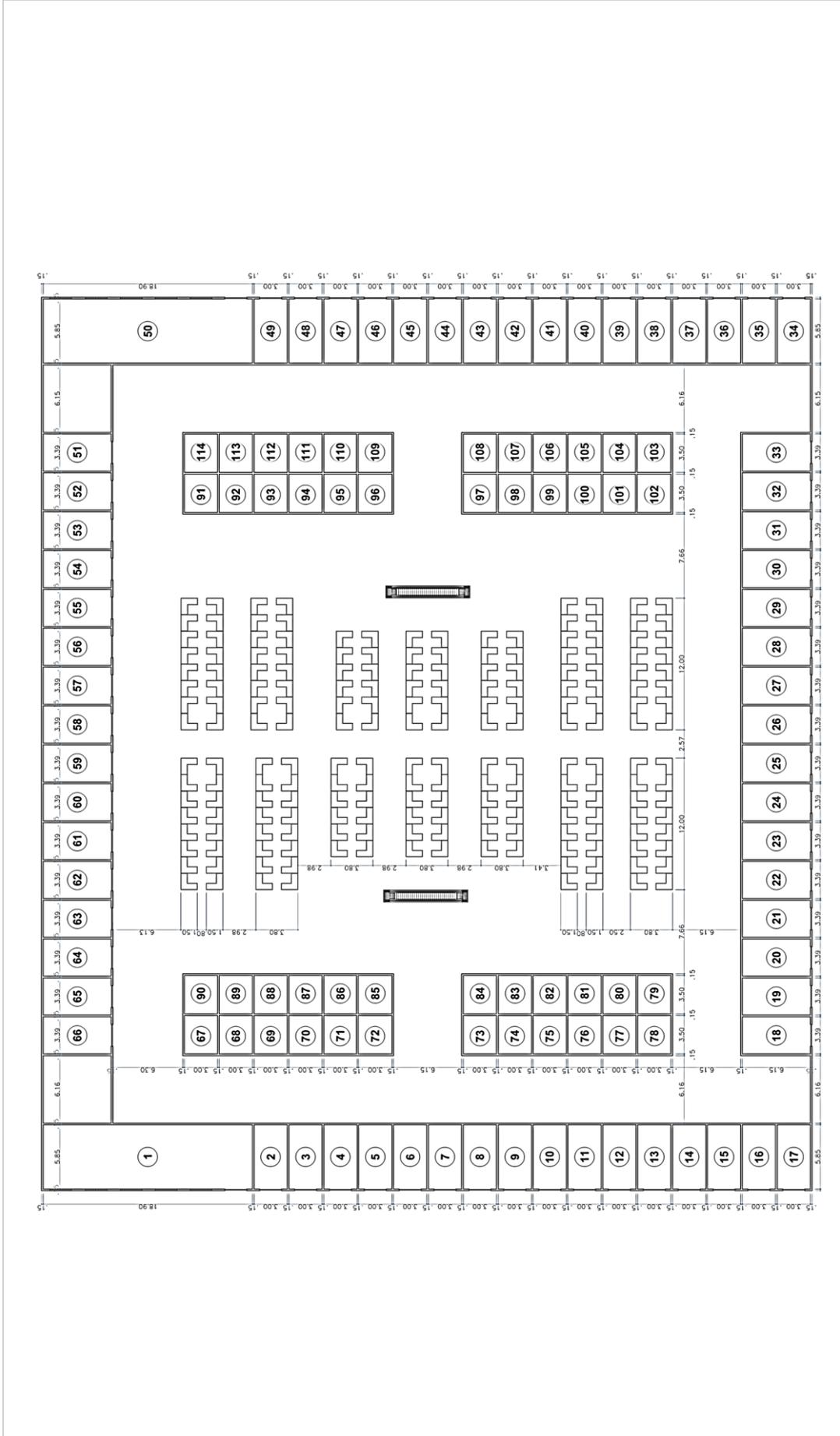
⁴⁷ [Edicaojornalpequeno.com.br/impresso/2011/11/14/castelo-garante-a-construcao-do-mercado-do-anjo-da-guarda-durante-projeto-cidadania-para-todos](http://edicaojornalpequeno.com.br/impresso/2011/11/14/castelo-garante-a-construcao-do-mercado-do-anjo-da-guarda-durante-projeto-cidadania-para-todos).

Figura 39. Planta baixa parte superior do projeto 2011 mercado Anjo da Guarda



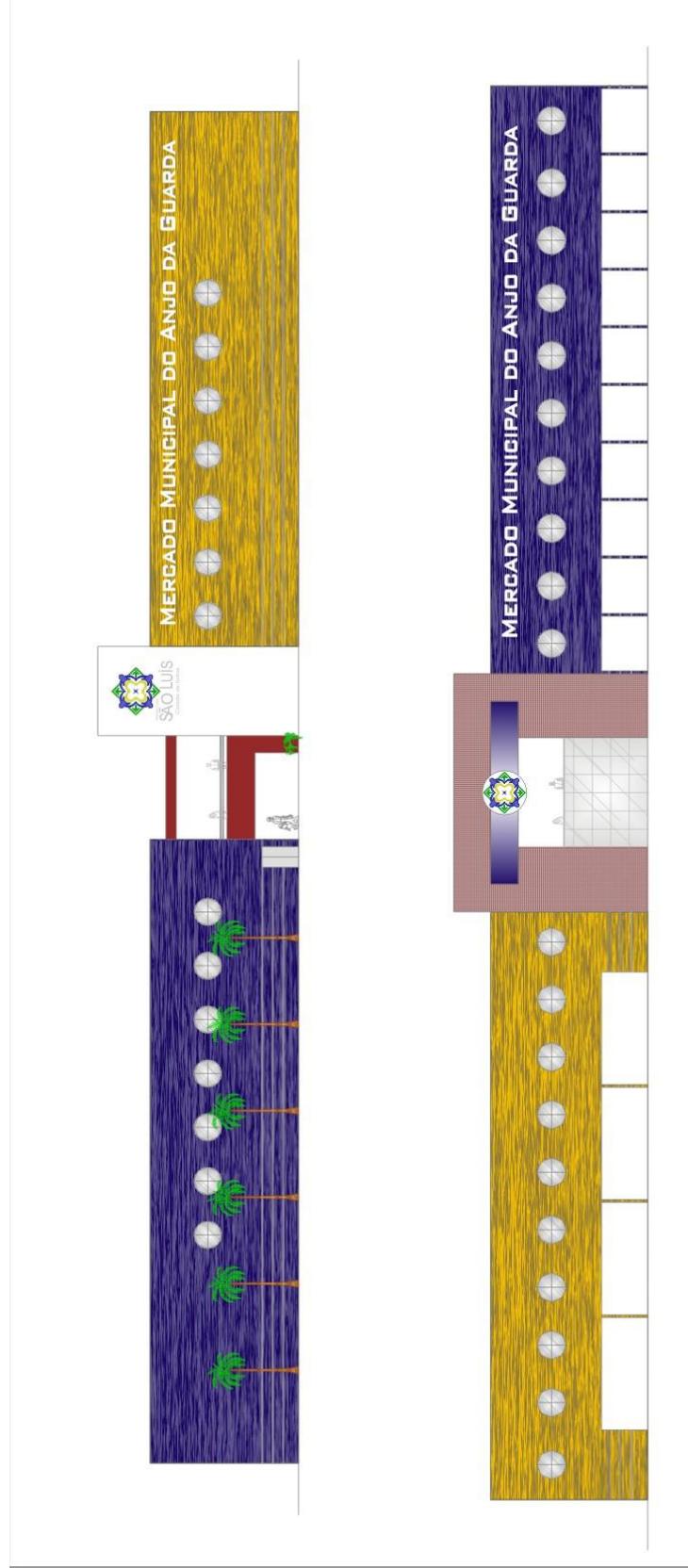
Fonte: SAGRIMA, 2017, elaborado 2011

Figura 40. Planta baixa parte térreo do projeto 2011 mercado Anjo da Guarda



Fonte: SAGRIMA, 2017, elaborado 2011

Figura 41. Fachada frontal do projeto 2011 mercado Anjo da Guarda



5.4.3.1. Atual situação do projeto de reestruturação do mercado Anjo da Guarda

Hodiernamente, de acordo com representante da associação do mercado, o deputado Eduardo Braide, apresentou aos feirantes e comerciantes a autorização de emenda parlamentar, no valor de R\$ 400 mil (quatrocentos mil reais) de recursos estaduais, destinada à Prefeitura de São Luís, para tratar de forma emergencial da reforma do mercado, porém ainda está em tramitação. Segundo o gerente do mercado, isso traz conflitos entre trabalhadores, gestores, moradores; devido a interesses políticos diversos entre partidos.

Ainda o representante menciona a preocupação corrente evidenciada da comunidade do Anjo da Guarda, pois passou o primeiro mandato do prefeito Edivaldo Holanda e nem uma explicação foi dada a respeito do projeto, só agora no segundo mandato, pelo menos atualmente, já foi feito uma reunião entre SEMAPA e feirantes para tratar do projeto como mostra o aviso convidando os feirantes para tratar do projeto de revitalização do mercado (ANEXO G), segundo o gerente do mercado, alguns agentes da prefeitura só informam que está a depender da Vale, e almejam que o início das obras saía logo do papel.

O projeto está em posse da SEMAPA em formato digitalizado, embora seja de benefício público, ainda não está sob poder dos feirantes e também nem foi apresentado do que já está elaborado, no entanto, tem sido marcado e remarcado várias reuniões para tal, segundo a secretaria.

Alguns feirantes se posicionaram dizendo que sempre é a mesma coisa, fazem reunião, falam de projeto, porém, bastam sair do poder político que tudo é esquecido.

Constata-se, uma população cansada de tantas promessas e acordos políticos diante de tais questões; preocupou-se dessa forma em registrar informações de parte do projeto que foi analisado na própria SEMAPA, não sendo permitido ser emitida cópia, segundo a secretaria porque está em processo de reparação e elaboração técnica, o mesmo é intitulado “Readequação do Mercado do Anjo da Guarda: Padronização Interna dos Boxes, Cobertura e Formação Profissional/2015”.

O projeto faz uma descrição inicial da Associação Comunitária Itaqui-Bacanga, descrevendo ações e programas de entidades parceiras na região Itaqui-Bacanga, como Projeto de Extensão “Estratégia Aplicada Nos Pequenos Empreendimentos Ludovicenses”. Nesse a Universidade Federal do Maranhão, aponta como uma de suas estratégias para o desenvolvimento local com a aproximação da academia. Esse foi desenvolvido por professores do Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias para Educação (LITE), do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BCT) e do Núcleo de Tecnologia de

Informação (NTI) da mesma universidade. O projeto teve o objetivo de ensinar pequenos empreendedores a criarem o seu próprio plano de negócio e elaborar estratégias de crescimento.

É relatado sobre o Programa DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS é uma estratégia negocial do Banco do Brasil - BB, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada à diversidade cultural.

Outro programa destacado é ponto de internet no bairro Anjo da Guarda. A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) inaugurou mais um ponto de wi-fi grátis, desta vez na feira do bairro Anjo da Guarda, em São Luís. O governo prioriza a implantação dos pontos em feiras e praças, locais de grande concentração de pessoas. A ação beneficia pequenos comerciantes, feirantes, clientes e todos que circulam e transitam pela região, fazendo movimentar a área de comércio.

A ação de wi-fi grátis faz parte do Programa Cidadania Digital do Governo do Estado, como parte do plano de metas do governo Flávio Dino, e visa democratizar o acesso à Internet em todo Estado, aumentando a inclusão digital. A ideia do programa é criar “Pontos do Saber” em diversos municípios, privilegiando comunidades quilombolas, assentamentos rurais e aldeias indígenas. Cada ponto do saber será um tele centro conceituado, permitindo ao público acesso a serviços online, educação e atividades multidisciplinares; assim se faz importante a referência desse programa, isso porque segundo a SEMAPA, houve levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), apontando o Maranhão como um dos estados brasileiros que possui os maiores índices de exclusão à Internet. Parte assim, do entendimento de que é impossível falar em desenvolvimento sem democratizar o acesso das pessoas ao conhecimento e informação. Por mais esta razão, torna-se o mercado Anjo da Guarda uma fonte para que a formação do feirante possa ser fortalecida através do uso da tecnologia em prol do seu pequeno negócio.

Outros projetos citados: Via Sacra no Anjo da Guarda; Iluminação no Anjo da Guarda; Restaurante do Anjo Da Guarda. Também é feita referência sobre a instituição da SEMAPA e dos projetos com a zona rural (principal produtor para os mercados da cidade). A Prefeitura de São Luís, por meio da SEMAPA, entregou kit de irrigação a agricultores familiares da comunidade Cajupari na zona rural. Os kits de irrigação representam um incremento á qualidade dos produtos fornecidos pelos agricultores familiares cadastrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

executado pela prefeitura na capital, com o objetivo de proporcionar acesso ao alimento às famílias em vulnerabilidade social. São colocadas questões de índices socioeconômicos da população do bairro, como também dos feirantes.

A SEMAPA, enquanto órgão maior responsável pela administração do setor de feiras e mercados públicos de São Luís está tentando realizar o trabalho de organização e mobilização dos feirantes de acordo com seus respectivos postos de trabalho, além de fazer parcerias para execução do projeto, como Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (COMDES), Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), dentre outras parcerias (Ver quadro 15). Demonstra-se o layout dos setores existentes do mercado Anjo da Guarda, feito pelo projeto de revitalização (ANEXO H).

A SEMAPA e o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão (SINDUSCON-MA), assinaram um termo de cooperação técnica para elaboração e estudo de projetos de alguns mercados públicos municipais, entre eles o do Anjo da Guarda. Segundo a SEMAPA o projeto de engenharia e arquitetônico, foi encaminhado para este órgão, para readequação de pontos falhos em questão.

Assim também, o projeto apresenta seus objetivos e metas, tendo objetivo geral requalificar o mercado público do Anjo da Guarda com vistas a proporcionar um lugar de comercialização de alimentos adequado aos padrões da Vigilância Sanitária e promover a capacitação profissional dos feirantes identificados; aumentar a renda dos feirantes, promover condições para que a qualidade dos alimentos fornecidos à população de São Luís residente no bairro Anjo da Guarda e adjacências seja atendida. E tendo como objetivos específicos readequar a cobertura da área física do mercado do Anjo da Guarda; reformar e padronizar as bancadas dos boxes dos feirantes dentro do escopo definido (alimentação); reformar os banheiros do mercado do Anjo da Guarda; reformar o espaço para a gerência do mercado do Anjo da Guarda, com 1 sala de treinamento; capacitar e qualificar 300 feirantes e 150 trabalhadores do mercado Anjo da Guarda; propiciar inicialmente 50 negócios com maior potencial para a fase de aceleração/ampliação; disponibilizar fardamento para os 300 feirantes; implantar a nova regulamentação do mercado do Anjo da Guarda.

Além dessas questões, visa o investimento na qualificação dos feirantes para fortalecimento dos negócios existentes no mercado. Por sua vez, a Ação de Capacitação compreende a realização de cursos para os feirantes trabalhadores no mercado, para adoção de novas práticas no desenvolvimento de suas atividades cotidianas no âmbito do mercado, visando melhorias no desempenho e na gestão do negócio, possibilitando, melhoria da

geração de renda para cada feirante e respectiva família. Serão realizados cursos para desenvolver habilidades técnicas e de gestão dos feirantes, tais como:

Gestão e Empreendedorismo, Fluxo de Caixa, Princípios Contábeis, Marketing e Técnicas de Vendas para todos os feirantes cadastrados;

Assim como Cursos de Educação Alimentar e Nutricional e Boas Práticas de Higiene e Manipulação de Alimentos para todos os feirantes do setor de alimentos.

A capacitação envolve ainda realização de oficinas para Elaboração de Projetos e Planos de Negócios com vista ao Fortalecimento e Crescimento dos Negócios.

A qualificação dos serviços também compreende a melhoria da apresentação visual dos feirantes com aquisição de fardamento e utilização dos EPI - Equipamentos de Proteção Individual, além das placas de sinalização e identificação dos setores do mercado. (Todos esses objetivos e metas podem ser assim melhor visualizados no quadro 16).

Nota-se que grande parte do projeto enfatiza questões de implantação de diversos projetos desenvolvidos no bairro, seu histórico simplificado e caracterização, assim como algumas carências. Com relação às questões mais técnicas e pontuais do mercado, apenas certos itens como localização, área, designer de fardamentos para feirantes, fachada frontal com e sem cobertura (Figura 42).

Quadro 15. Parcerias para execução do projeto de revitalização mercado Anjo da Guarda.

Nome	Contribuição	Tipo de Vínculo
VALE	Recursos financeiros e metodologia para a execução da fase empreendedora	Convênio
ACIB	Apoio ao projeto e interveniente	Convênio
SEBRAE	Capacitação e Assessoria na elaboração dos planos de negócio para incubação e aceleração	Convênio
BANCO DO BRASIL	DRS - capacitação	Convênio
PMSL – SEMUS	Realização de atividades – exames	Institucional
PMSL – SEMCAS	Realização de atividades – cadastramento de famílias	Institucional
PMSL – SEMSA	Realização de atividades - capacitação	Institucional
ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES	Mobilização e organização dos feirantes	Termo de parceria
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	Integração/articulação da comunidade com o projeto/mercado	Termo de parceria
COMDES	Parcerias com as empresas e entidades	Termo de parceria

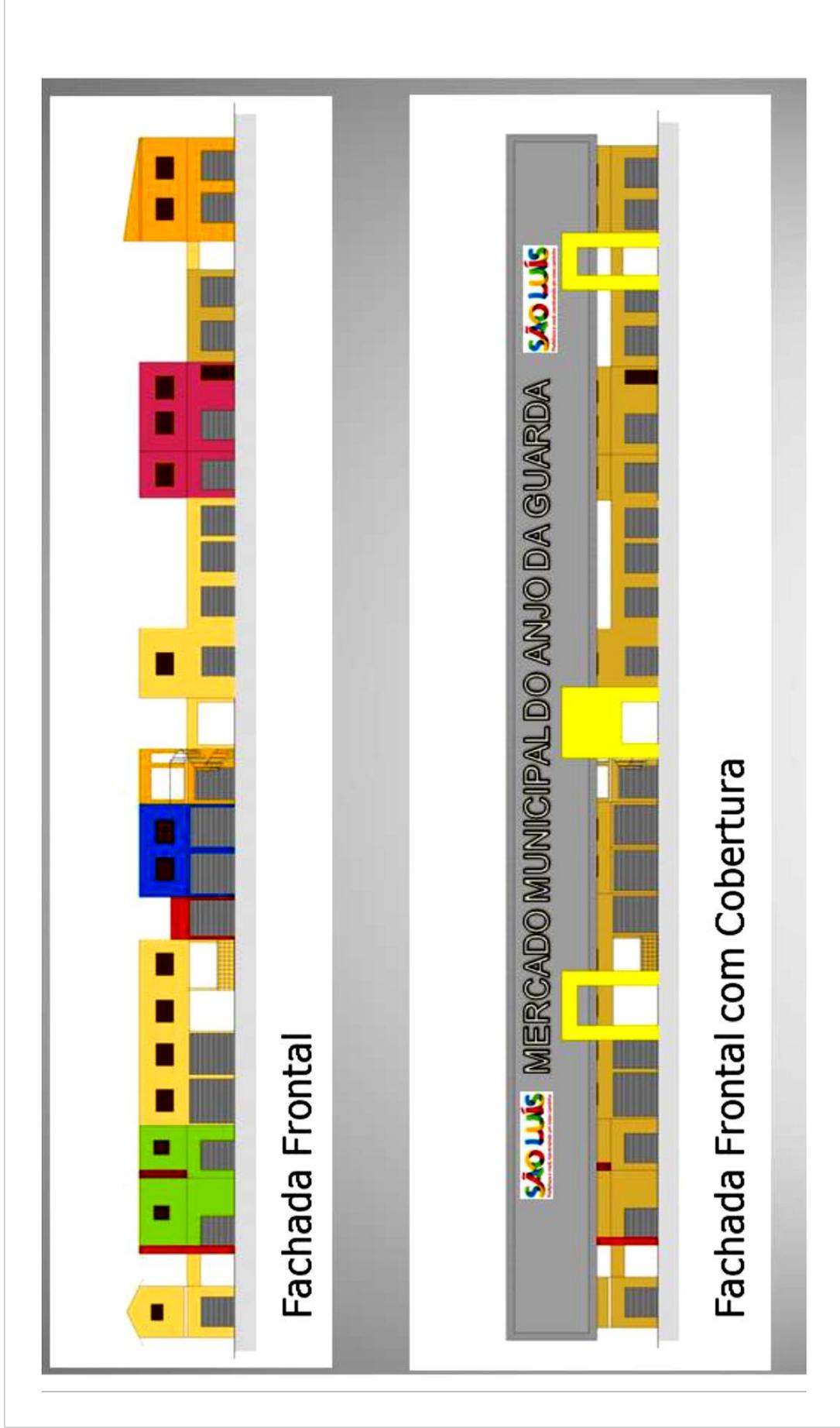
Fonte: SEMAPA, 2017.

Quadro 16. Objetivos e metas do projeto de revitalização do mercado Anjo da Guarda.

Objetivos Específicos	Indicador Quantitativo/Qualitativo	Fonte de Coleta	Periodicidade
Capacitar feirantes e trabalhadores do mercado anjo da guarda	Percentual de cursos realizados	Plano de curso	Mensal
Percentual de feirantes capacitados	Controle de frequência dos feirantes nos cursos; controle de certificados entregue aos participantes	Cronograma de aulas realizadas	Mensal
Propiciar a incubação e aceleração de 50 negócios no mercado	Quantidade de negócios apoiados	Cadastro de feirantes; planos de negócios elaborados	Semestral
Readequar a cobertura da área física do mercado do anjo da guarda	Área física pronta	Cronograma de obra	Mensal
Reformar e padronizar as bancadas dos boxes dos feirantes dentro do escopo definido (alimentação)	Quantidade (unidade) bancadas prontas	Cronograma de obra e relatório de entrega formais aos feirantes	Mensal
Reformar os banheiros do mercado do anjo da guarda, reformar o espaço para a gerência do mercado do anjo da guarda, com 1 sala de treinamento	Área física pronta	Cronograma de obra	Mensal
Disponibilizar fardamento para os 300 feirantes	Camisa, calça, bonés e bermudas entregues	Lista de cadastro de feirantes (fase inicial do projeto)	Única entrega
Implantar a nova regulamentação do mercado do anjo da guarda	Nova regulamentação homologada	Cronograma de obra	Única entrega

Fonte: SEMAPA, 2017.

Figura 42. Fachada frontal do projeto 2015 mercado Anjo da Guarda (com e sem cobertura)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, na pesquisa não se buscou transcrever categoricamente o espaço, lugar, mas de apresentar alguns percursos de onde estão envolvidos juntos a elementos que podem ser estudados diante de determinadas concepções na cidade. Buscando uma ligação entre autores que em certos pontos dialogam questões em comum do espaço produzido, com ênfase no território e área urbana, representado pela cidade e seus elementos, neste último enfatizado os mercados públicos.

Em consequência verifica-se que o espaço contém o território configurado; o território corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem: estradas, fábricas, residências, ou seja, verdadeiros elementos que estão contidos nas cidades; a materialidade do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese e conteúdo técnico e social.

Pondera-se que foi por volta de 1970 que passaram a surgir os bairros mencionados nesta pesquisa. A partir de uma população residente em áreas que eram inóspitas e passaram a ser ocupadas, surge então à necessidade de elementos urbanos para suprir às necessidades destas populações, como os mercados; no entanto, esses bairros surgiram sem ordenamento territorial e por serem bem populosos, acabam tendo necessidades redobradas de melhores condições ambientais, urbanas, seja de infraestrutura ou higiênico-sanitárias. Estes bairros, paralelamente aos seus elementos estruturais urbanos, mostram-se com características preocupantes; indicando que apresentam problemas infraestruturais demasiados.

Ao analisar as bibliografias voltadas para estudos dos mercados, concebe-se que em sua grande maioria, estiveram intrinsecamente ligadas aos estudos das feiras, com exceção a estudos voltados para o meio arquitetônico do mercado, ou seja, ao que diz respeito a apenas sua estrutura fixa, física. É de interesse observar que estudar mercado, é também estudar parte das feiras, pois ambos estão inerentemente ligados. As feiras podem se formar dentro do próprio mercado, ou formam-se em seus arredores, emergindo como formação de territorialidades ao entorno. Assim como o mercado possui formas espaciais, no que trata suas estruturas e funções, as feiras aos arredores, compõem territorialidades, possuindo também formas espaciais, no entanto, de caráter mais funcional e menos estrutural. Ambos os elementos, possuem durações no tempo, requerendo em seus movimentos permanente interpretação.

Sobre perfil social dos trabalhadores, muitos destes foram expulsos do campo, impulsionados pelas mudanças que ocorreram no mesmo em diferentes períodos históricos,

migrando-os para o espaço urbano, contribuindo para o crescimento da cidade e consequentemente muitos foram exercer atividades em feiras e mercados. Devido ao grande adensamento no Centro, como da ausência de moradias nessa área, muitos grupos populacionais deslocaram-se para área da periferia de São Luís e acabaram por desencadear o desejo de suprir com suas necessidades alimentares e de trabalho, emergindo feiras, mercados, acompanhados de trabalhadores oriundos da região do interior do Estado, e ainda com baixa escolaridade.

Já em relação ao início dos mercados, ambos eram somente feiras, e surgiram após os bairros, comprovando que o aparecimento destes eclode pela necessidade das populações locais; a administração deles era de responsabilidade da prefeitura, onde logo depois, foi repassado para administradores locais, notou-se que nos dois mercados existem pessoas que conhecem bem o local, porém, ainda não desempenham serviços satisfatórios para organização mais plena destes, seja por uma melhor aplicabilidade do dinheiro arrecadado, por falta de instrução, ou falta de parceria com a prefeitura, ou ainda um descompromisso. Em ambas associações existem membros familiares dos administradores também envolvidos em atividades.

Considera-se que a profissão feirante não se restringe somente a categoria de gênero. Reparou-se a presença relevante das mulheres nestes lugares. É comprovado que a maioria dos trabalhadores possui baixa escolaridade ou não possui nenhum grau de escolaridade; constatando que a etnia prevalecente é negra e parda nos dois mercados, sendo que são essas mesmas etnias, as mais comuns nos bairros da periferia de urbanização popular. Os que representam idosos trabalhando, mostram que esses trabalham no mercado para ajudar a compor a renda da família, desempenhando atividades na informalidade.

A maioria dos trabalhadores é do próprio bairro. Muitos destes moram em áreas aos arredores, todos localizados na região Itaqui-Bacanga. Dos entrevistados, muitos já residem nos bairros há muito tempo, logo, já são trabalhadores que associado com o tempo de moradia nesses territórios, estão paralelos a esses lugares de trabalho há anos exercendo atividades comerciais.

Das condições de trabalho identificou-se uma quantidade expressiva de pessoas que afirmam trabalharem no mercado por necessidade ou para sustentar a família, enquanto alguns outros apresentam uma quantidade que trabalham oriundos de atividade herdada da família. É importante destacar que 32% no mercado da Vila Embratel (M2), mostra que esses trabalhadores possuem vínculos de parentesco e que exercem a atividade no mercado.

Depreende que além da atividade de feirante, esses desempenham outras atividades, tais como pedreiro, frete, sendo essas as atividades mais frequentes. Outras que aparecem são carpinteiro, revendedora, vigia (segurança privada), babá, eletricista, atividades essas que não precisam de um nível maior de escolaridade. Esses trabalhos são considerados subempregos dentro do sistema capitalista. Possui nos dois mercados existência de uma parcela que é aposentada via (INSS), ou recebe auxílio bolsa família.

Em sua totalidade, dos que desenvolvem outras atividades, relatam que com o trabalho no mercado não conseguem suprir com suas necessidades básicas, então acabam por tentar complementar a renda; também os que recebem algum tipo de auxílio, como aposentados, afirmam que só o salário não é o suficiente para comprar os mantimentos que precisam, por isso, optam em continuar trabalhando, e os que ganham auxílio bolsa família revelam que também precisam de mais renda para suprir suas necessidades. Concebe-se que o trabalho proporciona uma renda baixa para diversos, menor que um salário mínimo. Em se tratando de uma renda um pouco mais elevada é quase inexpressivo.

O trabalhador diante de sua profissão feirante, quando perguntado do deslocamento para outros locais para venda, mais da metade em ambos, mercado do Anjo da Guarda (M1) 74% e mercado da Vila Embratel (M2) 84% não se deslocam. Desses trabalhadores, alguns (15) evidenciaram que não se deslocam porque pressupõem, que a maioria dos consumidores, não adquirem produtos de origem hortifruti em outros locais que não seja os pontos já antigos de venda, frisando que muitos clientes voltam, e outros já são até exclusivos. Os demais trabalhadores tem variadas respostas, acreditando não ter muita diferença de um ponto a outro; ou que os supermercados desanimam a venda local e em outros pontos, então, nem deslocam-se; ou se perguntam, “por que ir para outro ponto?” alguns relatam não ter condições físicas e financeiras. Em contrapartida, há uma quantidade pequena que se desloca para outros locais, para tentar vender seus produtos. Alguns mencionaram terem mais de um boxe em outra parte do mercado, ou uma banca na parte externa, pertencente ao próprio ou da família, alguns evidenciaram, que no momento não estão em uso.

Tratando ainda sobre deslocamento, questionou-se de quais outros bairros se faz presente pessoas para comprar nos mercados. Apreendeu-se que no M1, os bairros com pessoas mais frequentes foi Gancharia e Vila Nova e M2, Paraíso e Sá Viana.

Nos mercados pode-se entender que existam interesses em comuns dos feirantes de como estes podem melhorar suas rendas. Ressalta-se que associaram a ausência de serviços de manutenção e gestão como entrave, assim também, como necessidade de ferramentas

modernas (cartão magnético), e ainda investimento em seus próprios produtos; alguns não souberam ou não opinaram.

Quando questionados se clientes já deixaram de comprar no mercado para comprar em outro lugar, é indicado que no M1 83% e M2 68% que sim; já ao motivo de atribuição dessa mudança, os itens em comum que apareceram com mais frequência foram os surgimentos dos supermercados no M1 69% e M2 com 53%, depois a presença dos vendedores externos e ausência de investimentos, respectivamente com percentuais no M1 com 17% e 14%. No M2 estes dois últimos itens também aparecem em destaque, só que em maior percentual a ausência de investimentos com 35% e em último percentual 12% vendedores externos.

Com relação às sugestões de melhoria desses lugares, as categorias mais citadas foram infraestrutura e limpeza; no M1 31% infraestrutura, 37% limpeza; M2 28%, 20% e em segundo as categorias mais mencionadas foram à segurança e organização; com médias variações de percentual, no M1 14% segurança, 6% organização; M2 12%, 20%. Não sabem ou não opinaram M1 6% e M2 20%.

Os mercados apresentados no território do espaço urbano acabam por si, formando as territorialidades. Nestas nos deparamos com as mais diversas formas de contatos com o espaço, lugar, cada um, na sua forma de identificar-se com o mesmo. De buscar o sustento, labutar, sobreviver; demonstrado por meio de carroceiros no transporte de mercadorias e também com vendedores ambulantes, muitos no meio das ruas, isso, devido a ausência de planejamento que interfere diretamente na formação informalidade, válido essa consideração tanto no mercado econômico, quanto na estrutura da forma física da cidade.

Assim, os mercados e suas formações de territorialidades, as feiras, não estão em condições urbanas, infraestruturais, e higiênico-sanitárias satisfatórias para uso da população, tanto de trabalhadores locais, e conseqüentemente para consumidores. Essa territorialidade se forma a partir da ausência de política direcionada efetiva, “desconhecimento de causa”, desinteresse.

Apesar de problemas sérios relacionados aos fatores mencionados, cuja ausência de serviços públicos ou privados, somado a má gestão de trabalhadores locais, descaracteriza o ambiente que deveria ser saudável, descaracteriza os pontos de troca e venda das mercadorias/produtos, comercializados nos mercados e também em feiras, portanto, ainda pode-se olhar a importância social desses lugares para um número considerável de cidadãos.

Sobre dados já apurados, supõe que as noções a cerca da contaminação nos mercados tem pouca ou quase nenhuma interferência de conhecimentos técnico-científicos, resultante da baixa escolaridade dos sujeitos e da falta de ações educativas, principalmente, quanto à noção

de contaminação microbiológica. Para muitos trabalhadores, a lavagem, cozimento, são os processos mais importantes para limpeza dos alimentos.

Por conseguinte, o mercado tradicional, dentro do centro, tem uma visão mais separatista, entre feira e mercado, estrutura física; mas o mercado nos bairros de urbanização popular, é algo menos criterioso, inerente a irregularidade, isso porque deduz que em sua maioria foram formados concomitantemente a formação do próprio bairro, que este em si, não foi concebido de maneira planejada, porém, isso não quer dizer que os mercados não possam ser organizados nestes territórios. O mercado é um elemento, que compõe a territorialidade, tornando-se lugar de significados. Tudo isso está intrinsecamente inserido no bairro, dentro da cidade, compondo o espaço urbano.

Ressalta-se que o bairro da Vila Embratel, apesar de em seu início ter sido feito planta para ajudar no processo de uso e ocupação, o mesmo não se sucedeu de forma planejada adequada, formando posteriormente áreas de aglomerados.

Mesmo diante da evidência, que a problemática relacionada a doenças no local de trabalho, transcende além das boas práticas individuais, essas ainda se fazem importantes, visto que para o homem viver de forma salutar no espaço urbano é necessário manter hábitos saudáveis, como forma de contribuir para amenizar problemas de saúde e afastar agentes patógenos. Essa problemática somada à própria falta de cuidados básicos com a saúde deve ser urgentemente reparada.

Com relação à origem dos produtos, muito são comprados na CEASA como frutas, legumes, e hortaliças, que assim este recebe de outras regiões do estado, como Turiaçu, Araiões, Santana do Maranhão e também recebe de outras capitais como Belém, Recife. Também existindo outros espaços pra onde os trabalhadores deslocam-se, como para o João Paulo, Portinho, Feira da Liberdade, mercado Central.

Registra-se que apesar da falta de cuidados básicos de higiene, ainda sim, existe uma predominância de produtos frescos.

O risco de pessoas adoecerem através de alimentos que não estejam sobre boas práticas de higiene, estando conseqüentemente mais vulnerável a contaminação, é uma preocupação constante. Muitos microorganismos presentes em alguns alimentos provocam o aparecimento de intoxicações alimentares, e infelizmente esses alimentos, na maioria dos casos não apresentam alterações em seu cheiro, sabor.

Ao que trata sobre a conservação dos alimentos, a estocagem se faz relevante, visto que, é uma etapa que visa armazenar e controlar a entrada e a saída dos alimentos em estoque. Existem diferentes meios de conservação, sendo que uns permitem destruir quase a totalidade

dos microorganismos, enquanto outros impedem ou retardam o seu crescimento e proliferação. Nos mercados, identificou-se que muitos trabalhadores fazem esforços para tentar proteger seus alimentos, isso porque almejam comercializar um produto de qualidade, que não ofereça risco, no entanto, mesmo diante dos cuidados os alimentos ainda sim, devido a más condições gerais do lugar de trabalho, acabam ficando vulneráveis a contaminações.

Da avaliação das condições higiênico-sanitárias, quanto aos aspectos microbiológicos dos alimentos comercializados no mercado Anjo da Guarda, as amostras estiveram fora dos padrões estabelecidos para Coliformes a 45° C, apresentando valores acima de 100 NMP/g, já os *Staphylococcus*, obtendo-se contagens acima de 6000 UFC/g tornam-se situações de grande risco para a saúde, no entanto, na pesquisa não se identificaram números acima dos estipulados pela resolução de regulamento técnico sobre padrões microbiológicos, mas, ainda sim, por apresentar médias quantidades do *Staphylococcus*, apresentam-se em condições higiênico-sanitárias de manipulação insatisfatórias. Ressalta-se também que por conter entre médias e altas contagens do grupo coliformes, associadas à presença dos próprios *Staphylococcus* e *Escherichia Coli*, reforçam a hipótese de processamento inadequado e/ ou recontaminação pós-processamento, ou durante o processo de manipulação da venda do produto, ou do lugar onde é executada a venda.

Não se pode julgar somente pela forma de manipulação ou afirmar que somente o local no mercado está em condições insalubres, isso porque existem diversos fatores que podem influenciar no processo de alteração da quantidade de microorganismos do produto, tais como alguns já mencionados, dentre outros, colheita e o clima.

As análises subsidiam e traz à tona a necessidade de uma melhor atenção com produtos comercializados nas feiras e mercados, pra que sejam vendidos com cuidados redobrados, consolidando a necessidade constante de processo de fiscalização, cuidados básicos de saúde e limpeza dos lugares e espaços públicos em geral. Considerando os resultados obtidos, torna-se necessária a implantação e intensificação de medidas de controle na produção, manipulação, transporte e armazenamento destes produtos, além da orientação quanto aos riscos de consumo desses alimentos in natura.

Diante dessas questões, pressupõem, equiparando-se a capital ludovicense passa por problemas semelhantes à de muitas outras cidades do interior do Estado, sobretudo, ao que diz respeito a infraestrutura e do uso e ocupação do solo urbano, que muito precisa de uma gestão articulada; os mercados públicos da região Itaquí-Bacanga, estão em situações insalubres, assim como muitos mercados da capital, precisando estar todos inseridos em um melhor e

planejamento de gestão compartilhada, mantendo parcerias entre Estado, Prefeitura e comunidade.

Diante da discussão, considera-se o mercado no bairro de urbanização popular como um molde das desigualdades sociais presente na cidade, que foram estas iniciadas no processo de surgimento da cidade. Assim sendo, o mercado público é um elemento revelador da real cidade, porém, não em sua totalidade, pois existem outros espaços, outros lugares a serem analisados durante as variadas dinâmicas dos processos de crescimento e transformação. Mesmo devido a muitas características serem observadas e ditas como ruins ou regulares, ou remetida à confusão, passagem de pessoas, problemas de infraestrutura, limpeza, situação sanitária, água, segurança, transporte de mercadorias; os mercados se perpetuam no espaço urbano atual.

Quando confrontado os mercados públicos versus os supermercados, é notório que os mercados passam por concorrência desleal, sobrevivendo frente aos desafios do capital; os mercados insistem em resistir à concorrência desses estabelecimentos recheados das formas mais modernas de comercialização e higiene, como também às políticas de armazenamento e abastecimento. Muitos trabalhadores consideram seus próprios lugares de trabalho como desafio frente aos supermercados que existem em suas regiões, fato esse muito presente em outros lugares da capital, em diversas outras cidades do Brasil, que possuem seus mercados públicos sem condições satisfatórias.

Reafirma-se a importância de implementações de políticas públicas no sentido de sanar com problemáticas urbanas, entre elas, a má gestão dos mercados públicos na região do Itaquí-Bacanga, que acaba por deixar estes lugares em situações de condições urbanas infraestruturais e higiênico-sanitárias insatisfatórias. Por isso, é de extrema importância o planejamento como necessário juntamente aplicado com as políticas públicas, por meio de programas, projetos ou ações, para contribuir no sentido de uma melhor qualidade e desenvolvimento de questões socioeconômicas. Para que esses projetos venham a ser concretizados é necessário o comprometimento de gestores, técnicos, políticos, que devem estar também aptos e interessados em uma gestão comprometida da cidade pra o bem-estar da população.

REFERÊNCIAS

- AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AKERMAN, MARCO. **Práticas de avaliação em saúde no Brasil: diálogos** / Marco Akerman, Juarez Pereira Furtado, organizadores. – Porto Alegre: Rede Unida, 2015. 374 p. – (Série Atenção Básica e Educação na Saúde).
- ALKIRE, S. **Dimensions of Human Development**. *World Development*, 30 (2): 181-205, 2002.
- ALMEIDA, M. D; PENA, P. G. L. **Feira Livre e Risco de Contaminação Alimentar: Estudo de Abordagem Etnográfica em Santo Amaro, Bahia**; *Revista Bahiana de Saúde pública*. jan./mar. 2011. V. 35, N. 1.
- ALMEIDA. M. C. P. de. **O MOVIMENTO QUILOMBOLA NA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE: história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em Pinheiro**. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, RN. 2013. 13p. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343653_ARQUIVO_OMovimentoquilombolnaBaixadaMaranhense.pdf. Acessado em 15 de agosto de 2017.
- ANDRADE, M. de M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- ARAÚJO, P. C. A. e BARBOSA, L. R. **Feira, lugar de cultura e educação popular**. In: revista “Nova Atenas” de Educação Tecnológica. Volume 7, Número 2, jul/dez/2004. Disponível em: www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais. Acessado em 21.08.2017.
- ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz. **Urbanística Medieval**. San Sebastián (ES): Kriselu, 1990.
- AZAMBUJA, M. **A gastronomia como produto turístico**. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). *Turismo Urbano*. São Paulo; Contexto, 2001.
- AZEVEDO, A. M. F.; et. al. **Manual do preparador e manipulador de alimentos**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Saúde. 2002. disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/126881/DLFE2012.pdf/manual_manip_alimentos.pdf. Acessado em 02 de setembro de 2017.
- BARCELLOS, Christovam. Organizador. **A geografia e o contexto dos problemas de saúde**/Rio de Janeiro: ABRASCO: ICIT: EPSJ, 2008.384 p.: ii; 23 cm. (Saúde Movimento; n.6).
- BARCELOS, C. **Unidades y escalas em los análisis espaciales em salud**. *Revista Cubana de salud Pública*, 29 (94): 307-313, 2004.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana. 2ª Edição**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BELTRÃO SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. **Agente econômicos e reestruturação urbana e regional.** (Geografia em Movimento), cidades em transição. Editora Outras Expressões. SP, 1ª Ed. 2012. 288p.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, **Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural.** In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Org.). paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2004. p. 84 – 91

BOYER, M. C. **The City of Collective Memory.** Its Historical Imagery and Architectural Entertainments. Cambridge Mass.: MIT Press, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Presidência da República: Casa Civil. Brasília, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII.**São Paulo, Martins Fontes, 1996.

BURNETT, C. F. L.; OLIVEIRA, A.; MELO, J.; DUTRA, L. S. **Planejamento e Gestão de Cidades no Maranhão: O executivo municipal e o controle do solo urbano.**– São Luís: EDUEMA, 2016.

BURNETT, F. L. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais** / Frederico Lago Burnett. São Luís: EdUEMA, 2012.172 p. (Coleção São Luís 400 anos).

BUSS, P. M. e PELLEGRINI FILHO, A. **Determinantes Sociais da Saúde.** Editorial, Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2006.

CAMPOS, M.; KIPNIS A. A.; MCDPB, VIEIRA, C.; et al. **Caracterização fenotípica pelo antibiograma de cepas de Escherichia coli isoladas de manipuladores, de leite cru e de queijo “Minas Frescal” em um laticínio de Goiás, Brasil.** Cienc Rural.2006;36(4):1221-27.

CARLOS, A. F. A. (Org.) **Ensaio de geografia contemporânea.** Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007, 123p. disponibilizado em: m: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>.

_____ **A Cidade.** 6ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____ **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015.

_____ **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007, 85p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>; acessado em: 15 junho de 2017.

_____ **“O lugar: mundialização e fragmentação”** in Fim de século e globalização. Hucitec São Paulo, 1993.

_____ **A Questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. São Paulo: Paz e terra, 2000, 590p. (coleção pensamento crítico).

CASTRO, J. **O livro negro da fome.** São Paulo: Brasiliense, 1960.

CENCI, S. A.; SOARES, A. G.; FREIRE JUNIOR, M. **Manual de perdas pós-colheita em frutos e hortaliças**. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CTAA, 1997. 29p. (EMBRAPA-CTAA. Documentos, n.27).

CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio**. 2. ed. rev. e ampl. Lavras, UFLA, 2005. 785p.

CLARK, D. **Introdução a Geografia Urbana**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. 1991.

Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA, (2014): **PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-PLAMSAN 2014-2017**. Disponível http://www.agenciasaoluis.com.br/midias/2017_final. Acessado em 04 de agosto de 2016.

CONCEIÇÃO, S. S da. **Modernização e Urbanização no Contexto de São Luís na Década de 60: o caso do Anjo da Guarda**. 2007. 53f. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís: UFMA, 2007.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**, 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993. 94 p.

_____. Resumo do livro: **O Espaço Urbano**, de Roberto Lobato Corrêa (Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995. p.1-16. Publicado em <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>.

_____. **Espaço, um conceito chave da geografia**. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CUNHA, H. W. A. P. **Lugar de Cadeirante é em casa? Mobilidade, acessibilidade no transporte coletivo e o espaço da diferença em São Luís** / - Presidente Prudente: 2012 f.: il.

CUNHA, F. Abril2010. **Fotografias**. Disponível em <https://www.panoramio.com/19/01/2017>.

DAVID, C. de. **Trabalho de Campo: limites e contribuições para a pesquisa geográfica**. Revista do Departamento de Geografia, UERJ, n. 11, p. 19-24. 2002.

DELJAICOV, A. **MÓBILE: A revista do CAU/SP – Conselho de Arquitetura e Urbanismo**. Impresso. 1 jun. 2014. 50p.

DINIZ, J. S. **As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos**. São Luís: Ciências Humanas em Revista, 2007, pag. 167- 179.

_____. **A Dinâmica do Processo de Segregação Sócio-espacial em São Luís (MA): o caso da Vila Cascavel**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

DUTRA, L. S.; ROCHA, G. P.; VALE, M. R.; **Perfil Socioeconômico dos Feirantes da Vila Embratel**. Trabalho de Seminário, do Curso de Geografia. Universidade Federal do Maranhão. 22 p. 2009.

_____. **Análise e avaliação de políticas públicas voltadas para o planejamento urbano: Primeira Etapa do PAC, no Bairro da Vila Palmeira, em São Luís – MA.** Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Maranhão, Curso de Geografia, São Luís, 76 p. 2014.

FAÇANHA, A. C.; AQUINO, C. M. S.; CARDOSO, J. A.; SILVA, S. S.;(Org.) **Geografia: o regional e o geoambiental em debate/** Teresina: EDUFPI, 2015. 247p. :il.

ESTATUTO DA CIDADE E LEGISLAÇÃO CORRELATA. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal. Brasil. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p. I.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva (org.) – **O espaço geográfico da baixada maranhense – São Luís, MA:** EDUFMA, 2013. 236p. 2. Ed. – Revista e Ampliada.

FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** – São Luís: EDUFMA, Colorgraf. 2014. 154p.

_____. **A Questão Urbana Maranhense: problemas de um discurso desenvolvimentista que não prioriza a gestão e o ordenamento territorial.** Projeto de pesquisa “A atual configuração da rede urbana maranhense: 1990-2010”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, Disponível em .pdf. Acesso em 14 de março de 2014.

_____. **Políticas Territoriais e a Reorganização do Espaço Maranhense.** 2008.269f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, L. F.. **Illuminando o Lugar: três abordagens** (Relph, Buttimer e Harvey). Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, jan/julho de 2002. v. 22, n.01. p. 43-72.

FERRETTI, M. M. R. **De Segunda a Domingo, etnografia de um mercado coberto.** São Luís, SIOGE, 1985.

FERRETTI, S. (Organizador). **Reeducando o Olhar: Estudos Sobre feiras e Mercados.**

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte.** 2006. 172f. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, jun. 2006.

FILHO, J. B. **Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica.** Revista Espinhaço, 2013 2(1): 41-51. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/espinhaco/article/download/221/200>.

FRANCO, B. G. M; LANDGRAF, M.; DESTRO, M. T. **Microbiologia dos Alimentos.** São Paulo, Ed. Atheneu, 2005. p27-171.

GARCIA RWD. **Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana.** Rev. Nutr. 2003; 16(4):483-92

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HESPANHOL, R. A. M.; MOREIRA, E. V. **O Lugar Como uma Construção Social**. Revista Formação, Nº 14 volume 2 – p. 48-60. 2007. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf. Acessado em 18. junho de 2017.
- ICE-MA. Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão. **Indicadores Sociais/ Ferramentas para Influenciar Políticas Públicas**. Documento Digital em CD. 2017.
- JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 516 p. (Coleção “a”).
- LA JARA, J.; TORRES HIDALGO, M.; SALCEDO HANSEN, R. **A cidade na perspectiva dos determinantes da saúde / The city from the perspective of health determinants**. In: Galvão, Luiz Augusto C; Finkelman, Jacobo; Henao, Samuel. Determinantes ambientais e sociais da saúde. Rio de Janeiro, Opas; Editora Fiocruz, 2011. p.197-214.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEFEBVRE. H. **O Direito à Cidade**. Editora Centauro. 5ª ed. São Paulo, 2008.
- LEMOS, J. J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre/ - 2. ed. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 476p. 2008.**
- LIP LINCHAM, C.; ROCABADO QUEVEDO, F.; Peru. Ministério da Saúde; Universidade Norbert Wiener; OPS; 2005. **Determinantes sociais da saúde no Peru**. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org:80/regional/resources/rep-31968> Acesso em 10 de abr de 2016.
- LOPES, W. S.; VALDERI D. L.; SHIVA, P. **Avaliação dos impactos ambientais causados por lixões: um estudo de caso**. XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental. ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2000.
- LOUREDO, P. **Contaminação dos alimentos**. 2012. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/biologia/contaminacao-alimentos.htm>. Acesso em: 25 setembro 2017.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MASCARENHAS, G. **O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência** (Rio de Janeiro: 1964-1989). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 1991.

M. M. Servilha; S. M. Doula. **O mercado como um lugar social:** as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. *Revista Faz Ciência*, v.11, n.13 Jan./Jun. 2009, pp. 123-142.

MAMISUKA, E. **Projeto de resistência microbiana em serviços de saúde**, *Staphylococcus*. ANVISA, 2005. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** / 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112p. :il.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** V. I. São Paulo: ed. Abril Cultural, 1983.

MARX, V.; COSTA, M. **Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições ao Habitat III.**- Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. 314p. :il. ; 16x23cm.

MENARD, L. P. et al. **Expression, purification and biochemical characterization of enteroaggregative Escherichia coli heat-stable enterotoxin 1.** *Protein Expression and Purification*, v. 33, p. 223-231, 2004.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S.; Organizadores; **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** [revisão de texto Maria José Maio Fernandes Naime]. – [Curitiba]: Ed. Da UFPR, 2002. 270p. : il. (Pesquisa; n.69).

MENDONÇA, Silvana Correia de; CORREIA, Roberta Targino Pinto; ALBINO, Elina; **Condições Higiênico-Sanitárias de Mercados e Feiras–Livres da cidade de Recife – PE.** *Revista Higiene Alimentar*, São Paulo, v. 16, n. 94, p. 20 – 25, mar. 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, home page. **Doenças Transmitidas por Alimentos – Informações Técnicas.** Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar>. Acessado em 08 maio 2017.

MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica.** 21. ed., São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, I. V. D. **Avaliação de impacto ambiental.** Rio de Janeiro: FEEMA, 1985.

MOTT, L. **A feira do Anjo da Guarda:** estudos de uma Instituição Econômica num Município Sergipano de São Francisco. Tese (Doutorado em Antropologia) – UNICAMP, Campinas (SP).1975.

_____. **Feiras e Mercados: Pistas para Pesquisa de Campo.** In : FERRETTI, Sérgio (org.) *Reeducando o olhar: estudo sobre feiras e mercados.* São Luís: EdiçõesUFMA; PROIN(CS), 2000. Capítulo 1, p. 13-34.

_____. **Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil.** *Revista de História*, v. 53. P. 81 – 106. 1976.

MOURA JÚNIOR, C. **Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua:** o caso de São Luís. – São Luís: EDUFMA, 2010.

NASCIMENTO, A. R. ; MOUCHREK FILHO, V. E. ; **Noções de Análises Físico-Químicas e Microbiológicas de Alimentos**. UFMA / Universidade Federal do Maranhão. Departamento de Tecnologia Química - Programa de Controle de Qualidade de Alimentos e Água. São Luís –MA. 2006

NATARO J. P.; KAPER, J. **Diarrheogenic Escherichia coli**. *Clinical Microbiology Reviews*, v.11, p. 142-201, 1998.

NORONHA, R. G. **No Coração da Praia Grande: Representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande São Luís – Maranhão**. – São Luís: EdUFMA, 2015. 220p.: 38il.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Sujeira em feiras afastam consumidores**. São Luís - MA, 20/06/99.

O IMPARCIAL. **Mercado Central está passando por reformas**. São Luís- MA, 26/05/99.

OLIVEIRA, A. S. et al. **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Loyola, 1990.

OLIVEIRA, L. L. organizadora. **CIDADE: história e desafios** / Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L.; FAVERET FILHO, P.; ROCHA, L. T.; **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n.15, p.3-34, mar. 2002.

PEREIRA, R. C. C. **Caracterização das alterações ambientais segundo o uso dos recursos ambientais por trabalhadores rurais no alto curso do rio Pericumã** /Dissertação (Mestrado), UFMA. São Luís, 2006. 91:il.

PINTAUDI, S. M. **Os Mercados Públicos: Metamorfoses de Um Espaço**. CIDADES, v. 3, n. 5, 2006, p. 81-100 87.

PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). GEO Brasil. **Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil**. Capítulo 2 – Estado do Meio Ambiente. Temática: Saúde e Ambiente. Brasília: Ibama, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, MARANHÃO. **Programa de Recuperação Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga, Em São Luís – Ma**. Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo E Fiscalização Urbana – Semthurb. 2007. 89p.

RAMOS, A. M.; SOUSA, P. H. M.; BENEVIDES, S. D. **Tecnologia da industrialização da manga**. Viçosa:2004.Disponível em:<http://www.nutricaoodeplantas.agr.br/site/ensino/pos/Palstras_William/Livromanga_pdf/17processamento.pdf>. Acessado em 18 maio. 2016.

RENNÓ, R. **Do mármore ao vidro: mercados públicos e supermercados, curva e reta sobre a cidade**. São Paulo: Annablume, 2006. 130 p.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: As Formas de Produção de Moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.

_____**Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro.** In:_.(Org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000, p. 63-98.

SANCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental.** São Paulo. Oficina de Textos, 2006.495p.

SANTOS, A. L.; SANTOS , D. O.; FREITAS, C. **Staphylococcus Aureus: Visitando Uma Cepa de Importância Hospitalar.** J Bras Patol Med Lab. v. 43; n. 6; p. 413-423, dezembro 2007. Artigo de Revisão - Review Paper. Impresso.

SANTOS, M. **O retorno do território.** In: Santos, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L.; (orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, Anpur: 1994.

_____**Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6. ed. USP. São Paulo. 2008

_____**Por uma geografia das redes.** In: A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____**A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308p.

_____**A urbanização brasileira.** 5ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

_____**Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1978].

_____**Metamorfoses do espaço habitado.** 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____**O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos / Milton Santos; Tradução Myrna T. Rego Viana. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 440 p.; 14 x 21 cm.(Coleção Milton Santos), 2004.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Portaria nº1210, de 02 de agosto de 2006. **Regulamento Técnico de Boas Práticas, que estabelece os critérios e parâmetros para a produção/fabricação, importação, manipulação, fracionamento, armazenamento, distribuição, venda para o consumo final e transporte de alimentos e bebidas.** Acessado em 25 jun 2017. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/>.

SILVA, N. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos.** Valéria Christina Amstalden - São Paulo: LivrariaVarela,1997, p31.

SILVEIRA, C. B. ; FERNANDES, T. M. ; PELLEGRINI. B. **Cidades saudáveis? alguns olhares sobre o tema.** Rio de Janeiro; Fiocruz; 1; 20141201. 330 p .ISBN: 978-85-7541-452-1. 2014. il., tab., graf.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social** / Edward W. Soja; tradução [da 2ª ed. Inglesa], Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1993.

SOUSA, C. P. **Pathogenicity mechanisms of prokaryotic cells: an evolutionary view.** Brazilian Journal of Infectious Diseases, v.7, p. 23-31, 2003.

SOUSA, J. R. **UMA ETNOGRAFIA DO MERCADO DO JOÃO PAULO.** Edições UFMA.2000; 15 p.

SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 2.Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.368p.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** Unesp, São Paulo, 2004.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização.** 4ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

TANABE, C. S.; CORTEZ, L. A. B. **Perspectivas da Cadeia do Frio para frutas e hortaliças no Brasil,** 1998.

VANDERZANT, C.; SPLITTSTOESSER, D. F. **Compendium of methods for the microbiological examination of foods.** Washington, DC: APHA, 2001, 1219p.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados.** 3Ed. (pág. 263-284), Barueri-SP, Manole, 2015.

VASCONCELOS, V. H. R. **Ensaio sobre a importância do treinamento para manipuladores de alimentos nos serviços de alimentação** baseada na RDC Nº 216/2004. 2008, 42 p. Monografia. (Especialização em Gastronomia e Saúde) Centro de Excelência em Turismo – CET. Universidade de Brasília – UNB. Brasília.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra - Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio no Maranhão 1612-1895.** Vol. 2. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

ZIDKO, A. C. M.; PIGNATARI, A. C. C.; **A virulência de Escherichia coli patogênica extra-intestinal (ExPEC) em relação à idade e ao sexo do hospedeiro.** Artigo original. O Mundo da Saúde, São Paulo: 2009;33(4):392-400. Disponível em: https://www.saocamilos-sp.br/pdf/mundo_saude/. Acessado em 05 de março de 2017.

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/>. Acessado em 10. 05. 2017.

<http://www.biomerieux.com.br/> , 2007. Acessado em 15 de julho de 2017

<http://www.ibge.gov.br/IBGE-Instituto de Geografia e Estatística>. Acessado em 14. 04. 2016.

<http://www.ibge.gov.br/IBGE-Instituto de Geografia e Estatística>. Acessado em 09. 01. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário 1**Voltado para o gerente do mercado. Histórico, Regularização e Gestão.****1. SOBRE O HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO MERCADO: surgimento.**

1.1. Como ocorreu a formação do mercado?

a) A quem pertence este mercado?

 União de moradores Ao Município Outros. Quem? _____ não sabe

b) O mercado é regularizado por parte da prefeitura ou o estado?

c) Como funcionam os serviços de manutenção dos mercados?

Nome: _____

Formação: _____

Email: _____

Fone: _____

Tempo que trabalha: _____

Data: ____ / ____ / ____

APÊNDICE B – Formulário 2

Voltado para o trabalhador do mercado (Feirante) - Aspectos socioeconômicos e condições urbanas dos mercados.

1. QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS: Perfil social do trabalhador; condições trabalhistas e percepção diante de sua atividade.

1.1 Perfil social

Escolaridade: _____

Proveniência: _____ Etnia: _____ Idade: _____

bairro: _____ tempo que mora no bairro: _____

1.2 Condições de trabalho

a) Trabalhador localizado na área do mercado:

() Interno () Externo

b) Por quê trabalhar no mercado/feira? _____

c) Alguém mais da família exerce a atividade de feirante?

d) Trabalho na informalidade - Participa de algum sindicato, associação? Paga alguma taxa? _____

OBS: _____

e) Há quanto tempo trabalha no mercado? _____

Dias da semana _____

f) Exerce outra atividade? () Sim. _____ () Não

g) Recebe auxílio do governo? () Sim () não.

OBS: _____

h) Renda mensal com recursos do trabalho:

() < que um salário () 1-2 salários

() 3-5 salários () > de 5 salários

i) Quantas pessoas dependem dessa renda?

() 1 () 2-3 () 4-5 () > 5

1.3 O trabalhador diante de sua atividade no mercado

a) Além desse local de venda, se desloca para outro lugar? _____

b) De quais outros bairros vem pessoas para comprar aqui no mercado? _____

c) Como poderia aumentar sua renda trabalhando no mercado? _____

d) O seu cliente já deixou de comprar aqui, para comprar em outro lugar? () Sim () Não. Atribui essa mudança a que? _____

e) Indique pontos positivos e negativos de trabalhar no mercado: _____

Sugestão de melhoria: _____

2. DAS CONDIÇÕES URBANAS: Infraestrutura e Higiênico - Sanitárias.

2.1 De Infraestrutura (estrutura, equipamentos e utensílios).

a) Como percebe a organização do mercado? (piso, banheiro, telhado, boxes) _____

b) Por que ocupar a parte externa do mercado? _____

c) Como percebe a limpeza e a disposição de equipamentos e utensílios?

(recipientes, containers, refrigeradores, vestimentas, iluminação, extintor)

2.2 Higiênico - Sanitárias. (saneamento e alimento).

a) Como avalia a limpeza do mercado?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim

Descreva _____

b) Sobre a coleta de lixo e distribuição de água como funciona?

c) Já adquiriu alguma doença aqui no mercado?

() Sim. _____ () Não

Descreva _____

d) Possui carteira de saúde? Última vez aproximadamente que foi atualizada/vacinado? _____

e) Existe alguma ação em conjunto de mobilização para organização / limpeza do mercado?

2.2.1 Da logística e condições de saúde do alimento

a) Produto comercializado: _____

b) Produto mais vendido: _____

c) Origem do produto? (CEASA, João Paulo, Próprio Produtor,

Outro)

d) Como recebe o produto? Descreva: _____

e) Frequência da chegada dos produtos:

Diariamente () Semanalmente () Outra ()

f) Como avalia a limpeza da mercadoria/produto?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim

g) Como sabem que os alimentos estão em boas condições? _____

h) Qual a forma de estocar (guardar) a mercadoria?

i) Protegem os alimentos de insetos, poeiras, perdigotos e outros agentes nocivos? Como? _____

Data: ____ / ____ / ____

APÊNDICE C – Formulário 3

Voltado para gestor do órgão competente: Administração pública na gestão dos mercados.

Senhor Gestor,

Este formulário tem como objetivo identificar, o entendimento e as demandas de planejamento da cidade, em específico sobre os mercados públicos, presentes nas áreas dos bairros populares da periferia da cidade de São Luís, por meio deste, tem-se o interesse em conhecer dentro do Executivo Municipal, sobre a gestão urbana desses elementos em determinados bairros. Pedimos a gentileza de seu preenchimento, que ajudará na construção da compreensão sobre o olhar do poder municipal, frente à infraestrutura dos mercados nos dos bairros da região do Itaqui - Bacanga. Asseguro que a divulgação de tais informações somente serão utilizadas de forma a compor pesquisa científica.

Secretaria: _____

1.Existe setor que trata sobre planejamento e urbanismo da cidade? Quais?

2.Existe algum setor dentro desse órgão maior, que trata sobre mercados públicos?

() não () sim - Qual? _____ Atividades desempenhadas? _____

3.Existe algum projeto por parte da secretaria, ou setor específico, junto à alguma instância governamental (municipal, estadual, federal), voltado para mercados públicos de bairros, seja de construção, reestruturação, organização, limpeza?

() não () sim - Qual? _____

() apenas no planejamento / Especifique: _____

() em execução/ Atividades desempenhadas _____

4. Existência de alguma visita técnica feita por este órgão/ ou setor específico, voltada para o mercado na área Itaqui-Bacanga? Ou de alguma outra área da capital?

5. Tem número amostral da quantidade de pessoas, ou banco de dados, da região mencionada? Ou de trabalhadores que exercem suas atividades no mercado?

6. Qual a sua visão com relação aos mercados públicos nos bairros populares da periferia, ao que trata as condições urbanas, infraestrutura e saúde?

Nome: _____

Formação: _____

Cargo/Função: _____

Email: _____

Fone: _____

Tempo que trabalha: _____

Data: __/__/__

APÊNDICE D - Ofício



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária

Ofício Nº _____

Venho por meio deste encaminhar à solicitação a V. Senhora _____, Coordenador (a) do setor de _____, da Superintendência de _____, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, a autorização para obter respostas de um formulário que tem como objetivo identificar o entendimento e as demandas de planejamento da cidade, em específico sobre o mercados públicos, presentes nas áreas dos bairros populares da cidade de São Luís, por meio deste, tem-se o interesse em conhecer dentro do Executivo Municipal, sobre a gestão urbana desses elementos em bairros específicos da capital. Peço assim, a gentileza de seu preenchimento, que ajudará na construção da compreensão sobre o olhar do poder municipal, frente à infraestrutura dos mercados nos bairros da região do Itaqui - Bacanga. Asseguro que a divulgação de tais informações não será relacionada com nome ou cargo de quem as informações prestar, mas somente utilizada de forma a compor pesquisa científica. O formulário é composto por cinco questões, visando subsidiar informações na dissertação de Mestrado intitulada _____ Desenvolvida pelo pesquisador _____, sob orientação _____ Prof^ª. Dr^ª. _____, ambos pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo, da Universidade Estadual do Maranhão.

Atenciosamente, _____

Em ____ de ____ de _____.

APÊNDICE E – Modelo de check list

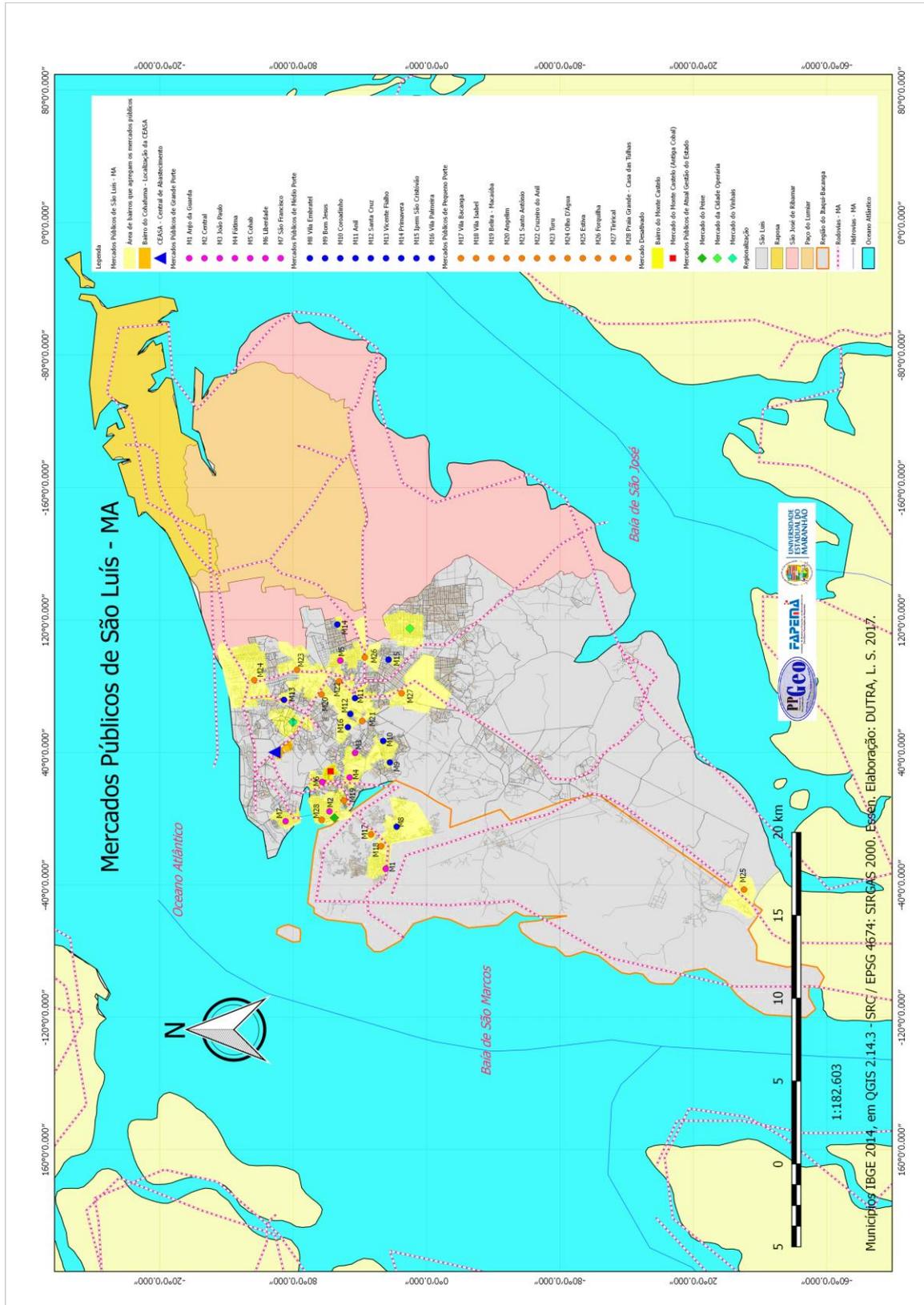
CHECK LIST PARA APLICAÇÃO NOS MERCADOS DA REGIÃO ITAQUI - BACANGA: Condições Urbanas (infraestrutura e higiênico-sanitárias).

Estimativa de trabalhadores: _____ Coordenadas / Localização: _____

Datas de pesquisas de Campo: _____

CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA (estrutura, equipamentos e utensílios) e CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANTÁRIOS (saneamento, alimentos).		M1 - ANJO DA GUARDA							OBSERVAÇÃO
		EXISTÊNCIA		LIMPEZA/CONSERVAÇÃO			QUANTIDADE/ESTIMATIVA		
		S	N	RUIM	REGULAR	BOM		ÓTIMA	
1. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA - estrutura, equipamentos e utensílios	1.1 - ESTRUTURA	Piso						/	
		Telhado						/	
		Banheiro							
		Boxes							
		Divisão de setores (paredes ou divisórias - 2 M)							
		Sinalização						/	
		Feiras parte externa						/	
		Bancas na parte externa						/	
		Estabelecimentos (pontos comerciais)							
	1.2 - EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS	Recipientes						/	
		Containers						/	
		Refrigeradores						/	
		Vestimenta						/	
		Iluminação (Rede Elétrica)						/	
		Extintor							
2. CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANTÁRIAS - saneamento, alimento	ESGOTO	Sanfonado						/	
		Céu aberto (escoamento, água servida)						/	
	LIXO	Próximo boxes e bancas						/	
		Coleta						/	
	2.1 - SANEAMENTO	Abastecimento de água						/	
		Animais (cães e gatos)						/	
		Fumantes						/	
		Abatedouro							
		Fiscal municipal							
		2.2 - ALIMENTOS	HORTIFRUTI	Em refrigeração					
Expostos ao chão, sem cobertas								/	
Sobre bancas ou boxes								/	
Sobre recipientes								/	
Em bancas ou boxes, em até 3 M de sarjetas								/	
CARNE E PEIXES	Em refrigeração							/	
	Expostos ao chão, sem cobertas							/	
	Sobre bancas e boxes							/	
	Sobre recipientes							/	
	Em bancas ou boxes, em até 3 M de sarjetas							/	
EMBRULHOS	Uso de sacolas, papel manilha, jornais, ou similar							/	
	Empregado-caixa mesmo q manuseia os alimentos							/	
	Gêneros alimentícios separados de outros produtos (bolsas, bebidas)							/	
								/	

APÊNDICE F – Mercados Públicos de São Luís - MA



ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante:

Eu _____ estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo, da Universidade Estadual do Maranhão. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) _____, cujo objetivo é _____.

Sua participação envolve (referir o procedimento; exemplo: uma entrevista, que será concedida por meio de disponibilidade de preenchimento do formulário, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de _____). A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone _____ ou pela instituição desta mesma Universidade, pelo telefone _____

Atenciosamente

Nome e assinatura do (a) estudante
Matrícula:

Nome e assinatura do (a) professor (a)
Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

ANEXO B – Feiras Livres de São Luís

Feiras Livres	Feira Livre da Cohab
	Feira Livre de Vinhais
	Feira da Praia Grande
	Feira do Renascença
	Feira do Planalto Anil II
	Feira São Luís Rural
	Feira do Bequimão
	Feira da Alemanha
	Feira da Camboa
	Feira do Turu
	Feira da Madre Deus
	Feira Maranhão Novo
TOTAL	12 Feiras

ANEXO C – Edital de convocação para diretoria do mercado da Vila Embratel

ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DO MERCADO DA VILA EMBRATTEL

FUNDADO EM 15.12.95

CNPJ. 03.983.091/0001-10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

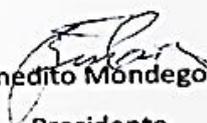
Associação dos feirantes do Mercado da Vila Embratel, no uso das suas atribuições legais.

Convoca todos os Feirantes Permissionários de Box e Bancas do Mercado da Vila Embratel, para se fazer presente no dia 03 de julho do ano de 2016, domingo as 08 horas da manhã para realização da ELEIÇÃO, para a Diretoria da Associação, que será realizada na referida Associação, na Avenida Sarney Filho S/n mercado da Vila Embratel, das 08: as 12: 30 da manhã.

Em primeira convocação as 08: horas

Em segunda convocação as 08:30 horas

São Luis, 14 de junho de 2016


José Benedito Mondego Paixão

Presidente

ANEXO D – Carnê de pagamento para manutenção do mercado Anjo da Guarda



Associação dos Feirantes do Mercado do Anjo da Guarda
Fundação 17/01/1995

ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DO MERCADO DO ANJO DA GUARDA

CNPJ: 04.041.978/0001-52
Mercado do Anjo da Guarda, S/Nº Interno - Anjo da Guarda
Cep.: 65.085-000 - São Luís - MA

Recebi(emos) de: Maria das Neves Soares **RECIBO** 45,00

a quantia de quarenta e cinco reais

Referente a: Janeiro e Março de 2017

PAGO 27-08-17

Para a devida validade firmo (amos) o presente.

ASSOC. DOS FEIRANTES MERC. ANJO DA GUARDA
Fundação 17/01/1995

Fabiano Vitorino dos Santos
Presidente

São Luís (MA), 30 de Maio de 2017

[Assinatura]
Assinatura



ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES MERCADO ANJO DA GUARDA
CNPJ: 04.041.978/0001-52

CARNÊ DE PAGAMENTO

MERCADO DO ANJO DA GUARDA, S/Nº INTERNO - ANJO DA GUARDA - CEP: 65.085-000 - SÃO LUÍS-MA

ANEXO E – Laudo das análises microbiológicas de alimentos comercializados no mercado do Anjo da Guarda

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO Centro de Ciências Exatas e Tecnologia Departamento de Tecnologia Química Programa Controle de Qualidade de Alimentos e Água</p>	
<p>Av. dos Portugueses, s/n° CEP 65.080-040-São Luís-Maranhão-Brasil</p>		<p>Fone/Fax:3272-8675/8674 e-mail:pcqaufma@yahoo.com.br</p>
<p>LAUDO DE ANÁLISE N°3122 / 2017</p> <p>Solicitante: Laécio da Silva Dutra</p> <p>Amostras: Alface crespa e cheiro verde comercializados no Mercado do Anjo da Guarda</p> <p>Data de Entrada das Amostras: 09.08.2017 / 17.08.2017</p> <p>Data de Saída do Laudo: 31/08/2017</p>		

RESULTADOS DAS ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS

Tabela 1. Amostras de alface crespa analisadas na primeira quinzena do mês de agosto

DATA	AMOTRAS	NMP/g de Coliforme a 45°C	<i>E. coli</i>	UFC/g de <i>Staphylococcus</i>
09/08/2017	alface crespa – G1	2400	Aus	6,0x10 ²
09/08/2017	alface crespa – G2	460	Aus	2,29x10 ³
09/08/2017	alface crespa – G3	2400	Aus	1,9x10 ³
09/08/2017	alface crespa – G4	2400	Pres	2,0x10 ³
09/08/2017	alface crespa – G5	2400	Pres	9,7x10 ²

Tabela 2. Amostras de cheiro verde analisadas na primeira quinzena do mês de agosto

DATA	AMOTRA	NMP/g de Coliforme a 45°C	<i>E. coli</i>	UFC/g de <i>Staphylococcus</i>
09/08/2017	cheiro verde – G6	2400	Aus	1,4x10 ³
09/08/2017	cheiro verde – G7	2400	Aus	9x10 ¹
09/08/2017	cheiro verde – G8	2400	Aus	1,8x10 ³
09/08/2017	cheiro verde – G9	2400	Pres	4,9x10 ³
09/08/2017	cheiro verde – G10	2400	Aus	1,33x10 ³

Tabela 3. Amostras de alface crespa analisadas na segunda quinzena do mês de agosto

DATA	AMOTRA	NMP/g de Coliforme a 45°C	<i>E. coli</i>	UFC/g de <i>Staphylococcus</i>
17/08/2017	alface crespa – G11	1100	Pres	1,70x10 ³
17/08/2017	alface crespa – G12	2400	Aus	5,0x10 ²
17/08/2017	alface crespa – G13	460	Pres	2,2x10 ³
17/08/2017	alface crespa – G14	460	Pres	1,1x10 ³
17/08/2017	alface crespa – G15	1100	Aus	9,5x10 ²

Tabela 4. Amostras de cheiro verde analisadas na segunda quinzena do mês de agosto

DATA	AMOTRA	NMP/g de Coliforme a 45°C	<i>E. coli</i>	UFC/g de <i>Staphylococcus</i>
17/08/2017	cheiro verde – G16	1100	Aus	4,7x10 ²
17/08/2017	cheiro verde – G17	93	Pres	7,0x10 ²
17/08/2017	cheiro verde – G18	2400	Aus	2,5x10 ³
17/08/2017	cheiro verde – G19	240	Pres	5,0x10 ³
17/08/2017	cheiro verde – G20	1100	Pres	1,1x10 ²

Aus- ausência; Pres- Presença

Observações:

Amostras coletadas e transportadas pelo solicitante

Coordenadora / Responsável Técnico:


Prof. Dra. Adenilde Nascimento Mouchtel
Coordenadora do PCQA/UFMA
Matrícula 6396-7

ANEXO F – Folder do Projeto Peixe na Mesa, parceria Prefeitura e Governo Federal.



Projeto Peixe na Mesa 2015

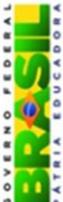


PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CAPITAL DE TODOS OS MARANHENSES

Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento



Projeto Peixe na Mesa 2015



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Pescado mais acessível na mesa do consumidor.

Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento

DIA	BAIRRO	ENDEREÇO/ PONTO DE REFERÊNCIA
Manhã	Coroadinho (Praça)	Avenida Presidente Médici - Ao lado da Rua Bom Jesus, Campo de Futebol e Fundação Brodado
Tarde	Praça da Bíblia	Entre Avenida Kennedy e Avenida Alexandre Moura - Centro
Manhã	Itaperá	Quadra esportiva - Ao lado do Colégio Maria do Socorro Almeida, anexo Itaperá
Tarde	Vila Isabel/ Vila Embatel	Avenida dos Portugueses - Em frente a Escola UEB Rosália Friere
Manhã	Liberdade	Rua Gregório de Matos - Próximo ao ponto final dos ônibus (MVA)
Tarde		
Manhã	São Francisco	Avenida Ferreira Goulart - Na frente da Torre da Vitor, Bairro São Francisco
Tarde	Anjo da Guarda	Avenida dos Portugueses, na parte de cima - Bairro Anjo da Guarda (MVA)
Manhã	Alemanha	Em frente a Agência do Banco do Brasil do Bairro da Alemanha (MVA)
Tarde	Vila Magril	Rua São Jerônimo/Cruzeiro de Santa Bárbara - Vila Magril (Última parada do ônibus Vila Vitória)
Manhã	Cohab	Avenida de acesso ao COHATAC - em frente a Igreja Católica, atrás do Fast Lanches
Tarde	Cidade Operária	Avenida Este, Centro 203 - Próximo ao Colégio Tancredi Neves e ao RV Peixe - Bairro Cidade Operária (MVA)
Manhã	Vila Falho	Campo do Verona
Tarde	Socavém	Rua São Luis

ANEXO G – Aviso convidando feirantes para tratar sobre o projeto de revitalização do mercado Anjo da Guarda.



**ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DO
MERCADO DO ANJO DA GUARDA**

CNPJ: 04.041.978/0001-52
Mercado do Anjo da Guarda S/Nº Interno - Anjo da Guarda
CÉP:65.085-000 - São Luís - MA

AVISO

A Associação dos Feirantes do Mercado do Anjo da Guarda, convoca todos os feirantes, permissionários e associados para uma Reunião com propósito de assunto referente a reformado Mercado do Anjo da Guarda com a parceria da **VALE do Rio Doce, CEMAP e Corpo Técnico de Engenharia** da mesma.

Data: 18 de Agosto de 2017 / **Horário:** 14:00 Horas
Local: ACIB - Associação do Itaqui Bacanga
Ponto de Referência: Ao lado da CEMAR - Praça do Anjo da Guarda

ANEXO H - Figura layout dos setores existentes do mercado Anjo da Guarda, Projeto de Revitalização, SEMAPA (2015).

